

ALBERTO ANTUNES MEDEIROS

**A DIMENSÃO ECONÔMICA DO INCONSCIENTE E O ILIMITADO DA
ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA**

São João del-Rei
PPGPSI-UFSJ
2024

ALBERTO ANTUNES MEDEIROS

**A DIMENSÃO ECONÔMICA DO INCONSCIENTE E O ILIMITADO DA
ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Psicologia

Orientador: Roberto Calazans

São João del-Rei
PPGPSI-UFSJ
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A636d Antunes Medeiros, Alberto.
A DIMENSÃO ECONÔMICA DO INCONSCIENTE E O ILIMITADO
DA ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA / Alberto
Antunes Medeiros ; orientador Roberto Calazans. --
São João del-Rei, 2024.
178 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2024.

1. economia do inconsciente. 2. teoria da libido.
3. laço social. 4. psicanálise. I. Calazans, Roberto
, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE Nº 9 / 2024 - PPGPSI (13.24)

Nº do Protocolo: 23122.016104/2024-31

São João del-Rei-MG, 13 de junho de 2024.

A Tese **A DIMENSÃO ECONÔMICA DO INCONSCIENTE E O ILIMITADO DA ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA**

elaborada por **Alberto Antunes Medeiros**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho (UFPR)

Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

Profa. Dra. Renata Alves de Paula Monteiro (UFF)

Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

(Assinado digitalmente em 13/06/2024 12:36)

DOUGLAS NUNES ABREU
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1274624

(Assinado digitalmente em 13/06/2024 10:46)

MAGALI MILENE SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1424013

(Assinado digitalmente em 13/06/2024 13:19)

Roberto Pires Calazans Matos
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1352922

(Assinado digitalmente em 13/06/2024 09:55)

WILSON CAMILO CHAVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1352910

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **9**, ano: **2024**, tipo: **ATA DE DEFESA DE TESE**, data de emissão:
13/06/2024 e o código de verificação: **031f515e32**

Resumo: O presente trabalho possui como proposta a realização de uma investigação teórica sobre a dimensão econômica do inconsciente, tal como proposto pela Psicanálise, bem como seus modos de funcionamento no laço social contemporâneo. Em Freud, a pulsão é sustentada como um conceito fundamental que atravessa toda a edificação teórica da Psicanálise. Já nas publicações ditas pré-psicanalíticas, é possível encontrar passagens em que o fundador da Psicanálise busca a formalização de uma sexualidade que se manifesta ao mesmo tempo, mas de modos diferentes, em um polo psíquico e em um polo somático. Freud fala de uma química e de uma substância sexual para pensar a noção de sexualidade que norteia seu trabalho. Essas questões persistem na pesquisa freudiana que se inicia com a publicação de “A interpretação dos sonhos”, ocasião em que o psicanalista inicia os passos para a formalização de uma teoria da libido. Nesse contexto, a teoria da libido funciona como o suporte que permite a articulação dos elementos que compõem a satisfação sexual, como, por exemplo, os afetos, as representações e os próprios investimentos e perdas que estruturam o aparelho psíquico freudiano. É somente após a formalização da teoria da libido e seus correlatos, como o narcisismo, a libido do eu e a libido objetual, que Freud dispõe dos elementos teóricos necessários para falar de um movimento de desusão das pulsões que resulta numa primazia das pulsões de morte. Com esses elementos, Freud é capaz de sustentar um modo de funcionamento do aparelho psíquico que mantém uma íntima relação com a morte de forma que a sexualidade pode ser pensada como sua representante provisória. É por meio dessas manobras que Freud constrói seu novo aparelho psíquico baseado nas instâncias do ego, superego e id. Essas três instâncias vão servir como o ponto de partida para o psicanalista francês Jacques Lacan dar início à sua obra e seu ensino. Em sua tese de doutorado, o autor realiza um estudo dessas três instâncias e formaliza, no campo da Psicanálise, o que vai chamar de registro Imaginário. Esse começo se dá a partir de sua pesquisa de doutorado e compreende um período em que o psicanalista desenvolve teses sobre a incidência desse registro Imaginário na economia da constituição do sujeito. Num segundo momento, o autor realiza um movimento de torção conceitual, quando procura formalizar a incidência da linguagem sob o sujeito. Nesse enquadre, o autor formaliza sua teoria do significante para pensar uma economia pulsional como consequência de um encontro entre corpo e linguagem. Esse movimento culmina na formalização do objeto *a* que vai permitir ao psicanalista a adesão a critérios econômicos ao invés da termodinâmica do inconsciente inaugurada por Freud no século anterior. A partir dessa manobra, é possível realizar uma aproximação entre a economia que estrutura os processos inconscientes e a economia capitalista que dita as regras de produção do mundo. A conjugação dos elementos econômicos fornece os elementos para pensarmos os modos de funcionamento e satisfação pulsional em um laço social pautado pelo que Lacan vai chamar de “discurso do capitalista”. Após esses movimentos, realiza-se uma incursão no encontro entre Psicanálise e marxismo, a fim de elucidar o enlace da economia de mercado com a economia do inconsciente e pensar estratégias na produção de uma resposta frente às demandas ilimitadas do laço social. Conclui-se que a saída só pode se dar pela via do ato analítico que deve ser essencialmente anticapitalista.

Palavras-chave: economia do inconsciente; teoria da libido; laço social; psicanálise

Abstract: The present work proposes to carry out a theoretical investigation into the economic dimension of the unconscious, as proposed by Psychoanalysis, as well as its modes of functioning in contemporary social bond. In Freud, the drive is supported as a fundamental concept that runs through the entire theoretical edification of psychoanalysis. In the so-called pre-psychoanalytic publications, it is possible to find passages where the founder of psychoanalysis seeks the formalization of a sexuality that manifests itself at the same time but in different ways in a psychic pole and in a somatic pole. Freud speaks of a chemistry and a sexual substance to think about the notion of sexuality that guides his work. These questions persist in Freudian research that begins with the publication of “The interpretation of dreams”, when the psychoanalyst takes the first steps towards the formalization of a theory of libido. In this context, the libido theory works as the support that allows the articulation of the elements that make up sexual satisfaction, such as affections, representations and the very investments and losses that structure the Freudian psychic apparatus. It is only after the formalization of the libido theory and its correlates, such as narcissism, the libido of the ego and the object libido, that Freud has the necessary theoretical elements to speak of a defusion movement of the drives that results in a primacy of the death drives. With these elements, Freud is able to sustain a way of functioning of the psychic apparatus that maintains an intimate relationship with death, so that sexuality can be thought of as its provisional representative. It is with these maneuvers that Freud builds his new psychic apparatus based on the instances of the ego, superego and id. These three instances will serve as the starting point for French psychoanalyst Jacques Lacan to begin his work and teaching. In his doctoral thesis, the author conducts a study of these three instances and formalizes, in the field of psychoanalysis, what he will call the Imaginary record. This beginning takes place from his doctoral research and comprises a period in which the psychoanalyst develops theses on the incidence of this imaginary record in the economy of the constitution of the subject. In a second moment, the author performs a conceptual torsion movement, where he tries to formalize the incidence of language on the subject. In this context, the author formalizes his theory of the signifier to think of an instinctual economy as a consequence of an encounter between body and language. This movement culminates in the formalization of object a, which will allow the psychoanalyst to adhere to economic criteria instead of the thermodynamics of the unconscious inaugurated by Freud in the previous century. From this maneuver, it is possible to bring about an approximation between the economy that structures unconscious processes and the capitalist economy that dictates the rules of production in the world. The combination of economic elements provides the elements for us to think about the modes of operation and satisfaction of the drive device in a social bond based on what Lacan will call “capitalist discourse”. After these movements, an incursion is made into the encounter between psychoanalysis and Marxism in order to elucidate the link between the market economy and the economy of the unconscious and to think about strategies for producing a response to the unlimited demands of the social bond. It is concluded that the way out can only be through an analytical act, which must be essentially anti-capitalist.

Keywords: unconscious economy; libido theory, social bond; psychoanalysis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A TEORIA DA LIBIDO COMO OPERADOR CONCEITUAL DA ECONOMIA DO INCONSCIENTE EM FREUD	15
1.1 A teoria da libido entre as instâncias somática e psíquica.....	17
1.2 A teoria da libido e a formalização do narcisismo.....	24
1.3 A teoria da libido e a desfusão pulsional.....	35
2 A TEORIA DA LIBIDO COMO OPERADOR CONCEITUAL DA ECONOMIA DO INCONSCIENTE EM LACAN	54
2.1 A teoria da libido como ponto de partida para o Imaginário.....	56
2.2 A libido como órgão da pulsão.....	89
3 UMA ANÁLISE DO ILIMITADO NA ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA	116
3.1 O mais-de-gozar e a mais-valia ilimitados como operadores psíquicos do inconsciente: a confluência entre marxismo e Psicanálise.....	116
3.2 O sadismo e o masoquismo como modelos econômicos.....	150
3.3 Em tempo de concluir... O ato analítico e a saída para um novo laço.....	161
POSFÁCIO	169
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a realizar um estudo teórico sobre a dimensão econômica do inconsciente e os modos de satisfação pulsional que articulam seu funcionamento no laço social contemporâneo. A dimensão econômica do inconsciente é uma das três destacadas por Freud em seu texto de 1915 intitulado “O Inconsciente”. Nesse recorte, ela aparece como um recurso utilizado por Freud para pensar alguns obstáculos intrínsecos à primeira proposta tópica do inconsciente. O psicanalista lança mão de um conceito estritamente econômico – o de investimento – para tentar articular a dinâmica de funcionamento entre os conteúdos da instância consciente, pré-consciente e inconsciente, em especial o movimento de irrupção de um afeto que se desloca para uma outra representação que não aquela que ele fundou e que permanece recalçada.

Ao afirmar que “toda a diferença vem de que ideias são investimentos – de traços mnemônicos, no fundo –, enquanto os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga, cujas expressões finais são percebidas como sensações” (Freud, 1915/1996, p. 86), o autor demonstra a necessidade de instituição de um parâmetro econômico para o estabelecimento do que vai chamar de metapsicologia. A importância do fator econômico se destaca mais uma vez se acompanharmos no texto a passagem em que Freud aponta um modo de funcionamento próprio que justifica seu uso pela teoria. O fundador da Psicanálise fala de um sistema de investimentos que tende ao infinito, pois é, na verdade, um dos *modus operandi* do inconsciente que se faz presente em todas as instâncias do sistema proposto. Nesse contexto, Freud afirma que, para que haja sustentação do funcionamento inconsciente, é necessária a suposição de um contrainvestimento capaz de reger toda a economia do inconsciente. Em uma longa passagem, Freud descreve esse movimento:

(...) mas esse processo de retirada de libido não basta para fazer mais compreensível uma outra característica da repressão. Não está claro por que a ideia que permaneceu investida ou foi dotada de investimento a partir do Ics não deveria renovar a tentativa de, por força desse investimento, penetrar no sistema Pcs. Então a retirada de libido teria que se repetir nela, e o mesmo jogo prosseguiria indefinidamente, mas o resultado não seria a repressão. Do mesmo modo, o referido mecanismo de retirada de investimento pré-consciente falharia, em se tratando de descrever a repressão primordial; neste caso se depara com uma ideia inconsciente, que ainda não recebeu investimento do Pcs, e à qual ele não pode ser retirado, portanto. Temos aqui

necessidade, então, de outro processo, que no primeiro caso sustente a repressão¹, e no segundo cuide da sua produção e continuidade, e só podemos enxergá-lo na suposição de um contra investimento, através do qual o sistema Pcs se proteja do assalto da ideia inconsciente (p. 88).

Muito embora esse texto tenha sido escrito para falar do funcionamento do inconsciente a partir de uma perspectiva psicanalítica, a passagem citada pode facilmente ser confundida com uma passagem de algum manual de economia. Investimento, contra-investimento e proteger-se do assalto são expressões frequentemente encontradas em referências que se propõem a pensar o funcionamento do mercado, e Freud parece não ser indiferente a isso. Mais adiante, ele arremata a questão quando afirma que

pouco a pouco fomos levados a introduzir, na exposição de fenômenos psíquicos, um terceiro ponto de vista, além do dinâmico e do topológico: o econômico, que procura acompanhar os destinos das quantidades de excitação e alcançar uma avaliação ao menos relativa dos mesmos (Freud, 1915, p. 89, grifo meu).

Freud parte então da escuta de vários casos que se estruturam em torno da sexualidade e geram o seguinte obstáculo: como articular essa tonalidade sexual com os conteúdos trazidos pelos pacientes em seus quadros de adoecimento e seus sintomas? É diante dessa questão que Freud vai revisitar certos problemas e, a partir de uma nova roupagem, demonstrar que os eventos relacionados a esses problemas não são de todo inexplicáveis. A subversão de sua proposta já pode ser notada de imediato quando, a partir de sua economia do inconsciente – ainda em construção –, se torna possível a teorização da histeria como uma enfermidade que tem na sua etiologia um ponto de encontro entre a esfera somática e a esfera psíquica, não sendo mais exclusiva à condição feminina. Esse recorte permite que Freud avance no sentido da formalização de uma economia que seja capaz de traduzir uma relação precisa entre essas duas esferas. É só a partir daí que elementos, como os chistes, os atos falhos, os sonhos e os lapsos de memória, podem ser relacionados a uma espécie de quantimetria sexual, que, embora não seja jamais detectada pelas formas e aparelhagens científicas, afirma sua presença por meio dos processos que atravessam a clínica freudiana.

¹ É importante deixar claro que o termo “repressão” foi reproduzido conforme a citação direta, mas deve ser compreendido no sentido de “recalque”.

A partir da quantimetria sexual que norteia o trabalho, é possível estabelecer então uma relação precisa entre o conteúdo psíquico e os acontecimentos que encontram no corpo, campo que permite seu acontecimento. A partir de tais coordenadas, Freud escreve textos fundamentais não só à Psicanálise, mas à própria psicologia como campo de problemas e funda sua teoria sobre a importância da sexualidade infantil na constituição do aparelho psíquico. Esse movimento permite conceber a vida infantil, a puberdade e a vida adulta em torno da sexualidade que se torna o eixo comum que opera a vida desde antes do nascimento até a morte. A proposta freudiana de uma teoria da libido é o último estágio da formalização de sua descoberta. Freud é capaz de teorizar uma economia de investimentos e perdas estabelecidas por uma libido que flui não apenas do sujeito para os objetos, mas também do sujeito para ele mesmo e lhe permite que assuma novas posições à medida que os investimentos e perdas se desenrolam.

Os traços deixados pela economia da libido permitem a Freud teorizar um modelo de satisfação que tem como *modus operandi* a tentativa de repetição de uma satisfação fundadora. Os investimentos e as perdas que estruturam a economia libidinal giram em torno desse ato de fundação do próprio aparelho psíquico.

Munida com o que podemos chamar de um funcionamento econômico, a Psicanálise se solidifica como uma teoria e uma clínica. Teoria e criador são atravessados direta e indiretamente pelos eventos da Primeira Guerra Mundial e a consequência é a produção de elementos teóricos que ajudam a pensar os efeitos da guerra, como sua violência intrínseca, além da morte e do luto. Essas questões fazem Freud inserir uma mudança nas coordenadas operativas da economia do inconsciente de modo que a morte passa a ser não apenas o ponto de partida, como também o ponto de chegada. As teorizações sobre uma desfusão das pulsões permitem ao psicanalista falar de uma nova regra fundamental que diz que a sexualidade nada mais é do que um substituto da real satisfação que pauta a economia do inconsciente, a saber, a morte. Essa questão exige – e permite – uma atualização nas concepções topográficas que colocam em relevo uma espécie de agente regente dos movimentos da economia libidinal de forma que toda a sua circulação se dá pelo exercício dessa função de regência. É a partir desse movimento de regência que Freud é capaz de uma teorização sobre eventos até então relacionados ao campo da sociologia, da antropologia e da filosofia. Esse momento marca a expansão da teoria e clínica psicanalíticas e sua permeabilidade em campos que antes poderiam ser vistos como distantes demais para se estabelecer um diálogo.

O trajeto desta empreitada tem como ponto de partida o capítulo 1, no qual se toma como ponto de partida algumas proposições freudianas datadas das décadas de 1880 e 1890,

supostamente pré-psicanalíticas. Essas referências dão o testemunho do trajeto percorrido por Freud durante a descoberta do inconsciente e demonstram um intenso esforço na tentativa de elucidar uma dimensão da sexualidade até então inédita. Nesse momento, percebemos a tentativa de Freud (1886/1996) de transpor alguns obstáculos do campo médico quando propõe um quadro de histeria masculina no texto “Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico”. Aqui, o psicanalista descreve a incidência da sexualidade característica da histeria sob o corpo masculino. Nos anos seguintes, Freud prosseguiu na tentativa de formalização de uma teoria que fosse capaz de colocar em relevo os fenômenos psíquicos e somáticos de outras psiconeuroses. Durante a década de 1890, seus diversos rascunhos e correspondências sobre o tema resultaram na publicação de uma primeira tentativa de sistematização robusta, que ficou conhecida como o “Projeto para uma Psicologia Científica”. A formalização de uma teoria sobre eventos de ordens somática e psíquica começou a tomar corpo e, com isso, Freud conseguiu avançar em suas elaborações. No ano de 1900, a publicação de “A Interpretação dos Sonhos” marcou um movimento de formalização de uma economia psíquica do sonho e dos processos oníricos. Esse movimento demonstra um trabalho que permite não apenas a tradução dos elementos que vão do estado de vigília para o sonho como também do sonho para o estado de vigília. Essa tradução só é possível na medida em que Freud põe em relevo a operação realizada pelo mecanismo de censura e a manobra realizada para sua superação.

As formalizações sobre a economia desses movimentos permitem – e exigem – um grande avanço no campo teórico de maneira que essas questões foram tratadas cinco anos depois quando da publicação dos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”. A novidade teórica reside no fato de que, a partir dessa referência, é possível apontar os objetos sexuais envolvidos na trama que amarra o somático, o psíquico e os modos pelos quais o sujeito investe nesses objetos. Há um ponto de virada, em que as teorizações sobre uma química sexual especial se transformam no que o fundador da Psicanálise vai chamar de teoria da libido. Essa teoria apresenta fases (ou estágios) que fazem com que o sujeito assuma diferentes posições na sua relação com aquele que é encarregado de seus cuidados. Essas mudanças de fases registram também alterações nos modos de funcionamento econômico do inconsciente. Isso se reflete na maneira como o sujeito apresenta suas demandas de cuidado, acolhimento e satisfação e vão ser os balizadores de todo o complexo de Édipo, fase de latência e puberdade. Sob as coordenadas de uma teoria da libido, Freud se debruça sobre seus movimentos e fluxos, investimentos e perdas e, a partir de um processo denominado “narcisismo”, destaca dois movimentos econômicos específicos: o investimento em objetos

sexuais e o investimento em si mesmo como objeto sexual. Para explicar esse movimento, Freud fala de uma libido do eu e de uma libido do objeto responsáveis por estruturar essa economia. Um ano depois, em 1915, Freud formalizou a pulsão sexual como o eixo fundamental responsável por estabelecer o próprio limite entre o psíquico e o somático. Além disso, ele listou quatro elementos, a saber, o alvo, a pressão, o objeto e a fonte, que são imprescindíveis para o funcionamento da economia do inconsciente.

Os anos de guerra exerceram influência direta sobre o criador da Psicanálise. Isso pode ser testemunhado por meio de textos datados do ano de 1915, como as “Considerações atuais sobre a Guerra” e a “Morte e Luto e Melancolia”. A partir desses textos, Freud articulou a noção de uma desfusão das pulsões que passa a ser o novo norteador operativo da dimensão econômica do inconsciente. Nesse cenário, as pulsões de morte se sobrepõem às de vida e a função da sexualidade no funcionamento econômico do inconsciente passa a ser concebida como uma espécie de substituta temporária da satisfação proporcionada pelo amansamento total dos investimentos libidinais que animam o corpo. Essas coordenadas ensejam novas mudanças no campo do sujeito de modo que, a partir desse momento, torna-se possível apontar um beneficiário direto da economia de investimentos e perdas, que estruturam a economia do inconsciente. Freud realizou algumas mudanças na disposição topográfica de seu aparelho e então o superego surgiu como o regente ou até mesmo beneficiário direto da economia do inconsciente. Essas mudanças forneceram subsídio teórico para as formalizações sobre o inconsciente e a vida em sociedade.

O capítulo 2 parte dessa nova proposta topográfica e sua incidência no pensamento de Jacques Lacan. Ela fornece ao psicanalista francês as três instâncias psíquicas responsáveis pela formalização do que vai se chamar registro Imaginário. Esses elementos o auxiliam a pensar uma práxis psicanalítica voltada para a clínica de psicoses e lhe permite uma densa construção teórica sobre a constituição do sujeito durante a infância, além da preponderância de questões familiares em sua formação como fator que o difere dos animais.

Assim como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda também exerceu influência sobre o campo de problemas da Psicanálise. Nesse contexto, a utilização da máquina de Turing para fins bélicos e um novo uso da psicologia no recrutamento de soldados que fossem capazes de manter a homogeneidade da tropa frente ao perigo exerceram influência sob a Psicanálise. Lacan tratou dessas questões no final da década de 1940. Com a releitura dos textos freudianos iniciada em 1950, realizou um movimento de conceber o sujeito da Psicanálise como um efeito de linguagem, fundado por um enigma que pode ser analisado a partir de uma combinatória significativa. Esse efeito surgiu como uma mutilação do corpo do próprio sujeito

e lhe permitiu realizar uma espécie de cálculo – sempre precário e condenado ao erro – relacionado ao seu valor perante o Outro. Essa parte mutilada deixa uma espécie de membro, ou órgão fantasma, que, ao circular pelo corpo, se torna o eixo operativo da economia libidinal do sujeito. Por meio dela, os afetos e representações assumem as posições relacionadas aos investimentos e perdas da economia libidinal. Esse fator econômico passa então a se orientar por um limite que é traçado no momento da mutilação. A satisfação pulsional se condiciona em torno desse limite. Tal limite, por sua vez, aponta para a dimensão da falta que constitui a própria satisfação.

Os cenários político e acadêmico do final da década de 1960 fazem com que o psicanalista se debruce sobre as possibilidades de tratamento do gozo no laço social. Como resultado, Lacan formaliza um esquema em que é possível elucidar o que está em questão – em termos de economia libidinal – nas modalidades de laço que rondam a Psicanálise e, principalmente, no laço que sustenta o discurso do analista. Lacan nos fala precisamente do mito da lamela, especificamente de sua capacidade de dar partida no circuito libidinal que anima o corpo. É o percurso feito pela lamela que marca o encontro com o Outro e confere a esse corpo um modo de funcionamento e satisfação específicos. É também por isso que a lamela fica sujeita a esse Outro e tem seu ritmo de circulação influenciado diretamente por ele.

Essas questões foram abordadas já no começo da década de 1970 quando o psicanalista deu seguimento às tentativas de formalização dos laços e chamou atenção para um movimento específico. Uma espécie de torção discursiva seria responsável por apagar o limite que se inscreve como coordenada do sujeito no momento de sua mutilação e estrutura, o laço com o Outro. A produção de objetos relacionados à causa do desejo se torna então infinita e ilimitada. Esse novo modo de funcionamento econômico implica em uma mudança na demanda por satisfação, que, agora, se dá sem intervalo. A economia libidinal abandona a lógica de investimentos e perda, e assume uma perspectiva de investimentos infinitos e ganhos ilimitados. As consequências são diretas sob o corpo libidinal e seu funcionamento.

Por fim, o último capítulo se dedica a pensar a mudança nessas coordenadas do Outro, o que não impossibilita o trabalho do psicanalista, no entanto altera as condições para a sua realização. Ao se inserir no laço social, o analista é, antes de tudo, sujeito do desejo e está condicionado a esse laço. Assim, a dimensão econômica do mercado infesta suas teorizações e sua prática. Nesse cenário, a dimensão econômica do inconsciente é pensada dentro da economia de mercado neoliberal, o que aponta para as condições específicas do trabalho do

analista. Nesse contexto, deparamo-nos com um modo de funcionamento com vistas ao ilimitado e à substituição de todo aquele que não se submeter a esse novo ritmo.

Por fim, no terceiro que marca o fim do trabalho, parte-se do Ato Analítico como operador teórico-conceitual que responde à lógica da produção ilimitada. Trata-se de uma resposta específica para o problema proposto na medida em que ela se funda sob uma economia específica que não pode ser capturada pelo mercado. O ato analítico é trazido à cena para pensar o ofício do analista, uma vez que o circuito de produção ilimitada pode ter como consequência o colapso do sistema de quarto de giros proposto por Lacan, incluindo aí o discurso do analista. O ato analítico, ao dispor de uma economia específica para sua operação, parece ser capaz de se inserir na lógica de mercado, porém não sucumbe a ela. Parece haver uma manobra que é restrita ao campo da Psicanálise e permite ao analista não adentrar na lógica de produção de sujeitos comerciantes e comercializados. Ao mesmo tempo, a sua dimensão de ato oferece a possibilidade de interrupção imediata dos circuitos de produção ilimitados. Aqui, ele se destaca exatamente pela sua funcionalidade de freio frente às demandas incessantes do mercado neoliberal. Após esse freio, o analista encontrará as condições necessárias para realizar o seu ofício aos moldes de um economista do inconsciente, capaz de elucidar e trazer à cena o que é importante na economia psíquica do sujeito e promover uma verdadeira mudança nas demandas desse mercado.

Essas questões parecem apontar a existência de uma dimensão essencialmente anticapitalista no próprio ato analítico. Ao frear o mercado e realizar um novo tipo de ordenamento econômico, o analista passa não apenas a interromper o circuito de produção ilimitada, mas também direciona os tratamentos para uma perspectiva que é inconciliável com os princípios de mercado capitalista neoliberal. Há uma subversão da ordem econômica em função da economia libidinal que aparece como o eixo capaz de orientar o analista em sua prática. Muito embora a lógica de produção neoliberal possa ter como consequência o colapso do sistema de quarto de giro proposto por Lacan, é possível dizer que o ato analítico parece oferecer uma possibilidade de restituição de uma ordem discursiva mínima em que o sujeito, a partir de seus investimentos e perdas, possa emergir.

1 A TEORIA DA LIBIDO COMO OPERADOR CONCEITUAL DA ECONOMIA DO INCONSCIENTE EM FREUD

Falar de pulsão em Psicanálise significa falar de um conceito fundamental. A partir dessa perspectiva, não é raro encontrarmos referências – veladas ou não – a esse conceito tanto ao longo dos textos freudianos quanto em relação ao trabalho de outros psicanalistas que se debruçam sobre a descoberta freudiana nos dias de hoje. Embora se trate de um conceito fundamental, é possível afirmar que sua formalização se dá muito tempo após a própria formalização da Psicanálise enquanto campo de problemas. Essa questão é primordial, pois demonstra um constante trabalho de construção e reconstrução teórico-conceitual, inaugurado por Freud entre os últimos 15 anos do século XIX até meados de 1920 quando Freud publicou “Além do princípio do prazer” e propôs o conceito de pulsão de morte.

Por outro lado, essa questão fornece a possibilidade de rastrear as elaborações teóricas que culminam na formulação de uma economia do inconsciente e que permitem sua operacionalização. Nesse cenário, o conceito de libido surge como o elemento que realiza essa operacionalização à medida que é utilizado para abordar a noção de sexualidade proposta pela clínica psicanalítica desde a sua inauguração até a formalização da pulsão de morte enquanto conceito fundamental. Essa transversalidade teórico-clínica do conceito de libido será abordada a partir de três tempos específicos que demonstram, cada um, um período de desenvolvimento do trabalho freudiano.

O primeiro tempo é relativo às tentativas de Freud de situar algo que permita uma articulação entre a instância psíquica e a instância somática, e surge como tentativa de teorização de fenômenos de ordem sexual, que se originam no próprio corpo do sujeito tendo como resultado uma representação psíquica que serve como o fio condutor que leva o analista à teorização do funcionamento do inconsciente. Correspondem a esse momento as primeiras publicações freudianas voltadas para o tema do inconsciente até seus escritos sobre a interpretação dos sonhos datados de 1900. Esse momento se caracteriza por trazer à tona o caráter subversivo da proposta freudiana. A amarração – a partir da noção de sexualidade – entre as dimensões do psíquico e do somático permite a Freud a superação de obstáculos que se colocavam diante dos estudos psicológicos da época, como, por exemplo, as noções de mente e corpo.

O segundo tempo se relaciona à formalização da teoria do narcisismo. Trata-se de uma construção teórica, que surge como a ferramenta que permite situar uma tomada de posição do sujeito na sua economia psíquica a partir de um investimento libidinal – realizado pelo sujeito

– que tem o seu próprio corpo como objeto. Esse investimento denuncia as maneiras que o sujeito encontra de preservar sua posição desejante frente às perdas que caracterizam a sua constituição. É sob a rubrica dos problemas que o narcisismo aponta, mesmo sem estar formalizado, que Freud realizou uma articulação teórico-conceitual dos processos libidinais e do desejo, permitindo assim a elaboração de sua “Interpretação dos sonhos” (1900/1996) e dos seus “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996). Foi também nesse momento que Freud propôs uma extensão das teorizações psicanalíticas sobre as psiconeuroses, para o campo das psicoses, que adquirem sob esse prisma a denominação de “neuroses narcísicas”. Esse período teve sua continuidade até 1917 quando da publicação de “Luto e Melancolia”. Aqui, o investimento libidinal em si mesmo denuncia as maneiras que o sujeito encontra de preservar sua posição desejante frente às perdas que caracterizam sua constituição. Além disso, esse movimento desvela o que Freud denominou desfusão das pulsões. Essa desfusão teria como pano de fundo uma dimensão traumática da sexualidade que inscreve o sujeito em uma compulsão à repetição. Essa compulsão à repetição por sua vez, seria responsável por uma manifestação do desejo às avessas como se visasse a destruição do próprio sujeito. Essas questões inauguram a necessidade de introdução de um terceiro tempo, para se pensar uma articulação conceitual que dê conta desses fenômenos.

O terceiro tempo está relacionado à formalização do conceito de pulsão de morte no texto “Além do Princípio do Prazer” (Freud, 1920/1996) e marca – de maneira definitiva – a sua importância para o campo de problemas da Psicanálise. Se anteriormente a teoria do narcisismo permitia a Freud falar de uma desfusão das pulsões, agora, está-se no ponto de virada, que denuncia as dificuldades encontradas pelo psicanalista ao longo de seu trabalho. É à medida que se depara com casos clínicos e eventos na cultura que parecem ser ditados por uma tendência à destruição – do sujeito e do outro – que Freud nos fala então de uma pura cultura da pulsão de morte como modo paradoxal de constituição do sujeito e satisfação do desejo. Foi a partir dessas coordenadas que Freud se propôs a pensar a sociedade a partir de sua teoria psicanalítica por meio de trabalhos significativos como “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/1996), “O futuro de uma ilusão” (1927/1996) e “Mal-estar na civilização” (1930/1996). Esse momento marca um processo de maturação do pensamento freudiano e uma constante interlocução com problemas e autores de outros campos do saber. Nesse momento, é possível testemunhar as tentativas empreendidas por Freud de diálogo com outros campos, como a filosofia e a economia política, como também campos relacionados à área médica, como a psiquiatria, em especial a psiquiatria francesa. Tal interação marca um

ponto de virada no trabalho, em que são introduzidos o ensino e a obra do psicanalista e psiquiatra francês Jacques Lacan.

1.1 A teoria da libido entre as instâncias somática e psíquica

A subversão que caracteriza a obra de Freud está diretamente relacionada com o fato de a Psicanálise propor uma concepção de sexualidade infantil. Nesse contexto, o movimento subversivo se dá muito mais pela capacidade de uma articulação teórico-clínica de elementos, que já haviam passado por uma elaboração conceitual, como, por exemplo, o inconsciente, os sonhos, os lapsos, a histeria, a transferência e a própria sexualidade, do que pela suposta criação de conceitos inéditos.

Esse caráter subversivo pode ser testemunhado até mesmo em escritos freudianos que precedem o nascimento da clínica psicanalítica. Naquele contexto, enquanto a histeria era tratada como uma doença biológica e exclusivamente feminina, Freud (1886/1996) já demonstrava, por meio de suas “Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico” (Freud, 1886/1996), a necessidade de se abordarem esses fenômenos por uma perspectiva outra que não somente a médica. Na referência em questão, Freud apresenta um sujeito com sintomas característicos de histeria, como, por exemplo, insensibilidade tátil, desmaios e dores no lado esquerdo do corpo, que se dão exatamente após episódios de desentendimento do sujeito com terceiros.

É partindo de quadros clínicos como esse que Freud se depara com a necessidade de se pensar uma nova teoria da sexualidade e as maneiras do sujeito de se haver com eventos de ordem psíquica, que afetam diretamente o seu corpo. Nesse sentido, embora o psicanalista assumira uma postura de rejeição do fisicalismo vigente que se propunha a explicar a histeria e outros fenômenos psíquicos, sua empreitada toma o rumo de uma investigação, em que o corpo se situa literalmente como um campo de eventos intimamente relacionados com o sofrimento psíquico. Dessa forma, seu trabalho será no sentido de encontrar elementos que permitam pensar o que está em questão para o sujeito em momentos como esse e como isso se relaciona com o seu corpo.

Essa questão pode ser testemunhada em outras publicações posteriores. No seu “Rascunho B: A etiologia das neuroses”, Freud (1893/1996) lembra o fato de a neurastenia ser tomada pela medicina da época como uma “uma consequência frequente da vida sexual anormal” (p. 132) e afirma a diferença de sua posição quando diz que não só a neurastenia como também a histeria devem ser pensadas como neuroses de origem sexual.

Ao avançar mais um pouco em sua obra, descobre-se um movimento de Freud no sentido de uma construção teórica, que seja capaz de fornecer uma articulação entre esses fenômenos e o corpo do sujeito. Por fim, no seu “Rascunho D: Sobre a etiologia e a teoria das principais neuroses”, Freud (1894/1996) propõe a “teoria de uma substância sexual” (Freud, 1894/1996, p. 139) como tentativa de abordagem de acontecimentos de corpo como o “aumento interno e externo do estímulo” (Freud, 1894/1996, p. 139) e a “excitação constante e passageira. – Soma, uma característica da excitação interna” (Freud, 1894/1996, p. 139). Nesse contexto, essa substância sexual proposta por Freud surge como o subsídio conceitual, que permite uma articulação entre os eventos de ordem psíquica e os eventos de ordem somática, ou, ainda, nas palavras dele, das “neuroses como perturbações do equilíbrio devidas ao aumento da dificuldade de descarga” (Freud, 1894/1996, p. 139), das “tentativas de ajustamento, limitadas em sua eficácia” (Freud, 1894/1996, p. 139) e, por fim, do “mecanismo das diferentes neuroses em relação à sua etiologia sexual” (Freud, 1894/1996, p. 139). É por isso que, em seu “Rascunho G: Melancolia” (Freud, 1895/1996a), ele postula a existência de dois domínios específicos, sendo eles o grupo sexual psíquico e a excitação sexual somática. Esses domínios funcionariam como dois polos da sexualidade do sujeito, sendo operados por um princípio de constância de modo que qualquer desencontro entre a tensão exercida no grupo sexual psíquico e a excitação sexual somática resultaria em sofrimento. São sob essas coordenadas que Freud assevera que a melancolia cíclica – subcategoria clínica da melancolia durante a psiquiatria clássica – é a consequência do cessar de excitação sexual somática. Nesse mesmo sentido, Freud cita casos em que a tensão sexual é desviada do grupo sexual psíquico, mas não é diminuída no grupo sexual somático, sendo essa excitação direcionada à fronteira entre o “somático e o psíquico” (Freud, 1895/1996a, p. 151), sendo, nesse caso, fator causador de angústia.

Nesse mesmo ano, Freud (1895/1996b) escreveu seu famoso “Projeto para uma psicologia científica”, no qual formaliza esse paradigma. Esse projeto também marca a obra de Freud na medida em que revela a intenção – por parte do autor – de “prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição” (Freud, 1895/1996b, pp. 223-234). Trata-se, portanto, do resultado das tentativas empreendidas por Freud de realizar uma articulação teórico-conceitual entre a tonalidade sexual de seus casos clínicos e um paradigma científico, que seja capaz de operar o campo inaugurado por essa mesma tonalidade.

Na referência em questão, Freud (1895/1996b) dá continuidade à temática dos domínios somático e psíquico, chamando a atenção para a descoberta de que “nenhuma descarga pode produzir resultado aliviante” (Freud, 1895/1996b, p. 242), uma vez que os estímulos internos ao corpo continuam em exercício, restabelecendo novamente a tensão sexual no grupo psíquico. Nesses casos, o psicanalista aponta que o estímulo interno só poderia ser abolido por meio de intervenções específicas no mundo externo, como, por exemplo, a provisão de alimentos ou a aproximação do objeto sexual. A escolha desses dois exemplos não é aleatória e demonstra uma tentativa do psicanalista de situar a importância da sexualidade e a noção de um estímulo interno como fundamentais para a clínica. Aqui, Freud tenta situar o objeto sexual e o estímulo interno no mesmo campo da manutenção do organismo e da fisiologia do arco-reflexo, respectivamente.

A raiz neurologista de Freud dá seus sinais quando ele postula os neurônios como o órgão capaz de explicar toda a teorização de seu paradigma. O psicanalista salienta que os estímulos vividos no corpo são projetados no sistema nervoso central por meio de neurônios que se dividem em dois grupos, sendo eles os sensoriais e os motores. Freud situa o movimento reflexo como uma estratégia de descarga a partir de seu sistema teórico. Segundo o psicanalista, haveria, primeiramente, um princípio de inércia responsável pela dicotomia dos neurônios entre motores e sensoriais, sendo a descarga uma resposta necessária que visa a neutralização na recepção do estímulo. Nesse contexto, o movimento em si é o último estágio de uma descarga energética que se dá sob vias musculares.

Se anteriormente Freud teorizava sobre uma substância sexual, essa questão reaparece aqui a partir da noção de uma “substância estranha” (Freud, 1895/1996b, p. 225), que seria responsável por estabelecer os contatos entre os diversos neurônios, permitindo também a ocorrência de uma transferência de conteúdo entre eles. Além disso, Freud ressalta que o trajeto neuronal percorrido por esses conteúdos tem, a partir da sua primeira ocorrência, uma tendência à repetição. Com isso, Freud afirma que, após a excitação exercida, os neurônios e os demais órgãos ficam permanentemente alterados em relação ao seu estado anterior e as novas excitações por vir seguirão essas marcas. Trata-se, então, de uma questão relevante na medida em que o psiquismo é instituído a partir desse movimento. Segundo Freud:

no momento em que a via de condução é reajustada, nenhum limite adicional é fixado para essa soma. Aqui, y está à mercê de Q, e é assim que surge no interior do sistema o impulso que sustenta toda a atividade psíquica. Conhecemos essa força como vontade – o derivado das pulsões (Freud, 1895/1996b, pp. 240-241).

Essas passagens dão provas da dificuldade encontrada por Freud em submeter seu trabalho a um paradigma científico. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que a construção do edifício teórico da Psicanálise só é possível na medida em que a teoria da libido – apresentada nesse momento sob as formas de “substância estranha” (p. 225) e “química sexual” (p. 260) – pode ser considerada o pilar que dá sustentação a essa construção.

Muito embora Freud – por meio de sua teoria neurológica do inconsciente – postule a existência de neurônios que seriam capazes de explicar os eventos de ordem sexual que regem sua clínica, fica patente o fato de que a neurologia por si só não seria capaz dessa tarefa. Nesse contexto, é possível perceber como o corpo do sujeito ocupa um papel importante na explicação dos fatos psíquicos na medida em que se apresenta como suposta fonte da noção de sexualidade proposta pela Psicanálise. É nesse sentido que Freud faz a seguinte afirmação: “o sistema está fora de contacto com o mundo externo; recebe apenas Q, por um lado, dos próprios neurônios e, por outro, dos elementos celulares no interior do corpo” (Freud, 1895/1996b, p. 230). Freud trata da mesma questão em outra passagem. De acordo com o psicanalista, o próprio elemento somático é responsável por estímulos recebidos que rompem o princípio de inércia. À medida que o organismo se torna mais complexo, esses estímulos passam a demandar maior necessidade de descarga. Mais adiante, o psicanalista pontua a possibilidade de que esses estímulos provenientes do próprio corpo sejam dotados de uma propriedade química específica. Nesse sentido, ele acredita que

consistem em produtos químicos, cujo número pode ser considerável. Como a liberação do desprazer pode ser extremamente grande quando existe uma catexia² bastante insignificante da lembrança hostil, pode-se concluir que a dor deixa atrás de si facilidades especialmente abundantes (Freud, 1895/1996b, p. 244).

Ainda nesse mesmo texto, Freud se propõe a realizar uma teorização sobre os processos oníricos que caracterizam os sonhos e lança mão do mesmo paradigma para uma abordagem da economia psíquica do sono. Nesse aspecto, ele acentua que o sono tem como pré-condição uma baixa na carga endógena de y. O movimento de descarga do ego, que caracteriza o sono, é semelhante às condições que caracterizam os processos psíquicos primários. É também pela via da economia psíquica que Freud explica alguns processos

² O termo “catexia” é empregado por Freud para falar de uma corrente ou fluxo de investimentos libidinais que se mantém em função de uma satisfação sexual.

característicos do sonho, como, por exemplo, o fato de muitas vezes esquecermos o que sonhamos a partir do momento em que acordamos.

As outras duas características, que na realidade são idênticas, demonstram que uma parte das experiências psíquicas [do sonhador] fica esquecida. Com efeito, todas as experiências biológicas que comumente inibem o processo primário são esquecidas, o que se deve à falta de catexia do ego. A insensatez e a ilogicidade dos sonhos devem, provavelmente, ser atribuídas a essa mesma característica. Ao que parece, as catexias que não foram retiradas estabilizam-se, em parte, em direção às facilitações mais próximas e, em parte, em direção às catexias vizinhas. Se a descarga do ego fosse completa, o sono teria que ser forçosamente livre dos sonhos (Freud, 1895/1996b, p. 258).

Essas questões demonstram como, mesmo durante o sono, há a realização de um trabalho psíquico por parte do sujeito. Ao amarrar conceitualmente os sonhos com um *quantum* de energia que não é dispensado, Freud estabelece as bases para uma abordagem das narrativas oníricas que caracterizam o sonhar. Sob essa perspectiva, ele escreveu em 1899 e publicou em 1900 uma de suas obras mais famosas: “A interpretação dos sonhos” (1900/1996). Trata-se de um marco na obra freudiana à medida que apresenta a sua teoria da sexualidade aplicada aos sonhos. Orientado pela sexualidade manifesta tanto no plano somático quanto no plano psíquico e pela retração da energia que operacionaliza essa sexualidade, Freud chama a atenção para o lugar central que o corpo começa a ocupar nessa trama. É por isso que, quando ele se propõe a listar as possíveis origens do sonho, ele afirma a existência de quatro fontes possíveis. “São elas: (1) excitações sensoriais externas (objetivas); (2) excitações sensoriais internas (subjetivas); (3) estímulos somáticos internos (orgânicos); e (4) fontes de estimulação puramente psíquicas” (Freud, 1900/1996, p. 41).

Nesses termos, ele cita uma série de comparações realizadas entre estímulos aplicados no corpo, como, por exemplo, adormecer com os pés na água quente ou dormir com uma roupa muito apertada em alguma parte do corpo (como pescoço, por exemplo) e sonhar que está andando sob um chão muito quente ou que está sendo enforcado, respectivamente. Sob essa mesma perspectiva, Freud se refere a médicos que realizaram experimentos em que se apresenta um estímulo sonoro (ou olfativo, ou tátil) e o sonhador relata sonhos com os estímulos de mesma ordem, porém com um conteúdo diferente. Essas passagens demonstram

que o sonho consiste, na verdade, em um tipo de trabalho psíquico, operado por meio de dois processos conhecidos como condensação e deslocamento.

Esses processos, na perspectiva de Freud (1900/1996), operam a economia do sonho e do sono. O primeiro seria responsável pela característica dos processos oníricos de apresentar uma grande riqueza de informações e conteúdo para aquele que sonha, mas que, se forem escritos, podem ocupar talvez meia página no máximo (ou o contrário). Já a condensação opera uma desproporcionalização entre o conteúdo do sonho e o sonho pensado.

O deslocamento, por sua vez, opera um movimento em que o conteúdo censurado perante a consciência passa por – como o próprio nome sugere – um deslocamento. Após assumir outra forma, esse conteúdo se livra da repressão e pode ser conhecido por aquele que está sonhando.

Por fim, Freud (1900/1996) formaliza o enlace da sua teoria da sexualidade com a sua teoria dos sonhos ao afirmar que “a influência da excitação sexual no conteúdo dos sonhos pode ser adequadamente apreciada por todos mediante sua própria experiência e fornece à teoria de que os sonhos são provocados por estímulos orgânicos seu mais poderoso apoio” (Freud, 1900/1996, p. 36).

É por este caminho – a retração de energia – que Freud (1900/1996) enlaça a psicologia do sonho com a clínica das denominadas doenças mentais. Nesse sentido, ele cita que esses eventos podem estar entrelaçados de tal modo que um sonho pode muitas vezes ser considerado como a primeira irrupção de um quadro clínico de psicose. Freud começa a apontar a importância da Psicanálise no campo da loucura quando afirma que os médicos terão – em futuro próximo – que voltar sua atenção para o que chama de psicopatologia dos sonhos. Ele ainda cita como exemplos quadros de remissão em que a vida onírica se acha “sob influência da psicose” (Freud, 1900/1996, p. 72).

Essas questões – que se apresentam aqui como uma consequência da retração de energia empregada pelo aparelho psíquico – revelam que esse movimento é, na verdade, um meio encontrado pelo sujeito de sustentar sua posição desejante. É nesse sentido que o psicanalista diz ser bastante clara a relação existente entre as representações nos sonhos e as representações nos quadros de psicose. Há uma supervalorização do que Freud (1900/1996) chama de “realizações mentais” (Freud, 1900/1996, p. 108) na economia psíquica do sujeito. A velocidade na sequência de representações oníricas é equiparável à fuga de ideia nas psicoses. As operações com o tempo também se assemelham por não seguirem um critério cronológico. Os fenômenos que caracterizam a cisão do ego no sonho, quando se divide em

dois, são similares aos fenômenos na clínica da paranoia alucinatória. Há uma analogia entre as ideias delirantes crônicas e os modos como os sonhos se desenvolvem.

Essas questões demonstram que a construção teórica freudiana se dá no sentido de elaboração de uma linguagem que permita a interpretação não apenas dos sonhos, mas também o motivo pelo qual um sujeito narra um sonho de tal maneira e não de outra e se esquece desse ponto e não daquele. Ao conjugar a teoria da sexualidade com uma teorização dos elementos que caracterizam o sonho, o pensamento freudiano dá provas de sua fecundidade à medida que permite – àquele que escuta o sonho – situar os modos pelos quais o sujeito que sonha é afetado pela sexualidade do outro e pelas implicações desse afeto na sua própria sexualidade.

A questão fica mais clara se se direciona a atenção para o fato de que não se trata de duas teorias diferentes, mas sim de dois fenômenos, que têm como eixo a noção de sexualidade proposta por Freud (1900/1996). É exatamente por aí que podemos afirmar que não se trata de coincidência o fato de que o *modus operandi* do trabalho do sonho ser similar ao *modus operandi* do aparelho psíquico proposto por Freud, mas sim que fatores como

deslocamento, condensação e sobredeterminação – na construção dos sonhos, bem como a questão de qual deles é o fator dominante e qual é o fator subordinado – tudo isso deixaremos de lado para uma investigação posterior. Mas podemos enunciar provisoriamente uma segunda condição que deve ser atendida pelos elementos dos pensamentos oníricos que penetram no sonho: eles *têm que escapar da censura imposta pela resistência*. E daqui por diante, ao interpretarmos os sonhos, levaremos em conta o deslocamento onírico como um fato inegável (Freud, 1900/1996, p. 307, grifo meu).

Assim, o trabalho de sonho tal como a riqueza da produção onírica característica dos quadros de psicose podem ser abordados, a partir da teorização freudiana, como produções relacionadas ao desejo e que, por esse mesmo motivo, servem como ferramenta de um trabalho analítico.

Essas questões revelam a fecundidade da proposta freudiana em relação ao pensamento moderno. Com uma ferramenta apenas – sua vaga noção de uma energia que circula pelo corpo e pela fronteira entre o somático e o psíquico –, Freud consegue articular a clínica das neuroses, a clínica das psicoses e o trabalho psíquico que caracteriza o sonhar em torno de sua teoria da sexualidade. Todas essas questões demonstram também um lugar

ocupado pelo corpo que podemos definir como fundamental na elaboração conceitual freudiana.

Ao passarmos pelas obras que caracterizam o começo da Psicanálise – como os rascunhos e cartas, além do “Projeto para uma psicologia científica e da interpretação dos sonhos” –, podemos testemunhar um movimento empreendido por Freud que se repete várias vezes ao longo de seus textos. Trata-se da tentativa, acompanhada sempre de um fracasso de ordem teórico-conceitual, de submissão do corpo do sujeito a paradigmas, ora físico-mecanicistas, ora biofisiológicos, ora químicos. Para pensar como essas questões se desenvolvem ao longo da obra freudiana, será feito agora um movimento em torno dos trabalhos seguintes, escritos e publicados do ano de 1900 em diante.

1.2 A teoria da libido e a formalização do narcisismo

As proposições apresentadas anteriormente apresentam maior maturidade teórica ao longo de seu desenvolvimento na medida em que continuam como norteadores da problemática freudiana. É a partir de sua teoria da sexualidade e dos modos que essa sexualidade deixa marcas no sujeito e no seu corpo que Freud se propõe a pensar os problemas de sua prática clínica.

É isso que está em questão, no caso clínico apresentado por Freud como “Fragmento de análise de um caso de histeria” e conhecido popularmente como Caso Dora, publicado no ano de 1901. Embora Dora tivesse 18 anos quando esteve com Freud, sua anamnese e seu processo de análise revelam algo que apresenta determinada constância. É o caso, por exemplo, de um quadro de enurese infantil. Dora apresenta um quadro de enurese que Freud (1901/1996) afirma não ser habitual. Ele diz tratar-se de um caso que persistiu por um tempo muito além do normal, tendo desaparecido e retornado por volta dos seis anos de idade. É dessa mesma ordem outro sintoma manifestado por Dora, de caráter compulsivo, em que o sujeito não consegue passar perto de nenhum homem que visse conversando de maneira animada ou terna com uma mulher. Tal situação seria responsável por um quadro de profunda angústia em que Dora relata um sentimento de pressão na região torácica.

Mesmo que Freud (Freud, 1901/1996) afirme que o caso gira em torno da “experiência de Dora com o Sr. K. – suas propostas amorosas a ela e a conseqüente afronta a sua honra” (p. 18), o que interessa para o problema aqui apresentado é a maneira como o corpo do sujeito responde após ser afetado por esses eventos. Seja pela enurese ou pela pressão na região do

tórax, Dora dá provas de como seu corpo é peça fundamental na economia libidinal de seus sintomas.

É partindo dessas coordenadas, que Freud será capaz de construir os pilares que sustentarão a teoria da sexualidade infantil. Nos seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1996), o psicanalista postula uma teoria de estágios da libido, sendo que esses estágios se diferenciam entre si essencialmente pela variabilidade do objeto. Como operador teórico-conceitual para essa questão, Freud nos propõe a noção de zonas erógenas, que, segundo ele, pode se ligar a certas partes do corpo. Além disso, ele pontua que qualquer ponto da pele ou mucosa pode reivindicar para si as funções de uma zona erógena. Nesse contexto, muito mais importante que uma suposta “natureza das partes do corpo” (Freud, 1905/1996, p. 94), são a qualidade do estímulo e sua dimensão sexual. São esses fatores que pautarão a produção de uma sensação prazerosa. Através desse operador – as zonas erógenas – Freud é capaz de pensar em um tipo de equivalência entre a boca (representado pelo chuchar) e o ânus (representado pelo controle do esfíncter e das fezes) no sentido de “mediar um apoio da sexualidade em outras funções corporais” (p. 95). Essa passagem é relevante, pois evidencia a originalidade da noção freudiana de sexualidade. É por conta desses elementos que Freud será capaz de falar de uma distinção e um esclarecimento sobre a “confusão entre ‘sexual’ e ‘genital’” (Freud, 1905/1996, p. 92). Essa distinção se faz possível na medida em que a zona genital “não desempenha o papel principal, nem pode ser a portadora das moções sexuais mais antigas, mas que está destinada a grandes coisas no futuro” (Freud, 1905/1996, p. 96) e, exatamente por isso, pode ser pensada em relação direta com a boca enquanto zona erógena na medida em que “é inevitável que a sensação prazerosa que essas partes do corpo – os órgãos genitais – são capazes de produzir se faça notar à criança já na fase de amamentação, despertando uma necessidade de repeti-la” (Freud, 1905/1996, p. 96). É por ter constituído no seu corpo a capacidade de se deslocar entre objetos que o sujeito se encontra agora inscrito em um tipo de circuito, que não o atravessa somente, mas também faz laço com o outro.

Ainda nos “Três Ensaio”, Freud (1905/1996) fala de uma substituição de objeto supostamente imprópria. Nesse sentido, o termo “impróprio” não se refere a uma norma de conduta estabelecida pelo psicanalista que é classificada como imprópria, mas imprópria à finalidade reprodutiva. Trata-se de “casos em que o objeto sexual normal é substituído por outro que guarda certa relação com ele, mas que é totalmente impróprio para servir ao alvo sexual normal” (Freud, 1905/1996, p. 79). Nesse momento, também é possível encontrarmos Freud se debruçando sobre a necessidade de articulação teórico-clínica entre corpo e mente.

De acordo com o autor, a teoria das pulsões permite afirmar que os órgãos do corpo são responsáveis por dois tipos específicos de excitação, que se diferem a partir de critérios químicos. Um desses tipos é definido por Freud como estritamente sexual. Em função dessa dimensão sexual, Freud acentua que o órgão deve ser tratado como a própria zona erógena da qual emana a pulsão parcial. Somente a partir daí, Freud é capaz de extrair um “representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do ‘estímulo’, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora” (Freud, 1905/1996, p. 103).

Mais adiante, o psicanalista formaliza essa extração quando define a pulsão como um dos conceitos responsáveis pela “delimitação entre o anímico e o físico” (Freud, 1905/1996, p. 103, grifo meu). Diz ainda que seu modo de funcionamento se define pela completa ausência de qualidades, só podendo ser considerada como uma exigência de trabalho constante. Essa passagem é interessante na medida em que marca uma diferença muito precisa sobre a abordagem do corpo no campo da Psicanálise. Ao definir as pulsões sexuais como o representante psíquico de uma excitação somática, Freud formaliza o vínculo entre esses dois domínios ao mesmo tempo em que chama a atenção para uma nova relação do sujeito com o seu corpo e para uma noção de sexualidade, que passou despercebida para as ciências que se ocupavam dos problemas do corpo, como a biologia e a fisiologia. Nesse caminho, a relação dessas zonas erógenas com a excitação sexual, que já chamava a atenção de Freud, só pode ser pensada à luz da teoria da substância sexual citada anteriormente e que agora ganha uma versão mais madura quando Freud propõe uma teoria da libido. Nesse contexto, essa teoria ajudaria a pensar um modelo de uma energia quantitativamente variável, mas que também é dotada de uma dimensão qualitativa. Esse modelo energético se diferenciaria dos demais por sua dimensão sexual, que, nessa altura, Freud só pudera conceber como uma “química especial” (Freud, 1905/1996, p. 133). É por meio dessa definição que Freud dispõe de elementos para se pensar uma nova noção de sexualidade. Ao postular a libido como uma força variável que exerce influência sobre a excitação sexual, ele inscreve essa sexualidade em termos econômicos. É por isso que, em outra passagem, ele salienta que “deveria ser tarefa de uma teoria da libido, no campo dos distúrbios neuróticos e psicóticos, expressar todos os fenômenos observados e os processos deduzidos em termos da economia libidinal” (Freud, 1905/1996, p. 143, grifo meu). Partindo dessa premissa, Freud dispõe agora dos elementos conceituais que lhe permitem operacionalizar sua teoria da sexualidade infantil como questão fundamental na constituição do psiquismo. Ele formaliza a questão quando afirma que

faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes (Freud, 1905/1996, p. 106).

Nesse contexto, a noção de transgressão anatômica proposta por Freud (1905/1996) nos fala de modos pelos quais o sujeito se serve de seu próprio corpo com vistas à satisfação de pulsões sexuais. Nesse sentido, a proposta de Freud fala de uma relação muito específica do sujeito com o seu corpo de modo que é essa mesma relação que nos orienta em relação a uma sexualidade pensada para outros fins, que não os reprodutivos. Sobre isso, Freud afirma que certas partes do corpo, como as mucosas bucal e anal, são tratadas repetidas vezes como genitais, e que isso se dá única e exclusivamente em função do desenvolvimento da pulsão sexual no organismo. Nesse mesmo sentido, Freud enlaça as zonas erógenas, as pulsões e o psiquismo quando relaciona as condutas ditas perversas, que subvertem as funções reprodutivas, com uma função sexual diferente do que é proposto pelo campo das ciências naturais. É também esse mesmo movimento que explicaria os quadros de histeria quando algumas partes do corpo e as mucosas se transformam na sede de novas sensações, simulando, muitas vezes, os fenômenos corporais relacionados aos órgãos genitais. Já a paranoia e a neurose obsessiva se diferenciam por terem sua dimensão sexual menos reconhecível, uma vez que as formações sintomáticas desse quadro se dão “em regiões do aparelho anímico mais afastadas dos centros específicos que dominam o corpo” (Freud, 1905/1996, p. 104).

Em um outro momento, Freud (Freud, 1905/1996) realiza uma articulação desses elementos com o desenvolvimento humano. Nesse contexto, o pensamento freudiano demonstra a sua originalidade na medida em que afirma que esse desenvolvimento só pode ser pensado numa perspectiva que implica perdas sofridas pelo sujeito, que, por sua vez, “só poderiam provocar sensações desprazerosas” (Freud, 1905/1996, p. 109). Essa questão é abordada por Freud quando ele propõe os estádios do desenvolvimento da libido e situa a perda como ponto limítrofe entre cada um desses estádios. Se anteriormente ele nos fala de uma transgressão anatômica da sexualidade, ela só é possível de ser sustentada na medida em que a criança encontra a possibilidade de extrair uma satisfação de seus atos. O próprio

chuchar é, em si, a busca de um prazer que já foi vivenciado anteriormente e pode ser encontrado de maneira regular mediante a sucção rítmica de alguma parte do corpo, como a pele ou os dedos. É também por meio desse ato que a criança obtém a satisfação do que Freud define como “mais vital das atividades da criança” (Freud, 1905/1996, p. 111): mamar no seio materno ou em objetos que substituem essa função. O fundador da Psicanálise localiza na satisfação obtida pelo fluxo de leite a origem do prazer que serve de base para a constituição do aparelho psíquico. Nesse contexto, os lábios e a boca se tornam a zona erógena responsável por receber esses estímulos de modo direto. Freud postula uma espécie de apoio prestado por parte das funções responsáveis pela preservação da vida à função sexual, que a essa altura da vida se encontra completamente dependente. Ele ainda cita diversas semelhanças a serem observadas na criança, após a satisfação das necessidades, e no adulto, após a satisfação sexual. Nesse cenário, a atividade de sucção que conjuga a boca da criança e o seio da mãe seria a base para o que Freud denomina fase oral da libido.

Nela, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição, nem tampouco se diferenciaram correntes opostas em seu interior. O objeto de uma atividade é também o da outra, e o alvo sexual consiste na *incorporação* do objeto – modelo do que mais tarde irá desempenhar, sob a forma da *identificação*, um papel psíquico tão importante. Como resíduo dessa hipotética fase de organização que nos foi imposta pela patologia podemos ver o chuchar, no qual a atividade sexual, desligada da atividade de alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo (Freud, 1905/1996, p. 121, grifo meu).

Posteriormente, Freud afirma que ocorre uma defusão entre a satisfação sexual e a nutrição. Alguns acontecimentos do corpo se impõem ao próprio sujeito e acabam colocando em xeque esse modo de satisfação. Segundo o psicanalista, o momento em que os dentes aparecem marca uma dificuldade na ingestão de alimentos por sucção. Diante desse cenário, Freud apresenta a noção de “sublimação” para falar de um trabalho do sujeito de sustentar sua posição desejante em meio às perdas que caracterizam a economia do desejo. É por meio dessa manobra que o sujeito adentraria ao que Freud denomina fase anal. Nesse estágio, o esfíncter e as fezes do sujeito adquirem o *status* de zona erógena e objeto pulsional, respectivamente, e são responsáveis por uma nova organização da lógica sexual proposta por Freud. Se antes a boca e os lábios enquanto zonas erógenas testemunharam um estágio primevo da constituição do psiquismo e uma identificação entre o sujeito e o objeto, agora a

sexualidade começa a operar um sistema de lógica que é próprio de seu funcionamento. Agora, a criança começa a operar noções como a divisão em opostos, como ativo e passivo, que será mais adiante concebida como masculino e feminino. A musculatura do corpo fornece o aparato necessário para que a pulsão de dominação se exerça. A mucosa do intestino, por sua vez, fornece material para que uma sexualidade passiva se exerça. A perda – fadada à eterna repetição no processo econômico – se faz mais uma vez presente de maneira impositiva para o sujeito. Novamente, acontecimentos de corpo se impõem ao sujeito, colocando outra vez em xeque um modo de satisfação encontrado por este. Haveria então uma terceira fase, intitulada fase fálica, em que a diferença sexual passa a ser notada pela criança. Esse momento tem importância fundamental para a constituição do psiquismo na medida em que é nele que a criança, notando a diferença sexual, se identifica com um dos sexos dos genitores e assume para si uma posição frente a essa divisão. É nesse momento que Freud postula a angústia de castração como mecanismo de defesa do sujeito frente à ameaça de perda, que funda seu desejo. A angústia de castração, por sua vez, dá seguimento ao período de latência, que se caracteriza por uma sublimação das pulsões sexuais e caracteriza um momento em que o interesse se volta para questões de educação e socialização, para fins de educação e socialização.

No entanto, mais uma vez, uma perda primordial à constituição do sujeito se impõe diante deste. Após o período de latência, o advento da puberdade faz com que o corpo do sujeito passe por mudanças que não são sem efeitos. Freud define esse momento como algo muito específico, pois ele traz a chegada da puberdade, que introduz mudanças na vida sexual infantil. Há, agora, um encontro com o objeto sexual, que até então partia de pulsões e zonas erógenas independentes umas das outras. Esse novo objeto sexual consegue realizar a conjugação de todas as pulsões parciais em torno de si. Essa questão traz um pouco da originalidade do pensamento freudiano na medida em que reatualiza a problemática da sexualidade infantil por meio da relação do sujeito com o seu corpo. O (re)despertar pulsional e o (re)encontro com o objeto sexual perdido opera – no sujeito – um movimento no sentido de uma passagem da sexualidade baseada nas zonas erógenas para uma sexualidade que inscreve o desejo do sujeito no campo da alteridade, e isso não é sem consequências.

É por isso que Freud (1905/1996) postula a existência de dois tempos da escolha objetual. Nesse sentido, ele afirma que o período de latência é o intervalo desses tempos, sendo que o primeiro acontece já durante o nascimento e o começo da infância, e o segundo acontece com a puberdade, podendo ser concebido como o que se chama hoje de adolescência. Essa operação faz com que os objetos infantis se tornem obsoletos e

“inutilizáveis” (Freud, 1905/1996, p. 122) em termos de satisfação pulsional. Freud também postula que, a partir desse momento a vida sexual pode ser pensada em duas vias, sendo uma definida como uma corrente de ternura, onde por trás repousam as antigas aspirações sexuais infantis. A segunda via é a própria corrente sensual, e a não confluência dessas correntes, muitas vezes, implica a impossibilidade de se alcançar a satisfação dos ideais da vida sexual, “a conjugação de todos os desejos num único objeto” (Freud, 1905/1996, p. 122). Ao condicionar a satisfação do desejo à alteridade, fica-se às voltas com o fato de que o sujeito realiza um verdadeiro trabalho de luto. Trata-se de um esforço constante de elaborar as perdas, como, por exemplo, a do corpo infantil, o lugar que ocupava no discurso parental até então e, principalmente, a economia psíquica que era capaz de sustentar uma posição frente ao outro. De agora em diante, o sujeito deve encontrar novas maneiras – isso é, novos modos de organização libidinal – que sejam capazes de dar conta da reatualização sexual no seu corpo, sustentando, assim, uma posição de desejo frente ao outro.

É pensando nisso, que Freud (1915/1996a) escreve o texto “Sobre a psicologia do escolar”, no qual aponta a mudança de relacionamento do filho com o pai. A opinião que ele tinha sobre o pai não se sustenta mais e ele descobre que seu pai não é tão poderoso quanto imaginara. Passa a ficar insatisfeito, o critica e avalia seu lugar social. Tudo que há de admirável e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai (Freud, 1915/1996a, pp. 163-164). Essa passagem é importante, pois revela como essa mudança inscreve o sujeito em um cenário que se caracteriza essencialmente por ser conflituoso e revela também como mudanças na economia psíquica do sujeito não podem se dar sem um fundo de angústia.

Ainda nos “Três Ensaio”, Freud (1905/1996) chama atenção para o mecanismo da ambivalência que se constitui a partir da segunda fase libidinal e aponta a importância desse mecanismo na medida em que ele pode se conservar durante toda a vida, ocupando espaço considerável na economia libidinal: “O predomínio do sadismo e o papel de cloaca desempenhado pela zona anal conferem-lhe um cunho singularmente arcaico. Como característica adicional, é próprio dela que os pares opostos de pulsões estejam desenvolvidos de maneira aproximadamente igual” (Freud, 1905/1996, p. 121-122). A sua manifestação e suas implicações para o sujeito podem ser testemunhadas quando Freud afirma que o ponto de virada que faz com que o pai deixe de ser um modelo a ser seguido para se tornar um inimigo a ser eliminado, “o perturbador máximo da nossa vida instintiva” (Freud, 1915/1996, p. 163), marca uma manobra no aparelho psíquico em que os impulsos hostis e não hostis convivem lado a lado sem que possa um anular o outro. É na medida em que o sujeito consegue

sustentar uma nova economia libidinal frente a um novo objeto que ele sustenta também uma posição desejante e não sucumbe frente à ambivalência inerente à economia psíquica. Esse trabalho só é possível a partir do movimento do sujeito de se tomar como próprio objeto de investimento, obtendo também a satisfação de seu desejo.

Ainda nos seus “Três ensaios Freud” (1905/1996) chama a atenção para o fato de que a libido pode “concentrar-se nos objetos, fixar-se neles ou abandoná-los, passar de uns para outros e, partindo dessas posições, nortear no indivíduo a atividade sexual que leva à satisfação, ou seja, à extinção parcial e temporária da libido” (Freud, 1905, p. 112). Ainda sobre a variabilidade dos objetos, Freud lembra como a teoria popular da pulsão sexual se ampara muitas vezes em uma fábula da divisão do ser humano em duas partes – homem e mulher – que visam se unir novamente na via amorosa, mas a própria pulsão sexual demonstra casos em que homens, cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher representa o objeto sexual (Freud, 1905/1996, p. 70).

É também por meio da dimensão econômica que Freud postula o conceito de transferência e afirma sua importância para a prática psicanalítica na medida em que se trata da ferramenta com a qual o psicanalista conduz o tratamento. Nesse contexto, a capacidade de remanejamento dos investimentos libidinais por parte do sujeito é o centro da questão. Freud ressalta que é a partir de necessidades de amor insatisfeitas que o sujeito passa a se aproximar de novas pessoas com ideias libidinais antecipadas. É exatamente aí que um investimento libidinal pode se direcionar para a figura do analista e inseri-lo em uma das séries psíquicas de investimento do paciente. Isso aponta uma especificidade fundamental do tratamento analítico: enquanto a maioria dos tratamentos se baseia numa suposta neutralidade do clínico, o tratamento proposto por Freud só é possível na medida em que o analista assume uma posição privilegiada na economia psíquica do sujeito. É por isso que ele afirma que, de certo modo, os resultados obtidos pela Psicanálise se baseiam, em certa medida, na sugestão. Nesse sentido, se a transferência só pode ser pensada a partir da teoria da libido, sua operacionalização traz à tona a ambivalência característica da economia do inconsciente que sustenta os laços do sujeito. Essa questão faz com que Freud (1912/1996) saliente a possibilidade de “distinguir uma transferência ‘positiva’ de uma ‘negativa’, a transferência de sentimentos afetuosos, dos hostis e tratar separadamente os dois tipos de transferência para o médico” (Freud, 1912/1996, p. 64). Nesse cenário, a transferência negativa “é a melhor explicação para sua habilidade [do sujeito] em colocar as transferências a serviço da resistência” (Freud, 1912/1996, p. 65), colocando também o tratamento em risco. A

transferência positiva, por sua vez, seria caracterizada pela existência de sentimentos amistosos e admissíveis à consciência que se prologam até o inconsciente. As fontes desses sentimentos são denunciadas por Freud como essencialmente eróticas na medida em que apresentam uma suavização de seu objetivo sexual, que se dá no nível da consciência. Essas questões denunciam a existência de uma dimensão sexual que se encontra embutida em qualquer possibilidade de tratamento psíquico, tendo implicações precisas na realização do trabalho clínico. O psicanalista ainda fala de como a transferência negativa é muito comum em instituições, o que faz com que os pacientes saiam de lá com o estado agravado ou inalterado. A transferência erótica, por sua vez, realizaria uma manutenção da estadia do paciente na instituição na medida em que visa a uma resistência ao restabelecimento da vida antes do adoecimento. Essa dimensão não pode ser ignorada pelo psicanalista na sua prática. Freud ressalta que, nas instituições em que os doentes são tratados com métodos não analíticos, a transferência assume “as formas mais indignas, chegando a nada menos que servidão mental e, ademais, apresentando o mais claro colorido erótico” (Freud, 1912/1996, p. 62).

Todas essas questões demonstram um amadurecimento do trabalho freudiano sobre as questões da sexualidade e reiteram a operacionalidade do princípio econômico no campo de problemas da Psicanálise. Pensando nessas questões, Freud publicou, em 1914, sua “Introdução ao Narcisismo”. Esse texto se caracteriza por apresentar uma formalização teórica do posicionamento do sujeito em meio à economia do inconsciente. Nesse contexto, Freud fala de como o termo “narcisismo” é proveniente da obra do psiquiatra Paul Adolf Näcke, sendo utilizado para falar da conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como objeto sexual, obtendo dele plena satisfação.

Ao propor o uso do termo “narcisismo”, Freud (1914/1996) formaliza a dimensão autista da sexualidade infantil a partir do princípio econômico e ao mesmo tempo demonstra como se trata de uma estratégia encontrada pelo sujeito para manter o desejo. É nesse sentido que ele compara a vida psíquica dos povos ditos primitivos e das crianças de sua época. Esses dois grupos seriam ligados por traços isolados, como a megalomania, a superestimação de seu poder e desejo, e a crença na força mágica de palavras. Com o conceito de narcisismo, Freud demonstra, então, um movimento do sujeito de se antepor ao sofrimento imposto pelas perdas. Ele cita o exemplo de alguém que sofre de uma dor orgânica e abandona os interesses pelas coisas do mundo, voltando todo o seu sofrimento para si. A própria situação de sofrimento faz com que o ato de amar seja cessado: “Esse fato não pode nos dissuadir de lhe dar uma tradução em termos da teoria da libido. Diríamos então que o doente retira seus investimentos

libidinais de volta para o Eu, enviando-os novamente para fora depois de curar-se” (Freud, 1914/1996, p. 17).

Essas passagens são importantes, pois demonstram que, se por um lado, o conceito de narcisismo é o que permite uma operacionalização da sexualidade infantil, por outro lado, mostram que, na verdade, a libido é o plano de fundo da própria noção de narcisismo. Ao falar de uma libido que se volta para o Eu, Freud formaliza o conceito de “libido do eu” que toma o próprio corpo do sujeito como objeto de satisfação, denunciando a primazia das pulsões sexuais sob as pulsões do eu. Essa questão estaria relacionada a um momento precoce da constituição do sujeito. Segundo o psicanalista, é necessário supor que a dimensão unitária do Eu não existe desde o começo da vida. Esse Eu precisa se desenvolver, e isso só pode se dar a partir dos investimentos autoeróticos. Há, a partir daí, algo que se acrescenta a esse autoerotismo, “uma nova ação psíquica” (Freud, 1905, p. 13) para que o narcisismo se forme. Dessa forma, Freud supõe a existência de um investimento libidinal originário e que, muito embora seja cedido aos objetos em um outro tempo, sua característica originária persiste por toda a vida na relação com os objetos de investimento. Essa manobra permite Freud tratar de um assunto que ficou encoberto, uma vez que o seu ponto de partida eram os sintomas neuróticos. Por fim, ele aponta uma oposição entre libido do Eu e libido de objeto. Quanto mais se emprega uma, “mais empobrece a outra” (Freud, 1914/1996, p. 12).

Diante dessas proposições, é seguro afirmar que Freud só consegue teorizar uma libido do eu na medida em que a própria teoria da libido dispõe da noção de sexualidade enquanto característica fundamental. Se anteriormente Freud chamava a atenção para uma sexualidade amparada nas zonas erógenas, o conceito de libido do eu reitera a peculiaridade da relação do sujeito com o seu corpo ao propor uma nova noção de sexualidade. A noção empregada por Freud de uma química especial ao longo de sua obra denuncia a impossibilidade de aplicação da sua proposta sobre a sexualidade às proposições da ciência natural. É esse o sentido de sua fala quando ele pontua novamente que é provável que sejam “substâncias e processos químicos especiais” (Freud, 1914/1996, pp. 14-15) os responsáveis pelas operações da sexualidade humana. Mais adiante, ele propõe uma troca no eixo operativo quando as postula como processos psíquicos especiais. Freud realiza um grande esforço para enquadrar sua descoberta nos paradigmas das ciências naturais, muito embora ela mesma se encarregue de fazer o contrário.

A sexualização da libido acaba se tornando o eixo que permite a Freud (Freud, 1914/1996) explicar os eventos clínicos sob os quais se debruçava até então ao mesmo tempo

em que permite à Psicanálise se estabelecer enquanto disciplina e campo de problemas independente. Essa questão é atestada em uma longa passagem, na qual o psicanalista diz:

Precisamente porque em geral me esforço para manter longe da psicologia tudo o que dela é diferente, inclusive o pensamento biológico, quero neste ponto admitir expressamente que a hipótese de instintos sexuais e do Eu separados, ou seja, a teoria da libido, repousa minimamente sobre base psicológica, escorando-se essencialmente na biologia. (...) Estejamos cientes da possibilidade do erro, mas não deixemos de levar adiante, de maneira consequente, a primeira hipótese mencionada de uma oposição entre instintos sexuais e do Eu, que se nos impôs através da análise das neuroses de transferência, verificando se ela evolui de modo fecundo e livre de contradições e se pode aplicar-se também a outras afecções, à esquizofrenia, por exemplo. Naturalmente a situação seria outra, caso se provasse que a teoria da libido já fracassou na explicação da última doença mencionada. C. G. Jung fez tal afirmação, e obrigou-me assim a esta última discussão, que eu bem gostaria de ter evitado. Teria preferido seguir até o final o curso tomado na análise do caso Schreber, silenciando a respeito de suas premissas. A afirmação de Jung é no mínimo precipitada. Seus fundamentos são parcos. Primeiro ele invoca o meu próprio testemunho, segundo o qual, devido às dificuldades da análise de Schreber, fui obrigado a estender o conceito de libido, isto é, a abandonar o seu conteúdo sexual, identificando libido com interesse psíquico propriamente (Freud, 1914/1996, pp. 14-15).

No ano seguinte, Freud (1915/1996b) deu prosseguimento a essas questões ao formalizar a importância do conceito de pulsão por meio do texto “A pulsão e seus destinos”. Esse texto é importante para o problema apresentado na medida em que, nele, Freud fornece as coordenadas da inserção do conceito no campo de problemas da Psicanálise. Se anteriormente o psicanalista se preocupava em realizar uma articulação entre o psíquico e o somático para fundamentar sua prática clínica, nesse texto ele reconhece que o próprio conceito de pulsão deve ser tomado o “conceito-limite entre o somático e o psíquico” (Freud, 1915/1996b, p. 42). É a pulsão que literalmente dá corpo aos representantes psíquicos dos estímulos que se geram no interior do organismo. Ainda segundo o psicanalista, trata-se de um conceito básico, convencional, provisório e obscuro, mas que não pode ser dispensado. Aqui, a operação do psiquismo se encontra completamente imbricada com a dimensão fisiológica do corpo, muitas vezes se sobrepondo a esta. Freud é claro quando afirma que a

pulsão só pode ser pensada a partir da fisiologia do estímulo, mas se diferencia deste à medida que sua dimensão sexual é capaz de fazer emergir um novo campo para sua atuação: o do psiquismo. A amarração entre as dimensões somática e psíquica realizadas pelo conceito de pulsão marca a especificidade da descoberta freudiana. Em um momento em que a medicina e a psicologia se debruçavam sobre a noção de um corpo que respondia por meio de reflexos aos estímulos que era exposto, Freud propôs uma clínica que subvertesse toda a lógica vigente, superando os obstáculos que se impunham para esses campos. É na medida em que a clínica psicanalítica demonstra novas possibilidades de se pensar o corpo pulsional investido pela libido, que seu método se distingue da velha psicologia experimental. É por isso que ele assevera que a pulsão é importante “no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo” (Freud, 1915/1996b, p. 73). Isso significa que o campo de problemas da Psicanálise é um campo específico de problemas que só podem ser tratados pelos modos com que o sujeito lida – pela linguagem – com as dificuldades dos eventos de ordem pulsional que afetam diretamente o seu corpo. Sob essas coordenadas, faz-se um avanço na obra freudiana, para pensar como essas questões se relacionam com o problema proposto.

1.3 A teoria da libido e a defusão pulsional

Este terceiro tempo se caracteriza pelas consequências de acontecimentos de ordem mundial que abalaram as cosmovisões do fundador da Psicanálise. Os eventos relacionados à Primeira Guerra Mundial fazem com que Freud seja confrontado não apenas com a morte, mas também com as consequências psíquicas da guerra nos sujeitos que se envolvem direta e indiretamente.

Em 1915, Freud publicou um texto destinado às “Reflexões sobre a guerra e a morte”. O impacto desses eventos na vida e na obra do psicanalista testemunhados quando o psicanalista nos alerta para o fato de essa ser, até então, a mais sanguinária e mais destrutiva das guerras. O aperfeiçoamento técnico proporcionado pela Revolução Industrial no século anterior aumentou o poder de ataque das armas, fazendo dessa guerra ser “tão encarniçada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido” (Freud, 1915/1996c, p. 166). Marcou também um período em que os Estados não obedeciam aos limites impostos pelas normas jurídicas internacionais, “as distinções entre civis e militares, a propriedade privada” (Freud, 1915/1996c, p. 166).

Embora num primeiro momento Freud (1915/1996) afirme que “o indivíduo que não é ele um combatente – e dessa forma um dente da gigantesca engrenagem da guerra – sente-se

atônito em sua orientação e inibido em seus poderes e atividades” (Freud, 1915/1996, p. 163), observa-se como essas questões se relacionam com a própria Psicanálise enquanto campo de problemas. Freud acreditava ser patente o fato de que o valor da vida individual é o eixo central do tema e denunciava a ilusão da humanidade quando acredita que a questão só pode ser resolvida sob a perspectiva da civilização que irrompe com os Estados-Nações que caracterizam a modernidade. Nas suas palavras:

Já dissemos a nós mesmos, sem dúvida, que as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente. Estávamos preparados para verificar que as guerras entre os povos primitivos e civilizados, entre as raças que se acham divididas pela cor da pele – as guerras até mesmo contra e entre as nacionalidades da Europa cuja civilização se acha pouco desenvolvida ou se perdeu – ocupariam a humanidade ainda por algum tempo. Mas nos permitimos ter outras esperanças. Esperávamos que as grandes nações de raça branca, dominadoras do mundo, às quais cabe a liderança da espécie humana, que sabíamos possuírem como preocupação interesses de âmbito mundial, a cujos poderes criadores se deviam não só nossos progressos técnicos no sentido do controle da natureza, como também os padrões artísticos e científicos da civilização – esperávamos que esses povos conseguissem descobrir outra maneira de solucionar incompreensões e conflitos de interesse. Dentro de cada uma dessas nações, elevadas normas de conduta moral foram formuladas para o indivíduo, às quais sua maneira de vida devia conformar-se, se ele desejasse participar de uma comunidade civilizada. Esses ditames, não raro demasiado rigorosos, exigiam muito dele – uma grande dose de autodomínio, de renúncia à satisfação dos instintos. Acima de tudo, via-se proibido de fazer uso das imensas vantagens auferidas pela prática da mentira e da fraude na competição com seus semelhantes. Os Estados civilizados consideravam esses padrões morais como sendo a base de sua existência. Adotavam medidas sérias se qualquer um se aventurasse a violá-los, e freqüentemente declaravam impróprio até mesmo submetê-los ao exame de uma inteligência crítica. Devia-se supor, portanto, que o próprio Estado os respeitaria e não pensaria em empreender contra eles qualquer coisa que viesse a contradizer a base de sua própria existência (Freud, 1915/1996c, p. 164).

Essa passagem é interessante, pois revela o fato de que Freud (1915/1996c) estava atento às questões da guerra, da morte e das histórias da humanidade e às características gerais de seu tempo. Embora Freud considere a civilização europeia característica dos Estados Modernos como um modo de convívio coletivo, que atinge um modelo de organização supostamente superior aos povos ditos primitivos, por outro lado, ele afirma que essa organização não é forte o suficiente para fazer barra aos eventos de ordem bélica. Essas questões também revelam como, a partir desses eventos, Freud e a Psicanálise se ocupam com o que pode ser chamado de uma economia libidinal da guerra. Se a civilização não é capaz de barrar a beligerância humana, o único caminho para se pensar a questão da guerra e da morte seria então os estágios oral e anal da libido, que dizem respeito à organização psíquica das crianças e estruturam uma economia um tanto quanto rudimentar sobre sua importância para aqueles que são responsáveis por seus cuidados. Ao conjugar a vida psíquica das crianças com a vida psíquica dos povos ditos primitivos, Freud nos mostra, por meio de sua teoria da libido, que esses modos de organização, embora sejam denominados primitivos, não deixam de existir na civilização. Essa questão pode ser estendida para além do campo clínico e ser aplicada ao campo cultural. Freud nos fornece um exemplo desses modos de organização que se fazem presentes dentro dos Estados modernos. Nas palavras do psicanalista:

a observação demonstrou, por certo, que enraizados nesses Estados civilizados havia remanescentes de certos outros povos, universalmente impopulares e que, portanto, apenas de maneira relutante, e assim mesmo não integralmente, haviam sido admitidos à participação no trabalho comum da civilização, trabalho para o qual se tinham revelado bastante adequados (Freud, 1915/1996c, p. 164).

É somente a partir daí que a crença de que as nações sob forma de Estado poderiam resolver as questões da guerra pode ser considerada como ilusão. Freud (Freud, 1915/1996c) fala de uma espécie de frustração quanto às expectativas da sociedade iluminista que ordenava o mundo em sua época. O psicanalista é preciso ao afirmar que não há justificativa para essa desilusão, uma vez que, em suas palavras: “nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos” (Freud, 1915/1996c, p. 170).

Essa questão acaba se tornando uma linha consistente no trabalho freudiano na medida em que preocupa o fundador da Psicanálise e demanda uma teorização que vá além de trabalhos como “Totem e Tabu” (Freud, 1913/1996) e das próprias “Reflexões” (Freud, 1915/1996c). Esse fato direciona a outra referência muito importante escrita no ano de 1915 e

publicada no ano de 1917, intitulada “Luto e Melancolia”. Trata-se de uma obra que demonstra uma maturidade do pensamento freudiano na medida em que Freud se embasa em noções como “narcisismo”, “libido do eu” e “desfusão pulsional”. É por isso que, logo no começo do texto, Freud (Freud, 1915-1917/1996) acentua: “tendo os sonhos nos servido de protótipo das perturbações mentais narcisistas na vida normal, tentaremos agora lançar alguma luz sobre a natureza da melancolia comparando-a com o afeto normal do luto” (Freud, 1915-1917/1996, p. 142). Nesse contexto, o psicanalista realiza uma teorização que orienta sobre o que está em questão para o sujeito quando se encontra confrontado com a perda.

A partir dessas coordenadas, Freud (1915-1917/1996) apresenta o luto como uma reação normal às perdas vivenciadas pelo sujeito. Trata-se de um período doloroso na medida em que este sujeito se encontra confrontado com a perda de um objeto amado. Freud (1915-1917/1996) explica essa dor e a essa penosidade à luz da economia libidinal quando ressalta que o teste de realidade revela para a pessoa enlutada que o objeto amado não mais existe. Essa situação exige que toda a libido seja imediatamente retirada daquele objeto. É aí que reside a dor do luto. Freud lembra que “é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena” (Freud, 1915-1917/1996, p. 143). Ainda de acordo com o psicanalista, a oposição a esse movimento pode dar lugar a fenômenos de desvio da realidade, em que podem ocorrer alucinações com o objeto perdido. As memórias relacionadas ao objeto perdido sofrem um hiperinvestimento. Só a partir daí é que o desligamento é possível. Nessa perspectiva, pode-se entender o trabalho de luto como um movimento necessário por parte do sujeito, para que haja uma retomada dos investimentos libidinais a partir do desligamento com o objeto perdido. Aqui, os sonhos, as cerimônias e os ritos de passagem relacionados à morte de um ente querido são, na verdade, estratégias psíquicas que a civilização encontra para facilitar esse desligamento.

Os casos em que o desligamento não ocorre, além do desvio da realidade já citado anteriormente, são o fio condutor que permite ao psicanalista uma teorização sobre a melancolia, categoria da psiquiatria clássica. Nesses termos, se o autor afirma que o luto é o afeto correspondente à melancolia, essa questão está ligada ao fato de que esta só pode ser pensada então a partir de uma perda vivenciada pelo sujeito e que teve outro rumo que não a sua elaboração e o remanejamento dos investimentos libidinais. É seguro afirmar que a melancolia ajuda a pensar o problema apresentado à medida que surge como um outro desdobramento do processo do confronto com a morte vivenciado pelo homem. Se no luto prevalece o que Freud chama de respeito pela realidade a partir de um restabelecimento da economia libidinal, na

melancolia assiste-se a um quadro clínico que se caracteriza por um apagamento do sujeito e uma manifestação do desejo, que se dá às avessas, como se visasse ao seu próprio desaparecimento e destruição.

A partir daí, Freud (1915-1917/1996) relata que as queixas autodepreciativas apresentadas na clínica da melancolia traduzem, na verdade, uma perda de valor vivenciada pelo sujeito. À medida que, diferentemente do luto, tem-se na melancolia uma perda que não se supera, conseqüentemente, não há restabelecimento dos investimentos libidinais. Freud fala de um investimento libidinal que se perde junto com o objeto. A partir disso, ele não consegue elencar novos objetos e seus investimentos são todos voltados para si. Esse movimento opera, no campo do enlutado, uma identificação com o objeto perdido, dando a entender que “a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado” (Freud, 1915-1917/1996, p. 146). O sentimento de menos-valia que caracteriza as queixas do sujeito nada mais é do que a consequência de uma des fusão das pulsões que enlaçam o psíquico e o somático. Essa questão pode ser testemunhada por exemplo “pela insônia e pela recusa a se alimentar, e – o que é psicologicamente notável – por uma superação do instinto que compele todo ser vivo a se apegar à vida” (Freud, 1915-1917/1996, p. 142). Embora a melancolia já tenha sido abordada anos antes, ocasião em que Freud afirmou se tratar do afeto correspondente ao luto (Freud, 1895/1996a), é o fato de se deparar com os eventos bélicos e suas consequências que faz com que Freud se proponha a pensar a questão da morte e o desenlace das pulsões. Esse fio pode ser seguido ao longo dos anos seguintes.

No ano de 1918 aconteceu o V Congresso Internacional de Psicanálise, que resultou na publicação de um livro intitulado “A Psicanálise e as Neuroses de Guerra”. Nesse contexto, a “neurose de guerra” pode ser pensada como um quadro clínico que acomete sujeitos que estiveram no *front* de batalha, tendo em sua etiologia fatores não fisiológicos. Seus sintomas mais comuns são: confusão mental, paralisia, convulsões e *flashbacks* das situações vivenciadas no *front* de guerra. A contribuição da Psicanálise para o tema reside no fato de que a Medicina e o Direito da época acreditavam que muitas das pessoas em sofrimento psíquico estariam simulando seus sintomas para não retornarem ao campo de batalha. Essas questões demonstram um trabalho de elaboração realizado por Freud pelos eventos que acometiam o mundo naquela época. Ao se debruçar sobre o luto, a melancolia e as neuroses de guerra, testemunha-se Freud às voltas com as consequências clínicas de eventos que, embora fossem novos, acabariam por pautar toda a dinâmica do século XX. Se em um primeiro momento sua teoria e clínica propunham uma teorização sobre uma noção de

sexualidade que só poderia ser pensada nos termos de um corpo pulsional, agora Freud empreendia esforços para uma abordagem de consequências diretas dos eventos que testemunhou, como, por exemplo, os traumas e a morte. A noção de uma “economia psíquica da guerra” e de uma “economia psíquica da morte” proposta pelo pensamento e pela clínica freudiana soma-se às outras teorizações já existentes e marca um momento específico de maturidade do trabalho realizado pelo psicanalista. Nas suas palavras:

levando esse curso em conta na consideração dos processos mentais que constituem o tema de nosso estudo, introduzimos um ponto de vista “econômico” em nosso trabalho, e se, ao descrever esses processos, tentarmos calcular esse fator “econômico” além dos “topográficos” e “dinâmicos”, estaremos, penso eu, fornecendo deles a mais completa descrição que poderemos atualmente conceber, uma descrição que merece ser distinguida pelo nome de “metapsicológica” (Freud, 1920/1996, p. 5),

Nesse contexto, Freud chama atenção para a importância do ponto de vista econômico na constituição do psiquismo e toma, como exemplo, uma brincadeira – denominada por Freud como *fort-da* – realizada por seu neto de 18 meses. A brincadeira consistia em jogar e puxar um carretel acompanhado das expressões *fort* (longe) e *da* (perto), respectivamente. Esse movimento poderia ser interpretado como um momento de elaboração do sujeito de uma mudança na sua posição subjetiva de modo que simula a ausência e a presença da mãe. Essa questão se relaciona intimamente com uma renúncia na satisfação pulsional. O arremesso do carretel simula o momento em que a mãe simplesmente se afasta da criança e esta precisa lidar com essa perda, a fim de sustentar sua condição de sujeito. Além de desvelar a lógica da economia psíquica, a brincadeira do *fort-da* mostra a operação de uma tendência à repetição na constituição do sujeito. Se a Primeira Guerra Mundial fez com que Freud voltasse sua atenção para os casos de traumas em que o sujeito repetia as vivências da guerra, agora Freud fala de uma tendência à repetição um dos processos responsáveis pela fundação e estruturação do psiquismo. Trata-se de um ponto de virada importante que terá consequências na própria técnica psicanalítica. Freud reconhece que, após 25 anos de trabalho, os objetivos da Psicanálise são completamente diferentes daqueles da época de seu nascimento. Ele pontua que, em um primeiro momento, o papel do analista era limitado a reconhecer o conteúdo inconsciente e comunicá-lo ao paciente. Isso não era suficiente em termos clínicos. A partir daí, buscou-se descobrir as resistências do paciente e superá-las de modo transferencial. De todo modo, era cada vez mais difícil que o objetivo estabelecido – tornar consciente o

material inconsciente – fosse alcançado já que os pacientes não podem recordar a totalidade de seus conteúdos reprimidos. A teorização comunicada ao paciente perde seu efeito na medida em que o paciente passa a repetir os fenômenos a partir de outras situações da vida. Com isso, Freud abre caminho para a teorização de uma pulsão de morte, que tem como meta a restauração de um estado anterior à vida. Freud situa essa pulsão de morte como o epicentro conceitual de sua práxis clínica de modo que, de agora em diante, a Psicanálise segue na direção oposta de toda a tradição iluminista que nasce no mundo moderno. Se no “Totem e Tabu” (Freud, 1913/1996) e nas “Reflexões” (Freud, 1915/1996c), a morte e a perda são apresentadas como fenômenos que demandam um trabalho de elaboração enquanto o sujeito se encontra atravessado por sentimentos ambivalentes, em um momento em que o mundo olhava para a vida e tentava dominar a natureza, agora Freud realiza um trabalho de construção que tem como base fundamental a morte. Embora sua obra esteja repleta de termos que indicam uma tentativa do psicanalista de reduzir sua obra à uma práxis científica, e ele constantemente fale de processos orgânicos especiais, substância sexual e teorias químicas especiais, é a sensibilidade de Freud em relação à vida e à morte que marca a impossibilidade de redução da Psicanálise às cosmovisões estabelecidas sob bases cartesianas.

As experiências de repetição testemunhadas por Freud nas neuroses de guerra exigem do psicanalista uma teorização psicológica sobre os fenômenos na medida em que o quadro não pôde ser relacionado com um trauma histológico. Nessa ocasião, ele teorizou o trauma como um evento de grande impacto na economia pulsional, como um choque; algo que produz um efeito sobre o órgão da mente pela ruptura do escudo contra estímulos e pelos problemas que se seguem em sua esteira (Freud, 1920, p. 21). A ferramenta que opera sobre o “órgão da mente” descrito por Freud não pode ser outra se não as fases relativas à constituição da economia psíquica do sujeito, momento em que este assume diferentes posições diante de seu desejo. Conforme o psicanalista, é possível identificar, desde o início da atividade sexual, a presença de um componente sádico nas pulsões, que é capaz de se tornar independente e dominar toda a vida sexual do paciente. Esse sadismo é concebido como algo expulso do ego pela libido narcísica, mas que já se encontra impregnado na própria fase oral quando o objeto de amor e o objeto a ser triturado e digerido são um só. Com o desenrolar da sexualidade, o sadismo acaba conseguindo se isolar e adquire autonomia para se exercer sob o objeto sexual.

Esse ponto é interessante, pois, se, em um momento, Freud (Freud, 1920/1996) é confrontado por algo que vai chamar de defusão das pulsões, por outro lado, essa defusão está enraizada nos próprios processos de constituição da sexualidade. Ao apontar o caráter sádico que caracteriza a fase oral da teoria da libido, Freud demonstra, em um âmbito

teórico-clínico, a dimensão de satisfação que faz com que a pulsão de morte seja concebida como um paradoxo. Embora a morte seja frequentemente associada à dor, ao sofrimento e ao luto, Freud mostra, por meio do ordenamento pulsional, uma dimensão do sujeito que encontra satisfação nesse projeto. Se num primeiro momento sua construção teórica se deu no sentido de elaborar algo limítrofe entre as excitações somáticas e as representações psíquicas, a partir de agora Freud isola a morte como exigência de satisfação que o sujeito não pode escapar. Essa exigência de satisfação tem seu fundamento no sadismo, que caracteriza a economia psíquica em um de seus estágios mais rudimentares, algo que Freud vai chamar de “masoquismo primário” (Freud, 1920/1996, p. 37).

Esse masoquismo primário pode ser pensado como um fio condutor que atravessa as elaborações freudianas que acontecem entre a publicação dos seus “Três Ensaio” – quando ele fala das fases da libido - e a publicação de “Além do princípio do prazer” – com a formalização da pulsão de morte. Esse recorte demonstra um atravessamento de um modo de satisfação paradoxal na clínica, que Freud só resolve – do ponto de vista teórico-conceitual – após as elaborações sobre a pulsão de morte. Em 1923 Freud publicou “O ego e o id”.

Nesse texto, Freud retoma a teoria da libido como a ferramenta que opera a questão da defusão das pulsões. De acordo com o psicanalista a ideia de defusão se impõe à própria noção de uma fusão. Além disso, trata-se de uma ferramenta de trabalho para casos em que “o surgimento pronunciado do instinto de morte exige consideração específica entre os efeitos de algumas neuroses graves, tais como, por exemplo, as neuroses obsessivas” (Freud, 1905/1996, p. 25). A elaboração de uma defusão das pulsões é de extrema importância para a prática clínica e para o entendimento da economia libidinal. A partir daí, Freud começa a falar de um sentimento inconsciente de culpa que desempenha um papel fundamental na economia psíquica. Segundo o autor, esse sentimento está presente nos mais variados casos, colocando todo o tipo de obstáculos na condução dos tratamentos.

Ao mesmo tempo, é por esse mesmo caminho que ele aborda a clínica das neuroses narcísicas, como a melancolia, a esquizofrenia e a paranoia. Nesse sentido, se num primeiro momento de sua obra ele fala de uma ambivalência que enlaça as pulsões, agora ele parte dessa mesma ambivalência para pensar a defusão. Para Freud, em casos de paranoia persecutória, o vínculo persecutório tem sua raiz em um investimento libidinal que proporciona satisfação às pulsões sexuais. A paranoia se caracterizaria, então, pela sua transformação do impulso erótico em um impulso hostil.

Nesse contexto, as mudanças do plano econômico na metapsicologia freudiana exigem uma mudança que se estende também ao campo topográfico. As reformulações se dão na

abordagem do aparelho mental, que agora se divide entre o id, o ego e superego, sendo que o componente sádico da teoria libidinal é, pois, operacionalizado por esse último. Seu funcionamento se dá como o de um agente responsável por submeter o sujeito em uma trama que não tem outro desfecho se não a repressão e mortificação do sujeito. Tem-se uma atualização da relação edipiana, que é responsável pela manutenção de um conflito que pautará toda a economia psíquica do sujeito. Conforme Freud, o superego apresenta um funcionamento específico. Ele não vem a ser simplesmente o resíduo de escolhas primitivas do id. Ele, ao mesmo tempo, “representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas” (Freud, 1923/1996a, p. 21). O superego teria um funcionamento paradoxal. Ao mesmo tempo em que cita as coordenadas “você deve ser assim”, ele também cita “você não deve ser assim”. Sua função seria, segundo Freud, continuar o trabalho de repressão do desejo, apresentado sob a forma do Complexo de Édipo. Em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve a sua existência (Freud, 1923/1996a, p. 21). Freud identifica a figura paterna no exercício da função superegoica por meio do exercício da autoridade nas várias instâncias da vida, como a religião e a educação, sendo que sua dominação pode ser facilmente encontrada na consciência e seu aspecto se dá, muitas vezes, sob um fundo de compulsão.

Essa questão é interessante à medida que demonstra a formalização de um problema que atravessava todo o edifício psicanalítico desde seu começo até então. Se anteriormente Freud falou de uma pulsão que sustentava o movimento de repetição do sujeito frente ao seu desejo, tendo como finalidade o retorno a um estado anterior à vida, agora, ele demonstra o papel do superego nessa trama. É na medida em que há uma atualização do conflito edipiano e ele se torna a instância responsável pela repressão e mortificação do desejo, que a pulsão de morte passa agora a ter um “setor” exclusivo para a realização do seu trabalho. O superego e a pulsão de morte instauram um tipo de parceria, em que o primeiro se utiliza do segundo como ferramenta de trabalho e seu campo não pode ser outro que não o sujeito.

Essas questões foram trabalhadas por Freud ao longo de toda a década e se tornaram o paradigma fundamental de sua clínica. Além disso, a operatividade da des fusão pulsional no campo de problemas da Psicanálise fez com que Freud escrevesse, em 1924, um texto dedicado à sua teorização, intitulado “O problema econômico do masoquismo”. No texto em questão, Freud (1924/1996a) formaliza a questão do masoquismo e demonstra que este só pode ser pensado em sua relação com a teoria da libido. Nesse contexto, o psicanalista afirma que, no processo de constituição do sujeito, há uma imbricação das pulsões de vida e morte de modo que a primeira realiza um “amansamento” (Freud, 1924/1996a, p. 97) da segunda. Daí

em diante, Freud chama atenção para o fato de como o masoquismo acompanha a libido em suas fases, retirando dela forças que lhe permitirão se situar como uma força autônoma que exerce sob o aparelho mental, uma força comparada por Freud ao poder de uma droga. É exatamente esse processo que fará com que exista em breve na história do sujeito, um superego capaz de agenciar sentimento de culpa que estrutura as neuroses sob as quais Freud se debruçava. Pode-se testemunhar sua importância na economia psíquica se se presta atenção ao termo “lucro composto” (Freud, 1924/1996a, p. 98), utilizado pelo autor para falar de uma satisfação obtida em um sentimento inconsciente de culpa que se dá como o resultado dessa operação.

O lucro composto denuncia o *modus operandi* da neurose nos termos da satisfação paradoxal proposta por Freud na virada teórica de 1920 e situa o superego não apenas como o agenciador da culpa, mas como o principal beneficiário desse lucro. Essa questão é interessante, pois, se Freud mobiliza conceitos em toda a sua obra que chamam atenção para a dimensão econômica do aparelho psíquico, agora ele é preciso ao situar o superego como o verdadeiro beneficiário de todo esse sistema de circulação de investimentos libidinais que sua clínica propõe. É como se ele soubesse tirar energia dos investimentos libidinais que inauguram a constituição do sujeito e conseguisse, em um outro tempo, transformar todo esse material em um verdadeiro capital de giro.

A característica do superego de dono do negócio é tema de outro escrito freudiano publicado no mesmo ano, intitulado “Neurose e Psicose”. No texto em questão, Freud (1924/1996b) se propõe a pensar sobre uma distinção entre esses dois quadros e propõe uma fórmula que diz que “a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo” (Freud, 1924/1996b, p. 89). Posteriormente, Freud fez uma ressalva e afirmou que o superego pode realizar a função de representação das exigências do mundo externo de modo que um conflito entre ego e superego também pode ser pensado como fator operativo em uma psicose. Essa manobra teórica está em consonância com a fenomenologia clínica da melancolia e mania proposta por Freud em 1915, em que o sujeito e seus investimentos libidinais cedem espaço a um julgamento cruel de caráter inconsciente e demonstra a operatividade do superego. Nesse contexto, a libido continua a operar como aquilo que permite uma circulação dos estímulos e das representações nas instâncias do aparelho psíquico, sendo exatamente a partir de modos de circulação possíveis estabelecidos pelo superego que o psicanalista poderá operar um diagnóstico diferencial.

Já no ano de 1925, Freud escreveu um pequeno texto intitulado “Nota sobre o ‘bloco mágico’”, no qual oferece pistas da economia psíquica à luz de sua segunda tópica. No texto em questão, Freud compara a estrutura do bloco mágico com alguns fenômenos da constituição do sujeito neurótico. O bloco funcionaria da seguinte maneira: uma folha de celuloide de duas camadas separáveis repousa sob uma base de cera, e a escrita se realizaria por meio de um estilete que exerce pressão sobre as folhas e, conseqüentemente, sobre a cera. Como resultado, o que foi escrito fica visível na tábua de cera de modo que, “querendo-se apagar o que foi escrito, basta levantar brevemente a dupla folha de cobertura a partir da borda inferior” (Freud, 1925/1996a, p. 245). A escrita fica registrada na tábua de cera e a folha de celuloide se encontra livre novamente para receber novas inscrições. A analogia residiria no fato de que o aparelho psíquico proposto por Freud no “Projeto, na Interpretação” e na reformulação de 1920 pode ser pensado também como um dispositivo nesses moldes. Nele, temos uma instância responsável pela percepção que, assim como a folha de celuloide é sensível aos estímulos externos, mas não é capaz de retê-los, por isso mesmo vale observar, com Freud, que a “irrestrita capacidade receptora e conservação de traços duradouros parecem excluir-se mutuamente (...) ou a superfície de recepção tem de ser renovada ou as anotações têm de ser eliminadas” (Freud, 1925/1996a, p. 243). Freud ainda chama atenção para os investimentos que são enviados e recolhidos periodicamente para a instância da percepção, sendo em função destes que a “percepção” é capaz de captar os estímulos. Aqui, eles têm a estrutura de uma inervação que é capaz de “ativar” ou “desativar” o sistema de percepção do sujeito. Uma vez realizado esse trabalho, a excitação exercida sob a “percepção” é transmitida para uma outra instância responsável pelo seu armazenamento no inconsciente. Agora, os conteúdos lá guardados adquirem o *status* de representações e são regidos pela lógica da repressão. É também nesse ponto que a analogia com o bloco mágico se encerra, uma vez que, no campo do sujeito, os estímulos armazenados servirão como balizadores de sua própria constituição, sendo também “verdade que o Bloco Mágico não pode ‘reproduzir’ a partir de dentro a escrita apagada; seria realmente um bloco mágico se, como nossa memória, pudesse fazê-lo (Freud, 1925/1996a, p. 246).

Ainda no mesmo período, Freud (1925/1996b) publicou o texto intitulado “A negativa” (Freud, 1925/1996b), no qual expõe os modos de circulação de afetos e representações que estruturam o funcionamento neurótico do inconsciente sob a perspectiva de sua segunda tópica. No texto em questão, Freud segue a linha de pensamento desenvolvida no texto do bloco mágico. Todavia, é possível testemunhar que agora ele se debruça sobre o que está em questão para o sujeito no momento da inscrição desses traços e sua importância

na constituição do sujeito. Segundo o psicanalista, é perfeitamente possível que o conteúdo reprimido de uma ideia possa abrir caminho até a consciência, servindo-se da negação. A negação é em si uma forma de tomar conhecimento de algo que foi reprimido em um outro momento; é uma maneira de se levantar o conteúdo reprimido sem, contudo, aceitá-lo. Trata-se de um exemplo claro de uma situação em que “a função intelectual se separa do processo afetivo” (Freud, 1925/1996b, p. 251).

Essa passagem demonstra uma bifurcação entre os processos intelectuais e os processos afetivos, que permitem que o sujeito realize uma “manobra psíquica” em que se opera a aceitação intelectual de um conteúdo reprimido afetivamente sem com isso anular a repressão. Mais à frente, Freud realiza uma distinção entre o que vai chamar de um “juízo de atribuição” e um “juízo de existência” e postula esses dois elementos como o fundamento dessa bifurcação. Nesses termos, o psicanalista afirma que o primeiro juízo – de atribuição – estaria relacionado a um momento precoce da constituição do sujeito, em que as pulsões primitivas se relacionam com o outro por meio de sua introjeção ou exclusão. Na perspectiva do psicanalista, há um eu-de-prazer original que acaba introjetando tudo que é bom e expulsando para fora tudo que é mau: “Para o Eu, o que é mau e o que é forasteiro, que se acha de fora, são idênticos inicialmente” (Freud, 1925b, p. 252).

Esse juízo realiza a inscrição da função afetiva para o sujeito a partir de atributos como “bom”, “mal”, “útil” e “nocivo”, dentre outros; e se situa como um tempo fundamental da constituição do sujeito, sendo que o advento do segundo juízo só é possível após a inscrição dessa função afetiva. A operação do segundo juízo proposto por Freud – o de existência – surge num segundo tempo e junto com o primeiro é capaz de estruturar a relação do sujeito neurótico com a realidade. Nesses termos, o psicanalista afirma que a função do juízo de existência se localiza em um tempo diferente daquele em que se encontra o eu-prazer, mas que só pode se desenvolver a partir deste. Esse juízo fornece ao sujeito as coordenadas para que algo “se ache no mundo exterior, de modo que seja possível apossar-se dela em caso de necessidade” (Freud, 1925/1996b, p. 252). Essa passagem revela que a operatividade do juízo de existência está menos relacionada com o reencontro com um objeto perdido do que à capacidade do sujeito de representar esse objeto perdido sob novos objetos por meio de um traço. Nesse sentido, o que está em questão é o próprio movimento do sujeito de operar com representações que surgem como consequência de percepções primevas. Tal perspectiva impõe certa barreira entre o sujeito neurótico e a noção de liberdade, uma vez que as representações que circulam em seu aparelho psíquico são em si o próprio trabalho de luto realizado pelo sujeito sob um *quantum* de investimento libidinal perdido. O preço que o

sujeito paga pela perda da satisfação primeva que anima o seu corpo não pode ser outro se não transitar numa série de combinações possíveis de representações que, por sua vez, são os balizadores responsáveis pela própria circulação do seu desejo. Segundo Freud, a representação nada mais é do que uma repetição da percepção, que, por não se repetir fielmente, acaba por se camuflar e se alterar através de elementos diversos. Só um exame de realidade pode dar mais detalhes dessas representações. No entanto, a condição para que haja possibilidades desse exame é “a perda de objetos que um dia proporcionaram tal satisfação” (Freud, 1925b, p. 253)

Freud (1925/1996b) parte dessas mesmas coordenadas para pensar alguns eventos clínicos que caracterizavam a loucura de sua época. Nesse texto, ele situa o manejo dessas representações, realizado pelo sujeito como elemento que permite uma distinção entre os dois quadros. Para sustentar essa hipótese, o psicanalista atribui a pulsão de vida ao juízo de “atribuição” e a pulsão de morte ao juízo de “existência” de modo que os quadros psicóticos corresponderiam ao desenlace dessas pulsões. Esse desenlace implica um desequilíbrio entre os dois juízos, e as representações passam a operar menos como o trabalho de luto sob um *quantum* de libido perdida e mais como algo capaz de fazer com que a representação tenha para o sujeito a mesma carga pulsional que teria a percepção. Se na neurose Freud vê a representação funcionando como balizador do desejo do sujeito, na psicose ele se depara com a percepção sendo afetada diretamente por um desejo que se apresenta sem a mediação das representações.

Essas proposições embasam o novo paradigma da pulsão de morte e permite que Freud revise temas já abordados em seu trabalho anteriormente. Foi nesse contexto que o psicanalista publicou em 1926 o texto intitulado “Inibição, sintoma e angústia” e se propôs a realizar uma distinção metapsicológica entre esses três fenômenos, demonstrando a operatividade de sua nova tópica. Nessa referência, Freud (Freud, 1926/1996) continua a se utilizar de metáforas econômicas para falar de um lucro extraído pelo superego, que acaba por estruturar o funcionamento psíquico do sujeito. Esse lucro se daria a partir de inibições, que tem como finalidade a autopunição, e cita os casos de inibição profissional como exemplos “que trariam êxito e lucro, e isso são coisas que o severo superego proibiu” (Freud, 1926/1996, p. 57). Essa mesma tonalidade semântica para se referir às instâncias do aparelho psíquico prossegue e, mais adiante, Freud fala de como o ego se encontra em casos que lhe exigem um gasto muito grande de energia, como na neurose obsessiva e na melancolia. Aqui, Freud diz que o ego se encontra como “um especulador cujo dinheiro ficou retido em suas várias empresas” (Freud, 1926/1996, p. 58).

As questões aqui apresentadas demonstram uma diluição entre o que pode se pensar como uma economia monetária e uma economia pulsional de modo que os operadores da última parecem se sobrepor, ainda que de maneira parcial, sobre a primeira, ao menos nos escritos freudianos. Mais à frente, Freud se propõe a falar de quando o eu deve se defender contra um impulso proveniente do id. Para que isso não lhe custe um grande dispêndio de energia, comprometendo seu funcionamento, basta que envie um pequeno sinal de desprazer e o princípio do prazer o ajudará na tarefa. Essa operação narrada por Freud demonstra que essa tarefa nada mais é do que a própria censura infligida pelo superego. Para falar desse movimento, Freud lança mão de uma analogia interessante:

Imaginemos um país no qual uma pequena facção é contrária a uma medida proposta, cuja aprovação contaria com o apoio das massas. Essa minoria obtém o controle da imprensa e com o auxílio desta manipula o árbitro supremo, a “opinião pública”, conseguindo assim que a medida não seja aprovada (Freud, 1926/1996, p. 59)

Essas passagens ilustram como o pensamento freudiano articula as instâncias do aparelho psíquico de sua clínica não apenas com a economia monetária que estrutura a sociedade, mas também com as próprias instituições que regem essa sociedade. Além disso, essa referência denuncia o superego como o agente principal da clínica freudiana na medida em que destaca sua função de agressividade tanto na neurose quanto na psicose que se beneficia de seus custos e perdas. Trata-se exatamente da capacidade de agenciar as proposições freudianas sobre as pulsões de morte e os movimentos do sujeito em direção a um estado anterior à vida.

Essas questões demonstram um amadurecimento do trabalho empreendido por Freud e uma ampliação do alcance de sua obra em termos de campos de problemas. Se antes da virada do século Freud se dedicava a estudar eventos de clínica médica muito precisos, como, por exemplo a histeria, agora seu trabalho se propunha a falar não apenas desses fenômenos, como também da religião, das relações do homem com a morte e da civilização e suas próprias mazelas.

No ano de 1933, já era possível identificar vários processos de germinação do que seria a Segunda Guerra Mundial, principalmente em Viena. Em função do antissemitismo que se arrastava na Europa desde o século anterior, a Psicanálise era vista, muitas vezes, como uma ciência mística judaica. Com carga pejorativa semelhante, os soviéticos – dotados de forte influência pavloviana – consideravam a Psicanálise uma ciência burguesa que deveria

ser combatida. Em função disso, Freud (1933/1996) publicou um texto intitulado “A questão de uma *Weltanschauung*”, em que questiona, de maneira descrente, a possibilidade de a Psicanálise adotar uma visão de mundo nesses moldes.

Essa referência também se caracteriza por dar continuidade ao trabalho da década anterior empreendido por Freud, em que o psicanalista lançava mão de sua economia pulsional para pensar os eventos sociais que lhe eram contemporâneos, inclusive a própria economia monetária. Foi nesse contexto que ele se propôs a analisar algumas proposições do pensamento de Marx ainda que afirmasse o mais profundo pesar pela insuficiência de domínio sobre o tema. Nesse momento, foi possível testemunhar, então, não uma inviabilização do pensamento marxista, mas uma manobra realizada por Freud que consistia em inserir a função de agressividade exercida pelo superego como a questão que opera a organização social. Ele afirma que essa perspectiva o deixa às voltas com o fato de que a

estrutura de classes da sociedade remonta às lutas que, desde o começo da história, se desenrolaram entre hordas humanas muito pouco diferentes umas das outras. As diferenças sociais, assim pensava eu, foram originalmente diferenças entre clãs ou raças. A vitória era decidida por fatores psicológicos, como a quantidade de agressividade constitucional, contudo também pela firmeza da organização dentro da horda e por fatores materiais, como a posse de armas superiores (Freud, 1933, p. 120).

Tal citação corrobora que a perspectiva freudiana opera a partir da instauração de uma agressividade constitutiva, para que, em um segundo tempo, haja a instauração do fenômeno de horda explorado por Freud em sua “Psicologia das Massas”. É somente a partir da instituição desses dois fatores psicológicos que Freud dedica um terceiro momento em que os fatores de ordem material tomam relevo na questão da organização da sociedade. Ainda assim, vale pontuar que o destaque concebido por Freud à questão do materialismo se refere à produção das ditas armas superiores, instrumentos capazes de dar vazão à agressividade constitutiva da sociedade. Nesse sentido, a produção de riquezas e expropriação da força de trabalho não são causas, e sim consequências de uma sociedade que se organiza, tendo como fundamento a agressividade.

Novamente, Freud (1933/1996) lança mão do ordenamento pulsional para pensar os eventos de ordem mundial de sua época e afirma que a crise econômica que assombrava a Europa naquele momento nada mais era do que a conquista do ar realizada pelo homem, uma clara alusão ao avião e aos eventos da Primeira Guerra Mundial. Além disso, Freud chama

atenção para o fato de que diferentes indivíduos, de diferentes raças e diferentes nações, se conduzem de maneira diversa entre si ainda que sob as mesmas condições econômicas. Essa questão significaria uma insuficiência das propostas marxistas e ao mesmo tempo um desprezo pelo que Freud denomina “fatores psicológicos” (Freud, 1933/1996, p. 121) de modo que suas proposições poderiam completar essa lacuna. O psicanalista é categórico ao situar o superego como uma instância que representa a tradição e os ideais do passado, sendo, por esse motivo, resistente às mudanças econômicas, e arremata a questão quando diz:

o que está em questão são as reações dos seres humanos vivos; pois não só essas reações concorreram para o estabelecimento das condições econômicas, mas até mesmo apenas sob o domínio dessas condições é que os homens conseguem pôr em execução seus impulsos instintuais originais – seu instinto de autopreservação, sua agressividade, sua necessidade de serem amados, sua tendência a obter prazer e evitar desprazer (...) Simplesmente quero chamar-lhes a atenção para o fato de que a relação da humanidade para com o seu controle da natureza, do qual os homens derivam suas armas para lutar contra seus semelhantes, deve também, necessariamente, afetar suas instituições econômicas (Freud, 1933/1996, p. 121).

Essas passagens, por fim, dão provas não apenas da originalidade da proposta de uma economia pulsional, como também demonstram sua capacidade de circulação em outros campos do saber, como, por exemplo, a economia política, a filosofia, a sociologia e a lógica dentre outros. A circulação do nome de Freud entre intelectuais também já era notória. É nesse contexto que, em função de uma iniciativa tomada por uma organização, Freud troca cartas com o físico alemão Albert Einstein. Nessa ocasião, os dois autores se propõem a pensar linhas comuns para os eventos de guerra que assolavam o século XX. Novamente, pode-se perceber a incidência da economia pulsional freudiana.

Na carta, o psicanalista afirma que a união de uma maioria duradoura na forma, nos moldes da sociedade, só pôde ser forjada sob um fundo de violência. Segundo Freud, para que uma comunidade se mantenha estável, ela deve estabelecer normas jurídicas para se antecipar aos riscos que lhe são possíveis. Essa estabilidade, por outro lado, não pode ser garantida sem que haja uma quantidade de violência e agressividade por parte das autoridades, para que haja a manutenção da ordem, e é só por essa via que a comunidade consegue fazer valer sua dimensão coercitiva. Num segundo momento, Freud ainda chama atenção para o fato de que a

história revela uma série sem fim de conflitos entre comunidades, povos, etnias, províncias, nações e impérios.

Ainda nesse contexto, o psicanalista pontua a dimensão paradoxal da guerra: é só por meio dela que se alcança a paz, pois é somente por meio dela que um governo é capaz de centralizar objetivos em direção a um alvo comum. Mas, é importante frisar: é na constituição do inimigo como objeto de investimento libidinal que se dá a coesão interna a uma nação. Há uma dialética libidinal que vai do inimigo a ser destruído aos laços de identidade imaginária nacional. Entretanto, essa paz alcançada e a unidade estabelecida podem se desmanchar facilmente, uma vez que os objetivos são alcançados. Essa questão insere a economia pulsional da guerra em um contexto em que sua ocorrência será sempre uma possibilidade no horizonte. Com essa carta, Freud marca uma posição precisa sobre a violência: é por meio dela que o sujeito se constitui e é por meio dela que ele resolve seus conflitos. Trata-se, portanto, de uma formalização da própria questão da morte abordada pelo pensamento freudiano desde a Primeira Guerra Mundial.

Essa troca de cartas e a constante articulação de temas psicanalíticos com outros autores de outros campos demonstram a alta circulação da Psicanálise na cultura. Ao mesmo tempo, a criação freudiana já tomava conta de áreas específicas da medicina, como, por exemplo, a neurologia e a psiquiatria. Nesse contexto, já era muito comum que Freud viajasse pelo mundo como tentativa de expandir os alcances de sua descoberta. É dentro desse cenário, por exemplo, que se pode testemunhar a circulação da Psicanálise dentro da psiquiatria francesa. No ano de 1933, Freud recebeu uma tese de doutorado de um psiquiatra francês e respondeu por meio de uma carta com breves comentários sobre os escritos. Trata-se de uma tese em que o pesquisador visava a estudar a economia pulsional em um registro que se denomina “Imaginário” e se relaciona intimamente com uma movimentação narcísica da libido, podendo também ser pensado como uma formalização teórico-clínica das três instâncias psíquicas da segunda tópica: id, ego e superego.

A tese continha um caso de Psicanálise aplicado a um quadro de paranoia intitulado “Caso Aimée”. Freud (1933) o compara com seus escritos sobre o presidente Schreber e toma a teoria da libido como ferramenta de análise. Nesse cenário, o psicanalista constata “um caráter menos viscoso da libido que o revelado no caso do presidente” (Freud, 1933, s/p). Essa questão é revelada na formação do próprio delírio de Aimée como também no objeto de sua agressão. Além disso, Freud parece estar atento aos eventos de sua época quando ressalta que o mais apaixonante “é comprovar como os meios de comunicação de massa e os espetáculos públicos” (Freud, 1933, s/p), além da “leitura de textos periódicos, cartazes e

novelas até a assistência ao teatro e ao cinema e a contemplação de fotografias” (Freud, 1933, s/p), desempenham um papel fundamental no quadro. Freud ainda chama atenção para os efeitos do avanço da ciência e da indústria na constituição do sujeito e no seu adoecer.

Outro ponto comum que, segundo o psicanalista só pôde ser percebido *a posteriori*, é o fato de que tanto Schreber quanto Aimée encontram na escrita uma possibilidade de ordenamento de suas produções delirantes. Essa questão demonstra a incidência de uma ordem simbólica que faz com que não apenas os escritos, mas também as pessoas, ocupem posições específicas nas economias pulsionais de Schreber e Aimée. Trata-se, conforme Freud, de “uma verdadeira cadeia de deslizamento incoercível” (Freud, 1933, s/p), que os insere na lógica de funcionamento paranoico, compartilhando com o neurótico o fato de seus sintomas se constituírem em um enigma.

Muito embora o sentido dos sintomas neuróticos e paranoicos constituam um enigma para a Psicanálise, o neurologista chama atenção do psiquiatra quanto a importância do superego como fator de adoecimento nesses quadros e a tonalidade de autopunição que os atravessa. Freud (1933) destaca a independência do superego na economia libidinal a partir do termo “aloplástico” (Freud, 1933, s/p). Com isso, aponta o ordenamento estabelecido pela pulsão como direção para qualquer avanço na teoria e na técnica psicanalíticas. Por fim, a carta se encerra com Freud desejando ao psicanalista votos de sucesso em sua prática clínica e conta com “a esperança jovem que, tomando a tradição clínica da melhor psiquiatria francesa, proceda a cruzá-la com o instrumento analítico que, em seu país, ingressou primeiro pelas ‘belas-letas’” (Freud, 1933, s/p).

Tal como em Freud, o conceito de libido surge como um dos grandes pilares do ensino e da obra de Lacan. Essa questão pôde ser testemunhada desde o começo da sua obra até mesmo depois da sua morte, momento em que autores lacanianos se debruçam sob a clínica psicanalítica a partir de seu ensino. Já na década de 1930, quando da publicação de sua tese de doutorado, seus escritos sobre o estágio do espelho e sobre os complexos familiares, é possível perceber certa latência do conceito de libido em relação ao campo de problemas da Psicanálise tal como proposto por Lacan. Essa questão parece ser continuada quando Lacan, nos anos 1950, propôs um retorno a Freud como tentativa de resgate da originalidade da experiência freudiana. Nesse cenário, a noção de uma economia libidinal é recorrente nos Seminários de Lacan, perpassando por todo esse período e adentrando a década de 1960. Nesse momento, é possível perceber um esforço de produção teórico-conceitual que vai além das proposições freudianas. É nesse cenário que Lacan formaliza o conceito de objeto *a*; que assume importância fundamental para o presente trabalho.

Munido com esse aparato conceitual, ele dispõe das ferramentas para teorizar um objeto fundamental para a constituição do sujeito a partir de um desejo que, se extraviado, empenhará o sujeito numa tentativa de restauração ao longo de toda a sua existência. Essa manobra – a formalização da economia libidinal do sujeito a partir do objeto *a* – permitirá, num outro momento, a formalização do laço social enquanto discurso. Com isso, Lacan consegue isolar as implicações do laço social na economia psíquica do sujeito e, conseqüentemente, sua constituição e sua clínica. São sob essas coordenadas que a economia libidinal, instaurada pelo inconsciente, surge como paradigma para pensarmos o sujeito no laço social contemporâneo. Será feita, então, a partir deste momento, uma breve incursão em seu trabalho.

2 A TEORIA DA LIBIDO COMO OPERADOR CONCEITUAL DA ECONOMIA DO INCONSCIENTE EM LACAN

A segunda parte do presente trabalho tem como ponto de partida esta nova disposição topográfica, em que as instâncias elencadas por Freud – ego, superego e id – são tomadas por Jacques Lacan como o conteúdo de um registro denominado pelo psicanalista como Imaginário. Nesse contexto, seu trabalho consiste nas tentativas de formalização de uma economia do inconsciente no registro em questão e sua relação com os registros Simbólico e Real. Em sua tese de doutorado, o autor trata dessa questão a partir da clínica da paranoia no caso Aimée. Na referência em questão, Lacan demonstra que os eventos que atravessam a sintomatologia do caso respondem à lógica da economia do inconsciente. O psicanalista traça uma relação íntima entre o conteúdo dos delírios da paciente e os ataques que ela comete contra outras pessoas. A economia libidinal é a ponte que liga esses dois polos e torna possível elucidar o que está em questão para o sujeito em cada um desses momentos. A agressividade que caracteriza o quadro de Aimée é pensada como uma resposta encontrada pelo próprio sujeito frente a uma economia psíquica, em que ela mesma era frequentemente situada como alvo de investimentos vorazes e sem limites por parte do Outro. Nesse contexto, o registro Imaginário aparece inflado, com investimentos que não circulam, e os movimentos do sujeito são realizados no sentido de uma tentativa de corte. Lacan formaliza o funcionamento e a constituição desse registro a partir de duas outras referências, sendo elas “O estádio do espelho como formador da função do eu” e “Os complexos familiares”, ambas escritas na década de 1930. Nessas referências, ele demonstra a importância da imagem corporal, da imagem daqueles que cercam a criança, e esboça a importância do olhar e ser olhado, para que o sujeito assuma aquele corpo que vê refletido nos espelhos como seu. O momento da assunção é também o momento em que a economia do inconsciente começa a adquirir outros operadores e, por consequência, outros movimentos. As relações imaginárias – ou intersubjetivas – são o tema que atravessa as publicações do autor, inclusive durante a Segunda Guerra Mundial. A sua época exerce influência em seu ensino e as questões relacionadas a esse período são situadas no limite entre suas formalizações sobre os impasses Imaginários – como no texto em que comenta “A Carta Roubada”, de Edgar Allan Poe – e o seu retorno à Freud datado da década de 1950.

O retorno marca um ponto de ruptura na produção teórica do autor. O seu trabalho, que começou na década de 1950, consiste em formalizações sobre as operações do significante na economia do inconsciente. Nesse período, o autor lançou mão de proposições a respeito de

um corte nos moldes de uma mutilação – que se dá sob o corpo humano a partir de sua imersão na linguagem. Esse corte é o evento responsável pelo pontapé inicial nos fluxos de investimentos e perdas que animam o corpo, sendo ele também o elemento responsável por fazer a economia do inconsciente girar ou travar. Durante esse momento, o autor lançou mão do mito da lamela para falar como a teoria da libido proposta por Freud ajuda a pensar algo que corre por todo o corpo humano, condicionando seus afetos e sentimentos à sua circulação. A proposição lacaniana de que a libido vem a ser o órgão da pulsão se torna norteadora no presente trabalho na medida em que ela concebe a teoria da libido como o verdadeiro eixo operativo da economia do inconsciente.

É por meio dos investimentos e perdas elucidados pela economia que o aparelho psíquico consegue alcançar – ou ao menos estabelecer como meta – as quotas de satisfação que são exigidas para o seu funcionamento. A fonte da pulsão, tomada por Freud e Lacan como o corpo, pode ser compreendida a partir dos investimentos libidinais que o atravessam. Seu funcionamento biológico passa a ser regulado pelo corpo pulsional, e não o contrário. Os objetos sexuais envolvidos pelo funcionamento da pulsão também podem ser elencados a partir da série de investimentos libidinais em que se inserem. Por fim, Lacan fala do movimento da lamela para nos dizer que seu ritmo e constância não podem ser jamais domados em sua totalidade, fazendo a lógica de funcionamento pulsional ser concebida como única. Tais colocações conduzem às proposições lacanianas sobre o objeto *a* como formalização do resultado da mutilação mencionada anteriormente. Essa noção demonstra um limite que é escrito no exato momento da mutilação e que, por isso mesmo, dá ao objeto *a* suas fronteiras. Esse limite do objeto *a* fornece uma coordenada precisa sobre a economia do inconsciente, que aponta para uma circulação que se dá de modo infinito, mas não ilimitado. Essas questões são levadas em consideração para se pensar o que está em questão na economia do inconsciente. O limite que o objeto *a* aponta é um limite que condiciona a satisfação exigida pelo aparelho psíquico. Lacan se utiliza de elementos, como a Aposta de Pascal e a Sequência de Fibonacci, para demonstrar os limites encontrados pelo próprio sujeito quando realiza seus investimentos.

A economia do inconsciente passa a ser pensada por Lacan a partir de sua inserção no laço social. Essa direção tem como finalidade a formalização das modalidades de investimentos e perdas no laço com o Outro. Lacan parte de um discurso que é considerado como o avesso da Psicanálise e, a partir de uma proposta de quarto de giro, passa pelo discurso da histeria e pelo discurso da universidade, para chegar ao discurso do analista. Em seguida, o autor aponta um colapso desse sistema, a partir de uma nova modalidade

econômica, que vai batizar de “discurso do capitalista”. Nesse laço, o limite estipulado durante a mutilação acaba desaparecendo e a economia passa a ter o ilimitado como coordenada operatória.

As direções a serem tomadas após o exame de qualificação se dão no sentido de uma investigação sobre o limitado e o ilimitado como operadores da economia do inconsciente. Quais são as consequências sob o “órgão da pulsão” quando sua lógica de operação prescinde do limite que lhe constitui? Essas questões se manifestam no campo da constituição do sujeito em sua psicopatologia e, por fim, nisso que é formalizado por Lacan com o discurso capitalista para tratar do laço social contemporâneo.

As sucessivas tentativas de aproximações entre Psicanálise e marxismo fundamentam a homologia entre mais-de-gozar e mais-valia, mas, como isso, orienta, de fato, o presente trabalho? No contexto da economia de mercado neoliberal, o analista surge mais como sujeito de desejo inserido nesse laço e menos como antídoto do problema a ser combatido. A economia de mercado parece possibilitar que o analista se torne, ele mesmo, um produto em um ciclo ilimitado de produção. Em contrapartida, a economia do inconsciente abre uma possibilidade de resposta que tenha em seu fundamento a impossibilidade de extração de um lucro.

2.1 A teoria da libido como ponto de partida para o Imaginário

A escolha do caso Aimée por Lacan (1932) se caracteriza em uma postura metodológica de não recuar diante da clínica da psicose na medida em que se trata de uma aposta que consiste em

aplicar aos fenômenos da psicose um método de análise que já deu suas provas em outra parte. Se uma psicose, com efeito, entre todas as entidades mórbidas, exprime-se quase puramente através de sintomas psíquicos, recusaremos a ela por isso mesmo todo sentido psicogênico? Parece-nos que seria abusar do direito de prejudicar, e que a questão só pode ser resolvida depois de ser posta à prova (Lacan, 1932, p. 249).

Nesse sentido, é ao colocar o caso à prova que Lacan (1932) fornece elementos para pensar uma clínica que não pode deixar de lançar mão da economia libidinal, proposta por Freud, para pensar as questões relativas ao sujeito. No caso em questão, Aimée é uma mulher que sofre de alucinações e afirma ser constantemente ser zombada por outras pessoas. As

pessoas que encontra na rua lhe direcionam xingamentos e insultos mesmo não a conhecendo. É como se toda a cidade estivesse a par de sua intimidade e a reprovasse por isso. Segundo Lacan, o quadro delirante de Aimée traz um amplo leque de temas da paranoia: ideias de perseguição, grandeza, ciúmes, dano causado a terceiros e interpretações delirantes típicas, embora alguns temas como envenenamento e ideias hipocondríacas estejam ausentes: “Quanto aos temas de grandeza, eles se traduzem em sonhos de evasão para uma vida melhor, em intuições vagas de ter que realizar uma grande missão social, em idealismo reformista, enfim, numa erotomania³ sistematizada sobre uma personagem da realeza” (Lacan, 1932, p. 155). Além disso, Aimée relata ter conhecimento, já há algum tempo, de um plano traçado por outras pessoas para matar seu filho. Em um dia de trabalho em que Aimée procurava entender de onde vinham essas ameaças, ela escutou suas colegas comentando sobre uma atriz e, desde então, passou a ter certeza de que esta queria seu mal. Essa questão se faz presente também a partir de outras pessoas, como, por exemplo, dois escritores.

O primeiro era um escritor de romances, e Aimée sempre se reconhecia em sua obra por meio da palavra “cólera”, tendo também plena convicção de que seu corpo era alvo de zombarias, como, por exemplo, quando se deparou com o seguinte escrito: “que andar, que graça, que pernas!” (Lacan, 1932, p. 162) e achou que seu corpo estava sendo zombado. A segunda era uma escritora célebre, e Aimée já tinha, inclusive, procurado um jornal para denunciar a perseguição de que acreditava ser vítima. Nesse cenário, Lacan afirma que a relação de Aimée com essas pessoas não deve ser pensada tal como descrita pela paciente, mas, sim, a partir de pessoas que encarnam a posição de duplos e de triplos como se fossem tiragens de um protótipo. É partindo desses eventos que Lacan sustenta uma aposta na economia psíquica para uma orientação clínica. Segundo o psicanalista, a noção de uma energética formalizada pela teoria da libido é a inovação capital de Freud. Lacan se interessa pela leitura que essa ferramenta lhe permite fazer sobre os “distúrbios do comportamento sexual até nos estados psicopatológicos, como nossas psicoses, onde há muito são negligenciados” (Lacan, 1932, p. 256). Lacan salienta que, embora a psiquiatria se resguarde de trabalhos de natureza pouco científica, a noção de libido é uma “entidade teórica extremamente ampla, que ultrapassa em muito o desejo sexual especializado do adulto” (p. 256), sendo por isso mesmo indispensável. Lacan aponta uma preponderância nos instintos

³ Também conhecida como Síndrome de Clérambault, a erotomania se caracteriza por uma certeza de vínculo amoroso-sexual entre o paciente e terceiros, inclusive a pessoa encarregada de seu tratamento. Essa questão toma uma tonalidade importante para a questão apresentada na medida em que a teoria da libido assim como a erotomania se propõem a tratar de fenômenos relacionados à sexualidade, sendo articulada ao analista a partir do conceito de transferência.

eróticos na determinação de perturbações e reações psíquicas, que fornece o cenário favorável à teoria da sexualidade freudiana.

Desse modo, o psicanalista lança mão da noção de “fixação libidinal” (Lacan, 1932, p. 258) ao próprio corpo do sujeito, para que se possa entender que o que está em questão não somente nos quadros de paranoia, mas também nos quadros de esquizofrenia. Ele ainda ressalta que “essa concepção de uma compensação entre as fixações narcísicas e as fixações objetais trouxe esclarecimentos incontestáveis na compreensão do conjunto das psicoses” (Lacan, 1932, p. 259). Portanto, a esquizofrenia estaria relacionada a um movimento de fixação libidinal em uma fase autoerótica e primitiva. A paranoia, por sua vez, estaria relacionada a uma fixação que seria mais contemporânea ao narcisismo secundário e ao surgimento do supereu. Dessa forma, a conduta delirante de Aimée assume rapidamente a forma de uma autopunição. De acordo com Lacan:

A análise de suas correlações subjetivas ou objetivas permite demonstrar que esses mecanismos têm uma gênese social, e é isso o que exprime o termo autopunição pelo qual são designados ou o de sentimento de culpa que representa a sua atitude subjetiva (Lacan, 1932, p. 251).

Essa citação revela a subversão a ser operada pela economia psíquica. É ainda sob essa coordenada que Lacan é capaz de estabelecer uma relação clínica entre esses duplos. Nessa perspectiva, o psicanalista pontua que o fato de seus duplos gozarem de reconhecimento e prestígio social em função de suas produções literárias e artísticas está diretamente relacionado ao fato de que essa seria também uma aspiração pessoal de Aimée, seu verdadeiro ideal do Eu. Assim, a vítima escolhida pela paciente é, na verdade, seu ideal exteriorizado. Porém, ao atacá-la, Aimée não sente nenhum alívio ou satisfação, já que não está atacando a si mesma, mas, sim, a um símbolo. Nesse cenário, ela só consegue atingir a si mesma por meio da culpa que adquire perante a lei jurídica. A partir daí, Aimée consegue parte da satisfação a que visava e o delírio se torna inútil

A partir desse momento, é possível afirmar a presença de uma relação ambivalente de Aimée para com seus duplos, que só é possível de ser sustentada a partir da economia libidinal. Nessas coordenadas, a relação de Aimée para com os duplos era uma relação de amor e ódio, na medida em que havia ali uma Ideal do Eu que cumpria não somente essa função, mas era também alvo de sua erotomania. É por isso que Lacan (1932) destaca que “a distância evolutiva, diz Freud, que separa a pulsão homossexual, causa do recalçamento

traumático, do ponto de fixação narcísica, que revela a regressão realizada, dá a medida da gravidade da psicose num caso dado” (Lacan, 1932, p. 263). Em seguida, o psicanalista francês arremata a questão quando acentua que as pulsões homossexuais reveladas durante o delírio são dotadas de um alto caráter sublimatório de modo que se confundem com o Ideal do Eu de Aimée. Lacan localiza mais uma vez, na teoria da libido, a explicação para os fenômenos clínicos do caso. Em suas palavras: “Fixação narcísica e pulsão homossexual são, portanto, neste caso, oriundas de pontos evolutivos muito próximos da libido. Estão quase contíguas no estágio de gênese do superego” (Lacan, 1932, p. 266). Tais constatações afirmam a impossibilidade de se pensar a constituição do sujeito sem uma economia psíquica. Lacan segue essa linha em um de seus escritos mais famosos, datado de 1936 e intitulado “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” e que só foi publicado em 1949. Na referência em questão, Lacan se dedica à teorização de “um dinamismo libidinal, até então problemático, de uma estrutura ontológica do mundo humano que se insere em nossas reflexões sobre o conhecimento paranoico” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 97). Ainda conforme com o autor, esse mesmo dinamismo libidinal seria fundamental para se entender um tempo lógico específico da constituição do sujeito em que “o filhote do homem, numa idade em que, por um curto espaço de tempo, mas ainda assim por algum tempo, é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, já reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 96). A partir daí, haveria então um segundo tempo lógico em que o sujeito, mesmo sem ter o total controle do seu corpo e dependendo ainda de um suporte – humano ou não –, se inclina frente ao espelho, demonstrando uma reação que Lacan caracteriza como “jubilatória” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 97) ao reconhecer neste a sua imagem. Nessa perspectiva, Lacan lança mão das teorizações freudianas sobre a libido para sustentar sua tese. Aqui, ele se ampara na noção de narcisismo primário para ilustrar o que está em questão nesse momento. O autor ainda localiza, na oposição entre libido do eu e libido sexual, a relação entre a agressividade presente na relação com o outro “ainda que seja a da mais samaritana ajuda” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 102).

O que está em questão nesse momento, conforme o autor, é um processo de alienação do Eu que pode ser testemunhado pela relação do sujeito com o seu corpo nesse instante. Não há um limite claro entre o corpo do sujeito e os corpos de seus semelhantes. Essa questão demonstra o funcionamento de uma economia psíquica incipiente, porém fundamental para a constituição do sujeito, uma vez que é a partir dos investimentos libidinais que o sujeito

poderá organizar a realidade. Esses investimentos também serão o “canal” de contato do sujeito com o Outro.

No texto “Os complexos familiares”, escrito por Lacan dois anos depois, ele fala de um cenário em que cada parceiro acaba confundindo partes do outro com a sua própria e acaba se identificando com elas. Essas identificações têm seu ponto de partida no sentimento do outro que ocupa esse lugar de alteridade. Seu valor é inteiramente Imaginário. Posteriormente, complementa a questão quando diz que a imago do outro se liga à estrutura do corpo próprio por meio de uma similitude objetiva. Ele ainda cita como exemplo a relação de amor e identificação entre os irmãos como exigências da libido que se daria, nesse momento, em um nível homossexual. Essa identificação não é plena e já porta em si a oposição que estrutura a ambivalência, que atravessará toda a sexualidade do sujeito dali em diante. Esse movimento do sujeito denuncia a importância da imagem para a sua constituição. É por essa via que os investimentos libidinais, que animam a “imago” corporal do sujeito, que se realiza uma articulação teórico-clínica entre o conceito de libido e a oposição que estrutura a ambivalência citada anteriormente que caracteriza esse tempo. Aqui, a economia libidinal opera uma ambivalência – que é própria à sua estrutura –, sendo também correlata à constituição do sujeito. Nesse cenário, a noção de complexo (especificamente os de desmame, de intrusão e de Édipo) ajuda a pensar o trabalho psíquico que está em questão para o sujeito durante a sua constituição. Assim, os complexos podem ser tomados como aquilo que especifica a ordem humana e a subversão “de toda fixidez instintiva, da qual surgem as formas fundamentais, prenes de variações infinitas da cultura” (Lacan, 1938, p. 16). A subversão está no fato de que, para Lacan, a noção de complexo não apenas fornece uma direção melhor e mais adaptada a determinados objetos em detrimento da noção de instinto como também pode fornecer pistas para a compreensão deste. Então, o complexo se apresenta como uma resposta à exigência de conceitos “que o estudo da vida psíquica impõe” (Lacan, 1938, p. 17), marcando uma diferença precisa em relação à especificidade do campo psicanalítico.

É por meio de todo o aparato conceitual mobilizado pela noção de complexo que ele afirma ser possível postular uma pulsão de morte tal como Freud o fez. Trata-se, portanto, não apenas uma resposta conceitual à insuficiência congênita das funções vitais do humano, mas de uma verdadeira ferramenta teórica que permite a operacionalização da clínica psicanalítica. Essa questão se apresenta com mais clareza se se recorre a uma outra referência intitulada “Agressividade em Psicanálise”, em que Lacan (1948/1998) ressalta a existência de uma paixão narcísica que embasa a própria noção de libido. Segundo o psicanalista:

nenhuma necessidade, portanto, de ir buscar mais longe a fonte dessa energia sobre a qual Freud, a respeito do problema da repressão, se pergunta de onde o eu a retira, para colocá-la a serviço do “princípio de realidade”. Nenhuma dúvida de que ela provém da “paixão narcísica”, desde que se conceba o eu segundo a noção subjetiva que aqui promovemos por ser conforme ao registro de nossa experiência (Lacan, 1948/1998, p. 118).

Em um segundo momento, Lacan (1949) fala de uma “frustração libidinal” (Lacan, 1949, p. 121) que pode ser tomada como o elemento que operacionaliza a questão. De acordo com o autor, trata-se de um momento narcísico do sujeito, em que ele deve assumir essa frustração, para, só num segundo momento, transcender a si mesmo em um ato de sublimação normativa. Dessa forma, é a partir da noção de frustração libidinal que Lacan denuncia um trabalho de sublimação por parte do sujeito. Trata-se também do mesmo caminho traçado por Freud para pensar o sadomasoquismo. Nessa perspectiva, Lacan afirma que o fato de a Psicanálise considerar sadomasoquista o funcionamento libidinal nesse estágio, momento dá provas de que a agressividade – pautada pela identificação –, é um traço dominante do período. Ele ainda afirma que foi o papel desempenhado pela libido sadomasoquista que fez Freud falar de uma pulsão de morte. Para Lacan, o desejo de morte encontra sua raiz no mal-estar causado pelo desmame. A partir do dinamismo que caracteriza o trabalho realizado pelo sujeito e sua capacidade de sublimação, lançam-se as bases para a constituição do sujeito e sua inserção no laço social. Sobre isso, Lacan acentua que se trata de um processo com importância fundamental, pois, a partir dele, há no psiquismo a inscrição de duas instâncias permanentes, sendo que uma tem a função de recalcar – o supereu – e outra tem a função de sublimar – o ideal do eu. Trata-se das sobras da crise edipiana após sua suspensão. Lacan ainda afirma que é a partir desses dois agentes que a situação edipiana adquire sentido perante a história da vida do sujeito. É sob essa perspectiva que Lacan olha para os acidentes e traumas que afetam as vidas dos sujeitos.

Por meio das coordenadas de um Ideal do Eu e de um Supereu, o sujeito poderá então instituir modos de “repressão da sexualidade e sublimação da realidade” (Lacan, 1939, p. 55). É por isso que no texto sobre a “Agressividade em Psicanálise”, Lacan (1948/1998) assevera o caráter apaziguador do “Ideal do Eu” na medida em que ele permite “a conexão de sua normatividade libidinal com uma normatividade cultural” (Lacan, 1948/1998, p. 119). Nesse cenário, a dialética instaurada pelo Ideal do Eu e pelo Supereu surge como aquilo que está

presente em “todo tipo de formas orgânicas das sociedades tradicionais, formas estas que vão dos ritos da intimidade cotidiana às festas periódicas em que se manifesta a comunidade” (Lacan, 1948/1998, p. 124). Dessa forma, é exatamente por dispor de um caráter econômico que a libido pode ser pensada como uma ferramenta capaz de amarrar as antinomias que constituem o sujeito.

Por isso, Lacan (1936-1949/1998) salienta que, ao se partir dessas proposições – definidas por ele como a “inércia da formação do Eu” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 103) –, o psicanalista dispõe de ferramentas para operar desde “a definição mais abrangente da neurose” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 103) até os sofrimentos da psicose, que podem ser tomados, segundo o autor, como a “escola das paixões da alma” (Lacan, 1936-1949/1998, p. 103). É nesse sentido que o psicanalista ainda afirma que “a agressividade máxima que encontramos nas formas psicóticas da paixão é constituída bem mais pela negação desse singular interesse do que pela rivalidade que parece justificá-la” (Lacan, 1939, p. 45).

Todas essas formulações apresentadas por Lacan até aqui demonstram uma constante tentativa de sua parte de dar continuidade ao trabalho inaugurado por Freud ainda no século anterior. Embora a produção lacaniana tenha seu começo nos anos 1930, o que se testemunha é a realização de um trabalho que se debruça sobre os problemas fundamentais da descoberta freudiana. Essa questão aponta para uma fecundidade da Psicanálise em relação às mudanças que se irrompem com a chegada do século XX e que também exercem influência na própria Psicanálise.

Se anteriormente se pôde ver como os eventos relacionados à Primeira Guerra Mundial exerceram influência direta sobre o pensamento e a clínica freudiana, é possível então afirmar que a situação se repete de 1939 em diante. O avanço da Alemanha Nazista contra os judeus fez com que Freud se refugiasse na Inglaterra, passando seus últimos dias de vida em terras britânicas. No entanto, a fuga de Freud para a Inglaterra não é obra do acaso. A tradição da Psiquiatria inglesa fez com que a Inglaterra fosse um país altamente permeável pela descoberta freudiana. Por esse mesmo motivo, não é difícil encontrar nomes de analistas ingleses que marcaram a história da Psicanálise. É o caso, por exemplo, de Ernest Jones, Donald Winnicott, Wilfred Bion e Melanie Klein (que, embora fosse austríaca, possuía fortes vínculos com os analistas ingleses) dentre outros.

Além disso, a Inglaterra era uma das potências europeias capazes de fazer frente ao poder bélico da Alemanha Nazista já em 1940, muito antes do fim do conflito. Essa questão demonstra uma organização do país em função da guerra que não exclui a Psicanálise. Em função desses acontecimentos, Lacan escreveu, no ano de 1947, um texto intitulado “A

psiquiatria inglesa e a guerra”, no qual trata de alguns trabalhos desenvolvidos por psiquiatras ingleses orientados pela teoria psicanalítica – em especial os de Wilfred Bion – nos serviços de recrutamento de soldados para a guerra.

Trata-se, assim, de uma mudança da postura adotada na Primeira Guerra, quando as inovações no campo teórico-clínico – como, por exemplo, as neuroses de guerra e a própria virada para a segunda tópica operacionalizada pela disposição dos elementos do aparelho psíquico – surgem como consequência do conflito bélico. Na Segunda Guerra, é possível constatar uma dinâmica diferente. Há uma série de tentativas de adaptação das técnicas psicanalíticas para o contexto de guerra e há, também, mudanças nos procedimentos do “serviço de armas” (Lacan, 1947/2003, p. 110), que são causadas pelo próprio edifício teórico da Psicanálise.

Nesse contexto, Lacan (1947/2003) relata sobre como Bion se consagra como um dos criadores da intitulada “Psicanálise de grupo”. Segundo o psicanalista francês:

Fica claro que, a partir do princípio da mobilização total das forças da nação, exigida pela guerra moderna, o problema dos efetivos depende da escala da população, razão porque, num grupo reduzido como o da Inglaterra metropolitana, todos, homens e mulheres, tiveram que ser convocados. Mas ele se desdobra em um problema de eficiência, que tanto requer um emprego rigoroso de cada indivíduo quanto a melhor circulação das mais audaciosas concepções, desde os responsáveis até os executores finais. Problema em que uma racionalização psicológica sempre terá algo mais a dizer, mas para o qual as qualificações dos tempos de paz, a alta educação política dos ingleses e uma propaganda especializada já poderiam bastar (Lacan, 1947/2003, p. 108).

Bion realiza um trabalho com fortes influências da “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, escrita por Freud cerca de 20 anos antes. A contribuição da Psicanálise para o contexto de guerra se deu no sentido de selecionar indivíduos que são capazes de manter certo *status* de homogeneidade dentro do grupo. É importante ressaltar que esse tipo de sujeito não é necessariamente o sujeito com a patente mais alta, ou com maior experiência com armas de fogo, ou até mesmo aquele que atinge os maiores escores na testagem psicotécnica. O que Bion buscava era desenvolver meios de selecionar aqueles sujeitos que são capazes de manter o grupo funcionando enquanto grupo. Não se trata daquele sujeito que se destaca no grupo, mas, sim, daquele que mantém sua unicidade. Lacan (1947/2003) lembra que é Freud quem

escreve no campo científico pela primeira vez sobre os modos de operação de uma relação de identificação que “os praticantes da arte militar detinham o monopólio até então” (Lacan, 1947/2003, p. 109). De acordo com o psicanalista francês, somente após o surgimento da Psicanálise foi possível pensar em problemas, como o comando e a moral de um grupo e os modos pelos quais eles conseguem absorver a angústia e os temores de cada um por meio de uma solidariedade que talvez só a morte é capaz de separar.

Aparentemente, os oficiais de guerra estavam minimamente atentos para as consequências psíquicas da guerra sobre os sujeitos que se envolvem com ela no *front*. A angústia suscitada pelo cenário da guerra, que fazia com que os combatentes fossem tidos como desertores e simuladores e que foi nomeada pelos psicanalistas como “neurose de guerra”, parece ter sido o fator determinante. Ao procurar por homens e mulheres capazes de manterem a unicidade do grupo, procurava-se, na verdade, sujeitos que fossem capazes de sustentar a coesão imaginária do grupo em termos de uma economia psíquica. A grande sacada estaria no fato de que

qualquer déficit psíquico ou intelectual, com efeito, adquire um peso afetivo para o sujeito no interior do grupo, em função do processo de identificação horizontal que o trabalho de Freud anteriormente evocado talvez sugira, mas negligencia em favor da identificação vertical, se assim podemos dizer, com o chefe (Lacan, 1947/2003, p. 110).

Tais situações demonstram como os psicanalistas dos anos 1940 estavam muito mais atentos para as questões da morte e da guerra do que os psicanalistas que se envolveram diretamente com a Primeira Guerra Mundial entre 1914 e 1918. As mudanças técnicas que permitiram o avanço nas tecnologias da guerra não eram completamente desconhecidas ou ignoradas. Nesse contexto, a Segunda Guerra se caracteriza não somente por essa capacidade de matar combinada agora com o que se pode chamar de uma maquinização, que encontra seu fundamento na matemática e na lógica. Foi nesse cenário que surgiram nomes como Alan Turing, considerado o pai da computação, responsável por ter desenvolvido a estrutura de sistemas que animam as máquinas computadorizadas, até então inéditas, na Segunda Guerra. Pode-se testemunhar a influência dessas questões na Psicanálise no próprio texto lacaniano quando o psicanalista francês fala sobre o trabalho de Bion:

convém assinalar, não visava as qualidades críticas e técnicas requeridas pela prevalência das funções de transmissão na guerra moderna, bem como pela subordinação do grupo de combate ao serviço de armas, **que já não são instrumentos e sim máquinas**. O que se tratava de obter na tropa era uma certa homogeneidade, tida como um fator essencial de seu moral (Lacan, 1947/2003, p. 110, grifo meu).

Seguindo essa lógica, não é difícil encontrar trechos em que o psicanalista faz alusão às ciências dos cálculos matemáticos e da lógica para falar do que ele considera o sucesso “bioniano”. É nesses termos que ele constata o sucesso da intervenção quando diz que, “quanto às unidades assim depuradas de seus elementos inferiores, elas viram reduzir-se os fenômenos de choque e de neurose, os efeitos de enfraquecimento coletivo, numa proporção que podemos chamar de **geométrica**” (Lacan, 1947/2003, p. 111, grifo meu). Em outra passagem, o psicanalista francês versa sobre como a gestão da guerra pode ser algo complicado e como o método inventado por Freud e adaptado por Bion se torna uma verdadeira ferramenta de cálculo, que faz com que as engrenagens da guerra rodem mais rápido. Ele afirma que

as inoportunidades anárquicas das necessidades ocasionais desses homens – pedidos de autorizações excepcionais, irregularidades crônicas de sua situação – vão lhe parecer, desde o início, destinadas a paralisar seu trabalho, retirando-lhe horas já **aritmeticamente** insuficientes para resolver o problema básico suscitado por cada um desses casos, se tornados um a um. Foi justamente dessa dificuldade que Bion partiu para atravessar o Rubicão de uma inovação no método (Lacan, 1947/2003, p. 113, grifo meu).

Essas questões mostram que as mudanças inauguradas pelo século XX caminham a passos largos. No novo modo de se fazer guerra, os exércitos e as armas são operados pela lógica das máquinas, e o combatente é exatamente aquele que consegue sustentar essa lógica de funcionamento ainda que isso custe sua própria vida. Aqui, a lógica das máquinas é a lógica da guerra. Em outras palavras, pode-se afirmar que a Segunda Guerra forjou uma noção de valor que se dá pela capacidade de inflação do Imaginário do sujeito como defesa frente ao Real da guerra. Conforme Lacan (1947/2003):

dois elementos: a presença do inimigo, que consolida o grupo diante de uma ameaça comum, e um líder em quem sua experiência com os homens permita fixar com precisão a margem a ser dada as fraquezas deles, e que possa lhes manter os limites com sua autoridade, isto é, pelo fato de cada um saber que, uma vez assumida uma responsabilidade, ele não “amarela” (Lacan, 1947/2003, p. 113).

As concepções trazidas pela Segunda Guerra não deixaram de existir com o seu final. Foi nessa perspectiva do avanço cognitivo-computacional que nasceu a década de 1950. Nesse contexto, a partir dos anos 1950, Lacan dedicou sua obra e ensino ao que se sugere como um retorno a Freud. Esse movimento é interpretado por parte do meio psicanalítico como uma tentativa de resgate de certos fundamentos da práxis freudiana abandonados pela própria comunidade psicanalítica.

Foi nesse contexto que Lacan (1953/1998) publicou o texto intitulado “Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise” (Lacan, 1953/1998). O psicanalista francês chama atenção, já no começo do texto, para o fato de psicanalistas adotarem o que chama de um “formalismo enganador” (Lacan, 1953/1998, p. 240), que poderia ser compreendido como uma tentativa de submeter a Psicanálise a critérios de validação por um outro campo que não o campo da sexualidade infantil.

Ainda nesses termos, Lacan chamou atenção para o fato ocorrido em uma reunião da IPA, em que uma “autoridade” lhe dissera que sua secessão teórica não pode ser justificada em função de um desacordo doutrinal. Se orientando por essa questão, Lacan chamou atenção para o fato de que o valor científico da experiência freudiana se relaciona com seus próprios conceitos teóricos e apontou os problemas que lhe são contemporâneos no campo da Filosofia e Antropologia como via privilegiada para diálogo com temas relacionados ao sujeito do inconsciente. O psicanalista ainda asseverou que os psicanalistas, nas situações em que não conseguem localizar conceitualmente a sua experiência, estão bem próximos de conceituá-la como mágica. Lacan denunciou ainda um movimento de mudanças de objetivo e de técnica da Psicanálise, que se ampara em uma aversão – por parte dos próprios psicanalistas – às funções da fala e do campo da linguagem.

Como tentativa de dar uma resposta ao problema, Lacan elencou um eixo em que o problema se manifesta em 3 (três o quê?), sendo elas: a) fantasias na técnica e na constituição do objeto advindas da Psicanálise com crianças e que resultam em uma noção de sujeito desenvolvimentista; b) uma economia libidinal pautada pelo que se denominam relações de objeto, advindas da clínica das psicoses e que resulta, em um projeto de psicologia

fenomenológica-existencial, podendo também chegar a se tornarem um ativismo de caridade; e c) a contratransferência e a formação do psicanalista, que, advindas de um final de análise que se propõe didática, acabam por inscrever o ser do analista como um verdadeiro norteador a ser seguido pelos analisandos. Por fim, Lacan denunciou a Psicanálise como uma prática mercantilista e afirmou que os analistas de sua época estariam muito mais preocupados com o que chamou de *talking shop* em detrimento da *talking cure* freudiana.

Em um primeiro instante, Lacan pensa a fala como o único eixo para a realização do seu retorno a Freud e cita, de forma que, por meio dela, alguns analistas conduziam suas análises no sentido de captura do sujeito em análise, numa objetivação de caráter Imaginário que renova sua situação de alienação. A saída, segundo o psicanalista francês, não pode ser outra se não a suspensão das certezas do sujeito até que suas miragens sejam consumidas e resolvidas pelo seu próprio discurso produzido em análise. Lacan dialoga mais uma vez com as ciências de seu tempo quando afirma que a originalidade da descoberta freudiana não pode ser reduzida a uma memória biológica – como pregam etnólogos e biólogos. Nesse sentido, o trabalho analítico estaria muito mais relacionado à possibilidade de rememoração histórica que o próprio exercício da fala e da escuta concede ao sujeito em análise. Com essa afirmação, Lacan corrobora que o que está em questão aqui não é a noção de realidade em si, uma vez que esta se encontra entre os registros Imaginário e Real, podendo ser ao mesmo tempo verdadeira e falsa, mas, sim, a verdade de uma economia pulsional que é sustentada em análise por meio da fala. Essa posição não deve ser confundida com uma negação de eventos psicofisiológicos, que acontecem, por exemplo, em quadros histéricos e que respondem positivamente à terapia narcótica. É o caso também de um coquetel de drogas utilizado no século XX como tentativa de extrair informações precisas do sujeito, conhecido como soro da verdade⁴.

O que Lacan tenta denunciar com seu retorno a Freud é o fato de que a fala, por causa de sua estrutura, confere um sentido às funções do indivíduo, transformando-o em sujeito. Isso se dá em um campo discursivo, que serve como âncora de uma realidade transindividual e opera sobre a história na medida em que esta organiza a emergência do real. Nessa perspectiva, é por meio da fala que o sujeito consegue localizar sua posição frente à sua própria economia pulsional. O autor ainda realiza uma analogia da Psicanálise com as ciências da informação quando afirma que o inconsciente é o capítulo de uma história que é

⁴ Soro da Verdade é o nome dado a uma droga fictícia ou a um coquetel que seja supostamente capaz. Embora esteja presente no Imaginário científico e popular, trata-se mais de um mito e menos de uma substância química real.

marcada por um branco ou por uma mentira, num momento posterior à inscrição da verdade, que, por sua vez, pode ser sempre resgatada pela fala e se inscreve no corpo. Nesse sentido, Lacan chama atenção para os modos pelos quais os investimentos libidinais permitem um enlace entre o corpo e a fala, sendo essa última também o meio pelo qual o sujeito vem a assumir uma posição.

Lacan localiza os estágios libidinais denominados pré-genitais como a própria fonte de subjetivação histórica do sujeito. As mudanças de posição que ocorrem nesse momento estariam menos relacionadas a um desenvolvimento individual e mais a uma crescente dependência de um Outro que impõe perdas ao sujeito como a única possibilidade de sua constituição. Trata-se aqui de uma crítica direta à psicologia genética e à psicologia diferencial. Nesses termos, Lacan traça uma distinção entre a subjetividade e o sujeito, dizendo que esse último vai muito mais longe à medida que tem condições de alcançar sua verdade por meio da fala, organizando, assim, sua subjetividade conforme seu desejo.

A partir daí, Lacan busca relacionar temas fundamentais da obra freudiana com a lógica que rege a fala. Nesse sentido, não somente a fala, mas também os sonhos – que os adultos se estruturam como uma frase e nas crianças como um hieróglifo –, os atos-falhos – que são considerados discursos bem-sucedidos em outros contextos e até mesmo a escolha numéricas em operações de aritmética, obedecem ao que Lacan vai formalizar como a lógica do significante. Dentro dessa perspectiva, todos esses eventos podem ser pensados como o que Lacan (1953/1998) denomina “análise linguageira” (Lacan, 1953/1998, p. 270) e demonstram como a descoberta freudiana deve ser pensada a partir de uma relação específica entre uma economia pulsional e uma ordem simbólica de modo que “desconhecer isso é condenar a descoberta ao esquecimento, a experiência à ruína” (Lacan, 1953/1998, p. 276). Assim, o símbolo opera pela via da representação remanescente de uma falta, que se forma nos moldes de uma lacuna. Essa lacuna é interna à própria economia pulsional e vai possibilitar a existência de intervalos entre um investimento e outro; um investimento e um desinvestimento; um desinvestimento e um investimento; um desinvestimento e um desinvestimento. O psicanalista ainda se serve da Antropologia Estruturalista de Lévi-Strauss para apontar a incidência dessa mesma lógica em “As Estruturas Elementares de Parentesco”, afirmando que, nesse campo, o etnólogo não faz nada mais do que reencontrar aquilo que foi descoberto por Freud e cita exemplos em que

um homem, casando-se com a mãe da mulher com quem teve um filho, faz com que este tenha por irmão um filho que será irmão de sua mãe. Mas se, depois disso –d e o

caso não é inventado –, ele for adotado por um casal compassivo em que um dos cônjuges seja uma filha de um casamento anterior do pai, irá descobrir-se mais uma vez meio-irmão de sua nova mãe, e podemos imaginar os sentimentos complexos com que aguardará o nascimento de uma criança que será, ao mesmo tempo, seu irmão e seu sobrinho, nessa situação repetida. Do mesmo modo, a simples defasagem que se produz nas gerações por um filho temporão, nascido de um segundo casamento e cuja jovem mãe seja contemporânea de um irmão mais velho, pode produzir efeitos que se aproximam disso (Lacan, 1953/1998, p. 279).

A partir desses norteadores, identifica-se, na obra e ensino de Lacan, uma possibilidade de continuidade do projeto freudiano de uma economia psíquica que fundamente não somente a economia monetária, mas o laço social da civilização. Com Lévi-Strauss, Lacan (Lacan, 1953/1998) localiza no número zero a possibilidade de redução do poder da fala a um signo algébrico e chama atenção para o fato de que a proibição do incesto nada mais é do que uma manifestação subjetiva dessa questão. Nesse contexto, ele seria o traço comum aos bens materiais e às mulheres da família (mães e irmãs), fazendo com que essas últimas sejam reduzidas a objetos interditados na economia pulsional, sendo sempre (re)inseridas em um ciclo sem fim, nos moldes de uma “dívida inviolável” (Lacan, 1953/1998, p. 280). Essa dívida inviolável, mencionada pelo psicanalista, aparece também como referência à obra do antropólogo francês Marcel Mauss e sua leitura do *hau* e do *mana*. Esses conceitos dizem respeito ao trabalho etnográfico em que o autor situa a dádiva como um imperativo de troca das sociedades ditas arcaicas.

Enquanto Freud lançava mão de uma economia pulsional do luto e da noção de superego como instância que lucra com a neurose para pensar a constituição da civilização, Lacan repetia esse mesmo movimento com Mauss e Strauss. A noção de dádiva proposta por Mauss é capaz de condensar a dimensão de troca que caracteriza não apenas a economia do luto, como também a dimensão imperativa que caracteriza a postura do superego enquanto instância psíquica que regula a neurose. A proibição do incesto formalizada n^o “As Estruturas Elementares do Parentesco”, em 1955, demonstra, por uma outra via, a matriz simbólica que impossibilita a circulação de objetos específicos dentro de uma cadeia de relações. Essa matriz age como um princípio capaz de modular a libido em torno de si e funciona como uma ponte que liga a economia pulsional da neurose à economia do laço social da civilização. Seu funcionamento é paradoxal de modo a inibir e/ou provocar o desejo do sujeito através da instituição de uma dúvida sempre relacionada ao desejo do Outro. Essa dúvida é a

consequência de uma cepagem do significante sobre o corpo que insere o sujeito numa eterna vacilação sobre a sua posição frente a esse Outro. Trata-se, assim, de uma dúvida que pode ser definida como constitutiva do sujeito e que por isso mesmo funciona como pano de fundo de sua história. Ela não pode jamais ser eliminada a partir de um ponto de certeza, já que seu funcionamento se dá na lógica de um resetamento a cada vez que a certeza se torna operante. É como se sua estrutura permitisse uma reserva infinita de possibilidades de erro ou uma ausência completa de certeza quanto ao Outro na medida em que o sujeito está confinado a um desencontro entre ação e conhecimento.

Ainda nessa referência, Lacan (1953/1998) chama atenção para o fato de que a operação do significante sobre o corpo não é exclusividade da neurose e aponta, nos casos de loucura, situações em que o sujeito mantém uma relação com “uma linguagem sem dialética” (Lacan, 1953/1998, p. 281). Posteriormente, o psicanalista afirma que, na ausência da fala, o sujeito se manifesta por meio de estereotípias, consequência de uma posição na qual, ao invés de falar, o sujeito é falado. Nesse aspecto, Lacan parece entrar em contradição, uma vez que a própria estereotípia pode ser considerada como a demonstração de propriedades dialéticas de um enlace específico, instituído entre corpo e linguagem, enlace que não se equipara ao enlace da dúvida, formalizado por Lacan nesse momento.

O desencontro entre ação e conhecimento formalizado pela dúvida lacaniana tem seu paradigma como base de acontecimentos que estruturam o mundo moderno. Nesses termos, o psicanalista cita primeiramente o exemplo da matemática, em que o desencontro entre ação e conhecimento se dá quando o homem objetiva em dois números cardinais duas coleções que contou e realiza em um outro tempo a adição desses números entre si. O segundo exemplo citado trata-se do modo de produção moderno, em que o homem trabalha na produção de riquezas e por isso se torna proletariado, para num segundo tempo fazer greve – referência clara à teoria marxista da alienação da força de trabalho extraviada.

Ainda de acordo com o psicanalista, os paradigmas desses dois exemplos se cruzam de modo que uma ciência completamente subjetiva é capaz de forjar uma nova realidade pautada nos moldes da divisão social que caracteriza a luta de classes. Essa questão demonstra que a divisão entre ciências exatas e ciências humanas é puramente ilusória de modo que a ciência experimental acaba se embaraçando com os mesmos problemas subjetivos que acreditava ter eliminado ao herdar a exatidão matemática. A sua originalidade estaria restrita, portanto, à sua capacidade de introduzir novas medidas simbólicas no Real, e não pela quantidade de sua aplicação. Lacan ainda toma como exemplo o primeiro relógio de pêndulo, construído por

Christiaan Huygens em 1656 e que consistia basicamente em uma máquina com a capacidade de medir o tempo a partir da gravidade que age sobre o pêndulo.

Lacan adota essas coordenadas para a formalização do seu retorno a Freud e, a partir desse momento, já passa a contar com uma plateia de seguidores de tamanho considerável. É nesse cenário que ele ainda convida o psicanalista Jean Hyppolite para fazer um comentário sobre “A negativa”, de Freud. Antes de Hyppolite tomar a palavra, Lacan (1954/1998) reitera a importância do retorno aos conceitos fundamentais em detrimento de uma prática que Lacan chama de apatetada. Aqui, o psicanalista corrobora novamente a importância da ordem simbólica e chama atenção para o fato de que os dois juízos citados por Freud em seu texto são ligados entre si pela morte, sendo só a partir dela que um discurso dispõe de elementos capazes de fazer operar uma representação pulsional daquilo que não existe na realidade.

Hyppolite segue por essa via e afirma que é exatamente por causa desse movimento que Freud será capaz de pensar num tipo de separação entre afeto e intelecto, pulsão e cognição. Ainda nesse sentido, o autor salienta que esse evento está relacionado menos a um sistema psicológico e mais a um fato mítico. Nessa perspectiva, o sistema psicológico seria uma consequência a se dar no segundo tempo da negação, só existindo em função da ordem simbólica estabelecida. Posteriormente, Lacan chama atenção para o fato de como, no texto sobre a negação, Freud se mostra na dianteira de questões que se apresentam como protagonistas em vários campos da filosofia, como, por exemplo, as partes que se encarregam de estudar a Moral e a Existência. Ao ser estruturado sob a morte, o mecanismo da negação funciona como o operador de uma máquina que regula a economia pulsional do sujeito. O sujeito estará inscrito na lógica da dúvida apresentada anteriormente ou poderá, em outros casos específicos, ser inscrito numa posição que, ao invés de dúvida e dívida, o sujeito obtém certezas ao preço

A lógica das máquinas passa a ser tema recorrente no ensino e obra lacanianos, demonstrando um diálogo do psicanalista com as ciências de seu tempo. Na lição VI d’“O Seminário, Livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise”, intitulada “Freud, Hegel e a máquina”, Lacan (1954-1955/1985) trata novamente da questão da máquina quando pontua ser

muito surpreendente que os sábios de laboratório continuem cultivando esta miragem segundo a qual é o indivíduo, o sujeito humano – e por que ele entre todos os outros? –, que é deveras autônomo, e que existe, nele, em algum canto, quer seja na glândula pineal ou em outro canto, um timoneiro, o homenzinho que está dentro do homem, que

faz funcionar o aparelho. Pois bem, é a isto que o pensamento analítico todinho, salvo raras exceções, está por ora retornando (Lacan, 1954-1955/1985, p. 91).

A lógica que rege esse aparelho, segundo Lacan (1954-1955/1985), não pode ser outra se não aquela instaurada pela economia do inconsciente. Essa questão mostra que, muito antes das guerras, Freud já se encontrava influenciado pelos avanços industriais de seu tempo a ponto de estruturar o sujeito do inconsciente aos modos de uma maquinaria. Lacan (Lacan, 1954-1955/1985) identifica na prática médica e no corpo humano uma atitude homóloga ao “homem que está desmontando uma máquina” (Lacan, 1954-1955/1985, p. 97). Ele lembra que a jornada de Freud teve seu início na anatomia patológica e na fisiologia anatômica, sendo seu trabalho a tentativa de elucidar questões que se tornaram verdadeiros obstáculos nesses campos. Lacan define o trabalho realizado por Freud como algo da ordem de uma decomposição da unidade do vivente, que acaba desvelando a dimensão perturbadora e escandalosa do sujeito, o simétrico oposto da benevolência e harmonia pregadas por alguns campos do saber.

O que o psicanalista francês denuncia então são os modos pelos quais a *ego psychology* é capaz de subverter o método freudiano em função de um projeto clínico-político, que só pode se sustentar por meio de uma “ideia que é muito simples, simples como bom dia, de que há coisas boas neste sujeitinho boa praça, de que há uma esfera sem conflito onde a libido está neutralizada e deslibidinizada, onde a própria agressividade está desagressivada” (Lacan, 1954-1955/1985, p. 92). Trata-se de uma questão paradoxal na medida em que a originalidade e a fecundidade da descoberta freudiana, por sua vez, só se sustentam à medida que Freud postula a libido como energia que funda a relação do sujeito com seu próprio corpo. Em uma longa passagem, Lacan (Lacan, 1954-1955/1985) explicita essa questão quando afirma que o erro dos que antecederam Freud reside no

fato de terem desconhecido completamente a importância deste fenômeno que, no tempo deles, começava a despontar – a máquina a vapor. No entanto não faltava tanto para Watt chegar, e já havia coisas que funcionavam sozinhas, umas pequenas bombas nas minas. A máquina encarna a mais radical atividade simbólica no homem, e ela era necessária para que as questões se colocassem – talvez não dê para vocês notarem no meio disto tudo – no nível em que as colocamos para nós. Há algo de que se fala em Freud, e de que não se fala em Hegel, é a energia. Eis a preocupação maior, a preocupação que domina, e, do ponto de vista especulativo, ela é mais importante do

que esta confusão puramente homonímica na qual nos achávamos ontem à noite quando se falava da oposição da consciência no tempo de Hegel e da inconsciência no tempo de Freud – é como falar da contradição entre o Parthenon e a hidrelétrica, não tem absolutamente nada a ver uma coisa com outra. Entre Hegel e Freud, há o advento de um mundo da máquina. A energia, fiz-lhes notar isto da última vez, é uma noção que só pode aparecer a partir do momento em que há máquinas. Não que a energia não esteja aí desde sempre. Só que as pessoas que tinham escravos nunca se tinham dado conta de que se podia estabelecer equações entre o preço de sua comida e o que faziam nos latifúndia. Não se encontra nenhum exemplo de cálculo energético na utilização dos escravos. Nunca se estabeleceu a mais mínima equação a respeito do rendimento deles. Foi preciso que se tivesse máquinas para se dar conta de que era preciso alimentá-las. E mais – que era preciso mantê-las. E por quê? Por que elas tendem a se deteriorarem. Os escravos também, mas não se pensa nisto, acha-se que é natural que envelheçam e pifem (Lacan, 1954-1955/1985, pp. 99-101).

A citação, em seu final, versa sobre o fato de que a própria noção de “humano” muitas vezes só pode se definir a partir do que é não humano. O cálculo que dá as coordenadas do quanto um corpo humano escravizado aguenta trabalhar se sobrepõe à pura violência do trabalho imposto à exaustão. Todavia, a operação que resulta nesse cálculo só acontece após a proposta de execução de um trabalho ou função por uma máquina. A fecundidade da noção de sujeito proposta pela Psicanálise se justifica então no fato de Freud antecipar a questão do funcionamento do mundo moderno – que se caracteriza principalmente pelo domínio da técnica – ao postular a noção de uma “energia” que faz o aparelho psíquico funcionar a partir de sua circulação. Essa energia é tão importante para a máquina freudiana que não seria exagero dizer que são seus próprios modos de circulação que vão ditar os modos de funcionamento das máquinas. Portanto, a libido se situa como ponto de interseção entre o homem e a máquina e é exatamente o que permite que um se adapte ao outro, e vice-versa.

Essas proposições dão pistas sobre as linhas seguidas por Lacan no momento da eclosão dos cálculos matemáticos tidos como modelos da mente humana. Naquela época, muitos analistas embarcavam na busca pelo fundamento científico da clínica psicanalítica, uma vez que os avanços propiciados pela guerra davam promessas de sua suposta capacidade. Esse momento marca também o nascimento das Ciências Cognitivas como conhecemos hoje, que, desde então, carregam a promessa de um futuro sempre vindouro em que as máquinas

serão capazes de simular – com validade e fidedignidade – o que se passa no campo do sujeito, em especial seu cérebro.

Lacan é bastante cético em relação a essa questão, o que não significa que não esteja aberto às possibilidades para se pensar o sujeito da Psicanálise nesse novo contexto. Porém, ao invés de tentar estabelecer bases científicas para o sujeito do inconsciente por meio de sua matematização, ele dá novo fôlego ao projeto freudiano quando se propõe a pensar a relação entre o sujeito e a máquina, a partir dos registros Imaginário, Simbólico e Real, que significa também um modo de pensar o sujeito do inconsciente em relação à ciência. Nesse sentido, ele é muito preciso ao apontar para o fato de que o relógio de pêndulo, inventado pelo matemático Christiaan Huygens, é a primeira máquina a operar nesses termos. Segundo o psicanalista francês:

esta máquina não é o que zé-povinho pensa. Não é, pura e simplesmente, o contrário do vivente, o simulacro do vivente. Que ela tenha sido feita para encarnar algo que se chama o tempo e que é o mistério dos mistérios, deve pôr-nos na pista (Lacan, 1954-1955/1985, p. 98).

Assim, Lacan (1954-1955/1985) localiza no nascimento da ciência moderna o ponto que permite a interseção entre os modos de funcionamento das máquinas e os modos de funcionamento do sujeito do inconsciente. A questão gira em torno então da capacidade que a ciência promove de “recortar” o Real do tempo em pequenas partes iguais e “etiquetá-lo” com números e fórmulas matemáticas. É por isso que, em outro momento, ele fala da inauguração de um “universo da precisão” (Lacan, 1954-1955/1985, p. 371) – termo do filósofo e historiador da ciência Alexandre Koyré – que se dá a partir do momento em que Huygens consegue fabricar o primeiro pêndulo perfeitamente isócrono. Lacan parte então da capacidade de manejo do Real exercida pelas máquinas da modernidade como o elemento que fundamenta a capacidade de sua interação com o homem. O psicanalista francês, que não é tolo, se mostra antenado aos problemas de sua época:

Vocês sabem que na cibernética se faz muito caso das máquinas de calcular. Chegou-se até a chamá-las de máquinas de pensar, na medida em que seguramente algumas são capazes de resolver problemas de lógica, concebidos, é verdade, de modo suficientemente artificial para embrulhar por um instante o espírito, de maneira que nisto nos orientamos com menos facilidade do que elas. Não vamos entrar, hoje, nestes

arcanos. Não é com vinagre que se apanham as moscas, e, para não inspirar-lhes demasiada aversão por este exercício, vou tentar introduzi-los neste campo de maneira mais divertida. Dentre estas máquinas de calcular ou de pensar, elocubraram-se outras, atraentes pela sua singularidade – são máquinas que jogam, inscritas no funcionamento e, o que é singular, nos limites, de uma certa estratégia. Pelo simples fato de uma máquina poder entrar numa estratégia, já estamos no âmago do problema. Pois, afinal, o que é uma estratégia? Como é que uma máquina pode participar disto? Vou tentar hoje fazer-lhes sentir as verdades elementares que são varridas por isto (Lacan, 1954-1955/1985, pp. 225-226).

Esse trabalho é suficiente para engendrar uma matriz de ordem Imaginária, capaz de envolver o sujeito libidinal em uma relação com a máquina que pode ser definida como intersubjetiva e que entretém o sujeito numa lógica de interação que aponta para o infinito exatamente em função de sua dimensão imaginária. Lacan (1954-1955/1985) revela o que está em jogo nesse momento quando faz o seguinte questionamento:

Será que sequer temos de preocupar-nos com o que é este sujeito e de saber em relação a que outro ele se situa? É totalmente inútil. O essencial é o *quod* simbólico. Para o sujeito, é como uma imagem em espelhamento, mas de outra ordem – não é por nada que Ulisses fura o olho do ciclope. O sujeito, na medida em que fala, pode encontrar inteiramente sua resposta, seu retorno, seu segredo, seu mistério, no símbolo construído que as máquinas modernas representam para nós, ou seja algo de ainda bem mais acéfalo do que aquilo que encontramos no sonho da injeção de Irma (Lacan, 1954-1955/1985, p. 235).

Para expor essa linha de pensamento, Lacan (1954-1955/1985) se propõe a pensar em uma máquina hipotética que seria capaz de jogar com o homem um jogo de par ou ímpar. Essa máquina teria duas capacidades específicas que são determinantes para seu funcionamento: a) A capacidade de memorizar as jogadas efetuadas pelo homem ao longo das disputas; e b) A capacidade de processar esses dados memorizados a partir de teorias da probabilidade, tentando prever, assim, a jogada a ser feita pelo homem. Tal máquina pode ser considerada a versão lacaniana do pêndulo de Christiaan Huygens na medida em que, assim como a invenção do matemático holandês, o pêndulo lacaniano é capaz de recortar e envolver

o real em linguagem numérica. Essa capacidade de operar o Real e articulá-lo em uma linguagem permite que a máquina realize uma mudança na economia psíquica do sujeito pela via significativa. Sobre isso, Lacan nos afirma que não é necessário

se perguntar se a máquina é idiota ou inteligente, se ela vai jogar conforme seu primeiro ou seu segundo movimento. Inversamente, a máquina não tem nenhum meio de se colocar numa posição reflexiva em relação ao seu parceiro humano. Em que consiste jogar com uma máquina? A fisionomia da máquina, por mais agradável que a possamos supor, não pode, neste caso, ser de auxílio algum. Não há jeito de sair-se desta por intermédio da identificação. Somos, pois, projetados de entrada no caminho da linguagem, da combinação possível da máquina. Sabe-se que se pode esperar da máquina uma série de ligações, jogando com excessiva rapidez graças a estes sensacionais retransmissores que são as fases eletrônicas e, pelas últimas notícias, graças a esses transistores com os quais nos azucrinam os jornais, num intuito sem dúvida comercial, que, no entanto, não põe em causa a qualidade destes objetos (Lacan, 1954-1955/1985, p. 229).

Com essa passagem, Lacan (1954-1955/1985) chama atenção para o fato de que a matriz Imaginária engendrada pela máquina não é capaz de resolver o entrave intersubjetivo que ela mesma produz. Nesses termos, a saída só pode ser de ordem simbólica: a capacidade de organizar o Real em linguagem, que é exatamente o que faz com que ela seja compatível com o aparelho psíquico e sua economia libidinal. Sobre essa ligação, Lacan é muito preciso quando afirma que

o jogo do símbolo representa e organiza em si mesmo, independentemente das particularidades de seu suporte humano, este algo que se chama um sujeito. O sujeito humano não fomenta este jogo, ele toma seu lugar e desempenha aí o papel dos pequenos mais e dos pequenos menos. Ele próprio é um elemento nesta cadeia que, logo que é desenrolada, se organiza segundo leis. Assim, o sujeito está sempre em diversos planos, preso em redes que se entrecruzam. Qualquer coisa de real sempre pode sair. Porém uma vez constituída a cadeia simbólica, a partir do momento em que vocês introduzem, sob forma de unidades de sucessão, determinada unidade significativa, não pode mais sair qualquer coisa (Lacan, 1954-1955/1985, p. 243).

Nesse contexto, Lacan (1954-1955/1985) situa o sujeito como o epicentro da interação entre homem e máquina. Trata-se de uma categoria que não pode ser submetida nem a um nem a outro, mas, sim, como o universo comum que possibilita esse encontro. Aqui, a circulação da energia na máquina e a circulação da libido no corpo fundam um sistema de significação e decodificação, que é o fundamento da relação do homem com a máquina. Nesse cenário, os modos de circulação ou represamento de energia e libido são fatores que exercem influência direta na economia psíquica do sujeito. Essas questões revelam que

o valor do apólogo é desta ordem aí. É a partir da análise do valor simbólico dos diferentes momentos do drama que se pode descobrir sua coerência, e até mesmo sua motivação psicológica. Não é um jogo de esperteza, não é um jogo psicológico, é um jogo dialético (Lacan, 1954-1955/1985, p. 237).

A natureza dialética desse jogo mencionado por Lacan demonstra que há uma espécie de destacamento que funciona como o ponto de ignição que anima a circulação da significação nos circuitos da linguagem. Trata-se do mesmo mecanismo de destacamento mencionado por Lacan no texto do “Estádio do Espelho”, que faz com que algum espaço se abra para que os símbolos venham a se transformar em mensagens com certo endereçamento. Basta que haja um mínimo de circulação de energia na máquina que ela mesma conseguirá produzir seus próprios símbolos e se orientar no Real tal como o sujeito do inconsciente. Segundo Lacan (1954-1955/1985):

tudo o que até então fora ciência dos números torna-se ciência combinatória. A progressão mais ou menos confusa, acidental no mundo dos símbolos, ordena-se em torno da correlação da ausência e da presença. E a busca das leis das presenças e ausências vai tender a esta instauração da ordem binária que vai dar no que chamamos de cibernética (Lacan, 1954-1955/1985, p. 374).

Lacan persiste na tentativa de formalizar e transmitir o que está em jogo na relação do homem com a máquina, que permitiria a manifestação do sujeito da experiência freudiana. Nesse sentido, toma como objeto o conto escrito em 1845 por Edgar Allan Poe, intitulado “A carta roubada”, e dedica mais um seminário voltado ao tema (Lacan, 1956/1998).

No conto em questão, o autor apresenta a história de uma carta roubada da Rainha e que tem o potencial de pôr em xeque sua honra. Em contrapartida, ela empenha a polícia e o

inspetor Dupin na tentativa não de punir o ladrão, mas, sim, de recuperar a carta. Lacan (1956/1998) toma essa questão como o fio condutor do seminário e chama atenção para o fato de que o que está em questão na trama não é o conteúdo da carta em si (que nunca é revelado pelo autor), mas o efeito de organização simbólica que é causada pelo seu simples desaparecimento. É seguro afirmar que o conto gira em torno da capacidade que a carta roubada tem de estruturar certo tipo de rede, que permite o trânsito dos vários personagens na medida em que a história se desenvolve. É por isso que a história começa com um primeiro roubo da carta e termina do mesmo modo com a carta sendo roubada outra vez. Esse “ciclo” nada mais é do que a capacidade que a carta roubada tem de dispor os personagens em lugares preestabelecidos na trama, a saber, aquele que é roubado, aquele que rouba, aquele que procura e aquele que é roubado.

Lacan (1995/1985) pensa esse ordenamento dos personagens e a própria estrutura do conto à luz de seu esquema do jogo de par ou ímpar desenvolvido ao longo do “Seminário 2”. Nesse contexto, ele nega que

a via da identificação imaginária com o adversário no momento de cada um dos lances seja uma via condenada de antemão; diremos que ela exclui o processo propriamente simbólico, que aparece quando essa identificação se faz, não com o adversário, mas com seu raciocínio, o qual é articulado por ela (diferença, aliás, que se enuncia no texto). O fato prova, além disso, que tal identificação puramente imaginária em geral fracassa (Lacan, 1955/1985, p. 63).

Por meio desse movimento, Lacan (1995/1985) atribui certa equivalência à posição da Rainha na hora do primeiro roubo com a posição do Ministro na hora do último roubo. Aqui, Lacan destaca o fato de os dois personagens ocuparem uma posição que pode ser caracterizada como feminina exatamente pela sua relação com o significante. Conforme Lacan:

logo ficamos sabendo que, por sua vez, o ministro virou a carta, certamente não com o gesto precipitado da Rainha, porém de maneira mais aplicada, à maneira como se vira uma roupa pelo avesso. Foi assim de fato que ele teve de operar, à maneira como na época uma carta era dobrada e lacrada, para liberar o lugar virgem onde escrever um novo endereço (...) Esse endereço passa a ser o dele mesmo. Seja por seu próprio punho ou pelo de outro, ele aparecerá numa escrita feminina muito delicada, e o lacre,

passando do vermelho da paixão ao negro de seus espelhos, ele imprime ali seu próprio sinete. (...) é significativo que a carta que em suma o ministro endereça a si mesmo seja a carta de uma mulher: como se, por uma convenção natural do significante, essa fosse uma fase pela qual ele tivesse que passar (...) tudo parece arranjado para que o personagem marcado por todos os seus ditos com os traços da virilidade exale, ao aparecer, o mais singular *odor di femina* (Lacan 1955/1985 pp. 38-39).

Todas essas colocações revelam que, na história em questão, a carta roubada não pode assumir outro papel se não, aquele assumido pelo significante dentro de uma cadeia simbólica. A Rainha e o Ministro se encontram subjugados à autoridade simbólica que a carta representa, autoridade essa que se dá muito mais pela sua capacidade de organização dos sujeitos em torno dela do que pela sua significação. Nesse contexto, a capacidade de movimento dessa posição é quase que nula. Por isso, Lacan afirma que, no momento do primeiro roubo, a Rainha percebe tudo que acontece e nada pode fazer além de olhar. Essa questão remete à impossibilidade de movimentação do sujeito diante dos impasses intersubjetivos.

Essa equivalência de posições também pode ser testemunhada entre o Rei, no primeiro momento – que se encontra incapaz de perceber o que acontece embaixo do seu próprio nariz –, com a polícia no segundo momento – quando esta se empenha em aplicar todos os métodos que lhe são possíveis na busca pela carta. Lacan (1995/1985) afirma que

nada nos é poupado quanto aos procedimentos mediante os quais eles revistam o espaço destinado à sua investigação, à divisão desse espaço em volumes que não deixam escapar a menor espessura, à agulha que sonda o macio e, na falta da percussão que sonde o duro, ao microscópio que denuncia os excrementos do caruncho na borda de sua perfuração, ou até a fenda ínfima de mesquinhos abismos (...). Mas os investigadores têm uma noção tão imutável do real que não notam que sua busca irá transformá-lo em seu objeto. Traço em que talvez possam distinguir esse objeto de todos os outros (Lacan, 1955, pp. 27-28).

Essa relação que o Rei e a polícia têm com o real, descrita por Lacan como “imutável”, demonstra uma limitação ainda maior do que aquela imposta à Rainha e ao Ministro pela autoridade simbólica da carta. Se esses personagens puderam acompanhar com

os olhos o destino que lhes fora imposto, “nem o Rei nem a Polícia, que o substituiu nesse lugar, foram capazes de lê-la, porque esse lugar comportava a cegueira” (Lacan, p. 1955, p. 42).

Se anteriormente foi dito que a subjugação dos personagens à ordem simbólica imposta pela carta roubada independe de sua significação, essa questão está relacionada ao fato de que a única saída possível estaria em uma torção nessa ordem simbólica. Trata-se de uma mudança na posição subjetiva que é capaz de realizar um corte na dimensão intersubjetiva da trama de modo que o sujeito possa agora se movimentar entre as várias posições possíveis. Lacan (1995/1985) atribui esse movimento a Dupin quando assevera que

Dupin realmente é, portanto, parte integrante da tríade intersubjetiva e, como tal, acha-se na posição intermediária antes ocupada pela Rainha e pelo Ministro. Irá ele, mostrando-se superior a isso, revelar-nos ao mesmo tempo as intenções do autor? Se ele conseguiu repor a carta/letra no caminho certo, resta fazê-la chegar a seu endereço. E esse endereço está no lugar anteriormente ocupado pelo Rei, pois é para lá que ela deveria voltar a entrar na ordem da Lei (Lacan, 1955/1985, p. 42).

Aqui, o corte operado por Dupin na rede intersubjetiva se relaciona à capacidade do personagem de operar nos termos do significante, tal como proposto pela obra e ensino de Lacan. Nesses termos, o significante realiza um movimento de decepagem que age diretamente sobre a economia libidinal dos personagens. As posições ocupadas lhes recaem como destino, uma vez que essa decepagem é o evento responsável não só pela parceria nas posições, como também por uma parceria que se expressa no nível da economia psíquica. É por isso que o Rei, a Rainha, a Polícia, o Ministro e Dupin se encontram automaticamente implicados em torno da desordem causada pelo sumiço da carta. No conto, essa questão fica representada pelos próprios papéis atribuídos aos personagens, mas Lacan (1995/1985) chama atenção para o fato de que, para o sujeito da Psicanálise, essa “convocação” é condição de sua constituição. Em suas palavras:

O homem literalmente dedica seu tempo a desdobrar a alternativa estrutural em que a presença e a ausência retiram uma da outra sua convocação. É no momento de sua conjunção essencial e, por assim dizer, no ponto zero do desejo, que o objeto humano **sucumbe à captura** que, anulando sua propriedade natural, passa desde então a sujeitá-lo às condições do símbolo. A bem da verdade, temos aí apenas um vislumbre

luminoso da entrada do indivíduo numa ordem cuja massa o sustenta e o acolhe sob a forma da linguagem, e que superpõe, tanto na diacronia quanto na sincronia, a determinação do significante à do significado (Lacan 1955/1985, p. 51, grifo meu).

Aqui, o psicanalista nos revela que é exatamente essa captura que permite que o significante assuma uma posição de autoridade simbólica em relação ao sujeito. A subversão operada por Dupin só pôde ser possível porque o ato realizado pelo personagem se dá no sentido não de uma busca por uma significação (a mensagem contida na carta), mas, sim, pela capacidade de organizar os outros personagens envolvidos em torno da seguinte questão: “Onde está a carta roubada?” Aqui, o papel do inspetor não se reduz a descobrir quem roubou a carta. Sua missão só se dá por completa quando ele toma a carta para si para devolvê-la ao ordenamento do reino. Trata-se de um movimento do sujeito que denuncia uma manobra sob a lógica simbólica que lhe rege. Para que isso seja possível, Dupin realiza uma decepagem parecida com aquela executada pela lógica do significante, não pela interpretação do que contém na carta, e, sim, pela sua capacidade de mobilizá-la ao longo da trama, entre os personagens, mudando, inclusive, a posição destes. Para pensar as implicações dessas questões sobre a economia psíquica do sujeito, Lacan (1995/1985) fala do resultado dessa operação: uma “cabeça morta”, que é responsável pela tessitura da rede intersubjetiva que os personagens circulam. A expressão “cabeça morta” é utilizada por Lacan para falar de uma dimensão do corpo humano que se encontra mortificada pela ação do significante. Trata-se de algo que está intimamente relacionado com a constituição do sujeito. De acordo com o psicanalista:

isso poderia representar um rudimento do percurso subjetivo, mostrando que ele se funda na atualidade que tem, em seu presente, o futuro anterior. Que, no intervalo desse passado que ele já é naquilo que projeta, abre-se um furo que constitui um certo *caput mortuum* do significante, eis o que basta para deixá-lo suspenso na ausência, para obrigá-lo a repetir seu contorno (Lacan, 1955/1985p. 55, grifo meu).

Aqui, Lacan (1995/1985) revela o modo pelo qual o significante submete o sujeito à ordem simbólica de forma que esta lhe aparece como seu destino, destino esse que não passa de uma combinação das probabilidades simbólicas que envolvem o sujeito desde sua constituição. É exatamente a partir da incidência do significante no corpo que se produzirá a rede simbólica na qual o sujeito se encontra inserido. Nesse aspecto, o conto da carta roubada

é utilizado por Lacan como uma ferramenta para explicar o que está em questão para o sujeito no momento dos entraves intersubjetivos provocados por essa rede. A carta roubada assume a mesma dimensão de causa exercida pelo significante na constituição do sujeito. Segundo Lacan, “este é apenas um exercício, mas que cumpre nosso desígnio de inscrever o tipo de contorno onde o que chamamos de *caput mortuum* do significante assume seu aspecto causal” (Lacan, 1955/1985p. 61).

A cepagem produzida pelo significante funciona como uma espécie de ponto de ignição pelo qual o sujeito começa a se estruturar. Esse corte realiza um enlace entre libido e linguagem que permitirá a animação do corpo do sujeito pelo próprio significante. Por meio desse movimento, Lacan (1995/1985) reatualiza a dimensão energética da máquina psicanalítica inaugurada por Freud e, ao mesmo tempo, formaliza a materialidade do significante que, pela sua natureza, só pode se manifestar sob o corpo vivente. A dimensão paradoxal da pulsão – sua satisfação aos custos da destruição – se reatualiza quando Lacan demonstra que o organismo habitado pela libido e pela linguagem só se transforma em corpo vivente quando ocorre a morte de sua ordem de funcionamento em detrimento da ordem significante. Assim como Freud, Lacan está atento ao papel da morte na constituição do sujeito e sua incidência sob a economia psíquica dele. Nesse contexto, é seguro afirmar que os dois a tomam como ponto de ignição, exatamente aquilo que dá a partida no circuito pulsional e faz a libido circular.

Ainda na tentativa de formalizar essas questões, o psicanalista propõe um cálculo das probabilidades de resultados do jogo de par ou ímpar que se dá da seguinte maneira: se na primeira vez tem-se 50% de chance de ganhar/perder, na jogada subsequente tem-se 25% de chance de repetir o resultado da jogada anterior. No terceiro lance, a possibilidade de repetição do resultado original passa para 12,5%, e assim sucessivamente. Sobre essa lógica de funcionamento, é seguro afirmar que o traço significante é diluído ao longo da cadeia de modo que os resultados subsequentes não podem ser mais do que uma reminiscência do primeiro resultado.

A máquina de Lacan joga com o sujeito em função de sua capacidade de armazenamento, organização e acesso a esses resultados no formato de um histórico. Pode-se assegurar que ela funciona na mesma lógica simbólica que funda o sujeito na medida em que, a partir dela, opera com o Real. Entretanto, realiza um movimento que se dá numa temporalidade muito mais acelerada que a temporalidade que caracteriza a economia psíquica do sujeito. Para jogar com a máquina, o sujeito precisaria anotar em um papel todos os

resultados anteriores para que, só a partir daí, pudesse consultá-los e calcular a probabilidade de emergência de um ou outro resultado.

Lacan (1995/1985) ainda propõe um outro exercício mental que gira em torno da probabilidade de resultados de um jogo de mais ou menos, entre uma pessoa e uma máquina, em que os resultados possíveis são marcados com as notações (-) e (+). Num segundo momento, organiza esses resultados a partir de uma sequência de três combinações possíveis e as classifica em três grupos. As coisas ficam assim: a) grupo 1 – combinação simétrica constante - (+++); (---); b) grupo 2 – combinação assimétrica - (+ - -); (- + +); (+ + -); (- - +); e c) grupo 3 – simetria alternada - (- + -); (+ - +);⁵. Com essa organização, Lacan quer demonstrar que a incidência do significante sobre o real obedece a uma lógica rígida, em que o desenvolvimento da cadeia está condicionado à sua própria combinação. Ele salienta que o símbolo, ao marcar o Real, exerce também uma função de memória que lhe é própria, impossibilitando que se transite entre os grupos 1, 2, e 3 de maneira livre. Essa questão é interessante, pois, se nos primórdios da Psicanálise, Freud e Jung propõem um método de associação livre de palavras, a Psicanálise de Lacan demonstra que a associação dita livre estaria muito mais relacionada a uma organização pulsional do sujeito em questão do que pela sua capacidade de transitar livremente entre as diversas representações de seu aparelho psíquico. Assim, tem-se uma Associação Livre às avessas.

Para sustentar esse argumento, Lacan (1995/1985) demonstra as possibilidades de combinação e as agrupa conforme seus resultados. O primeiro grupo, denominado de α (alpha), engloba as confluências entre simetria constante e simetria alternada, sendo elas: [(1) - (1), (3) - (3), (1) - (3), (3) - (1)]. O segundo grupo, denominado Υ (gama), engloba as combinações assimétricas entre si, sendo seus resultados: [(2) - (2)]. O terceiro grupo, denominado β (beta), engloba os resultados simétricos com assimétricos, sendo: [(1) - (2), (3) - (2)]. Por fim, há o último grupo, denominado δ (delta), em que há o agrupamento dos resultados assimétricos com os simétricos na série – [(2) - (1), [(2) - (3)]. Essa questão demonstra, por fim, que a tentativa de retorno a Freud proposta por Lacan não se reduz às propostas do psicanalista vienense. Dessa maneira, testemunha-se uma tentativa clara de Lacan em realizar um diálogo com as ciências da informação e também uma proposta de sujeito diante desse Real, que pode ser definido como característico de sua época. Assim, o retorno a Freud proposto por Lacan pode ser pensado como uma suplementação às propostas

⁵ Para uma exposição mais detalhada do jogo, ver a tese de doutorado de Maria José de Oliveira Barbosa, intitulada “Do sujeito e da máquina cibernética a partir do ensino de Lacan”, defendida na Universidade de Santiago de Compostela.

freudianas a partir de uma reatualização do campo de problemas que não pode não ser afetado pela história. Ainda no “Seminário 2”, Lacan (1954-1955/1985) faz o seguinte comentário sobre Freud:

Diz-se que ele abandona uma perspectiva fisiologizante por uma perspectiva psicologizante. Não é disto que se trata. Ele descobre o funcionamento do símbolo como tal, a manifestação do símbolo em estado dialético, em estado semântico, nos seus deslocamentos, os trocadilhos, os chistes, gracejos funcionando sozinhos na máquina de sonhar. E ele tem de tomar partido frente a esta descoberta, aceitá-la ou desconhecê-la, como fizeram todos os outros que estavam tão perto dela quanto ele. É uma virada tal que ele absolutamente não soube o que lhe estava acontecendo. Foi preciso que percorresse ainda vinte anos de uma existência já muito avançada no momento desta descoberta, para poder voltar-se para suas premissas, e tentar reencontrar o que isso quer dizer no plano energético. Eis o que lhe impôs a elaboração nova do além do princípio do prazer e do instinto de morte (Lacan, 1954-1955/1985, p. 101).

Diante do exposto, conclui-se que o direcionamento dado por Lacan à descoberta freudiana não é aleatório. Sua proposta realiza a articulação entre os domínios do corpo e da linguagem (ou do somático e do psíquico), que surge como efeito da morte do organismo causada pelo significante. Trata-se de um destacamento para o primeiro plano da questão da morte, que, com Freud, só é possível após muitos entraves clínicos e eventos de guerra. Além disso, os experimentos realizados com a combinatória demonstram um movimento que, embora articulado com o retorno a Freud, dá pistas da originalidade do pensamento lacaniano quando formaliza uma dimensão do significante que não se reduz às palavras. Lacan propõe um diálogo com as ciências do seu tempo e, partindo disso, formaliza a relação do sujeito com uma ordem simbólica que não pode ser condicionada por outra coisa que não o Real. Para pensar esse Real, Lacan lança mão de elementos da história da matemática, da física e até do próprio meio moderno de produção de mercadorias, para isolar a incidência da ordem simbólica sob esse Real. É nesse sentido que se identifica, em parte da produção lacaniana, uma série de homologias conceituais em que o sujeito é pensado como uma máquina que tem seus gastos de manutenção e funciona sob uma lógica de produção.

É por isso que, em “O Seminário, Livro 4 – A relação de objeto”, Lacan (1956-1957/1995) lança mão dessa noção para sustentar uma crítica às perspectivas

psicanalíticas que buscavam estabelecer bases fisicalistas, para o sujeito do inconsciente. Nas palavras do psicanalista francês:

Se é concebível que, para um espírito da tradição mecano-dinamista, que remonta ao século XVIII, à tentativa de La Mettrie e de Holbach de elaborar o homem-máquina, tudo o que se passa no nível da vida mental exige ser referido a algo que se propõe como material, em que essa perspectiva pode ter o mínimo interesse para um analista? – ao passo que o próprio princípio do exercício de sua função atua numa sucessão de efeitos que se admite por hipótese, se ele é analista, terem uma ordem própria. Caso acompanhe Freud, conceba o que dirige todo o espírito do sistema, a perspectiva que deve adotar é uma perspectiva energética (Lacan 1956-1957/1995, p. 31).

É partindo dessa “perspectiva” que Lacan (1956-1957/1995, p. 32) afirma que o sujeito pode ser pensado como uma máquina que só é tornada operativa a partir do momento em que se encontra animada por uma energia. No entanto, não se trata aqui de uma energia como nos moldes da física clássica do século XVIII. Aqui, “está em questão um alcance energético inteiramente outro” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 32) que só pode ser pensado a partir da sua relação com “o conflito, a dialética, a organização, a estruturação de elementos que se compõem e se edificam” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 32). Nesse sentido, essas passagens denunciam a especificidade e consequente irreduzibilidade do sujeito do inconsciente ao que o psicanalista francês chamou de postulado organicista. A capacidade operativa da economia libidinal para pensar o sujeito do inconsciente é afirmada pelo psicanalista francês. Em suas palavras:

Freud foi levado pela noção energética a forjar uma noção que se deve usar na análise de modo comparável à da energia. É uma noção que, assim como a da energia, é inteiramente abstrata, e que consiste numa simples petição de princípio, destinada a permitir um certo jogo do pensamento. Ela permite unicamente expor – e ainda assim de forma virtual – uma equivalência, a existência de uma medida comum, entre manifestações que se apresentam como qualitativamente muito distintas. Trata-se da noção de libido. Não há nada que seja menos fixado a um suporte material do que a noção de libido em análise. Fica-se maravilhado que Freud, nos Três Ensaio, tenha falado pela primeira vez, em 1905, do suporte psíquico da libido em termos tais que a difusão ulterior da noção dos hormônios sexuais não o obrigou a modificar, senão

ligeiramente, essa passagem. Não existe aí nenhuma maravilha. A referência a um suporte químico é, estritamente falando, sem importância alguma em se tratando da libido (Lacan, 1956-1957/1995, p. 44).

Diante do exposto, Lacan testemunha a genialidade da descoberta freudiana na medida em que a libido é pensada em seu primeiro momento como uma petição de princípio, para só depois dar provas de sua fecundidade ao tratar das questões do sujeito sem sucumbir às teorias biológicas contemporâneas às descobertas freudianas. Nessa ótica, o psicanalista francês defende que não se deve ler as obras de Freud num só fôlego na medida em que elas eram constantemente revisitadas e reeditadas pelo próprio autor. Dessa forma, ele ainda afirma que a teoria da libido só atinge certa maturação conceitual a partir de outras publicações que ocorreram entre 10 e 20 anos após a publicação dos “Três Ensaio”, como, por exemplo, “Introdução ao narcisismo” (Freud, 1914/1996), “Para-além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1996) e “A organização genital infantil” (Freud, 1923/1996b). Esse trajeto teórico-conceitual realizado foi utilizado pelo autor para sustentar sua crítica às teorias de relação de objeto, muito difundidas entre psicanalistas anglófonos. De acordo com Lacan (1956-1957/1995), “jamais, em nossa experiência concreta da teoria analítica, podemos prescindir de uma noção da falta do objeto como central. Não é um negativo, mas a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (p. 35). Como alternativa, Lacan aponta que a falta pode ser pensada a partir de três perspectivas diferentes, sendo conceituadas como castração, frustração e privação. Nesse cenário, a importância conceitual desses termos está exatamente na sua diferenciação, uma vez que muitos psicanalistas os tomam como sinônimos. Segundo Lacan:

acreditamos falar sempre dela como se falava no tempo de Freud. É totalmente errado. Falamos bem mais é da frustração, e estamos errados. O de que mais falamos é da frustração. Existe ainda um terceiro termo de que se começa a falar, ou, mais exatamente, de que veremos quão necessariamente a noção foi introduzida, e em que via e por que exigência: é a noção de privação. Estas não são, em absoluto, três coisas equivalentes. Elas devem ser distinguidas (Lacan, 1956-1957/1995, p. 35)

Nessa perspectiva, o psicanalista situa a frustração e a privação como consequências da castração e as diferencia quando ressalta que a primeira – a frustração – corresponderia a um dano Imaginário vivido pelo sujeito. Diz respeito a uma reivindicação de algo que é

desejado sem nenhuma referência a qualquer possibilidade de satisfação, o que a faz, por definição, uma falta no plano Imaginário. A privação, por sua vez, se diferencia na medida em que denuncia uma falta que se dá no plano Real, trazendo à tona um furo com o qual o sujeito não dispõe de elementos para lidar. É interessante pontuar que essas três abordagens da falta propostas por Lacan só podem ser pensadas a partir do modelo econômico instaurado pelo conceito de libido. Essa via de abordagem para pensar a constituição do sujeito permite falar não só de uma teorização sobre a falta que estrutura o sujeito, mas também da dialética do desejo inaugurada nesse tempo.

Em “O Seminário Livro 5 – As formações do inconsciente”, Lacan (1957-1958/1998) mostra – com esse paradigma – o que está em questão para o sujeito nesse momento quando defende a “importância do significante na economia do desejo, digamos, na formação e na informação do significado” (p. 150). Lacan afirma que, durante o estágio do espelho, o sujeito tem contato com sua imagem, que existe e não existe ao mesmo tempo, na medida em que é “uma imagem virtual, que desempenha um papel decisivo numa certa cristalização do sujeito” (p. 233). É na medida em que essa imagem “captura uma certa libido” (p. 233) do sujeito que este consegue, aos poucos, organizar psiquicamente a realidade que o cerca. Acontece que esse movimento só é possível na medida em que ocorre uma espécie de cruzamento entre o que é da ordem do puro desejo e o que é da ordem significante, fazendo com que o sujeito tenha seu encontro com o Outro. Pode-se dizer, com Lacan, que, nesse momento, o desejo passa então por um processo de refração e uma consequente mudança na sua dialética na medida em que agora ele é significado pelo Outro. Essa questão traz a relação do significante com o significado e revela que, nesse tempo, o sujeito adentra uma lógica de funcionamento que lhe é nova. Ao adentrar no universo significante, ele se torna vítima de um extravio libidinal que o confronta necessariamente com a morte. Sobre isso, Lacan postula que

trata-se desse limite do significado que jamais é atingido por algum ser vivo, ou mesmo que jamais é atingido de modo algum, a não ser num caso excepcional, provavelmente mítico, pois só o encontramos nos escritos últimos de uma certa experiência filosófica. Todavia é algo que se encontra virtualmente no limite da reflexão do homem sobre sua vida, o que lhe permite entrever a morte como a condição absoluta, insuperável, de sua existência, como se expressa Heidegger. As relações do homem com o significante no seu conjunto estão muito precisamente ligadas a essa possibilidade de supressão, de colocação entre parênteses de tudo aquilo que é vivido. O que está no fundo da existência do significante, de sua presença no

mundo, vamos colocá-lo em nosso esquema, como uma superfície eficaz do significante onde este reflete, de certa maneira, o que se pode chamar a última palavra do significado, isto é, da vida, do vivido, do fluxo das emoções, do fluxo libidinal. É a morte, na medida em que ela é o suporte, a base, a operação do Espírito Santo pela qual o significante existe ((Lacan, 1957-1958/1998, pp. 47-48).

Essas passagens demonstram um amadurecimento teórico no ensino e obra lacanianos de modo que é possível notar um esforço por parte do autor de formalização dessas questões em torno de um conceito. Os textos escritos de forma paralela aos seminários demonstram um movimento teórico em direção às incidências da economia libidinal sobre o corpo do sujeito e a sua constituição. Essa questão se enlaça à temática da morte inaugurada por Freud em 1920 e literalmente toma corpo a partir dos anos 1950 quando Lacan se propôs a pensar na incidência do significante sobre a carne a partir do que se pode chamar de um paradigma da morte. O final da década de 1950 e toda a década de 1960 pode ser compreendido como o período em que essas questões assumiram a forma de um conceito.

Em 1957, no texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud, Lacan (1957/1998), chama atenção novamente para essa questão quando fala da “metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante” (Lacan, 1957/1998, p. 522). Assim, pode-se afirmar que Lacan se refere à economia pulsional relacionada à clínica da neurose na medida em que fala de um funcionamento metafórico da letra. No entanto, é primordial lembrar que essa operação de metáfora é apenas uma das maneiras possíveis no trato do sujeito com seu desejo a partir de um trauma sexual que é o verdadeiro instaurador de sua economia libidinal. Lacan ainda chama atenção para outros modos de funcionamento psíquico, como, por exemplo, nos casos de fixação perversa, “em que a lembrança encobridora se imobiliza, onde a imagem fascinante do fetiche se erige em estátua” (Lacan, 1957/1998, p. 522). O autor compara novamente a estrutura de memória do significante com a estrutura de memória das máquinas e reafirma se tratar de um desejo que só pode se manifestar a partir de reminiscências. Nesse sentido, todo o esforço empreendido por Freud para formalizar uma teoria biológica da libido é considerado por Lacan como explicações pseudobiológicas, fornecidas na ausência de um aparato conceitual que permitisse a teorização de uma dialética do retorno. É isso que está em questão em textos clássicos como os “Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade” e em “A Interpretação dos Sonhos”, quando o autor – um homem da ciência – recorre ao que Lacan vai chamar de um *Deus ex-machina*, menos derrisório e mais robusto, na medida em que rege o próprio regente. Esse *Deus*

ex-machina opera na neurose aos moldes de um mito individual, que vai permitir a resolução ou a explicação do que sustenta um determinado drama ou conflito.

Essa referência não é aleatória. O mito individual do neurótico é também nome de uma compilação de textos escritos por Lacan ao longo da década de 1950. Nessa referência, o psicanalista pontua que esse mito nada mais é do que aquilo que dá uma formulação discursiva ao desejo do sujeito na medida em que este é exprimido por meio da fala. Aqui, a verdade do sujeito só pode ser expressa de maneira mítica, roteirizada. É nesse contexto que o Édipo deve ser interpretado. Há, no mito individual neurótico, uma propriedade estrutural capaz de organizar uma economia libidinal que tem seu começo com “as relações familiares fundamentais que estruturaram a união de seus pais” (Lacan, 1952, p. 11) e que perdura por toda a vida do sujeito. Lacan também chama atenção para a capacidade que o mito, em especial o mito na neurose obsessiva, tem de materializar uma economia monetária apenas para sustentar a economia libidinal neurótica. Aqui, o psicanalista toma como exemplo o “Homem dos Ratos” (Freud, 1909), caso em que o sujeito cria uma dívida impossível de ser paga para sustentar “um roteiro impossível de seguir” (Lacan, 1952, p. 14). Lacan ainda afirma que esse caso revela que a dimensão da dívida na neurose sempre se dá de forma ambígua. Ela se situa em dois planos impossíveis de se encontrarem, sendo exatamente essa impossibilidade que inscreve o sujeito no drama em que este tenta pagar algo de valor desconhecido e ilimitado. Essa característica, na verdade, não é muito diferente daquela que caracteriza o modo de funcionamento do superego. O que está em questão aqui é a própria dimensão superegoica de uma dívida estrutural que o sujeito não consegue quitar.

2.2 A libido como órgão da pulsão

No ano de 1960, as elaborações teóricas que envolviam uma articulação entre a dialética do retorno e a morte operada pelo significante a partir do mito individual se tornaram o eixo comum de vários textos escritos pelo autor. Na ocasião do comentário de um relatório sobre o tema “estrutura da personalidade”, Lacan (Lacan, 1960/1998) é preciso ao afirmar que a “relação do sujeito com o significante (...) é expressamente designada como a pulsão de morte (Lacan, 1960/1998, p. 666). Aqui, o psicanalista se ampara nas proposições freudianas sobre a pulsão de morte, o juízo de valor e o juízo de existência, formalizadas na década de 1920; e demonstra como a estrutura do significante é a formalização de uma experiência que não pode ser reduzida ao critério genético ou adaptativo. É por essa via que Lacan lê alguns fenômenos relatados por Freud, como, por exemplo, a representação pelo contrário durante os

sonhos. Todas essas questões denunciam a impossibilidade de prescindirmos da função significante para pensarmos a clínica psicanalítica. Nesse contexto, essa clínica se ampara exatamente nos signos contraditórios que são expelidos. Essa característica da contradição faz com que a cadeia se configure como um verdadeiro mito a ser consultado, pois é em suas entrelinhas que se encontram as memórias que lhe estruturam enquanto tal.

A formalização do mito apontado por Lacan alcança uma outra dimensão a partir do texto escrito em 1960 e publicado em 1964, intitulado “Posição do Inconsciente”. Nesse texto, o autor lembra que a dimensão mítica do sujeito da Psicanálise é algo que nunca foi esquecido por Freud, sendo também algo que ele nunca pretendeu ultrapassar. Daí em diante, o psicanalista francês começa a falar do mito de um ser primevo de dois dorsos que foi, em um segundo tempo, separado de forma cirúrgica por Zeus. Ele estabelece uma analogia do corpo desse ser com um ovo, no momento do nascimento quando a casca se quebra, e com o corpo humano, quando o bebê perde o complemento anatômico, “aquilo que as parteiras chamam de secundinas” (Lacan, 1960-1964/1998), p. 859). Nesse momento, Lacan parece dizer de um mito próprio que tem seu começo a partir do rompimento das membranas nos moldes de um fantasma. Trata-se de um fantasma imortal na medida em que sua reprodução se dá de modo cissíparo. Qualquer ataque com vistas a lhe causar um corte faz com que ele se reproduza e frustrasse as investidas de seu interventor. Essa questão coloca aquele que tenta lhe atacar em uma posição complicada, uma vez que Lacan afirma que esse fantasma se movimenta dentro de uma ausência de um aparelho sensorial, que permita predizer e/ou controlar seu trajeto. Essa característica é interessante para se pensar o que Lacan tenta formalizar, pois dizer que o fantasma se movimenta dentro de uma ausência não é o mesmo que dizer que ele se encontra do lado de fora do que está sendo chamado de aparelho sensorial. Esse modo de operar faz com que a questão da realidade seja relegada a um segundo plano na medida em que o que está em questão aqui é uma noção muito peculiar de “dentro” e “fora”. Lacan fala sobre certo tipo de vantagem que esse mito teria sobre o homem, uma vez que se orienta pelo real e o homem é dependente de um trabalho capaz de decodificar esse real em linguagem simbólica e imaginária para, só a partir daí, poder se orientar. Essa vantagem parece ter sido pensada em termos de uma velocidade do mito para sustentar diferentes posições em relação a um tempo mais devagar operado pelo homem.

Por fim, o psicanalista batiza seu mito com o nome de “Lamela” (Lacan, 1960-1964/1998, p. 860) e realiza uma aproximação direta com a teoria da libido formalizada por Freud. Aqui, Lacan lembra que, nesse contexto, a libido assume as características de um órgão que não apenas precede, como também condiciona a constituição subjetiva. O autor

ainda localiza na capacidade que a lamela tem de se locomover pelas bordas das zonas erógenas como a característica que permite seu modo peculiar de tratar o que está “dentro” e o que está “fora” citada anteriormente. É exatamente a partir de uma perda e do isolamento de algo no plano sexual, que a lamela se constitui. Nesse sentido, é preciso postular que ela se situa não apenas como a prova dessa perda, mas como um canal de ligação direta do sujeito com a morte. Aqui, a lamela é testemunha da captura do organismo pela dialética do desejo que só pode se dar de maneira parcial. Com isso, Lacan reatualiza a satisfação plena, que só é alcançada com o estado inanimado da morte, postulado por Freud em 1920, a partir de uma economia pulsional que se pauta na incidência da linguagem no corpo. É na medida em que esse órgão tem por função representar “a parte do ser vivo que se perde no que ele se produz pelas vias do sexo” (Lacan, 1960-1964/1998, p. 861) que se tem, então, um órgão que funciona como uma espécie de ponte entre a morte do sujeito e a dimensão inconsciente de sua sexualidade. Segundo Lacan:

É em revolver esses objetos para neles resgatar, para restaurar em si sua perda original, que se empenha a atividade que nele denominamos de pulsão. Não há outra via em que se manifeste no sujeito a incidência da sexualidade. A pulsão, como representante da sexualidade no inconsciente, nunca é senão pulsão parcial. É nisso que está a carência essencial, isto é, a daquilo que pudesse representar no sujeito o modo em seu ser, do que nele é macho ou fêmea (Lacan, 1960-1964/1998, p. 863).

Essa passagem fornece as coordenadas do que pode ser pensado como um dos pilares da fundação da economia pulsional e seu ponto de ignição na medida em que o órgão citado por Lacan funciona aqui não somente como fundador da economia libidinal, mas como o campo sob o qual essa economia opera, o campo da economia pulsional. É na medida em que o sujeito dispõe desse órgão que ele é capaz de assumir uma série de posições possíveis ao longo dos processos que envolvem sua economia pulsional

Essas questões são revisitadas por Lacan nos anos de 1962 e 1963 a partir da realização do que ficou conhecido no formato de livro como “O Seminário, Livro 10 – A angústia”. Esse Seminário concentra os esforços do autor na tentativa de formalização de uma metapsicologia da angústia, partindo de suas proposições anteriores sobre o sujeito do inconsciente. Esse movimento pode ser pensado como um aprofundamento do retorno a Freud, iniciado na década anterior, a partir de suas próprias bases conceituais. Nesse sentido,

Lacan busca delimitar a metapsicologia da angústia a partir de balizadores teóricos que sustentam a tese do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Assim, já na abertura do Seminário, Lacan (1962-1963/2005) destaca as coordenadas fundamentais da angústia a partir de um questionamento que se apresenta para o sujeito nos seguintes termos: “Que quer ele a respeito deste lugar do eu?” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 14) Não se trata de uma pergunta qualquer, formulada ao acaso, mas sim de uma pergunta que denuncia as relações entre o desejo e a identificação narcísica. Essa relação apresenta uma dimensão paradoxal, em que ambas as vias se tornam “homólogas e distintas ao mesmo tempo” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 15). Essa questão situa a economia pulsional como o eixo que norteia a questão da angústia na medida em que, segundo o psicanalista, a dialética dos investimentos e desinvestimentos libidinais é o que sustenta essa relação. Num outro momento, Lacan chama atenção para o texto escrito por Freud em 1926 intitulado “Inibição, sintoma e angústia” e propõe um quadro esquemático para a sua leitura. No lado externo desse quadro, Lacan situa duas setas, sendo uma na horizontal e outra na vertical, de modo que cada uma representa, respectivamente, as dificuldades e os movimentos do sujeito frente à angústia. Agora, a “Inibição” ganha alguns correlatos específicos que dizem dos modos de resposta do sujeito frente à angústia. São eles o “impedimento” e o “embaraço”, que representam um aumento em termos de dificuldade no manejo da angústia por parte do sujeito. O “impedimento” seria então o resultado da queda do sujeito em uma captura narcísica. Lacan argumenta que essa captura narcísica introduz um limite nas possibilidades de investimento no objeto, uma vez que o falo se encontra autoeroticamente investido. Essa limitação, por sua vez, introduz uma rachadura na imagem especular “que dá respaldo e material à articulação significativa que, no outro plano, o simbólico, chamamos de castração” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 19). Por causa dessa relação muito específica com os registros Imaginário e Simbólico, Lacan situa o “impedimento” na mesma coluna do Sintoma. O “embaraço”, por sua vez, diz respeito a um leve aumento na dificuldade por parte do sujeito frente à angústia que pode ser descrita a partir do momento em que os sujeitos “já não sabem o que fazer de si mesmos, procuram alguma coisa em que se escorar (Lacan, 1962-1963/2005, pp. 19-20)”.

De modo similar, Lacan (1962-1963/2005) situa a “emoção” e a “efusão” como respostas do sujeito que dão pistas da movimentação do sujeito frente à angústia. Nesse contexto, a “emoção” é pensada como um movimento paradoxal na medida em que desagrega e ao mesmo tempo lança o sujeito para fora da linha de movimento, impedindo que tome partido no fluxo de investimentos e desinvestimentos que estruturam sua relação com o Outro.

Ainda na mesma coluna da “Inibição” e abaixo da “emoção”, o autor situa a “efusão” como o ponto máximo da seta que representa o movimento do sujeito frente à angústia. Nesse contexto, Lacan fala da “efusão” no sentido de uma perturbação, que resulta numa perda de potência do próprio sujeito frente à angústia suscitada pelo Outro.

Posteriormente, Lacan (1962-1963/2005) fornece algumas ferramentas que ajudam a pensar a relação dita homóloga e distinta – tal como proposta pelo autor – entre o desejo e a identificação narcísica. Para isso, ele retoma a temática trabalhada anteriormente que trata do aparecimento do sujeito a partir da introdução de um traço significativo e utiliza as notações a $i'(a)$ e “ $i(a)$ ” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 34) – também já apresentadas anteriormente no esquema ótico de Bouasse – para falar de uma imagem, dotada de investimentos libidinais e por isso mesmo responsável por estruturar a fantasia do sujeito. A partir desses elementos, Lacan chama atenção para os modos pelos quais a constituição do desejo do sujeito é necessariamente mediada pelo desejo do Outro, articulado a uma ordem simbólica responsável por instituir, para o sujeito, os fundamentos de sua economia pulsional.

Para sustentar esse argumento, o autor chama atenção para o fato de que não há – como muitos psicanalistas apontam – em seu ensino a presença de dois tempos diferentes, sendo um relativo às imagens e outro aos significantes. Lacan ainda cita o texto publicado em 1946, intitulado “Formulações sobre a causalidade psíquica” como exemplo de um trabalho que vai contra essa hipótese na medida em que o texto trata do que Lacan chama de “entrejogo dos dois registros” (Lacan, 1962-1963/2005). Mais adiante, o psicanalista arremata a questão da relação paradoxal entre o desejo e a identificação narcísica quando aponta a presença de uma ligação muito precisa entre o Outro e a imagem especular não como imagem, mas como função.

Ao introduzir a imagem especular a partir do exercício de uma função, Lacan (1962-1963/2005) enfatiza a dimensão econômica como responsável não somente pela animação e operacionalização da instância imaginária na constituição do sujeito, como também pela sua estabilização por meio da fantasia. O psicanalista ainda faz uma metáfora quando diz que as duas instâncias podem ser pensadas desde a existência do mundo e da nomeação das coisas que existem no mundo a partir de uma ordem simbólica. Nesse contexto, o mundo seria, na verdade, um empilhamento de mundos que se sucederam e que, embora incompatíveis entre si, eles convivem em plena harmonia no interior de cada sujeito de acordo com o psicanalista. Com esse comentário, Lacan faz alusão às proposições freudianas sobre o luto e a internalização do objeto perdido e sua importância na economia pulsional do enlutado como exemplo de entrelaçamento entre os dois registros. Essa posição é reforçada, mais uma

vez, quando Lacan chama atenção para o investimento libidinal extraviado da imagem especular que vem a se tornar o centro da dialética do narcisismo. Lacan revisita a economia do narcisismo e, como tentativa de atualizar essa questão, lança mão das escritas $i'(a)$, e $i(a)$ para falar de tempos específicos em que o fluxo de investimentos e perdas perpassa pontos fundamentais para a constituição do sujeito. Esses pontos também se tornarão balizadores na construção de uma fantasia que toma a falta como “reserva operatória” (Lacan, 1962/1963/2005, p. 49) e que permitiria, em um segundo tempo, a movimentação do sujeito frente à angústia. Segundo Lacan, $i'(a)$ corresponderia à imagem do corpo refletida no campo do Outro ao passo que $i(a)$ corresponderia ao que chama de continente narcísico da libido. A libido, outra hora apresentada por Lacan como libido extraviada desses dois polos de circulação, é descrita agora pelo psicanalista a partir da grafia a , que se refere a um objeto que tem como característica fundamental o poder de sinalizar para o sujeito a falta que orienta seu desejo e que por esse mesmo motivo faz surgir a angústia. Com esse movimento, Lacan isola em seu objeto a o *initium* do desejo, que não se manifesta no plano imagético, na medida em que “não é visível naquilo que constitui para o homem a imagem de seu desejo” (Lacan, 1962/1963, p. 51). Esse a se encontra estruturalmente próximo demais ao corpo para ser visto pelo sujeito e é por essa via que o sujeito mantém uma relação com um universo de significações possíveis.

A dimensão econômica desse objeto é atestada na medida em que sua localização no campo do Outro faz com que o sujeito se encontre em uma posição que está sempre disposto a pagar o preço de uma demanda feita por esse Outro na esperança de reencontrar algo que foi perdido anteriormente. Trata-se de uma operação econômica própria de um capitalismo neoliberal: quanto mais o sujeito acredita ter recuperado esse objeto que se apresenta como a causa do desejo, mais perdido ele está. Mais adiante, a dimensão econômica do objeto a é destacada novamente. Dessa vez, Lacan utiliza como referência o “Mercador de Veneza”, de Shakespeare, para falar de uma dívida em que um cobrador que, “por sua vez, entende um bocado do balanço das contas e que, no fim, pede a libra de carne” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 139). Essa passagem pode ser compreendida como a articulação teórica entre temas desenvolvidos por Lacan como a *caput mortuum* e o objeto a . Trata-se de tentativas de produzir ferramentas teóricas, que ajudem a formalizar e operar uma economia libidinal que incide sobre o corpo. Nesse contexto, o a pode ser pensado como o operador simbólico que norteia os ganhos e perdas que constituem a economia pulsional do sujeito.

Em seguida, Lacan (1962-1963/2005) chama atenção para a importância desse objeto e sua operação de corte para a constituição do sujeito e, ainda, sua manifestação por meio de

dois objetos pulsionais muito específicos. Nas palavras do autor, “a lista dos objetos na teoria freudiana – objeto oral, objeto anal, objeto fálico (você sabem que ponho em dúvida que o objeto genital seja homogêneo a ele) – precisa ser completada” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 252). Nessa perspectiva, ele afirma que o corte operado por *a* no corpo do sujeito é homólogo à exclusão de uma função operada pelo aparelho visual na medida em que afirma que a estrutura estético-transcendental do espaço surge como irreduzível à apreensão estética do mundo. Trata-se de uma referência à função exercida pelo olhar e sua incapacidade de perceber a proximidade do objeto *a* exatamente por estar muito perto, o que faz com que sua imagem seja refletida no campo do Outro junto à operação definida pelo psicanalista como (-phi). Essa estrutura seria responsável por situar na função do olhar uma dimensão de fascínio em que “toda subsistência subjetiva parece perder-se, ser absorvida, sair do mundo, é enigmático em si mesmo. No entanto, é ele o ponto de irradiação que nos permite questionar o que a função do desejo nos revela no campo visual” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 264). Essa capacidade do campo visual de operar com o desejo a partir da constituição do sujeito também é trabalhada pelo psicanalista a partir do que chama ponto zero, que se estende sob o campo da visão, causando um apaziguamento e uma contemplação capazes de operar uma suspensão “tão frágil quanto uma cortina sempre pronta a se reabrir para desmascarar o mistério que oculta” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 264).

A partir desse movimento, Lacan (1962-1963/2005) formaliza o olhar como o primeiro dos objetos pulsionais a serem adicionados à lista freudiana, sendo que o segundo objeto vem a ser a voz. Para pensar essa questão, ele fala de como o nível dos lábios é capaz de modular “os fonemas mais fundamentais, os mais ligados ao corte, os elementos consonantais do fonema” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 254). Nesse sentido, os monólogos estabelecidos por crianças que ainda estão atravessando o estágio do espelho, nos momentos em que ninguém se encontra em seu campo de percepção, se articulam com uma organização muito específica do aparelho sensorial auditivo. Há, segundo o autor, uma relação acidental entre sonoridade e linguagem, que implica uma espécie de incorporação da voz. A sua ressonância, de modo muito específico, dentro do próprio aparelho auditivo, pode ser considerada como uma metáfora do encontro de um investimento libidinal com um vazio estrutural arquitetado pelo Outro: “É por isso mesmo, e não por outra coisa, que, separada de nós, nossa voz nos soa com um som estranho” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 300). A voz opera nos moldes de um corte no corpo, assim como o aparelho visual proposto pelo psicanalista, e permite falar de uma captura do sujeito na rede do Outro, que é atestado por meio de seus rastros.

Com essas manobras, Lacan (1962-1963/2005) situa no *a* a capacidade de operar a economia psíquica a partir de um referencial simbólico. Somente após esse trajeto, é possível retornar à questão da angústia e ao esquema proposto, para falar de dois modos de respostas específicos do sujeito frente à angústia: a “passagem ao ato” e o “*acting-out*”. Essas duas respostas se assemelham à medida que se dão sob o fundo de um desgaste do tecido simbólico que funciona, nesse momento, como uma fina tela entre o sujeito e a angústia. A primeira resposta pode ser pensada como o ponto máximo do sujeito em termos de embaraço com o acréscimo da emoção como agente de sua movimentação. Como resultado, o sujeito se joga para fora da cena com o Outro em um ato que, ao preço de conservar sua posição de sujeito, opera algo que só pode ser considerado a partir de “seu valor de mudança de rumo num destino” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 130). Aqui, Lacan lança mão das proposições freudianas sobre a identificação com o objeto perdido e demonstra como, na passagem ao ato, o que está em questão é um curto-circuito libidinal, fruto de uma identificação completa do sujeito com o objeto *a* na sua dimensão de resto. Seu movimento para fora da cena pode ser entendido como um movimento homólogo ao corte que caracteriza o objeto *a* na constituição do sujeito. Se essa operação é pensada como geradora de angústia, seu movimento homólogo pode ser pensado como uma tentativa de fuga do sujeito frente à angústia suscitada pelo Outro. Essa manobra de passagem efetuada pelo sujeito no campo do Outro demonstra como a dimensão simbólica do *a* funciona para o sujeito como um verdadeiro norteador em sua economia pulsional muito embora o resultado dessas operações esteja relacionado a uma perda de investimentos que fundamenta a irrupção de um gozo na medida em que se defronta com a angústia.

O *acting-out* assim como a passagem ao ato podem ser pensados como uma movimentação do sujeito frente à angústia, que só é possível na medida em que se apoia em um tecido simbólico. É por meio desse tecido simbólico que Lacan é capaz de apontar um movimento de orientação ou endereçamento ao Outro. Esse endereçamento pode ser invisível na medida em que se está muito próximo à cena. No entanto, Lacan chama atenção para o fato de que sua visibilidade é máxima se observada a partir de parâmetros econômicos. A proximidade com a angústia é tamanha que o sujeito é capaz de mobilizar uma transferência, definida pelo autor como “selvagem” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 140). Nesse movimento do sujeito, estaria em questão uma tentativa de organização desse Outro como tentativa de resolução de um conflito em que o que está em questão é a pura dimensão de desejo do objeto *a*. É somente por meio dessa organização que é possível ler o endereçamento e fornecer-lhe um acolhimento adequado. Sob esse esteio, Lacan situa algumas doenças de curta duração que

se encontram como que suspensas durante as análises em função da libido utilizada na transferência.

Essa questão aponta uma disjunção da pulsão em relação às funções orgânicas de modo que o sujeito e seu corpo se encontram norteados pela transferência e, em última instância, pelos princípios da economia do inconsciente. Assim, é possível dizer que a produção teórico-conceitual do objeto *a* concentra os esforços empreendidos por Lacan na produção de ferramentas para tratar do próprio limite entre o somático e o psíquico abordado anteriormente por Freud. Ao destacar o olhar e a voz e elevá-los à condição de objetos pulsionais a partir de sua clínica, o autor não apenas demonstra sua importância na constituição do sujeito como formaliza as coordenadas para uma abordagem daquilo que toca o corpo e anima o psiquismo do sujeito. Esse processo só é possível na medida em que se opera um enquadre não do organismo em si, mas de um corpo que só se assume como tal a partir do corte sofrido pela via significante. Os rastros que esses cortes deixam no corpo são diferentes dos circuitos fisiológicos do corpo humano biológico ao mesmo tempo em que se sobrepõem a estes. Sua consequência direta seria a criação de circuitos, trilhas e bordas circundados por libido, que funcionam como um ponto de destaque e operativo da dialética do desejo do sujeito a partir do Outro. Isso significa que esse ponto pode ser pensado como o núcleo, ou como o elemento determinante da economia pulsional, e todo seu fundamento se encontra aí. As variações ocorridas em termos de economia psíquica são, na verdade, uma consequência do que se passa nesse nível. Só após os efeitos desse encontro com o Outro, é possível tomar nota dos rastros seguidos pelos investimentos e perdas libidinais que vão, literalmente, dar corpo ao sujeito.

Essas questões estão no radar de Lacan e atravessam seu seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, ministrado no ano seguinte, em 1964. Por dispor das ferramentas teóricas necessárias, o autor é muito direto quando, ao pensar a sexualidade a partir da lógica significante, chama atenção para o fato de que as funções biológicas do organismo se tornam secundárias, uma vez que é “no nível da aliança, enquanto oposta à geração natural, à linguagem biológica, que são exercidas as trocas fundamentais – no nível, portanto, do significante” (Lacan, 1964/1988, p. 143). Essa passagem posiciona a sexualidade como o eixo responsável pela movimentação do sujeito. Por esse motivo, a sua operacionalidade não pode se dar por outro meio que não o da libido. O psicanalista ainda chama atenção para a dimensão conceitual da palavra e aponta para o fato de que, a partir da experiência freudiana, a noção de “libido” jamais pode ser pensada de modo dessexualizante, uma vez que ela é a própria testemunha do desejo. Lacan ainda lembra relatos de casos de

pacientes com alucinações alimentares, que são a própria demonstração de um desejo pulsional sobreposto à necessidade orgânica. Trata-se de objetos como: “torta, morango, ovos, e outras guloseimas, não há pura e simplesmente presentificação dos objetos de uma necessidade” (Lacan, 1964, 1988, p. 147), mas, sim, objetos pulsionais, de desejo.

Essa questão é interessante, pois demonstra que os inúmeros objetos que cercam o corpo humano são, antes de qualquer coisa, objetos do desejo. É por essa dimensão que eles adentram o circuito pulsional. O sujeito não deseja carboidratos e processos fisiológicos quando uma dieta lhe é imposta. Essas questões se dão no campo do organismo biológico e são facilmente resolvidas por meio de *experts* das ciências naturais. O campo pulsional, por sua vez, é o campo em que esses objetos podem adquirir valor em função de sua dimensão sexual. A economia só pode girar a partir do desejo, e não o contrário. Aqui, a libido funcionaria, segundo o autor, como uma espécie de ponte que faz a ligação entre a constituição do inconsciente e aquilo que vai chamar de realidade sexual. Nesses termos, é por meio dela que essa realidade sexual se amarra ao campo da demanda ao Outro e funda uma economia que se pauta exclusivamente na sexualidade.

Lacan resgata as proposições freudianas da época do “Projeto para uma psicologia científica”, como a necessidade de descarga de tensão sexual e proposições dos “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade” e de “Pulsões e seus destinos”, como, por exemplo, os elementos que permitem uma montagem da pulsão para especificar seus modos de funcionamento. O estado de homeostase visado pelo organismo, que aproxima a pulsão do estímulo na obra freudiana, é explicado de maneira pormenorizada pelo autor. Ele afirma que o impulso deve ser identificado à pura e simples tendência à descarga: “Desde as primeiras linhas, Freud coloca, da maneira mais formal, que não se trata absolutamente, no *Trieb*, da pressão de uma necessidade, tal como *Hunger*, a fome, ou o *Durst*, a sede” (Lacan, 1964/1988, p. 156). Esses impulsos não podem ser condicionados como nos clássicos da psicologia experimental ou situados de maneira mais assertiva perante o Outro por meio de parâmetros cognitivos. Essa perspectiva permite que os movimentos de investimentos e perdas libidinais sejam pensados menos como uma energia cinética que se regerá pelo movimento e mais como algo que visa uma descarga, que forma intervalos de satisfação e homeostase que nunca se dá por completo. Essa descarga inscreve, no funcionamento pulsional, uma impossibilidade de “qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A primeira coisa que diz Freud da pulsão é, se posso me exprimir assim, que ela não tem dia nem noite” (Lacan, 1964/1988, p. 157). Essas linhas demonstram

um esforço, por parte do autor, de diferenciação da lógica que rege o corpo pulsional em relação ao corpo biológico. Lacan é enfático quando pergunta, se

para examinar o que é do *Trieb*, refere-se Freud a algo cuja instância se exerce no nível do organismo em sua totalidade? Em seu estado de conjunto, faz o real aqui sua irrupção? É o vivo que está interessado aqui? Não. Trata-se sempre especificamente do próprio campo freudiano, na forma mais indiferenciada que Freud lhe tenha dado de começo que é nesse nível – para nos reportarmos ao Esboço que eu designava há pouco – do Ich, do Real-Ich. (Lacan, 1964/1988, p. 156).

Ainda é possível observar uma série de analogias com a etologia na medida em que, a partir de uma comparação com o campo, é possível estabelecer as consequências da pulsão sob o corpo. De acordo com o psicanalista francês, a pulsão não pode ser uma “montagem concebida numa perspectiva referida à finalidade. Esta perspectiva é a que se instaura nas teorias modernas do instinto, onde a presentificação de uma imagem de montagem é inteiramente captadora” (Lacan 1964/1988, p. 160). Ainda numa tentativa de ilustrar a questão, Lacan afirma que a montagem do instinto seria, por exemplo, o que faz uma galinha se arriar contra o chão quando alguém passa, por cima dela, um papelão recortado em formato de gavião ao passo que a pulsão, se montada, seria algo que “se apresenta como não tendo nem pé nem cabeça” (Lacan, 1964/1988, p. 161); algo como a “marcha de um dínamo acoplado na tomada de gás, de onde sai uma pena de pavão que vem fazer cócegas no ventre de uma bela mulher que está lá incluída para a beleza da coisa” (Lacan, 1964/1988, p. 161). Os objetos pulsionais listados por Freud nos estágios da libido, nessa perspectiva, são reposicionados por Lacan no que se refere à relação que eles mantêm entre si. Nesse cenário, o que está em questão seriam as diferentes facetas que a dialética do desejo assume em cada estágio frente ao Outro. Aqui, observa-se Lacan retomar a temática do aparelho inconsciente e definir a especificidade do aparelho psicanalítico quando afirma:

A integração da sexualidade à dialética do desejo passa pelo jogo daquilo que, no corpo, merecerá que designaremos como o termo de aparelho se vocês quiserem mesmo entender com isso aquilo com que, em relação à sexualidade, o corpo pode aparelhar-se, a se distinguir daquilo com que os corpos se podem emparelhar (Lacan, 1964/1988, p. 168).

A diferenciação entre “aparelhar” e “emparelhar”, apontada pelo psicanalista, sustenta a hipótese de que a passagem do objeto pulsional oral para o objeto pulsional anal bem como todos os outros movimentos possíveis nesse circuito não se dão por um processo de maturação biológica. O que se opera, na verdade, é um reviramento no campo da demanda do Outro, mudança drástica suficiente para que o sujeito mobilize novas respostas pulsionais ou recue diante dessa nova demanda. Ambas as posições são estratégias encontradas para preservar sua própria condição desejante. Por isso mesmo, são impossíveis de serem explicados a partir de uma sucessão histórica ou biológica.

Lacan (1964/1988) se refere ao funcionamento da pulsão como algo sem pé e sem cabeça e define sua subjetivação como “acéfala” (Lacan, 1964/1988, p. 174). Essas expressões não parecem escolhidas ao acaso na medida em que essas definições têm implicações muito precisas sobre o corpo do sujeito com o qual a Psicanálise opera. Esse movimento pode ser entendido como um esforço de produção teórica em torno de elementos que ajudem a explicitar a primazia operacional do domínio pulsional em relação ao orgânico. Lacan retorna à temática da realidade sexual do inconsciente e cita, mais uma vez, a teoria da libido como o que permitiu o progresso do próprio aparelho mental enquanto tal” (Lacan, 1964/1988, p. 174). Aqui, o psicanalista defende a hipótese de que é na medida em que o sujeito opera a partir de investimentos e recalcamientos que ele pode ser pensado estritamente não como uma máquina, mas como um aparelho que opera a partir do que vai chamar de função lacunar.

Com esse trajeto, Lacan (1964/1988) destaca a capacidade teórico-metodológica que a teoria da libido, a partir dos operadores da linguagem, teria de operar com os temas do inconsciente. Em sua definição:

a libido não é algo de fugaz, de fluído, ela não se reparte, nem se acumula, como um magnetismo, nos centros de focalização que lhe oferece o sujeito, a libido deve ser concebida como um órgão, nos dois sentidos do termo, órgão-parte do organismo e órgão-instrumento (Lacan, 1964/1988, p. 177).

Essa passagem demonstra como a teoria da libido em Lacan carrega a forte inspiração da física do século XIX que cerca Freud. Todavia, é notório que há a presença de um elemento que não se reduz nem à física, nem à biologia e nem à química. Aqui, sua dimensão econômica parece adquirir o valor de uma metáfora, que não é possível de ser operada de forma independente da sexualidade. A sexualidade pode ser pensada como o próprio

combustível que fomenta e dá corpo às operações econômicas que constituem o aparelho denominado por Lacan de sujeito. Ainda nessa referência, o autor retoma o mito da lamela, apresentado anteriormente no Congresso de Bonneval (Lacan, 1960-1964/1998), e um jogo de palavras com o termo “lâmina” para tratar da questão do corte operado pelo significante no corpo.

Nesse sentido, é seguro afirmar que a circulação que Lacan propõe da lamela no corpo após o corte é similar à preocupação que rondava Freud em textos antigos, como seu “Projeto...”, quando ele nos fala de uma excitação sexual somática e sua necessidade de descarga. Entretanto, Lacan (Lacan, 1964/1988) antecede todo o movimento freudiano que culminará na formalização da pulsão de morte ao elevar a libido de um órgão que se situa não no plano biológico, mas como um “órgão, que tem por característica não existir, mas que não é por isso menos um órgão” (Lacan, 1964/1988, p. 186). É na medida em que se referencia em algo inexistente, mas nem por isso menos real, que o psicanalista toma a questão da morte como ponto de partida e não como ponto de chegada. Esse órgão serve, antes de tudo, para evidenciar que a iniciação ou entrada do sujeito no que Lacan denomina “ciclo sexual” (Lacan, 1964/1988, p. 188) só pode ser pensada a partir da operação que lhe formalize um ponto em que a libido não pode jamais ser recuperada. Esse movimento permite situar a morte como o ponto de ligação entre todas as pulsões de modo que a sexualidade no inconsciente pode ser pensada não apenas como uma representação, mas como um meio provisório de satisfação.

A satisfação peculiar que sustenta o ordenamento pulsional bem como seu funcionamento por meio do órgão da libido formalizado através do objeto *a* passam a ocupar um lugar de destaque no ensino e obra lacanianos. Ainda no ano de 1964, Lacan prosseguiu com o tema dos conceitos fundamentais, em especial da pulsão, para retomar a partir daí uma crítica já feita anteriormente que aponta uma distinção precisa entre a teoria e técnica psicanalíticas e a psicologia como campo de problemas. No texto intitulado “Do ‘Trieb’ de Freud e do desejo do psicanalista”, Lacan (1964/1998) demonstra, já a partir do título, as especificidades operativas da pulsão. Nesse contexto, o *Trieb*, tradução alemã para “pulsão sexual”, se situa como termo que representa a recusa da tradução do termo em “instinto” pela sua dimensão biológica, permitindo a formalização dos problemas levantados pela Psicanálise em um campo específico. Em suas palavras, a noção de pulsão, tal como formalizada pela Psicanálise, “proíbe ao pensamento psicologizante esse recurso ao instinto com que ele mascara sua ignorância através da suposição de uma moral na natureza” (Lacan, 1964/1998, p. 865). Nesse recorte, o autor localiza na teoria da libido o núcleo de irreducibilidade citado

anteriormente na medida em que é ela mesma uma resposta à impossibilidade de se pensar o sujeito da Psicanálise através de um instinto sexual. Ela é testemunha de um trajeto teórico que tem seu começo na biologia e culmina na criação das operações pulsionais, e não o contrário. Lacan afirma que, embora a aplicação de metodologias e recursos experimentais, como, por exemplo, a quantimetria seja muito fácil de ser aplicada à lógica do inconsciente, ela é, na mesma medida, inútil. Ele ainda localiza na psicologia um campo fértil em que o psicólogo tenta, por meio de técnicas, subverter o trajeto que levou Freud da biologia à Psicanálise. Porém, há uma operação econômica em torno do objeto *a* que não só propõe o trajeto da teoria da libido como instaura duas posições muito específicas em que, ou o sujeito se torna preso a uma dívida simbólica por ser possuidor de uma conta devedora, ou organiza sua economia em torno do questionamento do crédito que institui a dívida. A partir dessa operação, é possível apontar um movimento da própria pulsão em encarnar os mitos individuais de cada um a partir de sua economia libidinal. É aí que se dá, segundo Lacan, a produção de uma identificação do sujeito com o seu desejo. É essa identificação que prende o sujeito ao sistema de dívidas de modo que a satisfação pulsional em completo, tal como visada por ele, permanece sempre em suspenso. Seu movimento é homólogo ao crédito de uma aposta.

No ano de 1965, Lacan retomou essa questão no texto intitulado “A ciência e a verdade”, ocasião em que propôs uma triangulação desses temas a partir das formalizações que culminam na noção de sujeito do inconsciente. Nessa referência, o autor lança mão da tese de que o sujeito, sob o qual opera a Psicanálise, não pode ser outro se não o sujeito da ciência. O psicanalista ainda menciona que a ruptura ocorrida entre Freud e Jung na década de 1910 só poderia se dar no âmbito da teoria da libido. Nesse recorte, a teoria da libido proposta por Jung transforma o sujeito pulsional em um sujeito “dotado de profundezas, este último termo no plural, o que significa um sujeito composto por uma relação com o saber, relação dita arquetípica, que não foi reduzida àquela que lhe permite a ciência moderna” (Lacan, 1966/1998). Com essa passagem, Lacan tenta explicitar o fato de que uma libido arquetípica só pode repousar sob um sujeito de qualidades ou qualitativo. Freud, por outro lado, ao operar com a teoria de uma libido sexual, permite o estabelecimento de uma relação do sujeito da Psicanálise com aquilo que René Descartes, citado por Lacan, vai chamar *cogito*. Nesse enquadre, é possível pensá-lo não como sujeito qualitativo ou quantitativo, mas como um sujeito esvaziado e esvanecido de qualquer propriedade que não seja a sexualidade inaugurada pela dimensão sexual do inconsciente. É a partir do objeto *a* e de uma libido concebida como o órgão da pulsão que o sujeito da Psicanálise pode ser pensado como aquilo que se situa

entre a verdade como sua causa por um lado, e a possibilidade de elaboração de algum saber sobre essa verdade. A economia libidinal, instaurada pela sexualidade inconsciente, é o campo em que a única possibilidade de articulação entre essas duas vias se dá. Nesse contexto, Lacan cita as proposições econômicas inspiradas em “O Capital”, de Marx, para falar de situações em que um saber não conduz a uma ruptura na relação com a verdade. Aqui, o psicanalista francês se refere a mudanças estruturais nos ciclos de produção capitalista, que são tratadas por Marx sob a rubrica da revolução. Essa questão é importante para o presente trabalho na medida em que Lacan formaliza uma primazia da economia pulsional em relação, inclusive, aos projetos de economia política marxista.

No ano seguinte, em 1966, Lacan escreveu o texto intitulado “Do sujeito enfim em questão”, com vistas a tratar do tema da análise didática e do contexto institucional do qual foi protagonista. Em um momento específico dessa referência, Lacan resgata o tema da verdade, trabalhado em “A ciência e a verdade”, e cita as proposições marxistas sobre a produção de valor e mercadorias como exemplo de explanação da estrutura do sintoma como concebido pela Psicanálise. Conforme o autor, o sintoma apresenta uma dimensão de denúncia de algo que vai mal e, portanto, de uma irrupção da verdade. Nesse sentido, as formalizações de Marx sobre o materialismo e a produção de riquezas seriam elas mesmas a própria irrupção de algo que emerge no sentido da perturbação de uma ordem estabelecida.

Lacan (1969-1970/2008) trata dessas questões no Seminário seguinte, intitulado “De um Outro ao outro” (Lacan, 1969-1970/2008). A referência à crítica da economia política marxista já tem seu ponto de partida na primeira lição, intitulada “Da mais-valia ao mais-gozar”. Aqui, Lacan ressalta o caráter operativo da castração e a renúncia ao gozo sob a economia psíquica e confere a esse movimento um estatuto de homologia em relação à operação de compra e venda de força de trabalho. Para o psicanalista, há, no campo do Outro, o exercício de uma função de mercado responsável por organizar princípios de méritos e valores capaz de garantir a escolha de preferências do sujeito, movimento que implica um ordenamento ora ordinal, ora cardinal. Lacan também demonstra como esses valores são refletidos nos objetos oferecidos aos mortos nas cerimônias de passagem em um movimento que denuncia a dimensão de valor que é intrínseca à própria vida. Ainda nessa perspectiva, o psicanalista afirma que a própria “razão de Estado” que, em tese ordena a vida cotidiana, pode e deve ser pensada a partir da captação de uma mais-valia e de um mais-de-gozar.

Lacan se utiliza desses artifícios para falar dos eventos de maio de 68 e apontar o fato de que há um mercado de saberes que faz com que o discurso científico e o discurso universitário sejam os verdadeiros agentes dessa operação financeira. Diante do que foi

desenvolvido a respeito da economia do inconsciente, pode-se seguir essa mesma linha e afirmar que há não somente um mercado de saberes, como também um mercado dos afetos. A hierarquia e o ordenamento que caracterizam as funções de mercado fazem com que esses afetos sejam classificados conforme suas capacidades de se tornarem mercadoria. Dentro dessa lógica, o que está em questão não é a possibilidade de situar um afeto como mais valioso que os demais, mas, sim, a possibilidade de construção de uma rede, onde a extração de uma mais-valia desses afetos seja possível. Essa lógica, que se operacionaliza no campo do sujeito a partir das possibilidades de corte e perda que são inscritas no objeto *a* e fazem com que qualquer produção do sujeito possa ser tomada como objeto de mercado. A dimensão econômica do inconsciente fica patente quando Lacan pontua que as formalizações propostas por Marx nada mais são do que uma leitura em que o sujeito do valor de troca é representado perante o seu valor de uso. Na perspectiva do autor, “aqui, as referências e configurações econômicas são muito mais propícias do que as que se ofereceram a Freud, provenientes da termodinâmica e, no caso, mais distantes, embora não totalmente impróprias” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 21). O que está em questão agora, em seu ensino, é uma função no laço social que se pode ser pensada, definida como “absolutização de mercado” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 37). Lacan ainda localiza na “frustração” o modelo de resposta subjetiva frente ao Outro que caracteriza a estrutura da mais-valia no campo do trabalhador, situando-o numa posição correlata à do “eu” e diferente da posição de sujeito.

Em outra lição, Lacan (1968-1969/2008) se refere a uma “empresa capitalista” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 107) para falar dos modos de organização da economia pulsional regidos pela economia de mercado capitalista. Segundo o psicanalista, há uma lógica de funcionamento bastante específica

do que efetivamente acontece com o que chamamos de empresa, na medida em que ela se prende ao reinvestimento, como se costuma dizer, dos lucros. A empresa capitalista, para designá-la nos termos apropriados, não coloca os meios de produção a serviço do prazer. Esse é um traço tão fundamental que um certo pensamento, por exemplo que se manifeste nas margens, apresenta-se por toda uma vertente como o que chamaremos de esforço de reabilitação da despesa – um esforço completamente tímido, claro, que não se imagina em absoluto que caminhe para o sucesso, mas que tende, antes, a lançar uma dúvida sobre o que se pode chamar de nosso estilo de vida (Lacan, 1968-1969/2008, pp. 107-108).

Essa passagem destaca com clareza o *modus operandi* da empresa capitalista citada pelo autor. O que está em jogo aqui é uma operação de especulação sobre a possibilidade de um ganho a partir da renúncia ao prazer. Embora essa empresa seja diferente das atuais por não empregar os meios de produção na satisfação pulsional, ela se assemelha à promessa de uma economia que promete a satisfação do desejo. Mais adiante, Lacan tenta, a partir de referências do filósofo Blaise Pascal, introduzir o que ficou conhecido como “Aposta de Pascal”. Trata-se de um exercício, no qual é possível pensar uma economia da renúncia aos prazeres da vida concebida no ano de 1669, contexto de ascensão do que o psicanalista chama de “moral moderna”. A aposta aborda elementos relacionados à noção de infinito e unidade e tem como ponto de partida a impossibilidade de se estabelecer um saber preciso sobre a morte ser simplesmente o fim dessa vida ou ser não somente o fim dessa vida como também o começo de uma nova.

Diante desse cenário, Pascal propõe então duas possibilidades, sendo que cada uma vai se desdobrar em duas, totalizando quatro cenários possíveis. A primeira possibilidade diz que Deus existe, cabendo ao sujeito apostar na sua existência ou não existência. Nesse caso, se o sujeito dedica sua vida aos ensinamentos cristãos, ele “perde” uma vida finita, mas se dá bem na aposta, pois ganha a vida infinita nas graças de Deus. Caso Deus não exista, ele “perde” sua única vida finita na terra por se dedicar aos ensinamentos cristãos, mas, ao menos, não vai passar a eternidade queimando no inferno. A segunda possibilidade diz que Deus não existe, cabendo ao sujeito apostar na sua existência ou não existência. Nesse cenário, se Deus não existe e se o sujeito aposta na sua existência, ele “perde” uma vida finita dedicada à obra cristã. Caso a aposta seja em sua não existência, o sujeito acerta e não vai passar a eternidade pagando pelos seus pecados. Partindo desses quatro resultados possíveis, Pascal assegura que é muito mais seguro acreditar na existência de Deus e dedicar a nossa única vida terrena à sua obra. O que está em jogo na sua aposta é a possibilidade de se ganhar o infinito – a vida eterna – com um investimento finito – a vida terrena. Trata-se de uma proposição que é, por excelência e definição, econômica. Com essa aposta, Lacan (1968-1969/2008) denuncia o cálculo que fundamenta a neurose e que pode ser formulado nos seguintes termos: “Se eu perder Isso, posso ganhar aquilo?” Os prazeres que estão em questão na renúncia citada pelo psicanalista devem ser pensados no nível do princípio do prazer. Lacan situa essa noção de prazer como algo que vai muito além da vida cotidiana e nos fala de noções de prazeres que são impostas. Cita, como exemplo, a ocasião em que as pessoas

ganham férias para comprar um bilhete na estação de Lyon, e primeiro é preciso pagar por ele, depois transportar-se correndo para os esportes de inverno, onde, durante quinze dias, vocês se empenharão numa trabalhadeira danada, que consiste em fazer fila ao pé dos telesquis. Ninguém está ali para brincar. O camarada que não faz isso, que não vai trabalhar nas férias, é indigno. (...) E, quanto mais prosseguir, mais será assim, salvo um acidente. Em outras palavras, a recusa do trabalho, nos nossos dias, depende de um desafio, coloca-se e só se pode colocar como um desafio (Lacan, 1968-1969/2008, p. 109).

Toda essa movimentação é lida sob a ótica de sua teoria do significante, sendo concebida também sob a perspectiva da análise combinatória e teoria dos jogos abordadas anteriormente pelo autor. Esses movimentos podem ser interpretados como uma formalização (ou ao menos uma tentativa) do próprio cálculo que estrutura a extração do objeto *a*. O sujeito tenta manipular as ordens de combinação possíveis em nome de um suposto ganho quando, na verdade, “tudo que podemos esperar disso, até nova ordem, são práticas de recuperação. Isso quer dizer que aquilo que o sujeito recupera nada tem a ver com o gozo, mas com sua perda” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 113).

Lacan (1968-1969/2008) ainda aponta um modo de funcionamento específico na economia do inconsciente quando afirma que o que mais interessa em toda essa questão para o próprio sujeito não são as decisões a serem tomadas e suas consequências. O que está em questão, no primeiro plano, são os modos pelos quais o sujeito aposta e manipula as ordens de combinação da economia libidinal. Isso significa que o que o sujeito julga ter como gratuito e como algo que vale a pena ser apostado é a parte mais importante da aposta. Realizar esse movimento implica um cálculo anterior à aposta, que permite ao sujeito tirar as medidas do que lhe é possível perder. Sobre isso, ele ainda nos lembra que não há, na história da ciência moderna, nenhum indício de que os procedimentos de medição nada mais são do que um movimento do cientista de medir suas próprias medidas. Assim, é possível afirmar que é a própria extração do objeto *a* que faz com que uma medida possa se constituir.

Lacan retoma a tese da divisão subjetiva responsável por fundar o sujeito a partir da famosa sequência de Fibonacci. Aqui, o psicanalista ressalta que o objeto *a* pode ser pensado a partir da função de número áureo, sendo ele mesmo o próprio limite da própria sequência. Lacan aborda essa sequência de uma perspectiva crescente e decrescente como tentativa de demonstrar uma relação intrínseca que se dá entre o número 1 – começo da sequência – e os elementos que vão se apresentando no desenrolar da cadeia. Essa manobra permite ao

psicanalista mostrar uma relação precisa entre o momento de fundação do sujeito e as probabilidades que surgem daí. Nesse contexto, não só a aposta de Pascal como também a sequência de Fibonacci são elementos que auxiliam o autor na formalização de uma noção de infinito que não se reduz ao ilimitado ou de um limite que não é finito. As medidas tiradas pelo sujeito no momento de se decidir na aposta e os elementos que compõem a proporção áurea só se estruturam a partir de um modo muito específico, que se relaciona diretamente com o ponto inicial que marca sua constituição. Os investimentos libidinais que estruturam a satisfação pulsional desse momento são responsáveis por engendrar uma consistência que sustenta o Outro e permite que ele faça as vezes da falta que baliza o desejo. Essa mesma consistência é responsável por fazer o sujeito entrar na aposta, pois é só a partir dela (a consistência do Outro) que o sujeito se encontra como que pego em um jogo diante de um adversário Imaginário. Essa via também é a mesma pela qual a proporção áurea vai se desenvolver em nível crescente ou decrescente. A proporção é, em si, um reflexo da proporção do sujeito

No ano seguinte, Lacan deu prosseguimento aos temas abordados em mais um seminário intitulado “O avesso da Psicanálise. Esse nome se relaciona com as proposições apresentadas no texto sobre os arranjos pulsionais do sujeito no campo do Outro, que vão permitir o estabelecimento de um laço. Lacan continuou a empreitada de formalização do objeto *a* e retomou a relação entre mais-valia e mais-gozar formalizada anteriormente. Nesse contexto, o psicanalista tenta agora formalizar uma modalidade de discurso que, embora não seja capaz de restabelecer o objeto perdido, possa fornecer as condições para que o sujeito elabore sua perda.

Ao mesmo tempo, o Seminário se deu nos anos seguintes aos protestos de maio de 1968, mais precisamente nos anos de 1969 e 1970, período que concentrou também os esforços do psicanalista na formalização de uma relação entre uma economia libidinal, que opera o inconsciente, e uma economia de mercado, que opera a vida cotidiana. Nesse cenário, Lacan formalizou o que chamou de Teoria dos Discursos e criou, a partir dela, um dispositivo capaz de elucidar a economia do laço social em questão. O autor partiu das proposições freudianas sobre os três ofícios impossíveis – formalizados em “Análise Terminável e Interminável” – educar, governar e curar. Em função do nascimento da Psicanálise, adicionou o ofício “fazer desejar”, para falar de quatro modalidades distintas de discursos que se relacionam entre si. Lacan descreveu esses discursos e seus funcionamentos a partir da escrita de mais quatro elementos distintos que se relacionam entre si. Esses elementos são S1, S2, *a*, $\$$. O primeiro, S1, representa o significante mestre e a sua capacidade de organizar a

economia libidinal do sujeito em torno de si. Ele não é o significante que funda o sujeito, mas ele é mestre exatamente por assumir a ponta de uma cadeia que o tem como ponto de partida e, por isso, só pode se estruturar a partir dele. Lacan (1969-1970/1992) aponta sua função e seu ponto de virada quando diz que ele

se articula com algo de uma prática que ele ordena, essa prática já está tecida, tramada, por aquilo de que certamente ainda não se separa, ou seja, pela articulação significante. Esta última está na origem de todo saber, só podendo de início ser abordada como *savoir-faire* (Lacan, 1969-1970/1992, p. 145).

Esse saber, citado pelo psicanalista, pode ser pensado pelo segundo elemento descrito. Trata-se do S2, que vem representar essa cadeia que se associa ao S1. Em função disso, ele também pode ser pensado como a construção de um saber em torno do significante-mestre. Toda sua produção não é mais do que um desenvolvimento desse significante-mestre. O *a*, por sua vez, assume a dimensão de objeto causa de desejo e representa aquilo que movimenta o sujeito no laço social em questão. Por fim, o \$ representa o próprio sujeito do laço social e sua posição que é, por definição, barrada pelo Outro. Esses quatro elementos são dispostos em dois pares. O primeiro par é concebido como o campo do sujeito e as duas posições possíveis de serem ocupadas pelos objetos se exercem a partir das funções “verdade” e “agente”. Esse par funciona nos moldes de um endereçamento ao outro. No campo desse outro, os dois elementos restantes assumem a função “trabalho” que tem, como consequência, uma produção. “Isto é como um aparelho”, diz Lacan (1969-1970/1992, p. 161). O psicanalista francês retira essas referências de um campo que foi, em outro momento, definido por Freud como “a obscura filosofia hegeliana” (Freud, 1933/1996, p. 120) no texto sobre a *Weltanschauung*, e as opera a partir de um movimento que vai chamar de “quarto de giro” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 12). Esse quarto de giro faz com que a estrutura definida por Lacan assumam quatro formas possíveis, sendo que cada uma dessas formas resulta em uma modalidade de discurso diferente. Desse modo, tem-se o discurso do mestre, em que o S1, na posição de agente, opera um laço que privilegia a produção de saber em torno de si. O quarto de giro faz com que as coisas tomem uma nova dimensão e nos deixa às voltas com o discurso da histeria. Esse discurso tem como agente o próprio sujeito barrado (\$), que, por sua vez, se dirige ao mestre para que um saber sobre sua castração seja produzido. Trata-se também de uma referência clara ao discurso que inaugura o surgimento da Psicanálise. É na situação de

interrogar o mestre sobre seu desejo para que este produza um saber sobre seu sofrimento que Freud descobre a dimensão sexual do psiquismo.

Por outro lado, se se opera o quarto de giro em sentido anti-horário a partir do discurso do mestre, estaríamos às voltas com o discurso universitário. Aqui, o saber é um agente que tenta se endereçar à causa do desejo, isso tudo como tentativa de produzir um sujeito. Essa tentativa se mostra vã na medida em que a verdade que sustenta o agente é o saber tal como veiculado pelo mestre. Trata-se de uma dimensão da verdade que é incapaz de absorver o desejo enquanto causa.

É por isso que, ao aplicar um quarto de giro sob esse discurso, temos o discurso do analista. Aqui, a própria causa do desejo se apresenta como o agente. Esse discurso se endereça ao sujeito que se encontra barrado pelo próprio desejo. O que ele desvela é a própria condição que impõe um limite à satisfação pulsional. Essa questão elucida o motivo de Lacan partir de um discurso do mestre, considerado como o avesso da Psicanálise. É só a partir desse avesso que se pode pensar numa economia capitalista que seja capaz de operar com o desejo. Nas palavras do psicanalista:

Estas observações têm o objetivo de provocar-lhes espanto e levá-los pelo menos a esta pergunta relativa ao discurso do mestre – como é que esse discurso, que se escuta tão maravilhosamente bem, pode ter mantido sua denominação? Isto é provado pelo fato de que, explorados ou não, os trabalhadores trabalhem. Jamais se honrou tanto o trabalho, desde que a humanidade existe. E mesmo, está fora de cogitação que não se trabalhe. Isto é um sucesso, então, do que chamo de discurso do mestre. Para isso, foi preciso que ele ultrapassasse certos limites. Em poucas palavras, isso acontece àquilo cuja mutação tentei apontar-lhes. Espero que se recordem disso, e se não recordam – é bem possível –, vou lembrar-lhes já-já. Falo dessa mutação capital, também ela, que confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista (Lacan, 1969-1970/1992, pp. 159-160).

Lacan (1969-1970/1992) parece apontar uma ruptura na teoria dos discursos, uma “mutação capital” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 160), que seria ela mesma responsável por uma inoperância do quarto de giro ou, talvez, por uma operação a partir de outras ferramentas. O discurso do mestre, ponto de partida para representar o avesso do discurso analítico, é substituído pelo discurso do capitalista, que Lacan (1972) define como “loucamente astucioso, mas destinado a explodir” (Lacan, 1972, p. 17). Essa explosão, travestida de destino, parece

se referir muito mais a uma explosão no dispositivo do quarto de giro e na teoria dos discursos do que a uma explosão do laço social que essa modalidade de discurso representa. Lacan propõe uma troca de lugares entre o \$ – até então como Verdade – e o S1 – até então como Agente, e uma inversão na disposição da seta que até então partia da Verdade em direção ao Agente. Isso seria suficiente para o psicanalista afirmar que esse discurso anda com tamanha velocidade a ponto de consumir a si mesmo.

As incidências do discurso do capitalista e sua capacidade de colapsar o sistema de quarto de giros demonstram a operação de um modelo econômico capaz de inaugurar um novo modo de funcionamento da lógica pulsional. Os esforços empreendidos por Lacan nos anos anteriores demonstram a tentativa de formalização de uma satisfação que, embora se dê a partir de uma infinidade de possibilidades, é impossível de ser concebida como ilimitada. As operações propostas por produções teóricas, como o objeto *a* e alguns recursos como a máquina do par ou ímpar, a aposta de Pascal e a sequência de Fibonacci, são utilizadas exatamente no sentido de um condicionamento da satisfação à imposição de um limite que não pode ser superado, ponto de ignição da pulsão sexual. O próprio discurso do analista surge como tentativa de formalizar um laço que tem esse limite – representado pelo objeto *a* – como agente. O discurso do psicanalista parece subverter essa ordem quando esse limite, até então insuperável e fiador da satisfação para o próprio sujeito, é transposto para o campo do próprio sujeito.

Essa transposição opera uma mudança nas coordenadas do sujeito, que até então eram infinitas, porém limitadas. A partir de agora, a satisfação que movimentava a economia do inconsciente subverte a descoberta freudiana e só pode ser operada a partir de uma exaustão que só pode se dar no campo do sujeito na medida em que agora ele se orienta por um desejo ilimitado.

Mas, a afirmação de que uma transposição opera uma mudança nas coordenadas do sujeito não é suficiente. Essa mudança do limitado para o ilimitado precisa ser explicitada. Como se dá seu funcionamento?

Os quatro discursos têm em seu fundamento algo que Lacan vai chamar de “impossibilidade”, que, por sua vez, tem como resultado uma dimensão de “impotência”. Esse impossível se fundamenta na teoria do significante e diz respeito a um desencontro estrutural entre o agente e o outro ao qual o discurso é endereçado. Há aí uma impossibilidade de a resposta ao agente se dar de forma total, fechada. Esse furo no discurso, por sua vez, dá sustentação a uma impotência de relação entre o gozo que um discurso produz e a verdade a qual o fundamenta. Lacan localiza na inscrição do traço unário a contingência responsável por

fundar esse limite. A partir desse movimento, é possível dar destaque a cada impossibilidade e impotência de cada um dos quatro discursos.

No Discurso do Mestre, a impossibilidade estrutural se situa entre o S1 e o S2. Isso significa que há uma impossibilidade de que exista um domínio integral por parte do mestre. Trata-se da posição lacaniana em relação a impossibilidade de governar apontada anos antes por Freud. A impotência do Discurso do Mestre seria então uma perda de gozo com a qual a mestria não consegue lidar. Há uma impotência do gozo resultante de essa produção discursiva ser abarcada pela verdade do mestre.

No Discurso da Histeria, a impossibilidade se situa entre o \$ e o S1. Aqui, o agente do discurso solicita ao mestre a produção de um saber sobre seu gozo. Essa produção é obsoleta por definição. O que o mestre vai produzir é um saber impotente em relação à causa do desejo histórico. O desejo se mantém insatisfeito e o saber do mestre não lhe abarca.

No Discurso Universitário, a impossibilidade se insere entre o saber (S2) e o objeto *a* enquanto causa de desejo. Nesse sentido, pode-se afirmar que é impossível que o Saber, enquanto agente desse laço, seja concebido como o saber do sujeito. Trata-se muito mais de um saber sobre o sujeito. Nesses termos, ele se põe como algo parcialmente alheio aos seus enlaces pulsionais e se relaciona muito mais com um tipo de saber alienante, que Lacan associa à alienação do capitalismo. Essa alienação resulta na impotência do discurso universitário. Nesse contexto, todo o saber endereçado tem como produção um sujeito barrado, completamente impotente e incapaz de localizar os significantes mestres de sua verdade que orientam sua economia. Esses significantes aparecem e se movimentam de modo independente e desconexo da produção resultante do discurso universitário.

Por último, tem-se, então, o Discurso do Analista. A sua impossibilidade se situa entre o analista, enquanto causa de desejo (*a*), e o sujeito barrado (\$). Trata-se de uma impossibilidade em relação a uma cura absoluta. Ainda que haja transferência a partir da posição ocupada pelo analista (*a*), ele jamais pode curar por completo o sujeito; sempre sobra um resto. Nesse sentido, as produções do discurso do analista são dotadas de certa impotência na medida em que não são capazes de compreender a lei do desejo em sua totalidade. São produções incompletas, traço fundamental para que haja continuidade em uma análise.

A mutação que parece elucidar a passagem da estrutura discursiva dos quatro discursos para o discurso do capitalista pode ser conferida ainda no “Seminário 17”. Nessa referência, Lacan (1969-1970/1992) fala de um acontecimento – ou uma série deles – que é o reflexo de uma mudança lógica no discurso do mestre. Não é preciso “esquentar a cabeça para saber se foi por causa de Lutero, ou de Calvino, ou de não sei que tráfico de navios em torno

de Gênova, ou no mar Mediterrâneo” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 169). O que está em questão, para o psicanalista, é o fato de que, daí em diante, há um movimento de contabilidade e acumulação do mais-de-gozar, sendo esse mesmo movimento o que permite que haja acumulação do capital.

Parece que um certo limite foi cruzado. Lacan (1969-1970/992) chama atenção para o fato de como a estrutura dos quatro discursos era responsável por produzir um resto impossível de ser reaproveitado, impotente em relação à sua capacidade de ser inserido novamente no circuito do desejo e, por isso, impossível de ser acumulado: “Pode-se fazer tudo o que se quiser, pode-se dizer tudo o que se quiser, pode-se tentar conjugar essa produção com as necessidades, que são necessidades que se forjam, mas não adianta” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 166). O psicanalista trata das questões relacionadas à sua teoria do discurso em várias ocasiões durante essa época. Durante sua participação em um programa de rádio, que foi ao ar na Bélgica, no ano de 1970, Lacan parece anunciar qual foi a mudança estrutural no laço social que põe em cena o discurso do capitalista. Ele chama atenção para um *modus operandi* que põe o sujeito em uma produção infinita, que, por sua vez, acaba por alimentar toda a cadeia de produção, criando uma nova e maciça demanda de consumo. Em suas palavras:

a mais valia, é a causa do desejo do qual uma economia faz seu princípio: o da produção extensiva, portanto insaciável, da falta de gozar. Esta se acumula, por um lado, para aumentar os meios dessa produção como capital. Por outro lado, amplia o consumo, sem o qual essa produção seria inútil, justamente por sua inépcia para proporcionar um gozo com que se possa tornar-se mais lenta (Lacan, 1970/2003, p. 433).

Isso tudo “para que se assegure à produção capitalista a revolução propícia a fazer durar seu duro desejo” (Lacan, 1970/2003, p. 433). Voltando mais uma vez ao seminário sobre o avesso da Psicanálise, Lacan (1969-1970/1992) nos fala sobre um esvaziamento da impotência que caracteriza os discursos de sua teoria. Nesse sentido, “a mais-valia se junta ao capital – sem problemas, é homogêneo, estamos aí nos valores” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 169). Ao se dissiparem as nuvens da impotência, teríamos então um discurso que se posiciona de modo verdadeiramente inatacável. Essas questões põem em xeque tudo o que o próprio Lacan tinha dito anteriormente em relação à impossibilidade e à impotência como fundamentos do laço social. O laço do qual Lacan nos fala agora pode ser pensado como um

laço que não destaca o resto que não pode ser aproveitado. Toda e qualquer produção deve entrar na lógica de mercado. A dificuldade em sair dessa lógica é posta em relevo pelo próprio psicanalista na medida em que se questiona o que fazer com seus mecanismos de operação. Se pergunta “Onde está ele? Como nomeá-lo? Como discerni-lo, a não ser, evidentemente, por seus efeitos mortíferos? Denunciar o imperialismo? Mas como pará-lo, esse mecanismo tão pequeno?” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 169) Lacan não dá pistas para essas provocações e vai no sentido oposto. Ele afirma que a segregação, fruto da economia de mercado capitalista, nunca acabou de fato e, quando analisada a partir da teoria dos discursos, pode-se concluir que, ao invés de desaparecer, ela sempre reaparece de modo mais intenso e com mais força.

A escritura do discurso do capitalista também pode ajudar a pensar algumas questões. Há uma série de controvérsias sobre sua escrita e a disposição das setas. Cleuza Maria de Oliveira Bueno (2015) chama atenção para uma distinção teórica que se dá dentro do próprio campo lacaniano. Na perspectiva da autora, não há consenso, e sim controvérsias sobre o modo pelo qual as setas que indicam a posição do agente e da verdade são dispostas. Além desse desencontro em relação à disposição das setas, a autora cita alguns psicanalistas que leem e reproduzem a proposição lacaniana sobre o discurso do capitalista de dois modos distintos. Haveria grupos que a) consideram o quinto discurso a partir de um caráter de exceção em uma série que comportaria somente quatro elementos e b) analistas que diminuem o peso e importância da proposição no ensino e obra de Lacan. Segundo a autora, essa diversidade de posicionamentos teóricos se justifica na medida em que

Lacan pouco se referiu a este discurso, sua escrita está aberta à decifração. Enquanto isso, muita polêmica e contradição têm surgido em torno dele ou a partir dele. Se Lacan mesmo subverte a lógica da produção dos quatro discursos introduzindo um quinto – mal delineado, equívoco ou ato falho –, admite senão a possibilidade de mudança nessa lógica, ao menos na forma de abordá-la (Oliveira Bueno, 2015, s/p.)

Essa questão, levantada pela autora, é relevante para este trabalho na medida em que revela o modo pelo qual Lacan consegue perceber as mudanças que aconteceram em escala global no final da década de 1960 e no começo de 1970. A própria falta de consenso entre o que seria o discurso do capitalista e seu modo de funcionamento testemunha um caráter paradoxal de fecundidade e incipiência conceitual. Nesse sentido, pode-se afirmar que a sua proposição teórica de um discurso específico para falar da economia de mercado capitalista gira em torno da questão do resto. O discurso do capitalista formaliza a denúncia de uma

operação que se pode chamar de “reciclagem” do resto. O que antes restava como algo impossível de se assimilar, podendo inclusive estar associado a um certo mal-estar, é, agora, empurrado ao agente que deve introjetá-lo. Somente a partir desse movimento, o sujeito é capaz de se servir desse resto, para aplicar o paradigma ilimitado à sua economia libidinal.

Ao mesmo tempo, ao longo da década de 1970, Lacan deixou algumas pistas sobre o que se pode considerar como implicações de um laço neoliberal sobre o psiquismo. No ano de 1974, o psicanalista participou de um programa de televisão, publicado textualmente sob o nome de “Televisão” (Lacan, 1974/2003). Na ocasião em questão, Lacan arriscou um palpite geopolítico quando falou de países subdesenvolvidos ao mesmo tempo em que usou uma expressão específica do campo da economia da vida pública, para falar que,

no desatino de nosso gozo, só há o Outro para situá-lo, mas na medida em que estamos separados dele. Daí as fantasias, inéditas quando não nos metíamos nisso. Deixar esse Outro entregue a seu modo de gozo, eis o que só seria possível não lhe impondo o nosso, não o tomando por subdesenvolvido. Somando-se a isso a precariedade de nosso modo, que agora só se situa a partir do mais-de-gozar e já nem sequer se enuncia de outra maneira, como esperar que se leve adiante a humanitarice de encomenda de que se revestiam nossas exações? (Lacan, 1974/2003, p. 533, grifos meus)

Com essa passagem, Lacan (1970/2003) denuncia a subjugação dos mais variados modos de gozo à função de mercado exercida pelo discurso capitalista em sua dimensão global. Essa passagem também denuncia um tipo de enlace entre a economia libidinal e a economia de mercado de tal modo que a última se torna, enfim, operacionalizada pela primeira. Essa operacionalização tem em seu núcleo a escalada do racismo e de movimentos de caráter fascista como elementos capazes de movimentar a economia de mercado. Mais do que isso, essa passagem denuncia algo que é central no problema de pesquisa aqui apresentado: um ponto de torção em que a economia psíquica, a fim de sustentar suas quotas de satisfação, faz com que certos mecanismos de funcionamento se tornem em si os operadores da economia de mercado.

Os problemas aqui levantados apresentam impasses em relação não apenas ao laço social, como também à clínica psicanalítica e à própria constituição do sujeito do inconsciente. Como se pode pensar as consequências desse resto introjetado e que tem como consequência o funcionamento de uma economia ilimitada? Para que se possa responder a

essa questão, será feita uma abordagem de autores que se propõem a pensar essas mudanças de estrutura do laço social no campo do sujeito.

3 UMA ANÁLISE DO ILIMITADO NA ECONOMIA LIBIDINAL CONTEMPORÂNEA

Até o presente momento foi possível atestar uma espécie de compatibilidade lógica entre a economia de mercado e a economia do inconsciente tal como proposta pela Psicanálise. A conjugação dessas duas correntes parece firmar-se em um paradigma de funcionamento ilimitado, que caracteriza o laço social contemporâneo. Esse ilimitado se dá no sentido de uma produção ilimitada de produtos de mercado e de subjetividades de forma que as produções desses dois campos acabam se retroalimentando uma à outra.

Esse modo de produção literalmente não conhece limites. Para que seja sustentada, a economia ilimitada lança mão de ferramentas que permitem o orquestramento não apenas da vida, mas como também da morte. Não se decide apenas quem pode e quem não pode viver, mas também se decide como, quando e onde devem morrer os que não podem se salvar. Todo aquele e tudo aquilo que não se associa voluntariamente à economia ilimitada acabam por serem associados de maneira compulsória. Esse movimento implica uma lógica em que nem mesmo o descarte está em questão. Tudo é reaproveitado. Nesse recorte do ilimitado, o funcionamento psíquico e a metapsicologia que lhe sustenta adentram em uma lógica de hiperinvestimentos com vistas a um verdadeiro lucro sobre a vida em seus mais variados aspectos. Não há nem tempo e nem tolerância para algo que é fundamental na economia do inconsciente, a saber, as perdas.

Diante desse cenário, como se pode pensar uma resposta à luz dos referenciais teórico-metodológicos que envolvem o trabalho do psicanalista? Ao falar de um laço social que se pauta pela produção ilimitada, o psicanalista se depara com a possibilidade de que ele mesmo possa se tornar um produtor de mercadorias, sendo que ele mesmo também pode ser uma.

3.1 O mais-de-gozar e a mais-valia como operadores psíquicos do inconsciente: a confluência entre marxismo e Psicanálise

A convergência teórica entre marxismo e Psicanálise, as consequentes tentativas de leitura de proposições marxistas sobre o modo de produção capitalista sob lentes freudianas ou a tentativa de leitura das proposições freudianas sob lentes marxistas não são inéditas. Embora brevemente comentadas por Freud (1932), quase como um presságio da narrativa que animaria a Segunda Guerra, essa convergência já poderia ser testemunhada desde o advento

da União Soviética. É uma convergência quase tão antiga quanto a própria Psicanálise e parece ter bastado o mínimo amadurecimento teórico do campo de problemas inaugurado por Freud para que ela acontecesse.

Parker e Pavón-Cuéllar (2017) afirmam: “A virada do marxismo em direção à psicologia e à Psicanálise está intimamente ligada aos problemas encontrados na prática política” (p. 19, tradução livre). O eco dessas questões no campo de problemas da Psicanálise pode variar. Ainda segundo esses dois autores, se por um lado a Psicanálise se torna objeto de interesse dos marxistas na medida em que se vincula às ciências humanas, por outro lado esses dois campos se afastam em função de problemas políticos, a saber:

Com a tradução dos principais textos de Freud do alemão para o inglês, e com os efeitos da tradução inglesa nas traduções e interpretações dos mesmos textos em francês e espanhol, a estrutura “científica natural” foi reforçada no debate psicanalítico. Isso fez com que as conexões da Psicanálise com o marxismo, tão importantes no início, se tornassem menos aceitáveis com o tempo (Pavón-Cuellar & Parker, 2017, p. 28, tradução livre).

Um dos primeiros exemplos do interesse pela Psicanálise em solo soviético é o texto “Psicanálise como sistema de psicologia monista”, escrito por Aleksandr Romanovich Luria em 1925. Em um comentário, Angelini (2017) aponta se tratar de um texto crucial na medida em que denuncia o começo de uma Psicanálise “marcadamente marxista” (p. 52). Essa referência explora temas que seriam, em breve, indispensáveis a outros psicanalistas que se enveredam por esse caminho, como Wilhelm Reich e Otto Fenichel, com questões relacionadas à noção de descarga de uma tensão. Nesse seu texto Luria (1925/2017) destaca que “O fato de a Psicanálise ter sistematicamente se absterido de responder perguntas sobre a essência da psique confirma seu ponto de vista dialético – poderíamos até dizer prático” (Luria, 1925/2017, p. 60, tradução livre). O autor ainda argumenta que a Psicanálise seria uma ferramenta necessária ao marxismo na medida em que ela permite trabalhar com fenômenos em suas dimensões biológica e social diferentemente da velha psicologia empírica do século XIX. Ao que parece, Luria vê na Psicanálise a possibilidade de uma ponte com uma das principais características do materialismo dialético: o monismo materialista. Nesse contexto, o trabalho inaugurado por Freud se destacaria na medida em que

é proposta uma abordagem monística dinâmica da personalidade; Em vez de ver as “coisas” isoladamente, considere processos incessantes que refletem a continuidade orgânica entre a vida da criança e a mente do adulto; Em vez do homem “extrassocial” em geral, abstraído-se das condições sociais que o formam, a Psicanálise se esforça para conectar muitas das atividades mentais mais profundas com influências de grupos sociais (Luria, 1925/2017, p. 58, tradução livre).

Embora Luria (1925/2017) pareça entender que a energia psíquica destacada por Freud como energia libidinal seja o *leitmotiv* do monismo do inconsciente, a influência pavloviana em seu trabalho é notável. O autor se interessa particularmente pelos casos em que essa energia psíquica passa por um processo de somatização. Assim, a díade estímulo-organismo atravessa seu trabalho por inteiro e dá sustentação a uma busca por questões relacionadas às descargas de tensão produzidas no e pelo aparelho psíquico. Segundo o autor, há que se aproveitar da Psicanálise a partir do momento em que ela nos fornece

um sistema geral de inter-relações de órgãos, vendo o cérebro e sua atividade não isoladamente, mas no mesmo nível que os outros órgãos do corpo, tentando fornecer uma base biológica sólida para a psicologia e fazer uma ruptura decisiva com a abordagem metafísica no estudo da psique (Luria, 1925/2017, p. 65, tradução livre).

Assim como o contexto e projeto soviético no qual Luria (1925/2017) se insere aponta em seu horizonte a necessidade de um campo norteado pelo monismo materialista, a Psicanálise parece ajudá-lo com tarefas inacabadas. O autor parece ver no edifício teórico da Psicanálise, a possibilidade de realização de um projeto fisicalista do psiquismo, que localiza o cérebro como órgão central da análise:

A mente humana, tal como concebida pelo marxismo, é um produto da atividade do cérebro e, em última análise, da maneira como o cérebro e o indivíduo humano se ressentem dos efeitos do ambiente social, das relações de classe e das condições de produção (Luria, 1925/2017, p. 56).

Outros autores, nesse mesmo contexto, insistem que a proposição teórica do inconsciente, tal como formalizada e articulada por Freud, pode ser reaproveitada pelo marxismo a partir de alguns critérios específicos. Peregrín (2017) define muitas dessas

leituras como simplistas e até mesmo contraditórias. Como exemplo, o autor cita o caso de um soviético, contemporâneo a Freud, mas que não tinha muito acesso às suas obras em função da barreira estabelecida pela diferença de idiomas. Valentin Nikolaevich Voloshinov publicou, no ano de 1927, um texto em que aborda o próprio conteúdo da consciência como um produto ideológico. Nesse contexto, qualquer criação humana, desde “o conteúdo mais confuso na consciência do selvagem primitivo e o monumento cultural mais refinado são apenas os extremos do mesmo espectro de criatividade ideológica” (Voloshinov, 1927/2017, p. 73, tradução livre). Elementos que apontam a emergência de conteúdo inconsciente, como: sonhos, mitos, chistes e não apenas os componentes verbais de formações patológicas, mas também as simples manifestações de ocorrência verbal, são, para Voloshinov, a testemunha de uma luta entre diversas correntes ideológicas que acontecem dentro de um campo, que ele define como relativo à “ideologia conductual” (p. 74). Há, de acordo com o autor, um núcleo que se estrutura a partir de duas falas, sendo uma interna e outra externa. A ideologia conductual seria um tipo de precipitado que se forma a partir da ideologia corrente, seus sistemas jurídicos e morais e suas visões de mundo. Ambas as falas – internas e externas – se aproximam bastante da ideologia corrente. O autor tece uma crítica em relação à Psicanálise freudiana, que pode ser pensada exatamente como o ponto forte da contribuição de Freud. Para Voloshinov, há uma supervalorização da dimensão sexual do inconsciente de modo que “o sexual tende a substituir o social” (Voloshinov, 1927/2017, p. 77, tradução livre). Ainda segundo o autor:

Todos os períodos de declínio e desintegração social são caracterizados pela superestimação do sexual na vida e na ideologia, e – ainda mais importante – do sexual representado numa concepção extremamente unidimensional que traz o seu aspecto associal para o primeiro plano (Voloshinov, 1927/2017, p. 77, tradução livre).

Voloshinov (1927/2017) defende então que a própria ênfase da Psicanálise em uma dimensão sexual do psiquismo é, na verdade, um sintoma da desintegração da família burguesa. O inconsciente freudiano, que se situaria em um nível mais profundo que o nível da “ideologia conductual”, é responsável por um processo de erosão de sua unidade mantenedora. Voloshinov acredita que a teorização do complexo de Édipo inaugura uma nova perspectiva sobre a família, que agora deixa de ser apenas a fortaleza e o bastião do capitalismo. Em um cenário em que até então o pai era tido como o empresário e o filho era considerado seu herdeiro, a leitura empreendida por Freud faz com que o pai seja visto agora

como aquele que tem o amor da mãe, colocando o filho em uma verdadeira posição de rivalidade.

Por fim, parece ser consenso que o interesse de Voloshinov (1927/2017) na Psicanálise reside no fato dela permitir a denúncia da desintegração do “sistema ideológico oficial” (Voloshinov, 1927/2017, p. 77), que se constitui a partir de classes e, principalmente, valores sociais. Peregrín (2017), no entanto, salienta que, partindo da compreensão de Voloshinov, essa desintegração possibilitada pelo método psicanalítico se torna limitada na medida em que não adota as condições de classe como critério supremo de realidade. O autor parece ver certa sobreposição da dimensão sexual em relação ao materialismo histórico-dialético, e isso parece se tornar um problema.

A articulação desses dois elementos parece se tornar uma tarefa que está constantemente no radar de teóricos do século XX. Na medida em que tanto o marxismo quanto a Psicanálise marxista vão se espalhando pelo mundo, diversos autores, em vários locais e momentos diferentes, vão se ocupar da articulação teórica de elementos dos dois campos. Tem-se então uma convergência teórica entre esses elementos, mas de formas às vezes bem diferentes, que parecem variar conforme o contexto político e histórico em questão. Textos como os de Luria e Voloshinov e outros autores soviéticos das décadas de 1920 e 1930 retratam o interesse particular do projeto soviético na procura de um método em psicologia capaz não apenas de explicar, mas como também de operacionalizar os problemas que interessavam nesse recorte geopolítico. É a partir daí que se pode entender a preocupação de alguns desses autores na busca por um método que seja capaz de oferecer ferramentas para trabalhar com o materialismo histórico-dialético.

Esse cenário muda conforme se abordam autores de outros países. Na Europa Ocidental, alguns casos ficaram famosos com trabalhos que fazem a intermediação dos dois campos de problemas. Muito próximo e seguidor íntimo de Freud, o psicanalista alemão Wilhelm Reich tem seu trabalho voltado para essa questão. Joel Kovel (2017) faz um comentário que parece consonar com o presente trabalho. Na visão do autor, “de fato, Reich (1929/2017) foi a primeira pessoa, e, me parece, a única com a distinção de ter sido expulso tanto do Partido Comunista Alemão quanto da International Psychoanalytical Association” (Kovel, 2017, p. 208, tradução livre). Kovel, que é estadunidense, fala de como Reich (1929/2017), na década de 1920, acreditava que a Psicanálise, mesmo com o seu prestígio, havia perdido força em função da repressão sexual. Kovel (2017) compara o momento com a época em que Freud foi aos Estados Unidos pela primeira vez e afirma que “não só não houve peste, isto é, não houve revolução, como a Psicanálise perdeu a sua vantagem radical e se

tornou uma psicologia do ajustamento, algo ‘socialmente respeitável’, mais suave, mais brando e mais disposto a fazer concessões” (Kovel, 2017, p. 208, tradução livre). Assim, o trabalho de Reich (1929/2017) pode ser pensado como uma tentativa inédita de interpretação de uma erosão da Psicanálise, e a relação dessa erosão com um marxismo que morria por exaustão de significado, ao aceitar um socialismo reformista. Reich localizava, no núcleo da egoização da Psicanálise, um abandono da noção de libido que, em sua perspectiva, “Continha o segredo da promessa revolucionária da Psicanálise, não como teoria, mas como sinal de uma questão social da maior importância: a possibilidade de uma verdadeira emancipação sexual” (Koven, 2017, p. 209, tradução livre). Em seu horizonte, a emancipação sexual não pode ser pensada sem relação às leis econômicas e à exploração da maioria pela minoria.

Reich (1929/2017) acreditava que, assim como diversos fenômenos sociais, a Psicanálise estava diretamente relacionada às condições de produção de sua época. Tal como o marxismo é um produto da era capitalista apesar de “Não está tão diretamente relacionado com a base econômica da sociedade e possam ser demonstradas relações indiretas com ela” (Reich, 1929/2017, p. 211, tradução livre). Essa questão se entrelaçava com outro fenômeno social muito significativo que se dá em dois tempos: a ruptura e a reconciliação entre a burguesia e a moral religiosa e sexual. Segundo Reich (1929/2017), desde a Revolução Francesa, a burguesia já portava o germe de uma moral que se opunha à moral religiosa e, principalmente, à moral sexual característica do feudalismo. A partir da consolidação do poder da burguesia e do estabelecimento da economia de mercado capitalista, a reconciliação desse laço se deu em função da opressão de uma classe recém-nascida: o proletariado. As proposições de Reich (1929/2017), parecem colocar em cena operadores que dividem a sexualidade do proletário em dois polos: um masculino e outro feminino. Haveria, conforme o psicanalista, um exercício responsável por uma decomposição da sexualidade masculina ao mesmo tempo em que “devasta a feminina” (Reich, 1929/2017, p. 211, tradução livre). Isso tudo se dá dentro de um sistema de condenação da sensualidade, de valorização da monogamia e de castidade de adolescentes do sexo feminino. Nesse contexto, o sistema de produção capitalista propõe um arranjo econômico desses dois polos. A mulher é educada e instruída a ser casta, mesmo no matrimônio, devendo muitas vezes agir como “repelente” (Reich, 1929/2017, p. 212). O homem, por sua vez, busca satisfação sexual com as mulheres do proletariado, mas, ao mesmo tempo, as despreza em função de sua classe. Em paralelo a isso tudo, deve manter a aparência de uma moral inquestionável. Esses ideais são transmitidos aos filhos do casal, que fazem com que o ciclo de opressão sexual tenha continuidade.

Reich (1929/2017) marca uma diferença muito precisa entre o processo de opressão do proletariado e o processo de repressão sexual advindo do sistema de produção capitalista. Segundo o autor, enquanto a opressão de classes ocorre em um sentido muito específico, em que uma classe explora e a outra sofre exploração, a repressão sexual, por sua vez, ocorre em todas as classes. Dentro desse contexto, a Psicanálise surge e, ao denunciar que enfermidades de sua época, como a histeria e outras neuroses, demonstra a etiologia sexual desses quadros, impossibilitando que sua causa seja unicamente associada ao excesso de trabalho. Todavia, Reich parece ver a necessidade de uma espécie de travessia. Se a Psicanálise denuncia as mazelas da sexualidade em meio à organização capitalista da sociedade, faz-se necessária a superação desse modelo econômico, uma vez que ele também é responsável pelos sofrimentos. O trabalho desse autor se destaca, necessariamente, por uma posição anticapitalista em relação à práxis analítica.

Ainda nesse recorte histórico, outro psicanalista próximo a Sigmund Freud tenta elucidar o que está em questão no encontro desses dois campos. Trata-se de Otto Fenichel, psicanalista de geração diferente, no entanto, ainda sim próximo de Freud e rejeitado por esse em função de suas relações com o marxismo. Diferentemente do colega Reich, não dá tanta ênfase à dimensão genital da sexualidade (Ortega, 2017). O trabalho desse autor se destaca por uma crítica precisa aos textos ditos sociais de Freud e uma constante tentativa de elencar operadores materialistas da prática analítica sem, entretanto, desqualificar sua técnica. Em suas palavras, “as obras filosóficas escritas por psicanalistas (mesmo por Freud) e expressamente designadas como tais nada têm a ver com a Psicanálise. A crítica destes livros – crítica certamente muito necessária – não se aplica à Psicanálise como ciência. (Fenichel, 1934/2017, p. 222, tradução livre). O autor postula que seria um milagre que uma investigação psicológica não caísse em idealismos, mas ressalta que isso tem se acentuado em sua época devido às condições materiais que assolam seu recorte geopolítico. Nesse sentido, Fenichel afirma que os marxistas antipsicanálise, têm uma dose de razão, mas chama atenção para o fato de que não se deve confundir a aplicação errônea de um método com o método, sua eficácia e finalidade. Há, em seu trabalho, uma tentativa clara de elucidar o que está em questão em termos materiais quando Freud postula uma Psicologia das Massas baseada em seu inconsciente. Fenichel busca em que medida um indivíduo pertence a uma massa, uma vez que ele pode pertencer a várias massas diferentes. Na perspectiva do autor, a comunidade de características psíquicas que estruturam as diversas massas da sociedade tem como elemento comum “as condições econômicas” (Fenichel, 1934/2017, p. 224, tradução livre). Nesse recorte, embora a realidade material seja ela mesma o estímulo que incide de forma

diversa, devido às suas variações, não se pode cair no erro de realizarmos uma abordagem puramente economicista. Fenichel argumenta que as ações das condições materiais sob as estruturas psíquicas dos homens faz com que eles mesmos pensem e ajam de maneira a se converterem como sujeitos efetivos da história. Fenichel, de certo modo, parece apostar em uma economia do inconsciente proposta pela Psicanálise como possibilidade de equiparar a balança entre o psiquismo e a economia, e parece ver no próprio método freudiano o pontapé inicial para o trabalho.

Ainda na tentativa de elucidar o que não fazer, ele fala de um etnólogo psicanalista chamado Géza Róheim, que gastou enormes quantias em trabalhos de campo na tentativa de provar a validade universal da teoria freudiana em detrimento da tese da especificidade cultural do complexo de Édipo. Para tal empreitada, buscou realizar análise individual de povos ditos primitivos. Seu erro consiste em ignorar os aspectos culturais – algo facilmente alcançável em qualquer escuta advinda do método psicanalítico –, o que só pode ter como resultado uma projeção de complexos sobre esses povos e sua cultura (Fenichel, 2017/1934). Fenichel se mostra indisposto com a crítica de a Psicanálise ser um dispositivo da burguesia. Afirma que o argumento de que a Psicanálise pode ser tão diferente entre burgueses e proletários quanto seria com civilizados e primitivos de que as neuroses são artigos de luxo e que suas intervenções sejam, na verdade, projeções da burguesia sob o mundo proletário que não se sustenta. Segundo o autor, há uma posição de não querer ver as coisas, tal como na suposta ignorância e repulsa, relacionadas aos temas da sexualidade infantil, que é responsável por ofuscar o fato de que Freud realizava sua prática clínica com o meio proletário, lidando diariamente com as misérias neuróticas das massas, que são comparáveis também às suas misérias materiais. Além disso, cita as policlínicas que ofereciam atendimento psicanalítico gratuito em sua época e como este trabalho constata a existência das neuroses nas mais variadas classes sociais.

As questões que entrelaçam os dois campos é tema de trabalho de uma variedade de outros autores. Ainda nesse recorte das décadas de 1930 e 1940, pode-se citar Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin dentre outros. Neste trabalho, por serem apresentados conceitos presentes nas obras de Freud e Lacan, partir-se-á para o recorte histórico em que há a aproximação do pensamento do psicanalista francês com o marxismo.

A interseção entre as questões do inconsciente formalizadas por Lacan e o campo da economia política tem, na expulsão de 1963, um de seus momentos fundantes. Louis Althusser, filósofo argelino de origem francesa, é o responsável por acolher

institucionalmente o psicanalista francês. Com sua expulsão da IPA e da SPP, Lacan acaba sendo proibido de ensinar Psicanálise e até mesmo de receber novos candidatos à formação clínica. Assim, ele se encontra impossibilitado de dar continuidade aos seminários que eram ministrados no Hospital Saint-Anne, e Althusser lhe faz um convite para que dê continuidade a esse trabalho na École Normale Supérieure (Klautau, Winograd, & Souza, 2014). Esse movimento explica a virada conceitual que se passa no fim do seminário sobre a angústia, quando o psicanalista se ocupava com o objeto *a* e os Nomes-do-Pai, para o estudo e a formalização sobre os conceitos fundamentais do campo de problemas da Psicanálise. Walter José Evangelista (1985) traduziu para o português e comentou dois textos do filósofo argentino em que ele se ocupa da aproximação entre os dois campos. Evangelista argumenta que Althusser surge em um contexto específico. O marxismo se encontrava no meio de impasses que iam desde a dogmatização stalinista bem como suas tentativas de superação por meio de formações de compromisso teóricos, que acabariam por contribuir ainda mais com sua derrocada. Além disso, as teses marxistas não pareciam conseguir fazer frente aos isomorfismos, que caracterizavam o cenário estruturalista que permeava a França na década de 1960. Nesse contexto, a estratégia de Althusser constitui dois momentos muito específicos: o primeiro consiste em uma tentativa de aproximação da obra de Freud com a de Lacan. Esse movimento se deu, especificamente, em função de uma publicação datada de 1949 e assinada por diversos profissionais do campo da psicologia. O texto, intitulado “Auto-critique: la psychanalyse, une idéologie réactionnaire”, aponta o suposto caráter reacionário da prática freudiana e trata-se de uma atitude desesperada frente à ofensiva da *ego psychology* norte-americana, que teve como consequência a produção de um “equivocado dilema” (Evangelista, 1985, p. 11), que se dava a partir da seguinte proposição: “ou Marx, ou Freud”. Assim, Althusser publicou em 1965 – em um contexto em que o marxismo e seus impasses seriam diferentes daqueles de 1949 – um texto intitulado “Freud e Lacan”. De acordo com o autor:

Definindo-se em relação a esse texto de 49, “Freud e Lacan” provoca, no interior do movimento comunista, uma significativa modificação em sua posição face às ciências em geral e à Psicanálise em particular, modificação esta que exprime uma transformação de suas posições filosóficas (Evangelista, 1985, p. 12).

Os marxistas de 1949 advogavam em defesa da ideia de que o método formalizado por Freud e a própria práxis psicanalítica se apresentam como um fruto da ideologia burguesa, e

as supostas dificuldades de se firmar enquanto ciência corroboram esse argumento. A comparação entre os dois psicanalistas surge, portanto, no sentido de marcar uma posição da Psicanálise em relação às ciências para, em um segundo momento, com o texto “Marx e Freud” (Althusser, 1985), tentar elencar o que há em comum entre esses dois campos. Pode-se constatar que Althusser parte das proposições lacanianas sobre a relação Psicanálise e ciência, sua proposta de retorno a Freud, às formalizações sobre o objeto da Psicanálise, sua transmissão e a expulsão da IPA. Esse movimento serve como ponte para uma segunda aproximação, agora entre o método marxista e o método freudiano, que é tema do segundo texto publicado em 1976. Na referência em questão, Althusser destaca elementos já elencados por autores citados anteriormente, como, por exemplo, o abalo causado pela luta de classes e pelo inconsciente. No entanto, aqui, Althusser ressalta seu caráter científico. Segundo o autor:

as coisas se tornam mais interessantes, no entanto, no momento em que as condições desses desconcertantes descobrimentos renovam, totalmente, as condições anteriormente reconhecidas como normais para qualquer descobrimento. E, sem dúvida, não é por acaso que os dois descobrimentos que modificaram o mundo cultural, num espaço de cinquenta anos, pertencem ao que se convencionou chamar Ciências Humanas ou Sociais, e que rompem com os processos tradicionais de descobrimento nas Ciências da Natureza e nas formações teóricas da ideologia. Não é, tampouco, por acaso que essa ruptura comum tenha sido sentida, por numerosos contemporâneos, a partir do momento em que Marx e Freud se tornaram suficientemente conhecidos, como a manifestação de uma certa afinidade entre as duas teorias. A partir disso, prisioneiros como eram do preconceito ideológico do monismo, não foi por acaso que alguns deles começaram a buscar as razões dessa afinidade numa identidade de objeto, como, por exemplo, Reich, querendo identificar os efeitos do inconsciente isolados por Freud com os efeitos da luta de classes apontados por Marx (Althusser, 1985, p. 76).

Althusser (1985) localiza o fracasso de Reich na tentativa de formular a identidade de um objeto, que seria comum aos dois campos, e trata tal perspectiva como um fracasso a ser evitado. Mesmo assim, defende a posição materialista de Freud na medida em que o psicanalista localiza o núcleo de sua questão – o inconsciente – fora da esfera do pensamento, tal como Marx. Destaca, também, a dimensão dialética dos processos que fundamentam o funcionamento do inconsciente. Soma-se a isso a natureza essencialmente conflituosa que

cada campo institui. A filosofia e a psicologia da consciência, o *homo economicus*, o sujeito consciente, da ciência psicológica e o sujeito do direito são, nesse caso, estratégias para manter a coesão do laço capaz de sustentar uma ideologia burguesa. Porém, as descobertas inauguradas por Freud e Marx trazem

palavras de homens que não sabiam somente o que significava lutar mas que sabiam também que traziam ao mundo ciências que não podiam existir a não ser na e pela luta, pela simples razão de que o adversário não podia tolerar sua existência; ciências conflituosas, sem nenhum compromisso possível (Althusser, 1985, p. 86).

Como se pode pensar, então, as contribuições desses dois campos para o problema de pesquisa apresentado? Como as proposições sobre a economia política e a economia do inconsciente nos auxiliam a pensar as questões do limitado e ilimitado?

O psicanalista Pavón-Cuéllar (2021) chama atenção para o fato de como Marx propõe uma leitura do psiquismo que consiste em um tipo de ruptura radical não apenas com a metafísica, mas também com a própria psicologia de sua época. Assuntos relacionados a um suposto sujeito concebido a partir de “sua consciência e vida mental, suas cognições e condutas, seus comportamentos, pensamentos e sentimentos, personalidades e traços de caráter, sensações e motivações, ações e interações” (p. 2) são abandonados por Marx em detrimento de um sujeito de base econômica e materialista. Esse movimento deve ser entendido, conforme o autor, como a própria adoção, por parte do filósofo, de um sistema metapsicológico para o estudo das questões relacionadas ao campo psíquico ou, como o próprio autor diz, a emergência de uma “teoria metapsicológica marxiana” (p. 2). A metapsicologia deve ser entendida como um movimento de transcendência em relação à própria psicologia enquanto disciplina e campo de problemas. A metapsicologia marxiana assim como a freudiana situam o psíquico a partir de uma diferença tópica em relação à psicologia da consciência. Pavón-Cuéllar aponta como termos utilizados por Marx para falar de um funcionamento psíquico em “O Capital – Livro 1”, fazem alusão ao próprio projeto freudiano na tentativa de formalização de uma sexualidade inconsciente. Inapreensível, invisível, carente de sentido, inexplicável e inconsciente são alguns deles. Esse movimento permite que Marx evidencie categorias econômicas em detrimento de personalidades ao mesmo tempo em que coloca o econômico em questão sem perder de vista a dimensão psíquica. Ele borra e, por fim, acaba desaparecendo com a dimensão psicológica, uma vez que sua única serventia é ser um degrau a ser subido rumo à metapsicologia.

Ao falar de uma teoria metapsicológica marxiana, o autor parece marcar uma diferença teórico-metodológica específica em relação aos projetos de interseção entre os dois campos citados anteriormente, como a psicologia e Psicanálise marxista, o freudo-marxismo, os trabalhos da Escola de Frankfurt e os estruturalistas franceses.

Pavón-Cuéllar (2021) elenca alguns elementos presentes na leitura marxista da luta de classes e lhes dá um sentido contrário daquele dado às questões econômicas presentes nas formalizações do inconsciente. Aqui, o autor prefere destacar as dimensões psíquicas da economia de mercado capitalista. Ele argumenta como o corpo capitalista necessita de um tipo de disposição anímica que comporta formas muito específicas de troca, interesse, satisfação, ambição, apropriação, individuação retentiva e modos de socialização que se pautam na competição. Além disso, outras questões chamam a atenção do autor. Há, em jogo, um complexo de concepções, representações, temores, emoções, expectativas, atitudes e comportamentos. Todas essas questões demonstram dois pontos fundamentais: a) o capitalismo pode e deve se tornar objeto daqueles que se encarregam de estudar o psiquismo, e não apenas suas implicações; e, b) sendo o capitalismo análogo ao psiquismo, é perfeitamente possível que seja desentranhada uma teoria do psiquismo de dentro da teoria do capitalismo que a leitura empreendida por Marx nos fornece. Pavón-Cuéllar por fim, formaliza os modos como esses dois campos se retroalimentam quando afirma que:

quando o capitalista enriquece, obedece ao capital que cresce. Porém, ao obedecê-lo, crescendo-o e assim enriquecendo-se, nosso capitalista não só incrementa o que tem, mas também dilata o que é, amplia o que personifica, desenvolve sua personalidade, sua alma, o capital. Trata-se então de um assunto de identidade e não só de propriedade. E ainda que a propriedade seja precisamente aquilo em que se enraíza a identidade, há aqui uma inversão de papéis de proprietário e propriedade, já que, ao ser o que tem, o capitalista se vê possuído por sua posse, obedece-a, personifica-a e adquire sua alma, sua consciência e sua vontade. O psicológico provém e depende, assim, do econômico, o qual, por sua vez, se vê mediado e realizado pelo psicológico (Pavón-Cuéllar, 2021, p. 4).

Assim, o autor conclui que a economia de mercado capitalista “não pode ser unicamente um regime econômico” (Pavón-Cuéllar, 2021, p. 3). É um sistema que entrelaça a superestrutura ideológica consciente com um núcleo infraestrutural de base econômica e inconsciente, em que a metapsicologia se mantém e necessita de operadores que operem a

partir desse mesmo entrelaçamento. É fundamentado nessas coordenadas que se deve pensar as proposições sobre um discurso do capitalista, que opera sob um paradigma da circulação ilimitada de mercadorias.

Quais elementos comuns aos dois campos de problemas podem ajudar a pensar o problema de pesquisa aqui proposto? Alguns autores podem auxiliar a responder a essa pergunta. Ben Gook e Dominiek Hoens (2022) se debruçam sobre o conceito de “alienação” em Lacan e Marx. Os autores chamam atenção para a época em que o termo passou a se tornar objeto de uso do psicanalista francês nas suas formalizações no campo da psiquiatria. Nesse recorte, o termo parece ter uma origem dupla. A primeira se relaciona com nomes da psiquiatria dos séculos XVIII e XIX, como, por exemplo, Philippe Pinel. Ele e outros médicos utilizavam o termo “alienado” para falar de pacientes loucos em um estado em que se é *alien* de si mesmo. Caberia ao médico, ou ao alienista, conduzir um tratamento em que a razão seria restabelecida, e o paciente entraria novamente nos trilhos, deixando de lado seu estado alienado. Essa própria ideia de alienação parece ser animada por princípios mercadológicos. Trata-se de alguém que perdeu sua propriedade mais importante – a razão – de modo que o trabalho do médico não é outro senão desaliená-lo e restaurar sua posse e seu livre uso da razão.

A segunda origem do termo na obra de Lacan é inspirada pela “Fenomenologia do Espírito”, de Hegel – em especial a leitura de Alexandre Kojève –, e se relaciona às formalizações sobre o estádio do espelho. Aqui, Lacan argumenta que a alienação não deve ser pensada como a perda da razão, mas, sim, como uma operação fundamental que vai estabelecer um tipo de esteio para qualquer traço de pensamento. Assim, a alienação deixa de ser um estado do Eu a ser evitado, para se tornar o pré-requisito da racionalidade. De forma curiosa, o pensamento de Lacan parece localizar, na crítica da economia política, elementos possíveis para uma metapsicologia marxista. Há uma nota de rodapé do primeiro volume de “O Capital”, relacionada à teoria da gênese da forma-valor em “O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente”. Essa nota cita Marx, comparando as mercadorias com os homens e diz como ambos passam por situações parecidas. O homem só constitui sua identidade a partir de uma alienação na imagem de outro homem. O sujeito só pode se perceber como homem a partir do momento em que se reconhece na imagem de outro sujeito. De modo similar, as mercadorias da economia de mercado capitalista só podem ser concebidas como tal a partir de suas relações com outras mercadorias, mais precisamente com seus valores de uso e troca. Lacan (1957-1958/1999) diz:

Peço-lhes que se reportem à página em que Marx, no plano da formulação da chamada teoria da forma particular do valor da mercadoria, revela, numa nota, ser um precursor do estádio do espelho. Nessa página, Marx formula a proposição de que nada pode instaurar-se das relações quantitativas do valor sem a instituição prévia de uma equivalência geral. Não se trata simplesmente de uma igualdade entre tantas ou quantas varas de tecido. É a equivalência tecido-roupa que tem de ser estruturada, ou seja, que roupas possam representar o valor do tecido. Não se trata mais, portanto, da roupa que vocês possam usar, mas do fato de que a roupa pode tomar-se o significante do valor do tecido. Em outras palavras, a equivalência necessária logo no início da análise, e sobre a qual se assenta o chamado valor, pressupõe, por parte dos dois termos em questão, o abandono de uma parcela muito importante de seu sentido (Lacan, 1957-1958/1999, p. 86).

Essa similaridade se explica, segundo Gook e Hoens (2022), a partir da noção de dialética em Hegel. O sujeito só se descobre fora de si por causa de um outro, como, por exemplo, a imagem no espelho. Esse movimento desemboca em uma segunda alienação, que agora se relaciona com a tentativa de resolução de impasses Imaginários, a partir do registro simbólico. Como estratégia encontrada pelo sujeito, frente à possibilidade de entrada em um universo em que a destruição dos espelhos que lhe custe a eterna fragmentação de seu corpo, o sujeito se ampara em um registro capaz de lhe fornecer coordenadas simbólicas sobre seu corpo. Essas coordenadas permitem a estruturação de um “eu” que funciona às avessas do eu que é formado a partir da alienação da imagem do corpo. Tal como no registro Imaginário, essas coordenadas simbólicas que orientam o sujeito são, necessariamente, alienantes na medida em que surgem em um campo que não é o do sujeito e, só a partir daí, lhe são endereçadas. Por fim, a alienação acaba se tornando um movimento fundamental na constituição do sujeito, e os desenvolvimentos dados por Lacan ao conceito tornam impossível se falar de uma desalienação ou uma restauração a um estado anterior.

Ao contrário disso, o suplemento do registro Imaginário pela via simbólica é a ferramenta que vai permitir que a metapsicologia marxista encontre condições para pensar uma dimensão de materialidade – e não materialismo – do inconsciente. Pavón-Cuéllar (2022), novamente, auxilia a pensar essa questão quando afirma que Lacan rejeita as proposições de filósofos materialistas que apostam em algum tipo de substancialismo como garantia de operação da realidade. É por meio do registro simbólico que o psicanalista opera com uma noção que não se enquadra nos moldes do material ou da realidade. Pavón-Cuéllar

(2022), afirma que Lacan prefere se livrar das noções filosóficas substancialistas e aponta como a noção de objeto pequeno *a* se apresenta como a proposta de um objeto imaterial e insubstancial e, por esse motivo, sua incidência deve ser localizada no corpo. As propriedades de um objeto, que se forma a partir de um deslize sob as zonas erógenas, fornecem uma materialidade que, embora seja diferente do materialismo formalizado nos escritos de Marx, se assemelha a esse em função de seu processo dialético. Nesse campo, o sujeito se guia pelas pistas deixadas no circuito libidinal com a finalidade de encontrar ou construir algo no próprio vazio da matéria de seu corpo. O autor ainda argumenta que o corpo, que agora é localizado no centro da questão, abre campo para a emergência de uma ética específica e de uma teoria da verdade.

Partindo dessas coordenadas, Pavón-Cuéllar (2022), na linha da metapsicologia marxista, argumenta que é possível então pensarmos em uma espécie de materialismo marxista voltado para o simbólico, tal como aquele proposto por Lacan. O psicanalista francês argumenta que ser materialista consiste em aceitar que somente os signos materiais existem. Esse movimento requer como estratégia a rejeição de um significado intrínseco aos próprios significantes e o descarte de qualquer significação que se dê a partir de um registro idealizado. O registro simbólico produz uma substância que se dá precisamente entre um e outro significante, e é isso que está em questão nessa estratégia. Marx, por sua vez, adota uma estratégia parecida quando enfatiza a esfera econômica e sua capacidade de operar a realidade social das pessoas e das coisas. Ele localiza no valor-de-troca, e não no valor-de-uso, as engrenagens da economia da vida cotidiana. Assim como a lógica que rege as coordenadas simbólicas,

trata-se de algo material e não compreensível mas que pode ser explicado, e é o que é por causa de sua relação com outros valores ou significantes, especialmente aqueles da exploração da vida como força de trabalho, e não por causa de si mesma ou por causa de sua relação com o valor-de-uso, com um significado [intrínseco] (...) De modo que estamos em uma pura economia do significante, do valor e de seu gozo, de sua produção e sua posse, ao qual seu significado é subordinado (Pavón-Cuéllar, 2022, p. 146, tradução minha).

As proposições mercadológicas sobre o inconsciente são temas de trabalho recente de diversos outros autores. Nesse mesmo sentido, Dunker (2022) chama atenção para o modo

como a própria noção de “mercado” se faz presente na obra e ensinamentos lacanianos. O autor primeiramente define o mercado como

um campo em que produtos são trocados sob a forma de bens de consumo por compradores e vendedores, localmente ou globalmente. O mercado é definido pelo movimento de bens e capital como algo oposto à esfera da produção, mas como os bens se originam a partir do trabalho, logo o mercado envolve também as relações sociais de produção (compra e venda de trabalho) e a divisão social do trabalho (p. 126).

Em um segundo momento, ele argumenta como essa própria noção de mercado, envolve um sistema de trocas que se dá em um campo de produção de verdade, valor e gozo. Essas questões são, segundo Dunker (2022), o testemunho de que Lacan tem em mente certos efeitos dos **mercados comuns** e da economia de gozo, ao pensar o sujeito do inconsciente. Situações de racismo, opressão de minorias étnicas, nativas, migrantes e imigrantes, inequidade de gênero e orientação sexual, isolamento, e por fim, sofrimento psíquico são, na verdade, situações em que há uma espécie de confusão e uma falsa identificação entre valor-de-uso e valor-de-troca. Essa falsa identificação resulta, segundo o autor, em uma falsa equivalência entre posição de classe e posição de fala. Dunker (2022), argumenta que Marx é de fato o inventor do sintoma, tal como apontado por Lacan na medida em que rejeita essa proposta. Rejeita a ideologia que prega a consistência do Outro enquanto mercado, rejeita a fetichização da mercadoria e rejeita a falsa universalização que faz de todos, irmãos do mesmo pai e rejeita a extração de mais-valia. Em detrimento disso, aposta na divisão do sujeito, na alienação enquanto processo de formação do inconsciente, na falta do Outro e no objeto mais-de-gozar.

Em uma perspectiva parecida, o trabalho de Tomšič (2022) aponta um paralelo teórico na obra dos dois autores a partir da noção de “trabalho”. O autor chama atenção para o fato de que a Psicanálise nunca foi pensada como uma teoria social do trabalho. Mesmo assim, é possível identificar várias referências à realização de um trabalho, que é correlato a uma determinada quantia de energia. Isso pode ser testemunhado em diversos momentos no próprio Freud. A ideia perpassa noções como “trabalho do sonho”, “trabalho do chiste”, “trabalho do luto” e “trabalho de repressão” dentre outras. Essas expressões são empregadas, segundo o autor, no sentido de conceitualizar o emprego de energia libidinal que tem como meta a obtenção de prazer. Essa questão é relevante na medida em que as formalizações de

Tomšič, demonstram que o próprio conceito de trabalho se apresenta como uma possível ponte entre os dois campos de problemas. Num sentido similar, Žižek (1996) se pergunta “Como Marx inventou o sintoma?” O autor se questiona o seguinte:

Será essa tese lacaniana apenas um dito espirituoso, uma vaga analogia, ou possuirá ela um fundamento teórico pertinente? Se Marx realmente articulou a noção de sintoma, tal como também a vemos operar no campo freudiano, devemos formular-nos a pergunta kantiana concernente às “condições (epistemológicas) de possibilidade” desse encontro: como foi possível que Marx, em sua análise do mundo das mercadorias, produzisse uma noção que também se aplica à análise dos sonhos, dos fenômenos históricos e assim por diante? (Žižek, 1996, p. 297)

Assim como Tomšič, Žižek (1996) destaca a importância da noção de “trabalho” para se pensarem as produções do inconsciente. De acordo com o filósofo, há uma analogia fundamental entre as interpretações de Freud e Marx em relação ao sonho e à mercadoria, respectivamente. Para desvendar essa homologia, há que se evitar qualquer tipo de fascínio pelo que pode ser entendido como um “conteúdo” “supostamente oculto” (Žižek, 1996, p. 297) pela forma na constituição do sonho e da mercadoria. Esse movimento se faz necessário, uma vez que o elemento que deve ser tomado como objeto de análise nesses dois campos é a própria forma do sonho ou da mercadoria. Assim sendo, não se trata, portanto, de descobrir o significado oculto de um determinado sonho, mas, sim, de tomar como ponto de partida da análise o fato de que houve um trabalho responsável por transpor esses conteúdos até então latentes para a forma de um sonho. O movimento é similar em relação às mercadorias: não se trata de descobrir a quantidade exata de trabalho consumida em sua produção. O que está em questão na economia política é explicar por que esse trabalho se transpõe, necessariamente, para o campo dos valores, ou, de forma mais simples: trata-se de saber por que a dimensão social do trabalho só é reconhecida quando assume sua faceta capitalista: a forma-mercadoria.

O “trabalho do sonho” (Žižek, 1996, p. 300) – expressão freudiana destacada pelo autor – que compreende os processos de condensação e deslocamento e a figuração dos conteúdos na grafia do sonho devem ser colocados no lugar do fascínio por um suposto significado oculto do sonho a ser desvendado. O desejo inconsciente do sonho não pode jamais ser reduzido (ou traduzido) em uma cadeia de pensamentos na medida em que ele é, em sua constituição, recalcado. Assim, a consumação de energia empregada em sua produção é empregada em uma estrutura em que

há sempre três elementos em ação: o texto manifesto do sonho, o conteúdo latente do sonho, ou seu pensamento latente, e o desejo inconsciente articulado num sonho. Esse desejo liga-se ao sonho, intercala-se no interstício entre o pensamento latente e o texto manifesto; por conseguinte, não é “mais oculto, mais profundo” em relação ao pensamento latente, porém está decididamente mais “na superfície”, consistindo inteiramente nos mecanismos do significante, no tratamento a que o pensamento latente é submetido (Žižek, 1996, p. 299),

Esses dois movimentos – a eliminação da concepção do sonho como simples processo fisiológico e a aposta de que se trata mais do fruto de um trabalho e a própria tomada da forma do sonho como objeto de análise em detrimento de seu conteúdo – são homólogos à abordagem marxista da economia política. Assim sendo, destacam-se também dois movimentos específicos: primeiramente, deve-se eliminar qualquer aparência ou concepção de que o valor das mercadorias é fruto do mero acaso. Essa vaga noção de acaso, ou de leis como a da relação entre oferta e procura ocultam, na verdade, a relação entre o tempo e a força de trabalho investido na produção de uma dada mercadoria. Žižek (1996) demonstra como Marx afirma que apenas esse desmascaramento não é suficiente. Nesse sentido, em que a própria crença e o fascínio incondicional em teorias econômicas que foracluam, a função da mais-valia demonstra, na verdade, como a economia política clássica se interessa apenas por seu suposto conteúdo e nada quer saber sobre sua forma. Trata-se de um movimento.

Žižek (1996) argumenta que, embora a análise da forma-mercadoria empreendida por Marx – e aqui pode-se acrescentar ainda a análise e interpretação dos sonhos empreendida por Freud – seja em um primeiro momento estritamente relacionada a uma questão de economia (fiduciária em Marx e libidinal em Freud), ela(s) exerce(m) influência em todo o campo das ciências humanas e sociais. O trabalho desses dois autores fornece um tipo de matriz que possibilita realizar outras versões da chamada inversão fetichista. Na perspectiva do autor:

é como se a dialética da forma-mercadoria nos apresentasse uma versão pura – destilada, por assim dizer – de um mecanismo que nos oferece uma chave para a compreensão teórica de fenômenos que, à primeira vista, nada têm a ver com o campo da economia política (Žižek, 1996, p. 301).

Para sustentar esse argumento, Žižek (1996) cita o trabalho do filósofo franco-alemão Alfred Sohn-Rethel. Conforme esse autor, a análise da forma-mercadoria não fornece apenas um modelo de crítica da economia política. Ela vai muito além. Seu modelo permite, na verdade, uma explicação sobre o modo de funcionamento do pensamento conceitual abstrato. O filósofo esloveno postula que essa questão demonstra que a abstração implicada no valor-de-troca, que funda a gênese da economia de mercado capitalista, precede até mesmo as proposições da física newtoniana e as aspirações da ciência moderna na construção de um conhecimento universal. Assim, é possível destacar que:

antes que o pensamento pudesse chegar à pura abstração, a abstração já atuava na efetividade social do mercado (...) Antes que o pensamento pudesse chegar à ideia de uma determinação puramente *quantitativa*, um *sine qua non* da moderna ciência da natureza, a quantidade pura já estava em ação no dinheiro” (Žižek, 1996, p. 302, grifo meu).

Essa questão é interessante, pois corrobora o fato de que a pura abstração não é um simples exercício de pensamento. Pelo contrário, ela parece ser um elemento que estava lá antes do próprio pensamento e, por isso, confere a este sua forma abstrata. O autor argumenta que essa é, precisamente, uma das definições possíveis do inconsciente, tal como formalizada pelo método freudiano. Trata-se, necessariamente, de algo que tem a forma de um pensamento, mas não possui o mesmo *status* ontológico de um pensamento, uma vez que adota uma posição externa em relação a este.

As proposições apresentadas até aqui, quando tomadas pelo seu caráter econômico, trazem as possíveis relações entre a própria economia de mercado e o sujeito do inconsciente. Lacan toma como ferramenta de análise as proposições marxistas sobre a mais-valia enquanto força-de-trabalho extraviada da gênese do circuito econômico e a situa como correlato homólogo de um gozo perdido, que dá corpo à constituição do sujeito do inconsciente. No entanto, como se pode pensar essas formalizações em relação ao problema de pesquisa aqui apresentado? É possível estabelecer as coordenadas de mercado, que operacionalizam um circuito comum na constituição do sujeito e na financeirização do laço social e fazem com que esses elementos se retroalimentem?

Madra e Özselçuk (2022) chamam atenção para as tentativas de Lacan em formalizar uma economia do inconsciente que se comprometa não apenas com a desmembração de qualquer sujeito humanista em pulsões parciais reduzido ao gozo do corpo, como também ao

próprio modelo da teoria do valor. Para os autores, elementos, como a crítica ao sujeito-empresa da psicologia do ego, as homologias entre valor e significante e entre mais-valia e mais-de-gozar, a teoria dos quatro discursos como modalidade de laço social e o discurso do capitalista como um quinto e falso discurso, a fórmula da sexuação como formalização da lógica da exceção e sua soberania e a lógica do não-todo e sua imanente crítica do regime de valores, fomentam esse desmembramento. Todo esse arcabouço teórico tem seu limite na clínica do *sinthome*, que se torna uma espécie de paradigma do inconsciente na economia contemporânea na medida em que suas formulações se dão sob um regime de “capitalismo tardio” (Madra & Özselçuk, 2022, p. 64). Na visão dessas autoras, tópicos tradicionais do ensino e obra lacanianos, como a crítica ao humanismo e a crítica ao estruturalismo, são, em si, o testemunho de uma economia que se rege por uma lógica própria.

Em uma tentativa de conjugação desses dois campos de problemas, Jean-Joseph Goux (1973) formaliza a existência de *equivalentes generales en el marxismo y el psicoanalysis*. Segundo o autor, nessa empreitada:

não se trata de apagar os seus limites para criar uma mistura de conceitos, mas sim de especificar corretamente a localização de ambas as ciências no todo social, por um lado, e encontrar os mecanismos análogos, o isofrismo que pode existir entre ambas e que se referiria a uma disciplina de mediações. Se trata de construir um objeto comum (os equivalentes gerais) (...) (Goux, 1973, pp. 9-10, tradução livre).

O autor aponta para os modos como alguns operadores da economia política dão, eles mesmos, a própria estrutura de funcionamento da economia libidinal. Nesse contexto, a própria taxa de câmbio pode ser pensada como o lugar por excelência, onde se produzem as metáforas, os sintomas, os signos e as representações. É aí que acontecem operações de criação de valores. Trata-se de infinitas operações econômicas que têm como finalidade substituir o que está perdido ou desaparecido por algo equivalente. Esse movimento só é possível a partir de um “valor”, que seja capaz de balizar o funcionamento do câmbio. É esse mesmo valor que opera, no campo do inconsciente, a economia dos sintomas. É na medida em que ele desvela um funcionamento econômico libidinal em sua estrutura que uma diversidade de valores também pode ser vista, sejam eles, comerciais, sexuais ou jurídicos dentre outros.

Goux (1973) lança mão das proposições marxistas sobre as quatro fases históricas distintas que culminam na instituição da economia monetária contemporânea, tal como se conhece. Essas fases perpassam a simples criação de relação de valor entre duas mercadorias,

a criação de relação de valor complexas entre várias mercadorias, as criações de relações de valor em que algumas mercadorias são privilegiadas em detrimento de outras e, por fim, a criação de relação de valores de um monopólio de uma mercadoria extraordinária que se expressa na forma-dinheiro.

Na primeira fase, a forma simples do valor, o autor demonstra o destaque da dimensão imaginária das mercadorias na medida em que é necessário que uma seja idêntica à outra. É preciso que elas se identifiquem entre si. A partir daí, uma pode ser considerada como o valor relativo e a outra como valor equivalente, movimento que sela uma espécie de dualidade entre as duas mercadorias. Trata-se de uma relação especular, na qual o valor de uma se expressa no corpo de outra, servindo-se, assim, de sua matéria. É seguro afirmar que, nesse recorte, a mercadoria de valor relativo se encontra completamente alienada em relação ao seu próprio valor na medida em que se apresenta como o espelho da mercadoria de valor equivalente. Trata-se de um circuito econômico bem simples e a sua existência basta para que um modo mais elaborado surja.

A segunda fase, denominada forma total do valor, pode ser pensada a partir do momento em que há maior circulação de mercadorias. A consequente constituição de um valor passa a ser uma consequência da própria relação de uma mercadoria com as outras. Em termos análogos ao fundamento de uma economia do inconsciente, Goux (1973) fala do momento em que a criança, recém-nascida no comércio de humanos, deixa de ter como valor o reflexo da mãe e passa a refletir também os valores de terceiros, como seus irmãos, pai e outros semelhantes. Nesse contexto, as mercadorias estariam em constante conflito em relação aos seus valores de modo antagônico. Isso se justifica, pois, segundo Goux, uma mercadoria não pode expressar, de uma só vez, seu valor, fixando em uma estimativa universal seu próprio preço. Nesse estágio de sua constituição, o valor só pode funcionar como consequência de inumeráveis elementos do mundo das mercadorias. Instaura-se um cenário em que uma mercadoria tem seu valor refletido de formas diferentes na medida em que vai se relacionando com diferentes mercadorias. Há uma impossibilidade de instituição de um valor único e fixo. Seu valor se encontra como que fragmentado.

Como resolução desse impasse sobre o valor da mercadoria, Goux (1973) fala do advento de um terceiro estágio na constituição da economia de mercado capitalista. Amparando-se em Marx, o autor nos fala de uma “forma geral do valor”, que é capaz de apaziguar todo o conflito instaurado anteriormente no campo de valores das mercadorias. Na “forma-geral”, há a possibilidade de um isolamento e instituição de algo que faça a função de uma medida dentro da comunidade de mercadorias. Essa função permite que todas as

mercadorias consigam expressar seu valor em uma única mercadoria considerada como equivalente universal. A partir daí, as mercadorias são passíveis de ter um valor fixado. Pode-se afirmar que a resolução sobre os impasses do valor da mercadoria se resolve a partir da instituição de uma “medida”. Essa mesma medida permitirá a criação de um circuito universal, em que a circulação de mercadorias passa a ser operada por um equivalente geral único. É como se, de agora em diante, os valores fossem todos projetados em um único espelho de modo que, agora, ele passa a ser comum e geral a todos as mercadorias. Essa terceira fase é, na verdade, uma espécie de ponte entre as duas fases anteriores e uma quarta fase que tem como novidade a emergência do dinheiro como operador principal dos valores. Se a operatividade do terceiro estágio se funda sob a função exercida pelo equivalente capaz de generalizar os preços e a instauração de um circuito comercial, a consequência não pode ser outra senão o crescimento desse circuito e a necessidade de instituição de um equivalente universal capaz de operar o comércio e o valor entre essas mercadorias em suas novas dimensões. Esse cenário se constitui, então, como a situação que fecunda o surgimento da “forma-dinheiro”, principalmente a partir de sua associação ao ouro e sua posse. Haveria, segundo Goux (1973), a dimensão de algo exclusivo, isto é, que se exclui e se faz ausente. Esse fenômeno pode ser testemunhado quando a mercadoria que faz a função de equivalente geral se exclui da forma geral do valor relativo. É à medida que sua ausência é registrada em todas as outras mercadorias que ela mesma pode ser tomada como uma espécie de equivalente pela sua falta. O autor aponta como as identificações formalizadas com a imagem do semelhante e com o pai da horda em “Totem e Tabu” (Freud, 1913/1996) só se sustentam sobre um fundo de simbolização do pai, que é ausente porque morreu, do mesmo modo que o que acontece em “Totem e Tabu” serve como uma referência a um acontecimento que se situa no plano mítico, e não cronológico. Ainda, em suas palavras:

a metáfora usada por Marx na Contribuição, onde o ouro é designado como “o deus das mercadorias”, em oposição às “mercadorias profanas”, é suficiente para nos convencer do carácter profundamente teológico do sistema monetário, e para nos fazer ver, Ora, de que forma o outro mundo é apenas o mundo, hipostasiado, dos equivalentes gerais (...) a sequência genética da evolução do eu, aprisionada na série de identificações que o determinam, é isomórfica à gênese do eu forma-preço da mercadoria e a forma monetária correlativa do ouro. Metodologicamente, basta substituir o elemento mercadoria pelo elemento sujeito na combinatória marxista para ver desdobrar-se geneticamente as relações com o outro primordial, com os outros

particulares, e a sua resolução na figura de Deus Pai, com todas as figuras sincrônicas envolvidas finalmente nesses relacionamentos (Goux, 1973, p. 24, tradução livre).

O Ouro, por sua vez, ocupa uma posição na economia de mercado que é isomórfica à posição ocupada pelo falo na economia do inconsciente. O autor aponta que a segunda fase da teoria do valor e a fase anal da libido sexual convergem no sentido de um impasse relativo à falta de um equivalente, que permita uma espécie de balizamento que oriente a estruturação de um circuito econômico mais robusto. Em ambos os cenários, é impossível que haja o destacamento de algo que tenha as propriedades de um equivalente geral, que se caracteriza principalmente pela sua ausência. A lei que rege a economia do inconsciente assim como as leis de produção que regem o mercado se encontram operacionalizadas por um mecanismo que só consegue escrever a regra a partir de sua própria exceção.

Goux (1973) aponta para o fato de como nos escritos freudianos é comum encontrar menções do criador da Psicanálise a uma suposta “anarquia” das pulsões. Nesse contexto, o uso de uma metáfora política é vista pelo autor como mais um elemento capaz de apontar a isomorfia conceitual entre a crítica da economia política marxista e a fundação do sujeito do inconsciente realizada por Freud. Assim, a intervenção em um cenário de anarquia, seja ela pulsional ou econômica, só poderia se dar a partir da entrada em cena de um sujeito que se caracterize pela primazia fálica ou pelo monopólio de Ouro. No raciocínio do autor, o falo se torna o equivalente geral dos objetos, o pai é o equivalente geral dos sujeitos e o ouro, monopolizado por um monarca, se torna equivalente geral de produtos. Dessa forma, a instituição de um padrão de valor contempla não apenas as teorizações sobre o sistema de equivalências energéticas do inconsciente, que permite um intercâmbio de elementos psíquicos e somáticos, bem como os intercâmbios comerciais, que remetem às leis da produção da mercadoria pela força de trabalho. A energia que se transforma em força de trabalho ou em investimento libidinal passa a ser concebida sobre o mesmo paradigma:

O reconhecimento do monopólio do ouro no seu papel de equivalente geral envolve a sua exclusão, a separação da forma relativa, tal como o reconhecimento da primazia fálica não poderia ser registado sem assumir a castração que o reflete (...) as cargas de energia que fundamentam o valor de tais objetos encontram, por esse fato, seu princípio de unificação. Pois as pulsões “constituem um sistema de equivalências energéticas ao qual nos referimos às trocas psíquicas”, assim como as trocas comerciais só encontram sua lei referindo-se às energias de trabalho investidas nas

mercadorias. (...) é assim que se percebe, ao nível das cargas (sejam força de trabalho concreta ou força libidinal) elas encontram a sua unidade libidinal (Goux, 1976, pp. 31-33, tradução livre).

Ainda sobre o ouro, o autor se ampara nos escritos sobre “O Capital” e demonstra como sua dimensão de equivalente geral pode ser pensada a partir de três coordenadas específicas, denominadas pelo autor como as “três funções maiores” do metal precioso. A primeira dessas funções se refere à capacidade do ouro de se situar como medida de valores. Nesse enquadre, o ouro é capaz de expressar o valor das mercadorias. No entanto, essa expressão é sempre, em última instância, a expressão de uma idealização correlata a um ouro imaginado. Aqui, a função imaginada – ou Imaginária – do ouro remete não apenas a um ideal paterno, como também a um registro da linguagem que se situa fora de sua função puramente simbólica. Nesse recorte, a expressão de valores se dá “num mundo de ideias, formas, modelos, imagens, isto é, numa relação imaginada com signos não linguísticos” (Goux, 1976, p. 60, tradução livre). O que está em questão aqui é exatamente a dimensão “idealizada” do falo. Trata-se de sua função de simulacro.

A segunda função ocupada pelo Ouro, segundo o autor, se refere à capacidade de se situar como “meio” ou “instrumento”, que permite a circulação de mercadorias em um determinado circuito econômico. Nesse recorte, as quantidades de ouro, que antes só eram expressas em um nível ideal, agora podem ser substituídas por fichas que lhe conferem um *status* simbólico. Símbolos e signos que até então não eram dotados de valor algum passam agora a exercer a função de representação de valores implicados na circulação de mercadorias. Esses símbolos não representam o valor real utilizado na produção de uma mercadoria em si, mas, sim, o valor em questão no encadeamento de uma mercadoria com outras. Esse encadeamento é citado por Marx como uma espécie de entrelaçamento infinito de cadeias que estabelecem a base para circulação de mercadorias e que apontam para o infinito. Nessa cadeia, registram-se as relações de valores entre as mercadorias e “todo ocurre como si sólo fuera la diferencia entre los precios la que entra en juego y no el valor encarnado y materializado” (Goux, 1973, p. 61). Aqui, os símbolos expressam os valores que uma determinada mercadoria possui em relação a uma outra mercadoria.

A terceira função superior do ouro se refere aos momentos em que ele deve se apresentar com seu corpo metálico, fazendo as vezes de equivalente geral não apenas das mercadorias, mas também se apresentando como mercadoria-dinheiro. Nesse enquadre,

espera-se que o ouro não seja apenas um metal idealizado e/ou tenha seu valor representado por meio de símbolos. Ele deve ser o próprio meio de pagamento, dinheiro real.

As proposições sobre os equivalentes gerais em marxismo e em Psicanálise, formalizadas por Goux (1973), oferecem pistas sobre a existência de uma base comum em relação à gênese e funcionamento dos investimentos libidinais bem como da produção de mercadorias e dos câmbios de mercado. A constituição de um circuito econômico – libidinal e monetário – parece ser a condição fundamental para que haja, em um segundo momento, a constituição do próprio sujeito. Nesse enquadre, é seguro afirmar que o sujeito surge como uma consequência no intervalo que formaliza a diferença entre o valor de uma mercadoria e a outra. As equivalências teóricas entre as fases da libido e as fases de desenvolvimento da teoria do valor demonstram isso. As proposições sobre as dimensões imaginária, simbólica e real do ouro e sua comparação com o falo na economia psíquica também remetem às formulações sobre a constituição do sujeito do inconsciente, especialmente àquelas que falam sobre a privação, frustração e castração. Todavia, é essencial pensar uma mudança na estrutura dessas redes – de comércio, de troca, de significantes – que fazem com que seja possível que o sujeito que se encontra nela inserido passe a assumir essa lógica de funcionamento.

Goux (1973) versa sobre um suposto diálogo entre o economista John Maynard Keynes e o fundador da Psicanálise. Nesse diálogo, o economista se pergunta se a ambição do homem em armazenar e acumular o metal precioso não estaria relacionado aos domínios do sexo e da religião. Além disso, ele pergunta se isso não seria uma tentativa de mascarar algumas questões “subconscientes”. Goux chama a atenção para a maneira como Keynes, em seu livro “Ensaio de persuasão”, opera com os registros ideal, real e substitutivo quando atrela o ouro à alquimia e menciona o fato de que, originalmente, ele e a prata eram concedidos como coisas que vinham do céu, tal como o Sol e a Lua. Posteriormente, eles descem à terra com uma atitude autocrática e deixam de ser um tipo de “operadores sagrados” para se tornarem um tipo de *commodity*-dinheiro e, posteriormente, um movimento gradativo rumo à abstração, quando o ouro, enquanto padrão de valor, sai de cena para dar lugar a uma moeda fiduciária. Ainda de acordo com Keynes, o retorno ao padrão-ouro é impossível. A imagem do ouro deixou de estar disponível ao olho do público e passou a ficar escondida dentro dos cofres dos bancos. Trata-se do momento, conforme Keynes, em que os deuses pararam de serem vistos. Com esse movimento, a cadeia de substituições perde sua capacidade de idolatria e passa a se tornar irrepresentável.

Esse questionamento surgiu, quando, o ouro era o padrão figurativo das moedas e riquezas disponíveis existentes ao redor do mundo. Nessa época, todas as reservas financeiras possuídas pelos Estados seguiam o denominado “Padrão Ouro”. Nesse contexto, o metal precioso surgiu como correlato físico das riquezas de cada país e faz a função de peso na balança comercial do mundo. Dentro desse sistema, se um país acaba importando mais mercadorias, bens e serviços do que os exportando, a sua balança comercial é considerada deficitária. Para que seja ajustada, faz-se necessário que o país passe a exportar parte de sua reserva em ouro, para que o déficit seja compensado. Uma vez deficitários, os países passam por medidas de contenção monetária e os preços de seus produtos caíam, tornando-os mais competitivos no exterior. Os países que acabam superando as exportações em detrimento das importações são, portanto, superavitários. Eles devem importar o ouro dos países deficitários para que sua balança comercial seja normalizada. O aumento na quantidade de ouro em suas reservas faria com que houvesse um aumento na circulação de dinheiro e um consequente aumento no preço de seus produtos em nível internacional. Essa subida no preço seria responsável por evitar que um país superavitário tenha, novamente, mais superávit no futuro. Por fim, pode-se dizer que o padrão-ouro busca uma espécie de equilíbrio econômico e se destaca como a primeira tentativa de operacionalização de uma economia em escala mundial.

No século XX, mais precisamente em 1915, ocorreu a disjunção entre ouro e dinheiro. Nesse momento, acreditava-se que isso seria temporário e as duas unidades logo se conjugariam novamente. Entretanto, em algum momento da história, isso se perdeu e o ouro só conseguiu retornar como posse das famílias monarcas, que agora estão submetidas aos bancos. Desde então, o sistema monetário mostra uma tendência de não conversão a um padrão fixo (como o ouro) ao passo que se move em direção a um balanceamento que flutua sem âncora e permite um funcionamento sem limites.

Em continuidade ao esforço de se ponderar a respeito das aproximações entre Psicanálise e marxismo, numa tentativa de formalização sobre uma economia psíquica do ilimitado, o filósofo e teórico político japonês Kojin Karatani (2014) pode ajudar a pensar essas questões quando se propõe a pensar uma estrutura da história do mundo. Karatani afirma que uma das manifestações do atual estágio do capitalismo se dá a partir de um sistema triplo, que o autor chama de Capital-Estado-Nação. O autor, que pensa essas questões a partir de certa influência lacaniana, nos afirma que:

Capital, Nação e Estado diferem um do outro, cada um sendo fundamentado em seu próprio conjunto distinto de princípios, mas aqui eles são unidos de maneira

mutuamente complementar. Eles estão ligados à maneira de um nó borromeano, no qual todo o sistema falhará se um dos três estiver faltando (Karatani, 2014, p. 1, tradução livre).

O texto de Karatani (2014) parece apontar uma direção para a resolução de questões, que atravessam o campo de problemas da economia política inaugurado por Marx, ao passo que se serve de diversas outras influências, dentre elas a Psicanálise freudo-laciana. O autor cita, por exemplo, uma interpretação teórica tida como comum e equivocada nos escritos: a ideia de que o Estado-Nação faz parte da superestrutura ideológica, que sustenta o modo de produção capitalista. Essa ideia leva à conclusão – precipitada – de que se as estruturas econômicas fossem transformadas, o Estado-Nação automaticamente desapareceria. Karatani argumenta que, nesse recorte, se leva em questão uma divisão elaborada por Marx entre base econômica e superestrutura política e aponta sua insuficiência teórica quando salienta se tratar de uma proposição baseada na sociedade do capitalismo moderno. Por esse mesmo motivo, a proposição se mostra insuficiente para pensar uma base materialista nas sociedades pré-capitalistas, nas quais também não existe Estado ou distinção entre as estruturas econômicas e políticas. Karatani cita o trabalho sobre as dádivas recíprocas, realizado pelo antropólogo francês Marcel Mauss, para falar de relações de trocas estabelecidas, que são, em sua essência, econômicas. Nesse sentido, Karatani argumenta que é primordial entender o termo “econômico”, em um sentido mais amplo, para que seja possível, em um segundo momento, apontar as bases econômicas dessas formações sociais pré-capitalistas. Trata-se, na verdade, de uma manobra em que se coloca em destaque os modos de troca em detrimento dos modos de produção.

Assim, é possível destacar o fato de que um laço social pautado na reciprocidade das dádivas é perfeitamente capaz de moldar um circuito apropriado para animar a economia libidinal. “Alimentos, propriedades, mulheres, terras, servilidade, trabalho e rituais” (Karatani, 2014, p. 5) são apenas alguns dos elementos citados pelo autor. A presença de elementos da vida psíquica capazes de operarem a economia é grande e merece destaque. Karatani pensa em quatro modos distintos de produção e troca, que denomina A, B, C e D. Segue uma breve incursão nas formalizações do autor, para se pensar o problema proposto.

O modo de troca A relaciona-se a períodos antigos da humanidade quando esta se organizava por princípios da dádiva e troca de presentes. Karatani (2014) cita como Mauss acreditava que até as trocas ditas puras que ocorriam dentro das famílias e dos clãs e que se caracterizavam pela suposta ausência de reciprocidade parecem, de alguma forma, girar em

torno desta. Como exemplo, cita uma quota de satisfação sentida por um doador no ato da doação ou, por outro lado, um tipo de coerção caracterizada por um senso de obrigação que acomete o beneficiário. Ainda num sentido parecido, Karatani aponta como essa reciprocidade pode ser pensada em dois termos: positiva e negativa. A forma pela qual se apresenta é correlata à sua posição. Ela costuma se apresentar de forma positiva quando trata de uma relação entre integrantes de uma mesma família, ou clã, ou outras formas de grupo, pautados em uma identificação por um fator interno. Na relação entre tribos e clãs, ela se apresenta de forma negativa. Como exemplo de reciprocidade negativa, o autor cita a vingança e as cerimônias em que um grupo subjuga o outro, dando-lhe dádivas que eles não conseguem retribuir. Apesar de suas duas faces, o que está em questão aqui é a capacidade da dádiva em si – positiva ou negativa – de operacionalizar uma realidade econômica, que amarra a existência dos povos tribais e lhe confere determinada estratificação social. Há um tipo de confederação tribal que pode ser pensada como uma matriz das relações entre as tribos. Duas tribos podem realizar trocas entre si somente se elas pertencem a um tipo de ordenamento superior coletivo que lhes engloba. Embora o contato entre as tribos seja evitado pelos dois (ou mais) lados, são essas trocas que sustentam as possibilidades de paz entre os povos. É à medida que essa paz não mais é alcançada que a reciprocidade deixa de ser positiva, a relação adentra seu polo negativo e as situações de conflito e guerra se instauram.

Há, aqui, a impossibilidade de unificação de uma força capaz de gerir esses territórios, como acontece, por exemplo, com o advento dos Estados Modernos. Karatani (2014) toma a própria reciprocidade não apenas como o eixo da questão, mas também a posiciona “ao longo de um eixo de desenvolvimento temporal” (Karatani, 2014, p. 41, tradução livre). Com essa manobra, o autor é capaz até mesmo de pensar a passagem da vida nômade à vida sedentária e demonstra como a própria ideia de que o homem é naturalmente sedentário e tende a se assentar em locais fixos é uma falácia. Karatani demonstra como essa questão está intimamente relacionada ao fim da era do gelo e algumas dificuldades trazidas pelo novo clima e suas mudanças sazonais. Passou a ser difícil caçar animais, e os homens se viram com a pesca. No entanto, a pesca requer uso de um equipamento pesado e que dificulta seu transporte. Isso comporta uma série de mudanças na própria relação dos homens com a vida, com a morte e com o mundo. O autor ilustra essas mudanças quando assevera que não fazer estoque de alimentos significa não pensar no amanhã. Outra mudança pode ser pensada na proximidade dos mortos, que agora já não eram mais abandonados e permaneciam fisicamente próximos dos vivos.

A passagem para o modo de troca e produção B pode ser pensada por meio da pilhagem. Isso não significa que não ocorram pilhagens no modo de troca A. Porém, a passagem de um modo de troca para outro só é possível na medida em que a pilhagem passa a se tornar predominante. A pilhagem, em si, não é um ato de troca. Todavia, se for empregada de forma constante, ela tem algumas implicações. A(s) comunidade(s) dominante(s) não pode(m) simplesmente sair pilhando outras comunidades mais fracas por aí. Ela(s) deve(m) prover proteção aos dominados, para que não sejam atacados por outros agressores, bem como lhes oferecer serviços de utilidade pública, como sistemas de irrigação por exemplo. Karatani ressalta que esse modo de troca pode ser pensado como uma espécie de rascunho do que viria a ser o Estado. As comunidades que se encarregam da atividade de pilhagem são responsáveis por proteger seus subordinados bem como devem instituir a redistribuição dos elementos, para que o processo de pilhagem possa ter continuidade. A redistribuição parece ter um formato muito parecido com o que se entende por políticas sociais implantadas pelo Estado, como, por exemplo, a ordem pública, o bem-estar social e os sistemas de irrigação e abastecimento de água.

O Modo de Troca C – ou troca de *commodities* – é o eixo que inaugura a predominância de trocas baseadas no consentimento mútuo. No núcleo da economia de mercado capitalista, elas não precisam mais se basear em um sistema de reciprocidade de dádivas, tampouco são impostas pela violência, como acontece na pilhagem. Para que se estabeleça a troca de *commodities*, tem-se como condição fundamental o mútuo reconhecimento das pessoas como seres livres. Nesse sentido, a troca de *commodities* não se manifesta na troca de um objeto pelo outro, mas, sim, na troca de dinheiro por *commodities*. O dinheiro, por ser um equivalente universal, pode fazer com que seu possuidor adquira um produto ou a força de trabalho de uma outra pessoa sem ter que recorrer à violência coercitiva. O possuidor do dinheiro assume uma posição semelhante à do credor, e aquele que vende sua produção ou força de trabalho assume a posição semelhante à do devedor. O credor tentará acumular mais e mais dinheiro por meio das trocas de *commodities* e obterá êxito a partir de uma diferença no valor que é extraviado daquele que vende seu produto e/ou força de trabalho, o que Marx chamou de mais-valia. À medida que é extraviado, esse valor revela uma diferença de classe que situa os envolvidos nessa troca em situações um tanto quanto antagônicas. É por meio desse antagonismo que esse modo de troca se sustenta. Muito embora Karatani (2014) argumente que a troca de *commodities* se destaca por ser a primeira em que há consentimento mútuo, é preciso afirmar sua violência intrínseca na medida em que, para se sustentar, esse modelo precisa expulsar populações de seus territórios, explora recursos

naturais e destrói o meio ambiente. É somente por meio de manobras assim que a noção de Soberania pode emergir.

Por fim, Karatani (2014) apresenta um novo Modo de Troca que caracteriza a economia de mercado contemporânea na medida em que fala de uma mutação na economia de mercado capitalista, mas uma mutação que representa muito mais um aprofundamento e complexificação desse modo de troca e produção do que sua abolição. Ele fala de um movimento de rejeição de uma força central coercitiva, tal como forjado no Modo B, bem como uma transcendência da divisão de classes inaugurada com o Modo C. Assim, o autor interpreta esse modo de troca como uma espécie de retorno Imaginário das dádivas recíprocas, que foram recalçadas quando o Modo de Troca A passou a ceder espaços para os Modos de Troca B e C. Ao se abster da violência centralizada e coercitiva inaugurada pelo Modo B – rascunho do Estado por excelência – bem como da própria divisão de classes inaugurada com o advento da mais-valia e a consequente divisão de classes, esse Modo de Troca opera a partir de duas coordenadas específicas: a liberdade e o mutualismo. Uma liberdade condicionada por uma relação de mutualismo – ideia que comporta a noção de reconhecimento do outro como semelhante, como fundamental à liberdade ou um mutualismo condicionado por uma liberdade –, ideia que comporta a noção de liberdade como fundamental para que os outros sejam reconhecidos como semelhantes, é a própria materialização dos mercados comuns. Ao pensar em um laço social – ou Modo de Troca – com essas coordenadas, Karatani parece demonstrar como a própria economia se estabelece em uma estrutura que antecede sua forma capitalista e sua mutação neoliberal.

Em uma sociedade capitalista, a troca de mercadorias é o modo de troca dominante. Isso não significa, porém, que os outros modos de troca e seus derivados desapareçam completamente. Esses outros elementos continuam a existir, mas de forma alterada: o estado se torna um estado moderno e a comunidade se torna uma nação. Em outras palavras, à medida que a troca de mercadorias se torna o modo dominante, as formações sociais pré-capitalistas se transformam no complexo Capital-Estado-Nação. Somente dessa maneira podemos repensar materialisticamente o sistema de trindade que Hegel apreendeu em sua Filosofia do Direito – e também como ele pode ser superado. (Karatani, 2014, p. 10, tradução livre).

Ao formalizar seu complexo Capital-Estado-Nação nos moldes de um nó borromeano, Karatani (2014) parece aproximar o Capital (e a mais-valia que lhe faz existir) do registro do

Real (campo que nos permite falar de um gozo extraviado e jamais recuperado). O Estado – instituição responsável pela organização e regulação jurídica da sociedade – parece se aproximar da instância Simbólica (responsável por amarrar o desejo à lei). A ideia de Nação, por sua vez, parece abarcar as tradições e costumes capazes de fazer com que um povo crie uma identidade entre si e de si. Sua aproximação teórica com o registro do Imaginário é inevitável (principalmente por sua capacidade de conferir ao sujeito a autoimagem de um corpo coeso). Ao mesmo tempo, essa formalização permite elucidar o *modus operandi* da economia em um sentido amplo durante vários momentos pré-capitalistas e pós-capitalistas na medida em que denuncia a dissolução e/ou substituição dos laços em detrimento do mercado.

Por fim, Karatani (2014) fala do Modo de Troca e produção D. Segundo o autor, esse Modo se apresenta no laço contemporâneo e pode ser pensado a partir de uma perspectiva das relações que são instituídas a partir da produção moderna de riquezas. Se antes Karatani falava de Modos A, B e C que regulavam o laço social, agora, o autor parece dizer de um laço social que regula a si mesmo e ainda é capaz de emular os laços anteriores. O consenso inaugurado pela economia de mercado capitalista nos processos de produção e troca parece ser capaz de emular as mais diversas relações possíveis entre as pessoas e infestar até as mais íntimas regiões da vida particular.

Ainda num esforço para pensar as consequências de um funcionamento psíquico voltado ao ilimitado, é possível se amparar no trabalho de Alemán e Camarena (2022). Os autores localizam, na noção de “segregação”, a possibilidade de elucidar o que está em questão no laço social do discurso capitalista. Nessa perspectiva, eles argumentam a ênfase dada por Lacan em sua obra e ensino no final da década de 1960 e começo da década de 1970, e discutem a existência de uma aliança tríplice entre segregação, neoliberalismo e a extrema-direita. Tal como Madra e Özselçuk (2022), Alemán e Camarena (2022) parecem ver na formação singular do *sinthome* lacaniano uma saída para o problema. Segundo os autores, “Lalangue é irredutível à mercadoria (...) O dia em que a linguagem e o capital se tornarem um só, aí o crime seria perfeito (Alemán & Camarena, 2022, p. 211, tradução minha). A tese do “crime perfeito” é apresentada por Alemán (2016) em outras ocasiões. Na referência em questão, o autor versa sobre como a vida cotidiana contemporânea tem como norteadores psíquicos o que vai chamar de “horizontes neoliberais”. Para o autor, o laço social representado pelo discurso do capitalista opera aos moldes de um crime quase perfeito. Os horizontes neoliberais se fundamentam em uma tentativa de “desistorização e dessimbolização” (Aleman, 2016, p. 22, tradução minha), que tenta se viabilizar através de uma marcha incessante e circular que opera fundamentada nos moldes de um “circuito

ilimitado da mercadoria” (p. 13), tradução minha). Esse movimento opera consequências muito específicas no campo da metapsicologia. Segundo o autor, o modo de vida neoliberal disputa, a todo momento, o campo do sentido, das representações e, principalmente, a produção biopolítica de subjetividades. Trata-se de uma tentativa clara de representar a totalidade da história a partir de seu suposto esgotamento e seu suposto final, que vai encontrar, como resistência, o sujeito falante, sexuado e mortal. Nesse recorte, a mutação neoliberal do mercado tem, necessariamente como ponto de partida, a sua capacidade de se comportar como uma força acéfala que tenta se expandir até os últimos confins da vida de modo a se tornar a única forma de vida possível. Curiosamente, pode-se apontar que o capitalismo neoliberal tem um *modus operandi* muito parecido com o da pulsão sexual que funda o inconsciente.

Tal como definida por Lacan (1964/2008), em seu seminário sobre os conceitos fundamentais, trata-se também de uma força acéfala e que tem seu modo de funcionamento explicado a partir do mito da lamela, que anima e leva vida por onde passa. Embora tenham suas semelhanças, há uma diferença fundamental: enquanto a pulsão parte da mortificação operada no organismo pela função significante para fundar a vida, o capitalismo neoliberal inverte esse circuito e parece partir da vida existente e por vir – em suas mais variadas formas – para eliminá-las e se apresentar como única forma de vida possível mesmo que o custo dessa operação seja, muitas vezes, a própria vida. Não se trata da simples morte do que é vivo. O que está em questão aqui é a destruição da vida e de seus rastros. Esse movimento culmina numa legítima produção de subjetividades, que se configura a partir de um único paradigma: o da gestão empresarial. É uma jogada um tanto quanto sagaz por parte do capitalismo neoliberal, pois, nesse contexto, não é mais necessária – salvo em algumas exceções – uma forma de opressão externa ou exterior ao sujeito. De acordo com o autor, os próprios sujeitos se encontram presos em uma série de mandatos e imperativos, que têm o ilimitado como norteador. Esse enquadre também tem consequências clínicas muito específicas. Segundo Alemán (2016):

as epidemias de depressão, o consumo adictivo de fármacos, o hedonismo depressivo dos adolescentes, as patologias de responsabilidade desmedida, o sentimento irremediável de “estar em falta” e “não dar conta”, a assunção como “problema pessoal” aquilo que é um fato estrutural do sistema de dominação, não são mais que os sinais de que o capitalismo contemporâneo nasce tal como confirma a cultura

norte-americana com a primazia do Eu e os distintos de “auto realização” formados para sustentá-la (Alemán, 2016, p. 16).

Ao mesmo tempo em que se afirma como uma era estritamente técnica, supostamente responsável pelo fim da ideologia, o poder neoliberal se difunde como uma espécie de consenso, um tipo de “única saída possível” e uma dominação sutil que transforma a subjetividade em uma submissão imposta. Há uma espécie de atualização proposta aqui. Proposições, como o panóptico de Foucault e o Contrato Social de Hobbes, cedem seus lugares à ideia de uma circulação infinita de capital. Na visão de Alemán (2016), coisas muito fundamentais à vida, como, por exemplo, pensar, fazer política, transformar o real, em suma, operações que têm uma função de limite que opera como balizador de sua ocorrência, acabam sendo postas em xeque, tudo em função dessa circulação ilimitada e infinita. Há, no entanto, um espaço vazio que, por essa condição, pode ser ocupado por um significante que seja capaz de articular uma totalidade impossível de representar junto à emergência de uma vontade e desejo coletivos, que se diferenciam daqueles que se fazem presentes na psicologia das massas. É exatamente aí que reside a possibilidade de um crime perfeito. Segundo Alemán (2016), devemos

fazer uma aposta sem garantias, ou o crime é perfeito e o discurso capitalista tem controlado a realidade e seu sujeito, de tal maneira que já está definitivamente empregado e só é convocado para ser material disponível para a forma de mercadoria, ou existem diferentes superfícies de inscrição onde o político-hegemônico, de modo contingente, pode fazer advir um sujeito popular e soberano, um sujeito interpelado pelos legados simbólicos que lhe precedem e pelas demandas de distintos setores explorados pelas oligarquias financeiras (Alemán, 2016, p. 20, tradução minha).

Alemán (2016) parece descrever um certo cabo de guerra, em que numa ponta se encontram as referências simbólicas responsáveis por fundarem o próprio sujeito. Essas referências consistem no próprio fluxo libidinal percorrido e nos consequentes rastros de vida deixados pela lamela. Do outro lado, a economia de mercado capitalista, regida sob o paradigma do ilimitado, parece dispor de ferramentas capazes de operar diretamente na economia libidinal. O autor parece situar, no campo da demanda, as mais variadas formas que o discurso do capitalista encontra, para se viabilizar e se estabelecer como única modalidade de laço possível. É primordial adotar como estratégia a ideia de que o discurso é aquilo que

engendra a si mesmo para dar sustentação a uma rede de pulsões e afetos. A postura coercitiva do supereu assume um caráter estritamente político. Conforme Alemán:

as novas esquerdas agora admitem que é necessário para seu próprio projeto fazer um claro reconhecimento do papel desempenhado pelas paixões plebeias, as pulsões e o gozo das identificações, e que esses elementos constitutivos do ser falante não podem e nem devem ser delegados às direitas e suas variações distintas (Alemán, 2016, p. 24, tradução minha).

Nesse recorte, a economia de mercado capitalista, em especial a sua mutação neoliberal, opera sob o campo da demanda, introduzindo uma relação até então inédita entre o excesso e a falta. Há um tipo de enlace entre a dimensão impossível do desejo – ou seja, seu caráter insaciável – e o excesso de gozo – pautado pela produção ilimitada de mais-de-gozar. Esse enlace, que parece funcionar aos modos de um espelhamento, se dá da seguinte maneira: o excesso de gozo assume a forma da falta e seu caráter insaciável. A dimensão constituinte e insaciável da falta, por sua vez, assume a forma de gozo excedente. A economia de mercado neoliberal interpela o sujeito a tamponar a falta constituinte de seu desejo. Entretanto, há algo que se camufla nessa interpelação. Não se trata de uma tentativa de tamponamento por meio de objetos pulsionais. Aqui, a própria produção excessiva e incessante de gozo tem como finalidade seu reaproveitamento como objeto reconsumível. Esse gozo, reproduzido e reinserido no circuito da mercadoria, faz as vezes dos objetos que conferem satisfação pulsional e passa, ele mesmo, a se tornar o operador da satisfação pulsional, que confere ao sujeito sua posição no laço social. Pautando o funcionamento de sua economia libidinal a partir de um gozo produzido por si mesmo, o sujeito é capaz de não apenas abdicar de sua inserção no campo do Outro, como também de repelir – em função da satisfação pulsional que lhe é conferida – qualquer movimento que possa colocá-lo nessa direção. Na ótica do autor, isso só é possível a partir da introdução de “uma nova relação entre a falta e o excesso, uma nova relação entre o caráter insaciável do desejo humano e o excesso de gozo” (Alemán, 2016, p. 33, tradução minha).

Essa questão leva a um segundo ponto que surge no horizonte da pesquisa. Um sistema de produção capaz de operar em nível pulsional e produzir subjetividades só consegue fazer isso a partir do reaproveitamento de um resto. Mas, se como foi visto, o resto só é caracterizado como resto, na medida em que ele impõe um limite, um nada a fazer que envolve um certo manejo pulsional no laço, reciclá-lo significa, portanto, lhe atribuir uma

função de mercado, tratá-lo como mercadoria e remover sua propriedade de resto. Trata-se de um movimento que requer um certo esforço por parte dos agentes empenhados no trabalho de reciclagem, o que não é realizado sem certa resistência. Se um dado resto não é passível de reciclagem, não lhe resta outra alternativa que não seu descarte. Tal conjuntura forja um sintoma da economia de mercado capitalista muito específico: a possibilidade de alocação de recursos com vistas ao descarte daquilo que não é assimilável pelo circuito de produção.

3.2 O sadismo e o masoquismo como modelos econômicos

Para se pensar nesse movimento em termos de uma economia libidinal que seja capaz de operar a economia de mercado, é imprescindível estar apoiado sobre proposições teóricas de dois tipos de ordenamento subjetivo, a saber, a posição sádica e a posição masoquista. Esses dois posicionamentos interessam ao presente problema de pesquisa na medida em que ambos denunciam um certo tipo de parceria com o discurso do capitalista. A primeira posição se exerce a partir de uma imposição da angústia por meio dos objetos que sinalizam sua presença. Conforme Lacan (1962/2005), “o que o agente do desejo sádico não sabe é o que procura, e o que ele procura é fazer-se aparecer, ele mesmo, como puro objeto, fetiche macabro” (p. 118). É seguro afirmar, portanto, que a subjetividade sádica opera no sentido de uma produção ilimitada de angústia. Seu sujeito nada sabe sobre essa posição. Uma vez que seu êxito é alcançado, ele parte em busca de uma nova possibilidade de satisfação pulsional. A via sádica se torna, então, o trajeto de seu gozo.

O masoquista se diferencia do sádico na medida em que tem como meta a ser alcançada não a imposição de angústia a um terceiro, mas sim a identificação total com o próprio objeto de gozo. É exatamente nessa encarnação de si que reside uma formação de compromisso absoluta do sujeito com o discurso do capitalista e seus mercados. Sobre sua posição, Lacan (Lacan, 1962/2005) defende a tese que, na busca pela identificação com o objeto de gozo, o masoquista é capaz de tudo,

quer ele se torne um cachorro embaixo da mesa, quer uma mercadoria, um item negociado num contrato, sendo vendido entre outros objetos a ser postos no mercado. Em suma, o que ele busca é sua identificação com o objeto comum, o objeto de troca. É-lhe impossível apreender-se pelo que ele é, uma vez que, como todos, ele é um *a* (Lacan, 1962/2005, p. 118).

Essa distinção teórica auxilia no sentido de apontar a posição subjetiva dos sujeitos envolvidos no laço social do discurso do capitalista bem como o encaminhamento que cada um dá para o mal-estar comportado por esse laço. Muito embora seja bastante conhecido o argumento de que o supereu se situa como agente autônomo capaz de regular o laço por meio dos imperativos de gozo, a leitura do laço social, por meio de uma economia do sadomasoquista, ajuda a evitar a

dizer, por exemplo, que, se existe masoquismo, é porque o supereu é muito malvado (...) Ao dizer que o supereu é a causa do masoquismo, não deixaríamos muito essa intuição satisfatória, exceto que ainda é preciso levar em conta o que lhes ensinei hoje sobre a causa. Digamos, então, que o supereu participa da função desse objeto como causa, tal como a introduzi hoje. Eu poderia até fazê-lo entrar na série dos objetos que teremos que dispor diante de vocês (Lacan, 1962/2005, p. 119).

Ainda no ano de 1962, ocasião da realização de um seminário intitulado “Kant com Sade”, Lacan (1962/1998), formaliza as questões relacionadas a essas duas posições subjetivas. Ao mesmo tempo, tece uma crítica precisa ao que chama de uma “psicologia que se inscreve em diversos mitos de benevolência” (Lacan, 1962/1998, p. 776) ao colocar em evidência a felicidade no mal, já denunciada pelo Marquês de Sade um século antes. Nessa referência, Lacan explicita a posição masoquista em termos de uma economia psíquica e aponta a constituição de sua fantasia como o eixo operativo dessa posição. Antes disso, aponta também para o fato de que esse tipo de laço só é possível em uma sociedade em que o direito ao gozo seja sancionado. Basta isso, para que o gozo ao corpo do outro emergja como uma ramificação. Curiosamente, o psicanalista chama atenção para o fato de que esse direito ao gozo tenta, de forma silenciosa, se tornar uma espécie de regra universal a qualquer custo, “por menos que uma sociedade a implemente através de sua coerção” (Lacan, 1962/1998, p. 780). Há, portanto, uma dimensão de consentimento no ato de ser tomado como objeto de gozo por um outro. O ato de consentir, no entanto, pode ser pensado aqui como um tipo de consentimento forçado que se apresenta sob a forma de liberdade, inclusive sob a perspectiva de uma economia libidinal. Segundo o psicanalista:

O que ele sofrerá de coerção não é tanto por violência, mas por princípio, e a dificuldade para quem faz dela uma máxima está menos em fazê-lo consentir nisso do que em pronunciá-la em seu lugar. Portanto, é realmente o Outro como livre, é a

liberdade do Outro que o discurso do direito ao gozo instaura como sujeito de sua enunciação (Lacan, 1962/1998, p. 782).

Lacan (1962/1998) ainda faz um esforço na tentativa de formalizar o que se pode chamar de uma economia libidinal da posição subjetiva masoquista, que explica, em termos de constituição da fantasia, a posição que o sujeito assume nesse laço, tal como sua quota de satisfação pulsional. Na perspectiva do psicanalista, trata-se precisamente daquilo que ocorre com o sujeito quando no tempo de sua alienação. Está em questão um movimento que lhe coloca em uma posição, em que sua única possibilidade de sobrevivência reside no ato de ser tomado como instrumento de gozo de um outro. A vontade advinda desse outro ao qual o sujeito se aliena lhe causa uma espécie de fenda e funda uma coordenada precisa que se caracteriza essencialmente por não apenas produzir sua angústia, mas também por orientar seu desejo. Lacan sustenta que essa formalização previne qualquer leitura baseada em uma suposta complementaridade entre a posição sádica e a posição masoquista, o que classifica como besteira sociológica. Muito pelo contrário, a tese defendida aqui é a de que “mais vale encontrar nisso o valor de uma historinha famosa, sobre a exploração do homem pelo homem – definição do capitalismo como se sabe” (Lacan, 1962/1998, p. 789). A operação que se realiza é responsável por dar ao sujeito a satisfação que realiza a manutenção de sua posição. Temos aqui um tipo específico de escolha forçada ou, talvez, uma espécie de consentimento pulsional, que ancora o sujeito no ato de sua exploração. Desse modo, a exploração se torna ela mesma causa e consequência do desejo.

Mas, se o consentimento pode ser pensado como uma estratégia que antevê e até evita a tomada de assalto do sujeito por um outro, como se pode pensar o que acontece quando esse consentimento não acontece e o sujeito opera com sua liberdade em outra direção? Como a mudança citada se refere a uma mudança no campo da subjetividade masoquista, e não no da sádica, é seguro afirmar que sua posição é conservada e ele se encontra preso em uma situação em que a única saída é seu extermínio. Essa questão traz uma segunda característica muito específica do capitalismo: aquilo que não pode de forma alguma ser apropriado pela produção ilimitada de mais-de-gozar sob a forma de mais-valia pode, por outro lado, ser eliminado e apagado. Aqui, a eliminação surge como um primeiro momento em que ainda é possível verificar o traço que caracteriza o ato masoquista. O apagamento, por sua vez, tem a finalidade de remover qualquer traço que possa fazer menção a um gozo impossível de ser assimilado pela mais-valia. Esse segundo momento marca não apenas a tentativa, mas também o sucesso em se evitar o contágio do sistema de produção por traços desviantes.

Em uma leitura que se assemelha àquela realizada por Freud na medida em que situa a morte no centro da questão, Achille Mbembe (2016), teórico e político camaronês, afirma que a Soberania – noção que se caracteriza por marcar o fim do feudalismo e o começo do sistema de produção capitalista – encontra sua expressão máxima no poder e capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. O autor argumenta que esse recorte permite realçar a existência de um laço social em que os limites entre política e guerra estão diluídos. Assim, trata-se da politização da morte ou para utilizar o termo proposto pelo autor: “necropolítica”.

Mbembe (2016) se ampara na noção de biopolítica e biopoder formalizada por Michel Foucault, apontando uma quota de satisfação pulsional responsável por sustentar o laço. Para o autor:

a tensão entre a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança é crítica. Foucault demonstra em *Vigiar e punir* como a execução do quase regicida Damians durou horas, muito para a satisfação do público. É bem conhecida a longa procissão dos condenados pelas ruas antes da execução, o desfile de partes do corpo – ritual que se tornou uma característica-padrão de violência popular – e a exibição de uma cabeça cortada numa estaca (Mbembe, 2016, p. 129).

Essa quota de satisfação é transposta por Mbembe (2016) para situações que tenham como núcleo operacional a decisão a ser tomada sobre quem pode viver e quem deve morrer. O poder de exercer essa decisão, batizado pelo autor de “necropoder”, parece conseguir operar a economia libidinal de forma consensual, e a disposição para matar ou morrer é o capital que movimenta esse mercado. O autor toma como paradigma aquilo que vai chamar de mundo colonial e postula que nesse território é possível presenciar um exercício da soberania que é completamente diferente daquele que tem como eixo um projeto de autonomia e realização pautados na comunicação e reconhecimento mútuo. “Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte” (Mbembe 2016, p. 125) nos diz o autor. Ele ainda demonstra como o escravizado na colônia é a prova de operações de que se sustentam sob uma dominação absoluta, uma alienação ao nascer e a conseguinte morte social. Essas operações também têm um fundamento econômico – libidinal e monetário. Elas permitem que a humanidade do corpo escravizado seja esvaziada, para que ele possa assumir a forma de mercadoria que se torna propriedade de uma outra pessoa. Mbembe chama atenção para as ocupações coloniais do século XX, como o Apartheid na África do Sul e a ocupação na

Palestina que dura até os dias de hoje, e afirma que a exploração econômica nesses territórios se adapta às mudanças do tempo e espaço. No primeiro exemplo, o autor cita casos em que, desde o último quarto do século XX, vários Estados Africanos não são mais capazes de monopolizar a violência e seus meios coercitivos. Isso permite que a força de trabalho seja comprada e vendida sob uma forma específica: a militar. Matar e morrer se tornam agora trabalho e pouco importa a identidade dos envolvidos nesse mercado:

Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar. Estados vizinhos ou movimentos rebeldes arrendam exércitos a Estados pobres. Fornecedores de violência não governamental disponibilizam dois recursos coercitivos críticos: trabalho e minerais (Mbembe, 2016, p. 139).

A compra e venda de força de trabalho militar e a exploração de recursos naturais são uma resposta quase que imediata ao esgotamento da capacidade dos Estados Pós-coloniais em gerar os fundamentos econômicos que possam sustentar sua autoridade política. A instabilidade monetária, causada por sucessivas crises inflacionárias, gera dois efeitos específicos: o primeiro é a diminuição do número de indivíduos que disponham de meios materiais suficientes para controlar outras pessoas por meio de dívidas. Trata-se de um modo histórico de captura e fixação de dependentes para a construção de uma rede política. O segundo seria a criação do que o autor chama de “economias de milícia” (Mbembe, 2016, p. 141), que tem seu fundamento na extração e venda de recursos naturais. Com todo esse arranjo, tem-se, enfim, a produção de dois tipos de subjetividades específicas que têm a morte e o terror como núcleo central: a primeira se pauta pelo que pode ser chamado de lógica do sobrevivente. Aqui, é necessária a produção de um inimigo na medida em que

o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo. Ou, mais precisamente, o sobrevivente é aquele que, após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida, como também matar seus agressores. Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar (Mbembe, 2016, p. 142).

O martírio, por sua vez, não sobrevive. A sua implicação em matar e morrer é tamanha que é possível encontrar no homem-bomba seu paradigma ideal. Não se trata aqui de enviar

um míssil ou bomba teleguiada, mas, sim, de utilizar o próprio corpo como arma. Seu corpo representa a dissolução do limite entre o matar e morrer. É na medida em que ele não porta insígnias militares e camufla seus explosivos por meio de roupas civis que se borram os limites entre homicídio e suicídio. Por mais que se tenha repulsa desse outro a ser assassinado, é crucial que haja uma aproximação intensa para que se obtenha sucesso no ato. É essencial, portanto, um tipo de operação psíquica de abstração que situa, no primeiro plano, o desejo de eternidade. Só assim, o sujeito é capaz de executar sua tarefa. Essas questões perpassam uma série de trabalhos de modo que a análise crítica do neoliberalismo não é novidade. Na verdade, muitos estudos no campo das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas giram em torno das consequências e desafios instituídos pelo modo de vida inaugurado com a economia de mercado neoliberal. Muito embora não sejam trabalhos de autores psicanalistas, é possível encontrar várias citações e alusões à Psicanálise e aos conceitos derivados de sua clínica. Essas questões não dão àquele que opera com a Psicanálise um manual de como agir, mas fornece ferramentas possíveis para pensar o trabalho. É o caso, por exemplo, do teórico político britânico Mark Fisher. Com uma frase atribuída a Slavoj Žižek e Frederic Jameson que dizem que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Fisher, 2020, p. 4), o autor demonstra, por meio de pequenos episódios da vida quotidiana, como a economia de mercado neoliberal sequestra o próprio princípio de realidade que se impõe e compõe a vida libidinal. O primeiro sintoma dessa situação, conforme Fischer, é “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (p. 5). O que está em questão aqui é um tipo de casamento entre a estrutura burocrática do Estado – em especial sua faceta policial – com o Capital – em especial sua faceta neoliberal. Esse casamento – que tem como aliança a produção de mercadoria – tem a capacidade de induzir à crença de que se trata de figuras e posições antagônicas e, logo, inconciliáveis. A tese do economista americano Francis Fukuyama, que afirmava que o fim da URSS e a queda do muro de Berlim representavam o fim da história, pode ser pensada, tanto em sua época quanto nos dias de hoje, como mais uma tentativa da economia de mercado liberal se estabelecer não apenas como realidade, mas também como única realidade possível. Ocorre uma operação no nível do trabalho onírico – noção já destacada anteriormente – e no nível dos registros mnêmicos. Como consequência, o sujeito parece passar de um polo discursivo para outro sem que as contradições que esse movimento implica sequer sejam notadas. É como se a contradição que tempera os processos da vida quotidiana não existisse, “é também, muito provavelmente, a única maneira de permanecer são e em boa saúde em meio a instabilidade perpétua do capitalismo” (Fisher,

2020, p. 67). A noção de “boa saúde” apresentada pelo autor é questionável. Logo adiante, Fisher pontua que esse modelo perfeito de saúde mental só pode se sustentar em uma subjetividade que opere a partir da ausência “quase total de reflexão crítica” (Fisher, 2020, p. 68). É somente por meio de um tipo de desinvestimento libidinal nas tarefas da vida cotidiana. A economia de mercado capitalista tem um modo peculiar de funcionamento e implicação na economia libidinal, e isso não parece passar despercebido pelo autor. Para que haja uma resposta à altura, faz-se necessário o reconhecimento do fato de que a carne transformada em trabalho morto “é a nossa” (Fisher, 2020, p. 20). Fisher parece falar de certa camuflagem em relação à colaboração dos sujeitos no processo de perpetuação do capitalismo e chama atenção para o modo pelo qual a política institucional faz com que essa situação se sustente. O autor aponta um processo que denomina de lavagem de libido, em que tem o senso de que os atores políticos são nossos servos e são capazes de representar nossos próprios desejos, como se não tivessem nada a ver conosco. Essa lavagem de libido pode ser pensada como a própria confirmação de que não se tem mais alternativas ao capitalismo, mas sim a sua aceitação como único jogo a ser jogado. É a saída institucional.

A dimensão onírica é destacada pelo autor ao falar que um sujeito que vive uma exposição insuportável ao Real está fadado a localizar todas as suas construções em um terreno de inconsistências. É, na verdade, uma estratégia de aceitar tudo que é incomensurável, ilimitado e sem sentido imposto pelo mercado. É uma técnica de sanidade por excelência, que permite que o descarte de ficções sociais se dê tão rápido, quanto a produção e distribuição de mercadorias. No nível mnêmico, Fisher chama atenção para as produções culturais que narram histórias em que os protagonistas frequentemente passam por distúrbios de memória. De forma perspicaz, Fisher ressalta como esses personagens esquecem suas origens e seu passado fundador, mas, de forma paradoxal, conservam suas habilidades técnicas que muitas vezes se resumem às habilidades de combate militar. Dessa maneira, a única saída – que marca certo consenso por parte do sujeito – é operar a partir da incapacidade de formar novas memórias e, portanto, novos laços. Essa espécie de homogeneização dos traços discursivos que orientam sua posição e a incapacidade de sustentar uma fantasia desejante são, na verdade, a própria diluição da economia pulsional do inconsciente na economia de mercado capitalista. Muito embora não seja praticante da Psicanálise, Fisher está alerta para a importância dos processos oníricos na vida cotidiana na medida em que cita a cientista política estadunidense Wendy Brown em sua afirmação de que “o trabalho onírico é precisamente o melhor modelo para compreender as formas contemporâneas de poder” (Fisher, 2020, p. 74). Ainda se amparando na autora, Fisher argumenta como tanto o cidadão

eleitor comum quanto o político institucional, escolhido por votação pública, são diferentes só em um primeiro momento. Ambos, na verdade, são facetas diferentes de uma mesma realidade: o casamento entre neoliberalismo e neoconservadorismo, sustentado por uma batalha contra o que alguns autores chamam de “Estado babá”. Essa referência surge para fazer alusão às políticas de bem-estar social e atenção aos mais necessitados, que são frequentemente alvo de críticas por parte de setores da economia e não hesitam em pedir ajuda ao mesmo Estado quando se encontram em crise.

A via política parece permitir que a economia de mercado capitalista acabe tomando conta da própria atmosfera da vida e suas instâncias. Isso faz com que seja completamente inútil apelar à sua dimensão moral e o acusar de ser o causador de toda a miséria, dor e sofrimento do mundo atual. Tal como a lamela descrita por Lacan, o capitalismo se espalha só que aos moldes de um contágio. Muito embora tenha a capacidade de operar a partir do extermínio da vida, é importante apontar sua faceta que não a extermina, mas a sequestra, de modo a extrair uma grande parcela de lucro durante toda sua existência antes mesmo de adentrar o mercado da morte.

Outros autores também ajudam a pensar essa trama. O sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2017) destaca que a economia de mercado neoliberal encontrou sua medida e se firma como modelo econômico a partir do paradigma da dívida. Vive-se, segundo o autor, na época dos governos dos homens endividados e a dívida é, ela mesma, o instrumento de manutenção da faceta capitalista que se apresenta sob a forma de crise. Lazzarato chama atenção para uma estrutura que sustenta a economia de mercado e que é capaz de explicar as crises cíclicas do capitalismo de modo estrutural, a saber, o lucro, a renda e o imposto. Esses operadores alternam as posições entre si em relação ao ordenamento financeiro mundial e à apropriação de valor capitalista. Eles também são responsáveis por camuflar o fato de que:

Se até os anos 1960, o lucro desempenhava um papel central na apropriação em relação à renda e ao imposto, com o advento do neoliberalismo a relação se inverte: a organização da expropriação da população e o comando se efetuam primeiramente a partir da renda (financeira) e do imposto (Lazzarato, 2017, p. 29).

Essa estrutura tripla, ou como diz o autor, esse “aparelho de captura de 3 cabeças” (Lazzarato, 2017, p. 29), se ampara no fato de que toda teoria econômica – seja ela ortodoxa ou não – tenta fazer os sujeitos acreditarem que, para redistribuir algo, é primordial que antes se produza algo, ou que, para se ganhar, é essencial que se dê algo antes. Essa concepção

inverte a questão da produção, que não tem a apropriação e a distribuição como suas dependentes. O que ocorre aí é uma espécie de inversão, uma vez que elas são, pressupostos dos processos produtivos. Com todo esse movimento, esse aparelho de 3 cabeças é responsável por capturar as subjetividades em torno da economia de mercado. Lazzarato destaca como a moeda e o imposto têm importância fundamental não apenas no advento do neoliberalismo bem como na própria estrutura do mercado, uma vez que são duas ferramentas controladas pelo Estado. Na era de mercado fordista, sua gestão direciona as políticas para o emprego e a promoção do capital industrial. A partilha dos lucros por meio do salário e a função social que deve ser exercida por meio do trabalho, na verdade, são ganhos muito tímidos e que encontram seu limite na própria política monetária e de fisco. Nesse recorte, toda e qualquer produção, ainda que tenha o ilimitado em seu horizonte, estará sempre fadada a ser enquadrada por essas normatizações fiduciárias e fiscais. A ascensão do mercado neoliberal, em sua versão pós-fordista, é, na verdade, a consequência desse contexto. Tanto a regulação monetária quanto a regulação fiscal exercida pelo Estado criam as possibilidades para que,

em vez de neutralizar a renda, desenvolvem-na: privatizando a emissão da moeda e abrindo-se, assim, à privatização de tudo o que o New Deal tinha relativamente socializado; utilizando o imposto para mudar a “natureza” do welfare (transferências maciças de renda às empresas e aos ricos, que se tornaram “novos beneficiados”, enquanto à população foram reservados serviços sociais mínimos) (Lazzarato, 2017, p. 31).

A regulação fiscal e fiduciária institui um certo ciclo econômico que se dá a partir do pagamento de impostos por pobres e ricos. Porém, para que esse circuito encontre seu final, é imprescindível que variáveis independentes, como, por exemplo, a função social do trabalho e o estado de bem-estar social, se tornem um problema para a maciça expansão do capital no pós-guerra. Eles corroem o lucro e obrigam o capital financeiro a se organizar em torno de uma “nova” economia.

O reordenamento econômico da vida não pode se dar sem uma dimensão de captura da subjetividade. Lazzarato (2017) argumenta que o capital não consegue mais drenar a produtividade da sociedade como o fazia no começo do século XX. Ao tomar o imposto como eixo operativo, o capital necessita de um governo de fisco, que seja responsável pelas políticas de austeridade e privatização. Muito embora esses governos se apresentem sob a

rubrica da técnica, essas políticas estabelecem, de forma muito precisa, uma decisão política sobre quem deve ser os culpados (e, portanto, devedores) pelas crises e quem ganha com elas. Geralmente, essa culpa é dividida entre “os trabalhadores, os aposentados, os desempregados, os doentes, os beneficiários sociais etc. – exceto os financistas e banqueiros” (p. 38). Mas, para que esse cenário se concretize, o autor chama atenção para o fato de que é necessário que o Estado invista uma quantidade considerável de energia.

Lazzarato (2017) demonstra como o Estado circula, por meio da noção de imposto, uma determinada falta que só pode ser preenchida com a política de fisco. Essa culpa, por fim, assume o importante papel de produção subjetiva da crise. Muito embora não se ampare diretamente em Freud, pode-se dizer que, em termos metapsicológicos, o autor define a dívida como resultado de uma “mnemotécnica que contribui para a construção de uma (má) consciência e de uma culpa – condições subjetivas para manter a promessa ‘coletiva’ de reembolso que as dívidas contraídas pelo Estado contêm implicitamente” (p. 39). O Estado parece realizar uma transferência de responsabilidade em relação aos riscos da economia, que desemboca diretamente na população. A dívida se transforma, então, numa espécie de ferramenta de controle e coerção, que se dá muito mais pelo próprio indivíduo do que por agentes que lhe são externos. Essa dívida também parece operar com o tempo bem nos moldes de um curto-circuito da formalização lacaniana sobre os três tempos lógicos. Segundo o autor, ao assumir dívidas cada vez mais longas que chegam a durar 20 a 40 anos, o sujeito parece ter seu futuro cada vez mais arraigado a um presente que parece ser infinito e nunca se conclui. É como se ela realocasse antecipadamente todo o estoque daquilo que está no porvir em um eterno presente. Para que isso ocorra, é fundamental que ela exerça certa coerção não apenas sobre o sistema financeiro, mas sobre a própria subjetividade. O devedor aqui se sente envergonhado e culpado, e todos os seus comportamentos, ações e pensamentos são, na verdade, ordenados em torno da e pela dívida. Esse paradigma impõe uma espécie de aprendizado forçado aos que são subjugados por ele, trata-se, na verdade, de uma tentativa de internalização dos valores do mercado.

Lazzarato (2017) realça como a dimensão moderna da dívida tem um aspecto de ironia. O autor argumenta como a economia e os sistemas financeiros da modernidade surgem no sentido de tentar despersonalizar essa relação com o crédito e com o débito. A moeda seria, em teoria, o mecanismo que permite esse movimento. Ao sustentar todo o sistema de crédito e débito a partir de um sistema inteiramente quantitativo, as pessoas se encontram livres das cobranças de ordem pessoal, que se baseavam na troca de favores e obrigações de um para com o outro. Todavia, um efeito curioso pode ser notado aqui. Muito embora a

economia moderna institui a moeda como tentativa de forçar o sujeito no laço social do mercado, o que acontece aqui é o contrário. Esse sujeito parece ser representado exatamente nos aparelhos de captura que operacionalizam uma crise subjetiva, responsável por sustentar o ciclo de mercado. Não importa o quão técnico ou isento a autoridade financeira do mercado afirma ser. Trata-se exatamente do contrário.

O antropólogo americano David Graeber (2016) expõe um raciocínio parecido com o de Mauricio Lazzarato. O autor afirma que “a dívida passou a ser a questão central da política internacional. Mas ninguém parece saber exatamente o que ela é, ou como pensá-la” (Graeber, 2016). Muito embora ninguém saiba muito bem dar uma explicação definitiva, o que fica patente no trabalho do autor é a dimensão subjetiva da dívida, isto é, seu enlace com a vida e o fato de que seu pagamento é, antes de tudo, um imperativo moral. O autor cita uma ocasião, em Madagascar, em que houve um surto de Malária, após a doença ser erradicada há vários anos. Em função disso, as pessoas se tornaram vítimas exatamente por não terem os marcadores biológicos que lhe garantissem imunidade contra a doença. Na época, o Fundo Monetário Internacional impunha uma série de sanções econômicas ao país. Então, uma série de operações básicas de saúde pública se tornou algo muito difícil de se sustentar economicamente. Os programas de erradicação do mosquito, as testagens periódicas, as campanhas de pulverização e todas as possibilidades de monitoração – ações básicas que se esperam de um Estado soberano frente a uma crise de saúde pública – estavam simplesmente impossibilitados de serem executadas em função de uma severa política de austeridade imposta pelo governo. As consequências foram fatais:

Dez mil pessoas morreram. Conheci jovens mães chorando a morte de seus filhos. É difícil defender o argumento de que a perda de 10 mil vidas humanas se justifique pelo fato de que o Citibank não poderia ter prejuízos acarretados por um empréstimo irresponsável que, de todo modo, não faria grande diferença no balanço patrimonial do banco (Graeber, 2016, p. 11).

Graeber (2016) ainda examina as relações diplomáticas sob a lente da dívida e argumenta como os países que perdem guerras geralmente passam décadas se reestruturando até que todas as despesas e multas sejam quitadas. No entanto, não é isso que acontece com Madagascar e outros países do chamado Terceiro Mundo. O autor destaca como muitos desses países passaram por violentos processos de colonização de modo que são obrigados a pagar uma variedade de tributos, pesados o suficiente para comprometer todas as riquezas de uma

determinada nação. A história se repete e a dívida se aplica de forma ilimitada até mesmo para aqueles que ousaram vencer seus colonizadores. O autor cita o caso do Haiti, que teve a audácia de ser fundado por escravos, se basear em direitos e liberdades universais bem como derrotar os exércitos franceses de Napoleão. Bastou que o Haiti se autodeclarasse república independente, para que a França lhe cobrasse 150 milhões de francos pelas plantações perdidas e pelo custeio das expedições militares e que outros países, incluindo os Estados Unidos, lhe impuseram severas sanções enquanto tudo não fosse pago. No caso dos Estados Unidos, a dívida ainda pode ser pensada como paradigma que opera a economia em nível internacional, mas de modo diferente dos países citados: Ao longo do século XX, em especial nos anos 1970 e 1980, o país expandiu seus investimentos militares de modo que os gastos e dívidas provenientes desse setor são maiores que as dívidas de todos os países do terceiro mundo juntos. Entretanto, a dívida externa estadunidense assume a forma de paradigma a se aplicar ao resto do mundo. A receita de austeridade se replica em toda a sociedade, em especial nos Estados Unidos, que se utilizam de mecanismos como hipotecas e créditos estudantis como estratégia de endividamento coletivo. Mas, como é possível, enfim, pensar em uma resposta para todas essas questões que se colocam?

3.3 Em tempo de concluir... O ato analítico e a saída para um novo laço.

No trajeto desenvolvido até aqui, foi possível constatar como é tensa a relação entre economia e Psicanálise. Já no momento de sua fundação, Freud se encontrava diante da necessidade de formalização teórica de eventos de ordem pulsional, que se caracterizam exatamente por ora esgotar, ora megainvestir os sujeitos, mas que têm, como elemento comum, a dimensão de um gasto responsável pelo adoecimento psíquico. As metáforas com a dinâmica financeira e as instituições de mercado atravessam suas teorizações em momentos importantes e exercem influência sobre os próprios conceitos da Psicanálise. Ainda na primeira tópica, a definição de uma das três dimensões de seu aparelho psíquico como “econômica”, finaliza a questão sem deixar dúvidas. Esse movimento segue nos textos ditos sociais de Freud, como “Psicologia das Massas”, “O Futuro de uma Ilusão” e “O Mal-estar na Civilização” dentre outros.

No capítulo em que foi abordada a teoria da libido em Lacan, a dimensão econômica do inconsciente não é apenas reafirmada pelo autor, mas também exerce influência em suas formalizações. Muito embora não seja um teórico que se debruça sob o materialismo dialético, sua obra se destaca pelas aproximações entre o campo do inconsciente e o campo da

economia política. É o caso, por exemplo, da famosa homologia entre mais-de-gozar e mais-valia, publicada em no Seminário de número 16, intitulado “De um Outro ao outro” (Lacan, 1968-1969/2008) e, ainda, de uma nota de rodapé do Seminário de número 5, intitulado “As formações do inconsciente” (Lacan 1957-1958/1999), que se situa cronologicamente antes da referência anterior, mas que parece conter a mesma lógica: uma analogia entre a constituição do sujeito e sua integração no circuito do Outro a partir do estádio do espelho, da constituição da mercadoria e da sua integração no circuito do mercado. Novamente, na segunda lição de “O Seminário 16: de um Outro ao outro”, ao falar da economia de mercado capitalista e sua influência na história, Lacan trata de uma posição subjetiva nessa lógica, que remete à constituição do sujeito e às três faltas de objeto citadas por Freud em “O futuro de uma Ilusão” e reatualizada em seu “O Seminário, livro 4 – As relações de objeto”. Segundo o psicanalista francês, o fato de vender sua força de trabalho por um salário que serve exatamente para ocultar uma mais-valia, empregada na cadeia de produção que extraviada, faz com que ele assuma uma posição de reivindicação de algo perdido. Lacan (1956-1957/1995) associa essa posição com a dimensão imaginária da falta de objeto, que lhe impede o acesso ao objeto real que fora subtraído. Em suas palavras:

Portanto, é estranho e interessante que isso acarrete a ideia de frustração, com as reivindicações que se seguem e com as pequenas reconstruções distinguidas pelo nome de revoluções. Não posso deixar de articular desde já que a dimensão introduzida nesse ponto exato é conflituosa (Lacan, 1956-1957/1995, p. 38).

Trata-se, portanto, daquilo que o autor denomina frustração do trabalhador. Essa passagem assim como as outras citadas anteriormente fazem uma articulação entre os campos de problemas. Mas, como se pode tirar disso uma diretriz de trabalho? A analogia entre mais-de-gozar e mais-valia aponta para uma produção ilimitada de objetos e ainda de mais-de-gozar responsável por dar forma ao laço social contemporâneo. A comparação entre a economia da constituição do inconsciente a partir do Estádio do Espelho e a gênese da forma-valor aponta, por sua vez, para o enlace realizado pela noção de valor – fálico e fiduciário – entre os investimentos libidinais e os investimentos de mercado. Essas questões ressaltam, de forma vaga, as implicações do mercado capitalista sob a economia do inconsciente e são, elas mesmas, a própria tentativa de apagamento dos limites que compõem a própria estrutura econômica do inconsciente. Assim, pode-se dizer que, muito embora o

sujeito se depare com coordenadas de um circuito ilimitado e infinito, isso não significa que a falta imposta pelo limite seja encoberta.

Ao falar de uma frustração do trabalhador, é possível pensar também em uma privação do trabalhador, dano causado no real por um pai Imaginário que o priva do falo. Mas, ambas as situações são, na verdade, consequências da castração e não podem jamais serem tomadas como tentativa de seu apagamento. As três formas de falta de objeto na constituição do sujeito revelam, pois, que não se tenta abolir a castração, mas tenta-se, a todo custo, uma mitigação de seus efeitos, que têm como *modus operandi*, o borramento de suas coordenadas simbólicas. Assim, a privação e a frustração, antes de afirmarem que a castração e seus limites são apagados, atestam sua presença. No livro “Lacan elucidado – Palestras no Brasil”, Miller (1997) retorna o esquema formalizado por Lacan das três faltas de objeto. Na perspectiva do autor, não se trata de uma espécie de mapa da Psicanálise, mas sim de “um instrumento para ordenar, como disse Lacan, para entendermos a falta de objeto e aprendermos o quão complexo é abordar a complexidade da clínica” (Miller, 1997, p. 485). Miller ainda destaca a importância teórica do esquema na medida em que pontua precisamente três faltas de objeto possíveis, três referências e três letras que trocam de posições entre si conforme a posição do sujeito frente ao Outro.

Em uma perspectiva similar, Quintella (2020), no texto “O desmentido em questão na Psicanálise contemporânea”, chama atenção para os modos pelos quais “diversos autores que têm abordado a questão do desmentido, bem como da redutibilidade dos casos atuais ao campo da perversão, não trabalham a distinção de Lacan entre castração, privação e frustração” (Quintella, 2020, p. 4). O autor assevera, de forma precisa, que o que o laço social contemporâneo põe em questão não um apagamento da castração, mas sim uma operação que se dá sob a privação. E é assim que é possível operar com o desejo. Ao exercer seu poder sobre o pai Imaginário e privado, a economia do inconsciente inverte sua função de privação para uma função de produção. Todavia, a oferta de objetos em detrimento de sua privação não implica necessariamente que a satisfação pulsional encontre sua homeostase no laço social contemporâneo. A promessa em questão aqui é de objetos, mas a satisfação ainda fica em dívida.

O Ideal do Eu, consequência da resolução do conflito edipiano e ao mesmo tempo veia imaginária que permite a identificação do sujeito com as coordenadas de sua castração, se encontra como que entorpecido, seja pelo constante estado de atividade exigido para o atendimento da demanda do Outro do mercado, seja pela exaustão do sujeito na produção de mais-de-gozar ilimitado. Essas questões têm consequências clínicas significativas para o

trabalho do psicanalista. Massimo Recalcati (2004) afirma que, atualmente, o próprio estatuto do inconsciente tem sido negado pelos sintomas da clínica contemporânea. Para o autor, nesse contexto, é necessária uma defesa radical do sujeito do inconsciente, uma vez que essa própria prática clínica testemunha o borramento de suas coordenadas. Recalcati (2004) ainda chama atenção para as entrevistas preliminares, que visam a transformação de uma demanda articulando o sintoma à transferência. O autor destaca dois movimentos específicos nessa manobra, sendo o primeiro relativo a uma transformação ética da demanda e o segundo, um movimento de ordem heurística. Na perspectiva do autor, “a demanda de ajuda, que implica sempre a referência a um objeto Imaginário – ou a solução empírica do mal que vem do Outro – submete a vontade de saber à vontade de curar-se sem querer saber disso” (Recalcati, 2004, p. 5). Trata-se, portanto, do exato movimento que permite ao analista fazer com que o sujeito coloque em questão o que lhe fez ir até ali buscar ajuda. Assim como Quintella (2020), Recalcati (2004) destaca como a clínica contemporânea se encontra atravessada por casos de anorexia, bulimia, toxicomanias e depressões, e parece estar atenta à possibilidade de confusão estrutural desses casos. De acordo com o autor, o sintoma contemporâneo não pode, de modo algum, ser reduzido à estrutura psicótica, argumento repetido por Quintella (2020) em relação à estrutura perversa.

No entanto, todas essas questões não apontam precisamente o que fazer. Muito embora haja consenso entre os analistas e os teóricos do neoliberalismo, pouco provável parece que as conclusões teóricas possam, por si só, fazer algo em relação ao sequestro da realidade imposto pela economia do ilimitado. É crucial que se saiba da capacidade de operar um corte, que possa colocar em questão os limites que apontam as coordenadas que possibilitam a emergência de um circuito desejante. .Todavia, trata-se de um movimento insuficiente. De forma curiosa, esse entrave remete a uma antiga problemática no campo da Psicanálise abordada por Lacan (1967-1968), em um de seus seminários, especificamente àquele que se dedica ao ato analítico. Na referência em questão, o autor fala de um movimento em que se exerce uma primazia do pensamento sob a ação como se o primeiro fosse capaz de explicar o último. Nesse sentido, em clara provocação à instituição universitária, ele ainda afirma que

o princípio do ensinamento que nós qualificaremos, para situar grosseiramente as coisas, de ensinamento de Faculdade, é precisamente que o que quer que seja de tudo o que diz respeito aos temas mais ardentes, até mesmo da atualidade, política por exemplo, tudo isto seja apresentado, posto em circulação, precisamente de forma tal que não leve a consequências. Pelo menos é a função à qual satisfaz há muito tempo,

nos países desenvolvidos, o ensino universitário. É exatamente por isso, aliás, que neles a universidade está em casa, pois lá onde ela não satisfaz, nos países subdesenvolvidos, existe tensão. Logo, ela cumpre bem sua função nos países desenvolvidos. É que ela tem isso de tolerável: o que quer que nela se profira, não ocasionará desordem (Lacan, 1967-1968, p. 22).

É possível dizer que essa referência está datada, uma vez que, hoje, os sistemas de ensino superior nos países ditos subdesenvolvidos também servem ao capital, mas isso não vem ao caso. Lacan (1967-1968) parece fazer alusão à antinomia entre saber e verdade presente em sua obra e ensino e preparar o terreno para introduzir a ideia de que o ato analítico é irredutível a qualquer outra saída para os problemas que se apresentam para o psicanalista. Nesse contexto, o autor defende a ideia de que o ato analítico seria muito menos uma profissão e mais “algo como uma conversão da posição que resulta do sujeito quanto à sua relação ao saber” (Lacan, 1967-1968, p. 24). Essas proposições parecem apontar para uma direção em que a Psicanálise é concebida menos como uma teoria e mais como um método. O que também não significa que não haja teorizações para sustentação desse método. Porém, o que parece estar em questão aqui é um movimento do analista em que ele se esquia de armadilhas que são capazes de reduzir sua prática a um conjunto de jargões inoperantes. Esse movimento merece atenção por parte dos que se envolvem com a clínica.

A Psicanálise nasce a partir da escuta de um tipo muito específico de sofrimento, a saber, o histérico. Seu *modus operandi* tem como fundamento principal a tentativa de situar o clínico em uma posição de produção de saber sobre tal sofrimento. A depender da forma como se responde essa demanda, ou até mesmo uma resposta qualquer, o tratamento é posto em xeque. Essa situação parece apontar uma diretriz de trabalho que, de forma paradoxal, se insere muito mais em seu posicionamento frente ao sujeito que busca tratamento do que em suas teorizações. Nesse recorte, as teorizações parecem apontar para uma elaboração sem fim e o autor psicanalista retorna sua formulação que diz que a transferência é a colocação em ato do próprio inconsciente.

Lacan (1967-1968) retoma o conceito de transferência e parece situá-lo como um balizador fundamental para o ato analítico, um balizador que tem sua própria lógica de funcionamento. Nesse contexto, critica analistas que utilizam a própria noção de transferência para se posicionarem em uma suposta “superioridade” (Lacan, 1967/1968, p. 46) em relação à explicação da própria realidade, mas que nada explicam. Em termos de ato analítico, a objetividade da transferência não está em questão, e o que importa aqui é o seu manejo. O

autor aponta como o saber é, por definição, falho, mas nem por isso descartável. É exatamente pelo fato de ele se instalar em torno de uma demanda que se acredita que o analista o detém e a transferência aparece. E é exatamente por meio das falhas desse saber que a verdade emerge, denunciando o rastro deixado pelos significantes que orientam o sujeito e possibilitam que haja um trabalho analítico, e não mais um gasto ilimitado de libido que banca o sofrimento. O autor ainda comenta as consequências de quando o analista, equivocado, assume a função de produção de saber. Em suas palavras:

o psicanalista é de alguma forma chamado, e até constrangido – com fins que são abusivamente chamados de didáticos – a sustentar um discurso que, em suma, poder-se-ia dizer que nada tem a ver com os problemas que lhe propõe, e da maneira mais aguda, a mais cotidiana, a sua experiência. O assunto tem, na verdade, um certo alcance, na medida em que permite perceber – e isto não é dizer pouco – que um discurso que produz um certo número de clichês não se torna menos, até um certo ponto, inoperante a reduzi-los, seja no contexto psicanalítico, seja mais ainda quanto à organização de ensino. (...) Quero dizer que também podemos ver meu discurso, em certas de suas formas, de suas frases, de seus enunciados, até suas inflexões, ser simplesmente retomado em um contexto que, no fundo, não muda nada (Lacan, 1967-1968, p. 44).

O ato analítico parece comportar uma espécie de captura daquele que o empreende, e essa captura parece isolar o analista em uma lógica que é intrínseca ao seu campo. Há uma lei própria que permite que o analista coloque em suspensão tudo aquilo que é instituído como norma, incluindo a própria noção de ato. Só a partir daí, a Psicanálise encontra um terreno fértil, onde suas intervenções são fecundas. Esse movimento é importante para o problema abordado na tese, pois se, primeiramente, se fez um apontamento das condições de constituição do sujeito e da subjetividade sob uma lógica regida pelo mercado, agora, se aponta o ato analítico como ferramenta capaz de operacionalizar uma realidade que não pode ser comercializada por mais que esse tratamento tenha um custo pulsional e fiduciário. Mas, como será possível realizar um ato e inaugurar um campo em um recorte histórico, em que a economia de mercado atinge o funcionamento de um paradigma sem limites?

Essa questão remete a uma conferência proferida por Colette Soler na Assembleia de Buenos Aires em 2004. De acordo com a autora, para se pensar o laço social contemporâneo, é essencial estar atento às consequências de três séculos de ciência, dois séculos de economia

de mercado capitalista e, por fim e não menos importante, um século de Psicanálise. A autora debita na conta da própria Psicanálise algumas questões relacionadas ao mundo contemporâneo e ao laço social que rege suas relações e busca, como saída, apontar a dimensão anticapitalista do ato psicanalítico. Segundo a autora, os mal-estares que se endereçam à Psicanálise na época do discurso do capitalista são, na verdade, mal-estares que portam a dimensão operacional do lucro, “inscrevendo o gozo em uma lógica capitalizável, mais dinheiro, mais objetos, mais êxito, mais beleza, mais saúde” (Soler, 2004, s.p.). Assim, esses sofrimentos se caracterizam por uma lógica de acumulação, concorrência e comparação, e o ato analítico se situaria em uma posição antagônica na medida em que sua operação não visa nenhum lucro. O ato analítico se torna um possível remédio na medida em que sua visada não é a do mercado e seu objetivo não pode ser outro senão restabelecer a circulação da moeda do inconsciente. O beneficiário direto dessa operação não pode ser outro que não o analisando. O analista, por sua vez, na melhor das hipóteses, ganha uns trocados para sua manutenção. A autora compara o ato analítico com o campo da arte e da política e aponta como, em ambos, os agentes logram um êxito em torno de seu nome e trabalho diferentemente do analista.

Porém, parece haver aí uma armadilha. Soler (2004) chama atenção para como a prática analítica teve como eixo operacional a impossibilidade de extração de um lucro, e isso parece ter mudado com o discurso do capitalista. A autora afirma que, atualmente, os analistas sofrem mais, e isso é uma consequência do laço social contemporâneo. Há uma propensão em se aparecer na mídia, nos canais de TV e nas livrarias – e por que não acrescentar aqui a internet e as redes sociais? Conforme a autora, nem os analistas da IPA e nem os analistas da Escola Freudiana de Paris eram pessoas públicas. Acontece que os analistas de hoje também são sujeitos de desejo e acabam sendo capturados pela própria modalidade de laço que tentam furar. Assim, o exercício do ofício de analista acaba por se tornar mais difícil e mais custoso – pulsionalmente falando –, e o analista pode, muitas vezes, se tornar o próprio inimigo a ser combatido. Soler parece ter uma posição muito parecida com a de Otto Fenichel, abordada anteriormente. Muito embora a descoberta freudiana tenha na sua originalidade a concepção de um aparelho psíquico econômico – e, por isso, a capacidade de pensar o sofrimento como uma consequência econômica –, os dois analistas parecem denunciar a necessidade de uma passagem da sociedade capitalista a uma outra modalidade de laço. Essa passagem não significa o apaziguamento do mal-estar na civilização, tampouco significa que a angústia responsável por fundar e conduzir o sujeito em sua jornada possa terminar. Pelo contrário, passar em rumo a um novo laço significa ir em busca de um lugar onde a presença do Outro

não é uma ameaça, mas, sim, uma condição para o funcionamento do inconsciente e seu aspecto econômico. Entre a década de 1970 e a de 1980, quando ocorria o nascimento e ascensão da economia de mercado neoliberal, a primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, afirmou, em uma entrevista, que “A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”.. O presente trabalho compartilha da mesma visão. No entanto, a mudança no coração e na alma (psiquê) só pode ser possível na medida em que se resguarde uma economia em que haja circulação libidinal, e não o contrário.

POSFÁCIO

As relações entre as proposições econômicas do inconsciente e a regência da vida feita pelo mercado financeiro são infindáveis. Essas relações parecem ser localizadas entre dois polos que fazem com que a Psicanálise se torne ora produto de mercado, ora possibilidade de um resto impossível de ser (re)introduzido nos circuitos do mercado. Além das referências citadas no texto, é importante mencionar que são incontáveis as publicações de autores que se voltam para essa relação já há pelo menos 100 anos. Trata-se de algo quase tão novo quanto o próprio campo de problemas da Psicanálise. Em termos histórico-conceituais, acontece que a própria Psicanálise nasce dentro de um mundo orientado por paradigmas e visões de mundo baseadas em modelos econômicos. Portanto, essa relação, embora espinhosa, pode ser tão fértil. É por isso que a Psicanálise pode funcionar como um produto a mais na economia de mercado liberal em um polo ao mesmo tempo em que também pode – por vias diferentes – fazer frente ao circuito de produção ilimitado das mercadorias.

A diferença, é preciso dizer, se dá no fato de que a posição do método inaugurado por Freud é, necessariamente, antieconômica, e isso não deve ser motivo para confusão teórica. É perfeitamente possível falarmos – no âmbito conceitual – da dimensão econômica do inconsciente bem como das fundamentações econômicas inauguradas pelo próprio Freud. Vale lembrar que, como bem apontado por Eli Zaretsky (2015), em seu livro “Political Freud”, a Psicanálise possui o mesmo espírito do capitalismo no sentido weberiano do termo. O autor pensa a existência da Psicanálise ao longo do século XX e, a partir de um recorte em quatro períodos históricos específicos, argumenta como ela a) se ancorou na figura de um fundador carismático com vistas ao estudo de eventos da vida pessoal (1890-1899), b) se tornou um fenômeno de massa cultural a ponto de fomentar a ideologia do individualismo que acompanha o consumo em massa (1900-1939), c) se tornou um tipo de programa civilizatório na medida em que é integrada ao estado de bem-estar social keynesiano do pós-guerras (1945-1964) e d) se torna objeto de apreciação de movimentos de esquerda e direitos das mulheres no em um mundo pós-fordista e neoliberal (1965 para frente). Ora, se a Psicanálise subsiste por tanto tempo ao lado das economias de mercado capitalista e neoliberais, isso só é possível na medida em que seus praticantes adotam a postura antieconômica citada anteriormente. O posicionamento antieconômico não deve ser pensado aqui como displicência teórica ou impostura intelectual. Por mais que o termo faça alusão a uma antecipação do analista em relação aos preceitos econômicos, ele significa mais uma subversão desses preceitos econômicos e menos uma servidão ao mercado neoliberal

As proposições energéticas e econômicas do inconsciente trabalhadas ao longo do texto parecem fornecer o fundamento necessário para que possamos falar de uma subversão desse sujeito da economia de mercado em função do sujeito do inconsciente. Nesse recorte, o trabalho do analista não diz respeito a elaborações complexas sobre o ordenamento financeiro do mundo, nem tampouco o funcionamento das instituições que regulam esse funcionamento. O alvo de sua atuação consiste nos (des)arranjos de economia psíquica, isto é, nos investimentos e perdas que atravessam o sujeito do inconsciente no laço social ao qual se insere. Nessa toada, pode-se afirmar ainda que, embora o presente trabalho se dê sobre o ilimitado da economia libidinal contemporânea, esta análise pode ir além ou aquém da economia de mercado neoliberal, sendo esta apenas uma das análises possíveis que diz respeito a um determinado modo de laço com o Outro. O que está em questão para o analista aqui é a sua capacidade de fazer valer – sob transferência – os preceitos da economia libidinal que norteiam o sujeito a ponto de denunciar sua incapacidade e recusa em ser reduzido a um objeto de mercado. Não é que as questões de economia financeira não sejam importantes, mas é que, para o analista, essa importância só pode ser vista à luz da economia do inconsciente. As preocupações econômicas só dirão respeito ao ofício do analista na medida em que elas possam revelar algo do laço social e, com isso, permitirem trazer à cena algo dos investimentos e perdas que atravessam o sujeito. Há uma espécie de desencontro ou assimetria no que se refere à ênfase dada pelo analista e pela Psicanálise nos dois sistemas econômicos que não deve ser pensada como displicência teórica ou falta de interesse nos assuntos da época. Trata-se especificamente de sua capacidade em se situar em meio a esses eventos para, só a partir daí, poder elencar e intervir nas questões de economia psíquica que se sobressaem à economia financeira.

Outro exemplo de como a Psicanálise e os analistas já se encontram, de antemão, inseridos na lógica do mercado para que haja uma resposta de fato em um segundo momento pode ser descrito a partir do livro escrito por Elizabeth Ann Danto (2019), intitulado “As Clínicas Públicas de Freud”. No texto em questão, a autora aponta a experiência de alguns psicanalistas ligados diretamente ao criador da Psicanálise, que se propõem a não apenas teorizar, como também aplicar os pressupostos teórico-clínicos da Psicanálise nas grandes massas de trabalhadores da primeira metade do século XX. Em seu relato, encontram-se exemplos de psicanalistas, quando não do próprio Freud, se indagando quanto à miséria do sofrimento neurótico e suas implicações na vida social. Há ainda, na referência em questão, passagens que demonstram uma aliança clara entre as instituições de Psicanálise, as clínicas públicas de atendimento e os políticos da socialdemocracia na Europa dos anos 1920. Essa

aliança tem, por si mesma, uma série de implicações político-econômicas não apenas para as instituições e os políticos, mas também demonstram uma posição e uma preocupação dos analistas frente às questões de economia libidinal e de economia financeira em seu recorte histórico. O relato empreendido por Ann Danto pode ser entendido a partir de três momentos específicos, sendo que cada um corresponde a uma especificidade histórica do entreguerras. Ela aborda precisamente a) o despertar para problemas de ordem social com a queda dos impérios e monarquias após a Primeira Guerra (1918-1922), b) O “casamento” entre Psicanálise e socialdemocracia em nome da promoção do bem-estar social (1923-1932) e c) o desfecho, caracterizado pela ascensão do nazismo e pelas leituras marxistas do trabalho freudiano (1933-1938). Outra posição semelhante também pode ser testemunhada no trabalho publicado recentemente no Brasil, intitulado “Uma História da Psicanálise Popular”, por Florent Gabarron-Garcia (2023). Na referência em questão, o autor realiza um estudo das questões políticas que atravessam o trabalho de alguns analistas. Assim como Ann Danto (2019), revisita a Psicanálise na época de Freud e volta sua atenção para a Psicanálise na América Latina, em específico ao período que corresponde às décadas de 1930-1970. Falar de América Latina e falar dos anos 1970 sem mencionar as ditaduras militares que faziam sangrar o continente naqueles tempos é o equivalente a uma fala débil e descompromissada com o contexto político-econômico de sua época. Nesse contexto, os analistas falam de ditadura e política por causa das suas implicações sobre a economia psíquica. É essa combinação que fornece ao analista a “autoridade” necessária e faz com que suas ponderações e intervenções possam se dar além do campo da economia psíquica. Florent (2022) também fornece relatos interessantes sobre a experiência do coletivo de pacientes socialistas que marcou a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental na época da Guerra Fria para falar de intervenções que se dão no plano da economia política, mas nem por isso deixam de se relacionar com a economia do inconsciente.

O elemento comum ao trabalho realizado e a esses relatos citados diz respeito à capacidade da Psicanálise de, nas diversas transformações da sociedade, elucidar um modo de funcionamento e uma economia que se furtam ao mercado e à sua organização. É esse o fio da meada que permite elucidar uma análise dos conceitos econômicos como o verdadeiro método desta tese. Há, independentemente do recorte histórico, uma afirmação e uma aposta radical feita pelo psicanalista em um sujeito da economia do inconsciente em detrimento do sujeito do mercado. Essa tese é demonstrada por meio de pontos específicos apontados ao longo do trabalho. Os primeiros pontos dão sinal de sua presença quando é formalizado no “Projeto” o esboço de uma economia da descarga. As publicações subsequentes dão sustentação a esse

trabalho ao se debruçarem a partir de uma diferenciação de uma metapsicologia do sono e uma metapsicologia do estado de vigília. Esse movimento tem sua continuidade na formalização de uma teoria da libido nos ensaios sobre a sexualidade infantil bem como nas teorizações dos artigos metapsicológicos. O novo mundo anunciado pelo fim da Primeira Guerra Mundial e os modos de organização político-econômica da vida que vieram inaugurar um novo ordenamento financeiro, mas a Psicanálise também parece conseguir isolar algo do sofrimento psíquico dessa época por meio de suas formalizações econômicas. As transformações advindas da Segunda Guerra também parecem ser uma espécie de repetição desse fenômeno. É só com o seu final que novas visões de mundo se enraízam na vida cotidiana, dando à realidade um novo ordenamento político-financeiro. A divisão do mundo entre comunistas e capitalistas se intensificou após a Segunda Guerra. O conflito entre esses dois modelos econômicos – que dão, ambos, possibilidade para o surgimento de uma economia do inconsciente – se acirrou. No entanto, a ascensão do Neoliberalismo e o subsequente fim da União Soviética parecem atestar, mais uma vez, o fim de um ciclo econômico e o começo de um outro com operadores e características específicas. Aqui, a proposta de uma economia do inconsciente é o que permite um posicionamento frente ao problema apresentado, a saber, a economia ilimitada do laço social contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Alemán, J. (2016). *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Grama Ediciones.
- Alemán, J., Camarena, C. G. (2022). Segregation. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp.197-213), Routledge.
- Althusser, L. (1985). *Marx e Freud. Freud e Lacan e Freud. Introdução crítica-histórica de Walter José Evangelista*. Edições Graal.
- Angelini, A. (2017). Luria: principios materialista-monista y dialéctico-dinámico del marxismo y del psicoanálisis. In: Parker, I., Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 51-55), Paradiso Editores.
- Ann Danto, E. (2019). *As clínicas públicas de Freud - Psicanálise e Justiça Social*. Perspectiva.
- Dunker, C. (2022). Market. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp.126-133), Routledge.
- Evangelista, J. (1985) Introdução - Althusser e a Psicanálise. In: *Marx e Freud. Freud e Lacan e Freud. Introdução crítica-histórica de Walter José Evangelista*. (pp. 9-43). Edições Graal.
- Fenichel, O. (1934/2017). Sobre el psicoanálisis como embrión de una futura psicología dialéctico materialista. In: Parker, I., Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 222-230), Paradiso Editores.
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista - é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. Autonomia Literária.
- Freud, S. (1912/1996). A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XII. O caso Schreber, Artigos sobre a técnica e outros trabalhos*. (pp. 59-66). Imago.
- Freud, S. (1900/2001). *A interpretação dos sonhos. Edição comemorativa 100 anos*. Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XVIII. Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. (pp. 3-42). Imago.
- Freud, S. (1925b). A negativa. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos*. (pp. 139-143). Imago.
- Freud, S. (1923/1996b). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos*. (pp. 325-342). Imago.

- Freud, S. (1932/1996). A questão de uma Weltanschauung. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXII. Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos.* (pp. 106-123). Imago.
- Freud, S. (1915-1917/1996). Luto e Melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XIV. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos.* (pp. 139-154). Imago.
- Freud, S. (1918/1996). A Psicanálise e as Neuroses de Guerra. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. História de uma neurose infantil e outros trabalhos.* (pp. 129-136). Imago.
- Freud, S. (1901/1996). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume VII. Um Caso de Histeria, Três Ensaio sobre Sexualidade e outros trabalhos.* (pp. 3-76). Imago.
- Freud, S. (1926/1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XXII. Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos.* (pp. 48-110). Imago.
- Freud, S. (1914/1996). Introdução ao narcisismo. In: *Sigmund Freud - Obras Completas. Volume 12. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos.* (pp. 9-37). Cia das Letras.
- Freud, S. (1930/1996). Mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XXI. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos.* (pp. 38-92). Imago.
- Freud, S. (1924/1996b). Neurose e Psicose. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos.* (pp. 87-91). Imago.
- Freud, S. (1925a). Nota sobre o 'bloco mágico'. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos.* (pp. 135-139). Imago.
- Freud, S. (1886/1996) Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol I. Publicações Pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)* (pp. 24-31). Imago.
- Freud, S. (1923/1996a). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos.* (pp. 325-342). Imago.
- Freud, S. (1927/1996). O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XXI. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos.* (pp. 3-37). Imago.

- Freud, S. (1915/1996b). O instinto e suas vicissitudes. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XIV. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos.* (pp. 67-84). Imago.
- Freud, S. (1924/1996a). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. O ego e o id e outros trabalhos.* (pp. 92-101). Imago.
- Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol I. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos.* (pp. 212-305). Imago.
- Freud, S. (1921/2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: *Obras Completas Volume XV. Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos.* (pp. 9-100). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1893/1996). Rascunho B: a etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol I. Publicações Pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)* (pp. 102-106). Imago.
- Freud, S. (1894/1996). Rascunho D: Sobre a etiologia e a teoria das principais neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol I. Publicações Pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889).* (pp. 138-139). Imago.
- Freud, S. (1895/1996a). Rascunho G: melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol I. Publicações Pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)* (pp. 117-121). Imago.
- Freud, S. (1915/1996c). Reflexões sobre a guerra e a morte. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XIV. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos.* (pp. 162-181). Imago.
- Freud, S. (1915/1996a). *Sobre a psicologia do escolar.* In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XIII. Totem e Tabu e outros trabalhos.* (pp.161-164). Imago.
- Freud, S. (1913/1996). *Totem e Tabu.* In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas Volume XIII. Totem e Tabu e outros trabalhos.* (pp. 3-115). Imago.
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol VII. Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos.* (pp. 76-150). Imago.
- Gabarron-Garcia, F. (2023). *Uma história da psicanálise popular.* Ubu.
- Gook, B., Hoens, D. (2022). Alienation. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp.1-15), Routledge.

- Goux, J-J. (1973). *Los Equivalentes Generales en El Marxismo y El Psicoanálisis*. Calden.
- Graeber D. (2016). *Dívida - Os primeiros 5000 anos*. Três Estrelas.
- Karatani, K. (2014). *The structure of World history: from modes of production to modes of exchange*. Duke University Press.
- Klautau, P., Winograd, M., & Souza, O. (2014). O pré-discursivo na teoria lacaniana. *Psicologia USP*, 25(2), 115-124
- Kovel (2017). Reich: Explotación social en el marxismo y repressão sexual en el psicoanálisis. In: Parker, I., Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 207-210), Paradiso Editores.
- Lacan, J. (1966/1998). A ciência e a verdade. In: *Escritos* (pp. 869-892). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1957/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos* (pp. 496-533). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1948/1998). Agressividade em Psicanálise. In: *Escritos* (pp. 104-126). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1954/1998). Apêndice I - COMENTÁRIO FALADO SOBRE A VERNEINUNG DE FREUD. Por Jean Hyppolite. In: *Escritos* (pp. 893-902). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1947/2003). A psiquiatria inglesa e a guerra. In *Outros escritos*. (pp. 106-126). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1932). Da Psicose Paranóica em suas relações com a Personalidade. Forense Universitária.
- Lacan, J. (1964/1998). Do "Trieb " de Freud e do desejo do psicanalista. In: *Escritos* (pp. 865-868). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: *Escritos* (pp. 238-324). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1954/1998). Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a "Verneinung" de Freud. In: *Escritos* (pp. 370-382). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1962/2008). Kant com Sade In: J. Lacan. *Escritos* (pp. 776-803), Zahar.
- Lacan, J. (1960/1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade". In: *Escritos* (pp. 653-691). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1936-1949/1998) O estágio do espelho como formador das funções do eu. In: *Escritos* (pp. 96-103). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1938/2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: *Outros escritos* (pp. 29-90). Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1956/1998). O seminário sobre "A carta roubada". In: *Escritos* (pp. 13-65). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1954-1955/1985). *O Seminário, Livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1956-1957/1995). *O Seminário, Livro 4 – A relação de objeto*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1957-58/1998). *O Seminário, Livro 5 – As formações do inconsciente*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1962-1963/2005). *O Seminário, Livro 10 - A angústia*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964/1988). *O Seminário, Livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1967-1968). *O Seminário - livro 15 - O ato analítico*. Texto traduzido e publicado para circulação interna.
- Lacan, J. (1968-1969/2008). *O Seminário, Livro 16 - De um Outro ao outro*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *O Seminário, Livro 17 - O avesso da Psicanálise*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1960-1964/1998). Posição do Inconsciente. In: *Escritos* (pp. 843-864). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1970/2003). Radiofonia. In: *Outros escritos* (pp. 400-447). Jorge Zahar.
- Lazzarato, M. (2017), *O Governo do Homem Endividado*. n-1.
- Luria, A. (1925/2017) Psicoanálisis como sistema de psicologia monista. In: Parker, I., Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 55-67), Paradiso Editores.
- Madra, Y., Özselçuk, C. (2022). Economy/Oikonomia. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp. 63-73), Routledge.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios - Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ*. n. 32, 123-151.
- Miller, J-A. (1997). *Lacan elucidado - Palestras no Brasil*. Zahar
- Oliveira Bueno, M C. (2015). Laço Social como discurso: questões sobre sua escrita. *Correio APPOA*. Disponível em: https://apoa.org.br/correio/educacao/243/laco_social_como_discurso_questoes_sobre_sua_escrita/187.
- Ortega, R. P. (2017). Fenichel: puente entre el marxismo y el psicoanálisis. In: Parker, I., Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 219-222). Paradiso Editores.

- Pavon-Cuellar, D. (2022). Materialism. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp.142-152), Routledge.
- Pavón-Cuellar, D. (2021). Metapsicología do capital. *Analytica: Revista de Psicanálise* 10(19), 1-15.
- Peregrin, . (2017). Voloshinov: el carácter ideológico de los conflictos psíquicos. In: Parker, I.,Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 69-72). Paradiso Editores.
- Quintella, R. (2020). O desmentido em questão na Psicanálise contemporânea. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 9(17) 1-24.
- Recalcati, M. (2004). A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, 7(1), 1-12
- Reich, W. (1929/2017). La posición social del psicoanálisis (1929). In: Parker, I.,Pavón-Cuéllar, D. (Orgs.). *Marxismo, Psicología y psicoanálisis*. (pp. 210-218), Paradiso Editores.
- Soler, C. (2004). El anticapitalismo del acto analítico. *Conferencia dictada en la Cámara de diputados de la Provincia de Buenos Aires*. Disponível em: <http://marthadicroce.blogspot.com/2011/05/colette-soler.html>
- Tomšič, S. (2022). Labour/work. In: C. Soto van der Plas, E. Miguel Juárez-Salazar, C. Gómez Camarena and D. Pavón-Cuéllar. *The Marx through Lacan Vocabulary: A Compass for Libidinal and Political Economies* (pp.110-125), Routledge.
- Zaretsky, E. (2015). *Political Freud*. Columbia University Press
- Žižek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. (Cap. 14, pp. 297-331) Contraponto Editora.